

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANA PAULA DA SILVA

**O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
(IPHAN) E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA NACIONAL POR MEIO
DOS BENS CULTURAIS IMÓVEIS INSCRITOS NO LIVRO DO TOMBO
HISTÓRICO (1937-1985)**

FRANCA

2017

ANA PAULA DA SILVA

**O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
(IPHAN) E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA NACIONAL POR MEIO
DOS BENS CULTURAIS IMÓVEIS INSCRITOS NO LIVRO DO TOMBO
HISTÓRICO (1937-1985)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de
Doutor em História. Área de concentração: História e
Cultura Política.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Pereira da Silva.

FRANCA

2017

Silva, Ana Paula da.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a construção da memória histórica nacional por meio dos bens culturais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico (1937-1985) / Ana Paula da Silva. – Franca : [s.n.], 2017.
230 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientadora: Márcia Pereira da Silva

1. Política cultural. 2. Memória coletiva. 3. Bens imóveis.
I. Título.

CDD – 301.2981

ANA PAULA DA SILVA

**O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
(IPHAN) E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA NACIONAL POR MEIO
DOS BENS CULTURAIS IMÓVEIS INSCRITOS NO LIVRO DO TOMBO
HISTÓRICO (1937-1985)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em História. Área de concentração: História e Cultura Política.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof.^a Dr.^a Márcia Pereira da Silva – UNESP

1º Examinador: _____

Prof.^a Dr.^a Mônica Brincalepe Campo – UFU

2º Examinador: _____

Prof.^a Dr.^a Zélia Lopes da Silva – UNESP

3º Examinador: _____

Prof.^a Dr.^a Karina Anhezini de Araújo – UNESP

4º Examinador: _____

Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira – UNESP

Franca, 09 de maio de 2017.

Dedico a minha mãe, Maria Lauriana, que concretizou o sonho da docência por meio dos filhos. Que possamos contribuir para que mais “Marias” realizem, elas mesmas, tudo que “Laurianas” um dia desejaram

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Márcia Pereira da Silva, pela compreensão, compartilhamento de experiências, correções, paciência nas orientações e constantes problematizações que enriqueceram este trabalho.

À CAPES, pela bolsa de estudos concedida, sem a qual esta pesquisa não se realizaria.

Aos professores Pedro Geraldo Tozzi e Virgínia Celia Camilotti, pelas críticas e sugestões na Banca de Qualificação. Seus apontamentos foram responsáveis pela delimitação do período que esta Tese abarca e pela reflexão de novas abordagens sobre o tema.

Aos professores da Banca de Defesa, Prof.^a Dr.^a Mônica Brincalepe Campo, Prof.^a Dr.^a Zélia Lopes da Silva, Prof.^a Dr.^a Karina Anhezini de Araújo e Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira, que contribuíram para o aperfeiçoamento do texto e das discussões aqui defendidas.

Aos funcionários do Arquivo Central do IPHAN, pela disponibilidade de acesso às fontes de pesquisa, pelas informações sobre as formas de trabalho da instituição e pela digitalização de muitos Processos de Tombamento solicitados.

Às funcionárias da Unesp/Franca, Laura Jardim, Daniela Almeida Borges e Fernanda Aguilar Rosa Costa, sempre solícitas na ajuda com bibliografia e correções normativas.

Ao meu noivo, Jorge Brunetti Suzuki, pela leitura atenta e correção da Tese, pelas longas discussões sobre o trabalho e, sobretudo, pela paciência, compreensão, incentivo e amor. O companheirismo existente em nossa convivência possibilitou que eu respirasse fundo e seguisse em frente nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, João Batista da Silva e Maria Lauriana da Silva, pela confiança nas minhas escolhas e amor constante. Ao meu irmão, Paulo Sérgio da Silva, pela dedicação e cuidado com nossa família, tornando-se um porto seguro nos momentos de atribulação.

Aos amigos Ezequiel Souza, Cristiany Castro, Denir Alves de Souza e Érika Donadeli, pelo carinho e compreensão nos últimos anos, tornando o cotidiano mais leve e divertido.

O ofício da escrita, na maioria das vezes solitário, nos leva a momentos de insatisfação e questionamentos pessoais e profissionais. Todas as pessoas destacadas acima são colaboradoras diretas ou indiretas deste trabalho e responsáveis por me fazer reencontrar o caminho, às vezes perdido, que decidi há muitos anos trilhar. Portanto, são merecedoras de meu reconhecimento e de minha sincera gratidão.

“Mário de Andrade foi quem desenhou nosso Iphan nos anos 30, que deu às suas idéias míticas uma forma institucional. Foi ele quem estabeleceu as balizas antropológicas e estéticas para a preservação da diversidade cultural brasileira. Pensou um modo de conservar a memória que a tornava viva, tirando o patrimônio das gavetas e botando ele nas ruas, no atrito vivo da multidão, fazendo objetos sagrados experimentarem da incerteza do cotidiano, autor de teorias e peças literárias que mostraram à nossa imaginação como poderíamos nos tornar aquilo que já éramos. E éramos, sem saber, uma cultura verdadeiramente brasileira. Mas tínhamos receio e preconceito de ser, medo da nossa afirmação, de nossa identidade de muitas identidades. Foi Mário, com suas fantasias, que nos libertou de nosso complexo de inferioridade simbólica. Grande abridor de trilhas.”

Gilberto Gil

“Machado de Assis dizia que no Brasil existem dois países diferentes, o país oficial e o país real. Eu interpreto, não sei se forçando um pouco o pensamento de Machado, eu acho que o país oficial é o nosso, é o dos privilegiados, e o país real é o do povo. E ele dizia o país real é bom, revela os melhores instintos, mas o país oficial é caricato e burlesco. Eu sei que ele estava movido por uma justa indignação e não é totalmente burlesco não, mas se a gente não abrir o olho, a gente fica. [...] A classe dirigente brasileira até o século XVIII se orgulhava do que tinha de português e se envergonhava do que nós temos de índio e de negro. No século XIX, a classe dirigente brasileira passou a se envergonhar até do que a gente tem de português, passou a querer ser francesa. E atualmente, caricatamente, quer ser americana. Querem transformar o Brasil nos Estados Unidos de segunda ordem. Eu não quero que o Brasil seja os Estados Unidos nem de primeira, quanto mais de segunda, eu quero que o Brasil seja o Brasil de primeira, com as nossas características próprias, sem renunciar as nossas peculiaridades de povo, é isso que eu procuro fazer desde o começo com meu trabalho de escritor, com meu trabalho de professor, com tudo que eu faço.”

Ariano Suassuna

SILVA, Ana Paula da. **O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a construção da memória histórica nacional por meio dos bens culturais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico (1937-1985)**. 2017. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

RESUMO

O trabalho analisa como a política de tombamento no Brasil valorizou uma determinada memória histórica nacional a partir dos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico no período de 1937 a 1985, atendendo especialmente aos interesses políticos do Estado Novo e da Ditadura Militar. Ao privilegiar, em tal período, a proteção do patrimônio cultural relacionado à elite branca, católica e de origem lusitana, o SPHAN/DPHAN/IPHAN contribuiu para a afirmação de imaginário e princípios afeitos ao Brasil do autoritarismo. A escolha de alguns grupos sociais, cuja história foi representada no patrimônio material imóvel, transformados em lugares de memória, contribuiu para o alcance do comportamento político apropriado ao Brasil ordeiro e disciplinado. No entanto, durante a abertura política realizada a partir do governo de Ernesto Geisel, foi preciso ampliar a noção de patrimônio, exatamente no momento em que, politicamente, os militares buscavam apoio de novos grupos sociais para a legitimação de seus interesses, admitindo então na memória histórica nacional a representação de grupos até então marginalizados, como negros, imigrantes e pobres. Acreditamos que por meio da análise do patrimônio cultural imóvel, tombado e inscrito no Livro do Tombo Histórico, é possível perceber como a concepção da cultura oficial brasileira e a consequente valorização da memória histórica nacional saíram da representação de apenas alguns grupos e, posteriormente, incorporaram minorias sociais, acompanhando, portanto, as transformações do universo político brasileiro. As fontes da pesquisa são os Processos de Tombamento dos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico, as Atas das reuniões do Conselho Consultivo do SPHAN/DPHAN/IPHAN e o conjunto de leis e documentos diversos relacionados ao patrimônio cultural, analisados juntamente com a bibliografia pertinente ao tema.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Memória e identidade. Estado Novo. Ditadura Militar. Bens culturais materiais imóveis.

SILVA, Ana Paula da. **The Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) and the construction of the national historical memory through immovable cultural property registered in the Livro do Tombo Histórico (1937-1985)**. 2017. 230 f. Thesis (Doctorate in History) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

ABSTRACT

The present study analyzes how the Brazilian cultural heritage protection policy valued a national historical memory from the property registered in the *Livro do Tombo Histórico* between the years 1937 and 1985, with particular regard to political interests of the *Estado Novo* and the military dictatorship. By privileging, in such period, the protection of cultural heritage related to the white, Catholic and Lusitanian elite, the SPHAN/DPHAN/IPHAN contributed to the formation of the imaginary and the principles of the Brazil of authoritarianism. By choosing some groups, whose history was represented in the material property assets, and transforming their history in a place of memory, it contributed to achieve the appropriated political behavior of an orderly and disciplined Brazil. However, during the political opening occurred since the Ernesto Geisel's government, it was necessary to broaden the notion of patrimony, in the same time that, politically, the militaries was looking for the support of new social groups, aiming to legitimate their interests, what made them admit, in the national historical memory, the representation of previously marginalized groups, like the blacks, the poor and the immigrants. We understand that is through the analysis of the cultural heritage property registered in the *Livro do Tombo Histórico* that it is possible to perceive how the formation of the official Brazilian culture and the consequent valorization of the national historical memory started from the representation of some few groups and just later incorporated social minorities, accompanying the transformations of the Brazilian political universe. The sources of research are the registration processes of material property in the *Livro do Tombo Histórico*, the minutes of board meetings of the SPHAN/DPHAN/IPHAN's *Conselho Consultivo* and the laws and documents related to cultural heritage, analyzed along with the bibliography pertinent to the theme.

Key words: Cultural heritage. Memory and identity. *Estado Novo*. Military dictatorship. Cultural property.

SILVA, Ana Paula da. **El Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) y la construcción de la memoria histórica nacional a través de los bienes culturales inmuebles inscritos en el Livro do Tombo Histórico (1937-1985)**. 2017. 230 f. Tesis (Doctorado en Historia) – *Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”*, Franca, 2017.

RESUMEN

Este trabajo analiza cómo la política de protección al patrimonio cultural en Brasil valorizó una memoria histórica nacional en particular desde los bienes inmuebles registrados en el llamado *Livro do Tombo Histórico* entre los años de 1937 y 1985, teniendo en cuenta especialmente los intereses políticos de los gobiernos del *Estado Novo* y la Dictadura Militar. Al privilegiar, en aquel período, la protección del patrimonio cultural relacionado a la elite blanca, católica y de origen lusitana, el SPHAN/DPHAN/IPHAN contribuyó para la afirmación del imaginario e de los principios relacionados al Brasil del autoritarismo. La elección de unos grupos sociales, cuya historia era representada en el patrimonio material inmueble, transformado en lugares de memoria, contribuyó para llevar al comportamiento político apropiado al Brasil ordenado y disciplinado. Sin embargo, durante la abertura política empezada en el gobierno de Ernesto Geisel, fue necesario ampliar la noción de patrimonio, en el mismo momento que, políticamente, los militares buscaban apoyo de nuevos grupos sociales para legitimar sus intereses, admitiendo en la memoria histórica nacional la representación de grupos hasta entonces marginados, cómo los negros, inmigrantes y pobres. Pensamos que por la análisis del patrimonio cultural inmueble, registrado en el *Livro do Tombo Histórico*, es posible percibir como la comprensión de la cultura oficial brasileña y su consecuente valorización de la memoria histórica nacional tuvieron origen en la representación de solamente algunos grupos y, posteriormente, recibieran las minorías sociales, siguiendo, por lo tanto, las transformaciones del universo político brasileño. Las fuentes de la pesquisa son los procesos de registro de bienes materiales inmuebles en el *Livro do Tombo Histórico*, las atas de reuniones del *Conselho Consultivo* del SPHAN/DPHAN/IPHAN y las leyes y documentos relacionados al patrimonio cultural, analizados junto con la bibliografía del tema.

Palabras clave: Patrimonio cultural. Memoria y identidad. *Estado Novo*. Dictadura Militar. Bienes culturales materiales inmuebles.

LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CFC	Conselho Federal de Cultura
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DAC	Departamento de Assuntos Culturais
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EMBRAFILME	Empresa Brasileira de Filmes
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
ENBA	Escola Nacional de Belas Artes
ESG	Escola Superior de Guerra
FNpM	Fundação Nacional Pró-Memória
FUNARTE	Fundação Nacional de Arte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde
PAC	Programa de Ação Cultural
PNC	Política Nacional de Cultura
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PNC	Política Nacional de Cultura
SEAC	Secretaria de Assuntos Culturais
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 MEMÓRIA, IDENTIDADE, PATRIMÔNIO CULTURAL E A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN) DURANTE O ESTADO NOVO	24
1.1 Memória, identidade e patrimônio cultural	24
1.2 Classificações, categorias e instrumentos de proteção do patrimônio cultural: a materialidade e a imaterialidade conforme as definições do IPHAN	36
1.3 A criação do Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) durante o Estado Novo	54
CAPÍTULO 2 OS BENS REPRESENTANTES DO BRASIL CATÓLICO, BRANCO, ELITISTA, ORDEIRO E DISCIPLINADO	70
2.1 As instituições religiosas: a formação do Brasil católico	70
2.2 A justificativa arquitetônica e a representação das elites	79
2.3 As edificações do poder político: a representação da vitória do Estado na construção nacional	94
2.4 O tombamento dos bens do progresso material brasileiro e o conflito entre tradição e modernidade	101
2.5 Os tombamentos em virtude das “pessoas ilustres” que nasceram ou residiram em determinados lugares	110
CAPÍTULO 3 A DITADURA MILITAR E O USO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COMO UM DOS MEIOS DE ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL	113
3.1 O incentivo ao turismo como forma de atender aos princípios de desenvolvimento econômico da Doutrina de Segurança Nacional	113
3.2 A criação do Conselho Federal de Cultura: a articulação com a DPHAN/IPHAN e os interesses pessoais na preservação do patrimônio cultural	126
3.3 A realização dos Encontros de Governadores e a descentralização das ações voltadas ao patrimônio cultural	132

CAPÍTULO 4 A ABERTURA POLÍTICA E AS NOVAS CONCEPÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	137
4.1 A distensão política e a divulgação do documento Política Nacional de Cultura ...	137
4.2 A criação do Centro Nacional de Referência Cultural e os trabalhos desenvolvidos ...	142
4.3 A SPHAN/Pró-Memória e a mudança conceitual do patrimônio cultural brasileiro ..	155
4.4 Os tombamentos realizados na década de 1980 que representam um “modo de fazer” e a cultura dos negros e imigrantes	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	180
APÊNDICES	
APÊNDICE A: instituições religiosas que representam o Brasil católico	191
APÊNDICE B: bens que representam o poderio político-econômico das elites	204
APÊNDICE C: bens que representam a vitória do Estado na construção nacional	211
APÊNDICE D: bens que representam o desenvolvimento e progresso material brasileiro	217
APÊNDICE E: bens que representam as “personalidades ilustres” da história nacional	225
APÊNDICE F: bens que representam os modos de fazer	228
APÊNDICE G: bens que representam a cultura e a religiosidade dos negros	229
APÊNDICE H: bens que representam os imigrantes	230

INTRODUÇÃO

Em agosto de 1986, o “Terreiro da Casa Branca” (Ilê Axé Iyá Nassô Oká) foi o primeiro centro de culto afro-brasileiro inscrito no Livro do Tombo Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).¹ Localizado na cidade de Salvador, Estado da Bahia, o local ocupa uma área que possui edificações, árvores e objetos sagrados que foram reconhecidos como patrimônio nacional e representantes da primeira casa de candomblé de Salvador.

Segundo o processo de tombamento do terreiro, a documentação existente e a tradição oral permitem identificar o templo afro-brasileiro como o mais antigo de Salvador e talvez do Brasil, com fundação datada de aproximadamente final do século XVII. Identificado como local de prática de candomblé originário da “nação” Ketu, em referência ao lugar de origem de seus principais fundadores, o terreiro instalou-se inicialmente em terreno anexo à Igreja da Barroquinha, no Centro Histórico de Salvador, tornando-se uma matriz de culto da qual outros terreiros brasileiros descendem. Posteriormente, foi transferido para o bairro Engenho Velho, periferia da cidade, mudança ocorrida possivelmente em função da repressão que os negros sofreram em virtude de levantes e da perseguição de suas manifestações religiosas.

O tombamento do Terreiro da Casa Branca, cujo Relator foi o antropólogo Gilberto Velho, ocorreu na 108ª reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, de 31 de maio de 1984, e foi aprovado com estreita margem: três votos a favor (conselheiros Lourenço Luiz Lacombe, Gilberto Velho e Alcides Mafra de Souza), um contra (conselheiro Gerardo Camara), duas abstenções (conselheiros Eduardo Kneese de Mello e Gilberto Ferrez) e um pedido de adiamento (conselheiro Pedro Calmon).

¹ Institucionalizado no primeiro ano do Estado Novo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) é desde então a instituição federal responsável por organizar a proteção do patrimônio cultural nacional. Quando criado, estava vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MES). Em 1946, ocorreu a primeira alteração institucional, que passou a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), ainda vinculado ao MES e, a partir de 1953, com a separação das pastas da Educação e Saúde, ficou submetido ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 1970, transformou-se em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculado ao Departamento de Assuntos Culturais (DAC) do MEC. Em 1979, foi alterado para Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), subordinado diretamente ao Ministro da Educação e Cultura. Em 1981, mantendo essa sigla, transformou-se em Subsecretaria da Secretaria de Cultura (SEAC) do MEC, que foi o embrião do futuro Ministério da Cultura, criado em 1985, ao qual a SPHAN permaneceu vinculada. Em 1990, passou a denominar-se Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), voltando, em 1994, à atual designação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Não é nosso objetivo discutir tais alterações, uma vez que a nomenclatura da instituição foi alterada ao longo dos anos mais em virtude da estrutura burocrática dos órgãos federais do que por mudanças efetivas em suas funções, que permaneceram praticamente inalteradas ao longo de sua história: selecionar, organizar e adotar medidas de proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Referido tombamento representou a discussão entre os novos critérios socioculturais que deviam permear as resoluções de proteção do patrimônio cultural brasileiro, uma vez que a cultura, segundo o Relator, é um “[...] fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais que expressem crenças, valores e visões do mundo existente em uma sociedade.”²

A área do tombamento do Terreiro da Casa Branca inclui cerca de 6.800 m², possui uma edificação principal, onde se realizam os cultos, e outras Casas de Santo em sua volta, além da Praça de Oxum, monumentos, árvores e casas da comunidade local. Todo o espaço protegido é considerado sagrado para os membros do terreiro, representando simbolismos da tradição religiosa do candomblé.

Na época do tombamento, as atividades do terreiro estavam ameaçadas, uma vez que a posse da área era de terceiros e estes a colocaram à venda. Isso podia resultar na expulsão dos moradores e no fim das celebrações. Foi então realizada uma mobilização que contou com apoio de grupos afros, intelectuais como Jorge Amado, Carybé e Dorival Caymmi, instituições como a Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade Federal da Bahia, da população local e do Prefeito Municipal de Salvador. Este último realizou a desapropriação da área e posterior doação à Associação São Jorge do Engenho Velho, representante civil do Terreiro da Casa Branca.

Na discussão do Conselho Consultivo, Gilberto Ferrez justificou sua abstenção dizendo que o tombamento pressupõe a “imutabilidade” de um bem, e como o terreiro representava uma religião caracterizada pela tradição oral, dinamismo e constantes recriações, a proteção do espaço físico não garantiria a continuidade da manifestação do culto. Já o Relator Gilberto Velho afirmou que, do ponto de vista antropológico, era de extrema relevância efetivar o tombamento como forma de assegurar as “[...] condições mínimas de continuidade ao culto, permitindo ao grupo sair da precária situação em que está atualmente, de luta pela sobrevivência.”³ Ao deferir o tombamento, o Conselho Consultivo garantiu a proteção legal do local onde o candomblé é praticado, ou seja, as edificações, vegetação e objetos ritualísticos que representam a materialidade da tradição religiosa.

O procedimento técnico atual de tombamento inicia-se com um pedido que pode ser feito por qualquer cidadão ou entidade. A partir daí, ocorre a instrução do processo e a elaboração de um dossiê que contém estudos e pareceres a respeito da relevância e

² IPHAN. Ata da 108ª reunião do Conselho Consultivo, realizada em 31/05/1984. Livro de Atas n.º 01, fl. 178.

³ Ibid., fl. 179 (verso).

reconhecimento cultural do bem, além da parte legal, como a notificação de tombamento enviada ao proprietário e o respeito aos prazos de impugnação.

Esse conjunto documental é submetido ao Conselho Consultivo do IPHAN para votação e, em caso de deferimento, encaminhado ao Ministro da Cultura para homologação. Finalmente, tratando-se de um bem material imóvel, como é o caso do Terreiro da Casa Branca, realiza-se a inscrição do tombamento em um ou mais Livros do Tombo que existem desde a década de 1930: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo de Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Até meados de 1980, os bens materiais imóveis eram divididos nas seguintes categorias: edificação, edificação e acervo, ruína, conjunto arquitetônico, conjunto rural, conjunto urbano, infraestrutura ou equipamento urbano, jardim histórico, jardim arqueológico e bem paleontológico. O tombamento do Terreiro da Casa Branca levou à inserção de uma nova categoria de bens tombados: terreiro. Posteriormente, foi inserida também a categoria de quilombo.

Após o primeiro reconhecimento e proteção de um centro de culto afro-brasileiro, outros terreiros puderam ser protegidos como representações religiosas identitárias de significativas parcelas da sociedade brasileira. São exemplos de terreiros tombados posteriormente pelo IPHAN: Terreiro do Axé Opô Afonjá (Salvador/Bahia, 1998); Terreiro de Candomblé Ilê Iyá Omim Axé Lyamassé (Salvador/Bahia, 2000); Terreiro do Alaketo, Ilê Maroiá Láji (Salvador/Bahia, 2001); Terreiro de Candomblé do Bate-Folha (Salvador/Bahia, 2001); Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oxumaré (Salvador/Bahia, 2002); Terreiro Casa das Minas Jeje (São Luís/Maranhão, 2000). Outros se encontram em fase de instrução ou homologação.⁴

⁴ Terreiro Zogbodo Male Bogun (Cachoeira/Bahia, 2011, homologado); Terreiro Viva Deus – Egbè Eràn Ope Olúwa (Cachoeira/Bahia, 2011, homologado); Terreiro Aganjú Didê da Nação Nagô-Tedô (Cachoeira/Bahia, 2016, instrução); Terreiro de Aché Ilê Cicôngo Roxo Mucumbe de H'anzambi (Guanambi/Bahia, 2014, instrução); Terreiro Culto aos ancestrais “Omo Ilê Agboulá (Itaparica/Bahia, 2002, instrução); Terreiro do Ilê Axé Opô Ajuganá (Lauro de Freitas/Bahia, 2000, instrução); Terreiro São Jorge Filho da Goméia (Lauro de Freitas/Bahia, 2015, instrução); Terreiro Palácio de Ogum (Lençóis/Bahia, 2007, instrução); Terreiro Banda Lecongo (Maragogipe/Bahia, 2015, instrução); Terreiro do Ilê Ache Iba Ogum (Salvador/Bahia, 2000, instrução); Terreiro Tumba Junçara da Nação Angola (Salvador/Bahia, 2004, instrução); Terreiro Mokambo-Onzo Nguzo Za Nkisi Dandalunda Ye Tempo (Salvador/Bahia, 2005, instrução); Terreiro Ilê Axé Yá Oman (Santo Amaro da Purificação/Bahia, 2015, instrução); Terreiro de Candomblé do Cajá (São Félix/Bahia, 2008, instrução); Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá – Ilê Oxum (Valparaíso/Goiás, 2011, instrução); Terreiro Obá Ogunté – Sítio Pai Adão (Recife/Pernambuco, 2009, instrução); Culto Corte Real da Nação de Ijexá – Ilê Ti Osum Omi Iya Iiya Oba Ti òdô Ti Ogum Alé (Belford Roxo/Rio de Janeiro, 2013, instrução); Terreiro Santo Antônio dos Pobres – Ilê Ogum Megegê Asé Baru Lepé (Duque de Caxias/Rio de Janeiro, 2006, instrução); Terreiro de Candomblé Asé Nassó Oká Ilê Osun, no município de Nova Iguaçu (Nova Iguaçu/Rio de Janeiro, 2006, instrução); Terreiro Ilê Omulu Oxum (São João do Meriti/Rio de Janeiro, 2014, instrução); Terreiro Filhos de Obá (Laranjeiras/Sergipe, 1994, instrução); Espaço Religioso Cultural Afro Brasileiro – Neguito Pai Dancy (São

Podemos afirmar que o caso do Terreiro da Casa Branca, que em 1984 suscitou discussão com diferentes pontos de vista entre os membros do Conselho Consultivo, não se realizaria antes da década de 1980, uma vez que a história do tombamento no Brasil percorreu um longo caminho, marcado por interesses políticos em torno da formação da identidade nacional e das representações de grupos sociais mais ou menos valorizados.

Este trabalho objetiva analisar como a política de tombamento no Brasil, entre 1937 a 1985, valorizou uma determinada memória histórica nacional a partir dos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico e, ao fazê-lo, privilegiou alguns grupos sociais em detrimento de outros para conseguir comportamento político apropriado ao Brasil ordeiro e disciplinado.

Ao selecionar por muito tempo bens cuja história remetia-se a uma ideia de Brasil branco, católico, elitista, de origem lusitana, ordeiro e disciplinado⁵ que se queria construir do Brasil na década de 1930 o IPHAN contribuiu para a afirmação de imaginário e princípios sociais afeitos ao Brasil do autoritarismo, correspondendo especialmente aos interesses do Estado Novo e da Ditadura Militar. No entanto, durante a abertura política, realizada a partir do governo de Ernesto Geisel, foi preciso ampliar a noção de patrimônio, exatamente no momento em que, politicamente, os militares buscavam apoio de novos grupos sociais para a legitimação de seus interesses, admitindo na memória histórica nacional a representação de grupos até então marginalizados da cultura, como negros, imigrantes e pobres.

Esta pesquisa é tributária das concepções de memória, nação e identidade postuladas especialmente pelos historiadores Eric Hobsbawm, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Roger Chartier e Françoise Choay e pelos sociólogos Maurice Halbwachs e Michael Pollak.

Em relação à bibliografia utilizada sobre o patrimônio cultural brasileiro, existem muitos trabalhos que traçam a história do IPHAN ao longo do século XX, mas poucos que abordam especificamente a análise do patrimônio a partir dos processos de tombamento e das inscrições no Livro do Tombo Histórico e avaliam o que esses bens representaram na construção da memória histórica nacional.

Paulo/São Paulo, 2013, instrução); Terreiro Ilê Axé Oxossi Caçador (São Paulo/São Paulo, 2016, instrução). Consulta realizada no site do IPHAN em 15/02/2017.

⁵ Quando nos referimos neste trabalho ao Brasil branco, católico, ordeiro e disciplinado não estamos dizendo que a sociedade brasileira era de fato constituída unicamente por esses elementos, mas trata-se de uma ideia de Brasil que se quer construir, especialmente a partir da década de 1930 e que teve influência por muito tempo, inclusive na forma histórica como se pensava a nação. Para facilitar utilizamos então essas expressões, ou seja, Brasil branco, católico, ordeiro e disciplinado. Em relação ao Brasil das elites, tomamos como elite grupos que econômica e politicamente tiveram predominância na história do Brasil e configuraram como entes sociais privilegiados.

Algumas obras foram muito importantes para as reflexões sobre o patrimônio cultural brasileiro e os interesses políticos envolvidos no tema. A primeira é o livro intitulado “Estado e Cultura no Brasil”, organizado pelo sociólogo Sérgio Miceli, em 1984, no qual os autores abordam nos textos as atividades culturais da década de 1970. No capítulo de Joaquim Arruda Falcão, “Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”, o professor já aponta que a preservação do patrimônio cultural brasileiro fez-se com a proteção legal de monumentos de “pedra e cal” cuja origem social vinculava-se às experiências vitoriosas da etnia branca, da religião católica e da elite político-econômica brasileira. Entretanto, o autor não aprofunda sua análise.

A segunda obra é a Dissertação de Mestrado da antropóloga Silvana Rubino, defendida em 1992 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas: “As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1968).” A autora discute com precisão o panorama que precede a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e vislumbra o interesse do governo getulista na implantação da instituição, a predominância dos intelectuais mineiros, as concepções do patrimônio nacional da época, a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico e o tombamento de bens que representavam um Brasil católico e senhorial. A análise da autora recaiu sobre o período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade foi diretor do órgão.

Outro trabalho importante e mais recente é o da socióloga Maria Cecília Londres Fonseca, intitulado “O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil”, publicado pela primeira vez em 2007 em parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o IPHAN. Ela destaca dois períodos, as décadas de 1930 e 40 e, posteriormente, de 1970 e 80. Acredita que nesses dois momentos os intelectuais que atuaram na preservação do patrimônio possuíam relativa autonomia, não se atrelando à visão ideológica do Estado.

Fonseca destaca que o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade em 1936, substancialmente modificado e aprovado na forma do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, ficou “hibernado” até a década de 1970, quando Aloísio Magalhães assumiu a direção do IPHAN e retomou os conceitos andradinos sobre cultura e patrimônio. A socióloga, inclusive, desenvolveu trabalhos em parceria com Magalhães quando ambos foram pesquisadores do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), fundado em 1975, além de ter sido diretora de projetos da Fundação Nacional Pró-Memória, criada e anexada ao IPHAN em 1979, momento em que Aloísio Magalhães foi designado diretor das duas instituições.

Finalmente, a historiadora Márcia Regina Romeiro Chuva publicou, em 2009, pela editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a obra “Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).” Uma vez que a Chuva trabalhou no IPHAN entre os anos 1985 e 2009, o livro traz uma valiosa contribuição de dados e documentos e traça o perfil do órgão durante as décadas de 1930 e 40, enfatizando a predominância dos arquitetos nas ações voltadas ao patrimônio.

Ao refletirmos sobre essas obras, que muito contribuíram para o trabalho, acreditamos que é preciso abordar de forma mais ampla a proteção do patrimônio não apenas no momento da criação e primeiros trabalhos do SPHAN ou da renovação teórica da instituição a partir da década de 1970, mas demonstrar que o tipo de seleção dos bens culturais e a prática de tombamento estabelecida a partir da década de 1930 foram contínuos, predominando por muitas décadas a visão dos modernistas conservadores da década de 1920. Entretanto, mesmo com a recorrência de determinados critérios na seleção e proteção dos bens culturais de 1937 a 1985, é necessário também avaliar algumas novidades em determinados momentos.

Corroboramos com as ideias de Falcão e Rubino em relação à representatividade dos bens culturais, mas não avaliamos, conforme fazem esses dois autores, todos os bens culturais tombados. Consideramos a especificidade do patrimônio cultural material imóvel inserto no Livro do Tombo Histórico que, conforme destaca o artigo 4º do Decreto-Lei n.º 25, deve receber as inscrições das “coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica.” É claro que todo o patrimônio cultural fornece indícios de como a cultura nacional foi tratada ao longo da história do IPHAN, mas acreditamos que as diferentes inscrições em cada Livro do Tombo possuem particularidades que devem ser consideradas em diferentes análises.

Levamos em consideração os estudos de Fonseca e Chuva, mas propomos uma interpretação do patrimônio cultural brasileiro no período de 1937 a 1985 que não considera a presença dos arquitetos no IPHAN e a “hibernação” do projeto de Mário de Andrade como fatores principais de sua atuação. A preocupação, ainda que os arquitetos tenham exercido influência por muitas décadas na instituição, é refletir como a política de tombamento no Brasil valorizou uma determinada memória histórica nacional e quais as similaridades e diferenças na seleção dos bens tombados em diferentes momentos e variados interesses políticos da história do Brasil em parte do século XX.

Além disso, a maioria dos trabalhos sobre patrimônio cultural costuma adotar unicamente duas fases distintas, criadas pelo próprio IPHAN na primeira obra que traça a história oficial da instituição: “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”, publicada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e

Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) em 1980. A obra institucional chama a primeira fase de proteção do patrimônio cultural brasileiro de “heroica”, vinculada aos nomes de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN no período de 1937 a 1967, e Renato Soeiro, diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)/IPHAN de 1967 a 1979. A segunda fase é denominada de “modernizadora”, atrelada ao nome de Aloísio Magalhães, que assumiu a direção do Instituto em 1979.

Acreditamos que as figuras de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Renato Soeiro e Aloísio Magalhães foram importantes enquanto condutores dos trabalhos desenvolvidos na área patrimonial e porta-vozes oficiais do SPHAN/DPHAN/IPHAN, mas não se pode esquecer que eles fizeram parte de uma estrutura governamental regida por leis, normas, interesses e demandas específicas em cada período.

Para avaliar o que os bens culturais materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico representaram na construção da memória histórica nacional entre os anos de 1937 e 1985 optamos não dividir este trabalho apenas entre as fases heroica e modernizadora, mas em três períodos políticos distintos.

O primeiro vai de 1937 a 1963, fase longa e complexa, uma vez que a jovem República e seus governantes tiveram que lidar com questões voltadas à educação, disputas estaduais na participação política, transformações culturais advindas do movimento modernista, urbanização, industrialização, formação da identidade nacional etc. O segundo vai de 1964 a 1973, quando o regime militar, utilizando práticas autoritárias, censura e repressão, adotou um modelo de desenvolvimento político, econômico e social atrelado aos princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). O terceiro período vai de 1974 a 1985, quando o governo geiselista inicia o processo de distensão política e adota novas posturas visando a cooptação de setores sociais até então marginalizados, em uma tentativa de legitimação dos interesses políticos da abertura lenta, gradual e segura.

Em 1937, o SPHAN foi institucionalizado pelo Decreto-Lei n.º 25, fruto especialmente das ações do Presidente Getúlio Vargas, do Ministro da Educação Gustavo Capanema e do escritor e então Chefe do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo Mário de Andrade. Foi escolhido para a direção do órgão o escritor Rodrigo Melo Franco de Andrade. Estes intelectuais estiveram engajados com o movimento modernista da década de 1920 e buscaram definir a identidade do Brasil.

Antes da promulgação do Decreto-Lei n.º 25, Mário de Andrade havia feito, a pedido de Gustavo Capanema, um anteprojeto que compreendia a cultura brasileira em suas diversas manifestações, de forma similar ao que definimos atualmente como patrimônio material e

imaterial. Embora separasse arte popular (indumentárias, cerâmicas, arquiteturas, contos, lendas, danças, instrumentos de caça e pesca indígena etc.) e arte erudita (manifestações de artistas consagrados nacionais ou estrangeiros que atuaram no Brasil), propunha que ambas fossem consideradas portadoras de referência da cultura nacional. A proposta trazia os traços modernistas de buscar as origens da cultura brasileira e valorizar o indígena e as tradições regionais, mesmo que ainda não fizesse referência direta aos negros e imigrantes, que continuavam alijados socialmente.

O anteprojeto não encontrou força social e política para ser aprovado integralmente e foi significativamente alterado. O Decreto-Lei n.º 25 estabeleceu como patrimônio cultural brasileiro o conjunto de bens móveis e imóveis, ou seja, apenas bens materiais, cuja conservação, segundo o artigo 1º, fosse “[...] de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, bibliográfico ou artístico.” Cabia ao SPHAN selecionar o que devia ser protegido dentro dessa definição e realizar o tombamento e inscrição dos bens nos Livros do Tombo.

A partir da criação do SPHAN, do estabelecimento de sua equipe de trabalho, da nomeação do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade e da criação de um Conselho Consultivo que deliberava sobre impugnações ao tombamento, a instituição federal deteve-se na proteção de bens que representavam a memória e identidade de um Brasil tido como católico, branco, elitista e de origem lusitana.

É importante destacar que a condução dos trabalhos do SPHAN, desenvolvida entre as décadas de 1930 e 60, em relação aos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico e aos grupos privilegiados, perpassou todo o período de 1937 a 1985, ainda que o número de tombamentos tenha caído ao longo dos anos.

Depois de décadas de trabalho sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a prática do tombamento e sua representatividade arraigaram-se na instituição; entretanto, durante os primeiros governos militares, período de 1964 a 1973, houve a inserção de um novo elemento ao tema do patrimônio cultural, que foi sua utilização econômica por meio do incentivo ao turismo. Assim, a novidade introduzida não tratava de mudar a representatividade daquilo que se tombava, mas de usar o turismo como estratégia de exploração econômica do desenvolvimento nacional, meta que atendia aos princípios da DSN.

Uma das medidas adotadas no governo de Castelo Branco foi a busca pela cooperação técnica com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que possibilitou a vinda de patrimonialistas internacionais como o arquiteto

francês Michael Parent ao Brasil para a realização de visitas e emissão de pareceres técnicos sobre restauração e aproveitamento do potencial dos bens em relação ao turismo.

Foi também criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1966, responsável pela articulação dos órgãos federais e estaduais para organizar a produção cultural do país. Cabia ao Conselho ser o interlocutor entre a DPHAN e a UNESCO, a fim de obter recursos financeiros para restaurações de bens culturais, fazendo propaganda dos mesmos como pontos turísticos do país e compatibilizando os interesses de preservação ao modelo de desenvolvimento econômico nacional vigente.

Merece destaque no governo de Emílio Garrastazu Médici a realização do primeiro e segundo Encontro de Governadores, ocorridos nos anos de 1970 e 71, que trataram da descentralização das ações de proteção e defesa do patrimônio cultural brasileiro. Coordenados pelo CFC e pela DPHAN, os eventos resultaram na assinatura de dois documentos: o Compromisso de Brasília e o Compromisso de Salvador.

Foi o momento em que o governo militar reconheceu a “[...] necessidade de ação supletiva dos Estados e Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional [...]”,⁶ tendo os governadores se comprometido a criar organismos estaduais específicos responsáveis pela implantação de legislação de proteção dos bens culturais. A proposta era que União, Estados e Municípios compartilhassem a responsabilidade pela conservação do patrimônio cultural nacional, firmando a pretensão de que fosse ampliado o rol dos bens culturais brasileiros.

Essas medidas mostraram a intenção do governo militar em estimular estados e municípios na promoção do turismo para o desenvolvimento econômico de suas regiões, mas significaram também que o tratamento do patrimônio cultural não seria mais restrito ao IPHAN e que a memória nacional devia levar em conta as memórias regionais, descentralizando ações e permitindo que cada ente federativo reconhecesse em seus patrimônios culturais os valores dos grupos sociais formadores de sua região. Embora tenha sido um passo importante, essa descentralização não significou plena autonomia, pois o discurso oficial daquilo que merecia ser preservado ainda partia do IPHAN e continuava atrelado ao modelo de desenvolvimento econômico por meio do incentivo à utilização dos bens culturais para fins turísticos.

⁶ IPHAN. **Compromisso de Brasília**. Brasília, abril de 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

Finalmente, ainda pensando na utilização econômica do patrimônio cultural, foi criado em 1973, pelos Ministérios do Planejamento, do Interior e da Indústria e Comércio, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), que passou a funcionar com recursos da Secretaria de Planejamento, objetivando restaurar bens tombados em nove estados do Norte e Nordeste e, a partir de 1977, do Sudeste.

A última fase que avaliamos vai de 1974 a 1985, quando, muito em virtude da abertura política, foram reconhecidas como bens culturais edificações representativas de grupos sociais até então marginalizados da memória histórica nacional. A crise de legitimidade do regime militar teve que lidar com pressões sociais, necessidade de ampliar alianças e novos debates sobre a cultura brasileira.

Foi aprovado em 1975 o documento Política Nacional de Cultura (PNC), pelo qual postulava que “o desenvolvimento não é um fato de natureza puramente econômica. Ao contrário, possui uma dimensão cultural que, não respeitada, compromete o conjunto”.⁷ A identidade cultural brasileira, de acordo com o documento, tinha uma perspectiva pluralista que se expressava na diversidade regional, e esta, juntamente com as influências externas, representava o “sincretismo” característico da “marca” brasileira. Ainda que a preocupação fosse atrelar cultura a desenvolvimento econômico e progresso, abriu-se espaço para a discussão sobre a diversidade dos grupos sociais que compunham a nação.

A partir de 1979, na direção de Aloísio Magalhães, o IPHAN alterou sua prática de tombamentos e passou a considerar bens até então não contemplados, como os representantes da cultura negra, imigrante e os “modos de fazer”. Todo esse movimento desembocou na Constituição Federal de 1988, que ampliou o conceito e as classificações dos bens culturais.

Para analisar todas as transformações dessas três fases que consideramos distintas em relação à atuação do SPHAN/DPHAN/IPHAN e aos interesses políticos envolvidos, dividimos este trabalho em quatro capítulos.

A fase de 1937 a 1964 corresponde ao primeiro e segundo capítulos. No primeiro abordamos as relações entre memória, identidade e patrimônio e de que maneira a preservação de bens culturais e as concepções de patrimônio alicerçam a memória histórica nacional, influenciando o que os homens pensam de si mesmos e da nação. Explicamos sobre as classificações e categorias dos bens culturais brasileiros e a definição que tomamos de patrimônio cultural. Finalmente, avaliamos a implantação do SPHAN em 1937.

⁷ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Cultura**. Brasília: Ed. MEC, 1971. p. 09.

No segundo capítulo tratamos de que forma a prática de tombamento estabelecida pelo SPHAN privilegiou tombamentos que se remetia à memória coletiva de grupos privilegiados da sociedade e apresentavam o Brasil como um país católico, branco, elitista, ordeiro e disciplinado. Embora a ênfase seja nas características dos trabalhos desenvolvidos na fase de 1937 a 1964, sobretudo durante o Estado Novo, obviamente a representatividade desses tombamentos não se alterou imediatamente a favor de outros, portanto, abordamos a continuidade e as semelhanças que transcorreram até 1985.

A segunda fase, de 1964 a 1973, ou seja, as alterações advindas a partir do regime militar e a utilização econômica do patrimônio por meio do turismo, são as preocupações do terceiro capítulo. A prática de tombamento e a representatividade dos bens selecionados permaneceram atreladas ao Brasil das igrejas, das grandes fazendas, dos sobrados urbanos, dos fortes militares, dos ciclos econômicos, das pontes urbanas, dos chafarizes, dos líderes nacionais etc., sem grandes alterações na percepção de quais bens mereciam preservação. A inovação foi a preocupação notadamente econômica com o potencial turístico do Brasil.

Finalmente, a terceira fase que consideramos, de 1974 a 1985, é discutida no quarto capítulo. Tratamos da abertura política e da diversificação dos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico a partir da escolha de Aloísio Magalhães como novo diretor do IPHAN, momento em que bens representantes da cultura negra, da imigração e dos “modos de fazer” foram reconhecidos e protegidos como partes integrantes da memória histórica nacional.

Acreditamos que, por meio da análise do patrimônio material imóvel tombado e inscrito pelo SPHAN/DPHAN/IPHAN no Livro do Tombo Histórico de 1938 a 1985, é possível perceber como a concepção de cultura oficial brasileira e a conseqüente valorização da memória histórica nacional saíram da representação de apenas alguns grupos e incorporaram minorias sociais, acompanhando, portanto, as transformações do universo político brasileiro, sobretudo os interesses do Estado Novo e da Ditadura Militar.

Para responder aos objetivos e comprovar nossa hipótese, levando em consideração o tema e recorte selecionados, as fontes de pesquisa foram a legislação e documentos oficiais referentes ao patrimônio cultural brasileiro, os Processos de Tombamento dos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico e as Atas do Conselho Consultivo do SPHAN/DPHAN/IPHAN.

Por meio da legislação foi possível avaliar o posicionamento do governo brasileiro em relação ao tema, quais as posturas, direitos e deveres, interferências político-ideológicas, centralização ou descentralização das ações ocorreram ao longo das décadas. Nos Processos

de Tombamento estão estabelecidos os critérios técnicos, descritivos e pareceres que justificam a representatividade histórico-cultural e a recomendação de tombamento. Nas Atas do Conselho Consultivo é possível identificar as justificativas de aceitação ou recusa dos conselheiros para determinar quais bens foram merecedores de proteção legal via tombamento, possibilitando avaliar as discussões e posicionamentos desses intelectuais e os critérios utilizados para justificar a representatividade dos bens selecionados como patrimônio cultural nacional.⁸

Juntamente com a análise documental, foi utilizada a bibliografia relacionada aos atores, diretrizes, estratégias e ao cenário sociopolítico e cultural dos vários governos brasileiros no período de 1937 a 1985, objetivando compor um arcabouço informativo e interpretativo do período.

Em relação ao método de pesquisa, levamos em consideração a relação das concepções de memória, nação e identidade, na medida em que esses conceitos se relacionam com o patrimônio cultural. Ou seja, avaliamos os conceitos de memória e identidade e seus usos e práticas no campo do patrimônio cultural material imóvel. Acreditamos que esses bens foram utilizados como símbolos na construção e difusão da memória histórica nacional com expressas funções políticas.

Finalmente, cremos que as reflexões sobre a representação dos grupos sociais nos bens tombados é importante e necessária para que os trabalhos de proteção e salvaguarda desenvolvidos pela União, Estados ou Municípios reflitam sobre suas práticas, que muitas vezes ainda têm similaridades com aquelas estabelecidas na década de 1930, e sobre as relações de poder que envolvem a construção da memória e da identidade. Buscamos contribuir com a discussão sobre o patrimônio cultural brasileiro e colaborar para que a proteção da memória coletiva seja a mais democrática possível.

⁸ A legislação fundamental sobre o patrimônio cultural nacional pode ser consultada em: BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre patrimônio cultural**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. Os Processos de Tombamento e o Livro de Atas do Conselho Consultivo encontram-se no Arquivo Central do IPHAN, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 1

MEMÓRIA, IDENTIDADE, PATRIMÔNIO CULTURAL E A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN) DURANTE O ESTADO NOVO

1.1 Memória, identidade e patrimônio cultural

A discussão sobre patrimônio cultural implica pensar nas formas de relação dos homens com o passado, uma relação entre o visível do espaço, sob a percepção do tempo presente, e o invisível daquilo que já aconteceu. Estudar a patrimonialização dos bens culturais, procedentes das relações sociais, significa observar sua representatividade, os discursos sobre o passado, as disputas que marcam a memória, a identidade e os usos políticos do patrimônio por meio de sua proteção.

Uma vez que determinados bens são selecionados e reconhecidos como importantes elementos constitutivos da cultura de um povo, podemos considerá-los segundo a perspectiva de Roger Chartier ao analisar as representações do mundo social. O autor destaca que a história cultural “tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída.”¹ Isso implica adotar alguns caminhos, dentro os quais:

O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.²

Portanto, se tomarmos o patrimônio cultural como uma representação do passado, construída a partir de determinados valores daqueles que o tombam em seu tempo, devemos considerar os interesses dos grupos que produzem discursos sobre o patrimônio e sua proteção e de que maneira os utilizam na construção das percepções do passado, dos sentidos do presente e da legitimação de determinados valores e comportamentos. Chartier destaca:

¹ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1988. p. 16.

² Ibid., p. 17.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custo de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações tem tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social — como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas —, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais.³

Uma vez tombado e inscrito no Livro do Tombo Histórico, o património é apresentado como representante da memória histórica nacional. Esse processo privilegia, aciona e recupera determinadas memórias coletivas, contribuindo no processo de construção identitária e das percepções do social. Trata-se de uma disputa pela representação do passado e pela legitimação do presente.

O tombamento lança luz sobre determinados valores e estabelece critérios de relevância para a história nacional. Por exemplo, ao proteger as diversas edificações das casas grandes e valorizar nos processos de tombamento a forma arquitetônica dessas construções e a história de seus “ilustres” moradores, os organismos de proteção patrimonial selecionam determinadas informações e justificativas para a proteção patrimonial, consideram como fato memorável da nação o poderio econômico das elites brasileiras e ofuscam a ideia de que isso foi feito à custa do trabalho de escravos, ainda que as senzalas muitas vezes também fossem protegidas por extensão, uma vez que estavam ligadas estruturalmente à casa grande.

Os bens culturais em si possuem valores para determinados grupos sociais, mas não têm sua importância e significado reconhecidos oficialmente enquanto não são alvos de proteção legal. Acreditamos que nem sempre os indivíduos identificam-se *a priori* com aquilo que está sendo tombado, mas o uso político que se quer fazer com a seleção dos bens a serem tombados é o que mais importa, ou seja, como os bens culturais são significados de forma a serem legitimados oficialmente como representantes da memória e identidade nacional.

O tombamento funciona como um dos instrumentos de poder político no controle da memória e na construção da identidade da nação. De acordo com Jacques Le Goff, a memória

³ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1988. p. 17.

[...] como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.⁴

Memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta em uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas deste inserto em um determinado contexto social. A memória é importante para os homens porque permite a identidade, a percepção que os indivíduos têm de si e dos outros. É também importante para a identidade da nação, pois representa a memória coletiva dos valores que aproximam ou distinguem os diferentes grupos formadores da sociedade.

A identificação com um passado comum é uma forma de abordagem dos acontecimentos: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.”⁵

Coube a Maurice Halbwachs pesquisar, na década de 1920, o que denominou de “estrutura social da memória”. Segundo o sociólogo, as memórias são construções dos grupos sociais. Embora sejam os indivíduos que lembram, são os grupos que determinam o que é “memorável” e as formas pelas quais algo será ou não lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos e os significam do modo mais relevante para o seu grupo.⁶

Halbwachs aponta duas dimensões da memória: a individual e a coletiva. Esta última sustenta-se “a partir de dados ou de noções comuns” de um conjunto de homens que vivem na mesma sociedade, no compartilhamento de lembranças e no reconhecimento e reconstrução delas sob um fundamento comum. Entretanto, cada integrante de um grupo possui sua memória individual, que também é “um ponto de vista sobre a memória coletiva” e se altera conforme o lugar que o indivíduo ocupa no grupo e as relações que ele mantém com outros meios, tornando a memória coletiva uma “combinação de influências que são, todas, de natureza social” do passado e do presente.⁷

Tomando como exemplo os grupos que ocupam lugar na memória de uma nação, sua história é marcada por vários acontecimentos ao longo do tempo. Indivíduos de uma geração mais recente não possuem lembranças particulares dos eventos pretéritos, mas somente

⁴ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p. 419.

⁵ Ibid., p. 469.

⁶ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 50.

⁷ Ibid., p. 51.

conhecem a trajetória do grupo por meio da memória dos outros, escrita ou oral, que é uma “bagagem de lembranças históricas” que pode ser ampliada cotidianamente.⁸

Essa bagagem chega aos indivíduos como “noções” e “símbolos” que os membros do grupo reconhecem. Além disso, todo homem reintegra lembranças “em um espaço e um tempo” cujas divisões são estabelecidas com outros homens dos grupos de que faz parte.⁹

Considerações sobre a memória coletiva também foram tecidas por Michael Pollak que, ao contrário de apontar os aspectos de pertencimento e coesão social que a memória coletiva produz, como faz Halbwachs, enfatiza o caráter de conflito, de disputa, de violência e de dominação envolvidos na construção da memória:

Esse reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva já anuncia a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno. Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.¹⁰

Le Goff também reconhece a disputa e a violência presentes na construção da memória coletiva:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.

⁸ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 54.

⁹ *Ibid.*, p. 57.

¹⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 4, 1989.

O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.¹¹

O historiador ainda afirma que a “memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder.” As sociedades cuja memória social são sobretudo orais, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, permitem compreender melhor a “luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.” Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos, sejam orais ou audiovisuais, também não ficaram isentos da vigilância dos governantes.¹²

Ora, se pensarmos então o patrimônio cultural como uma representação do passado, produzida em meio a um processo violento de disputas e interesses do presente no acionamento e formalização de determinada memória coletiva, é evidente que o tombamento é um instrumento de poder de interesse político. Por meio do patrimônio é possível destacar certas memórias coletivas e alijar outras, por exemplo, destacar a elite e seus costumes e alijar pretos e pobres. Mas como o patrimônio cultural faz isso? A partir do momento em que ele é transformado em um lugar de memória.

Halbwachs chama a atenção para a importância das “imagens espaciais” na construção da memória coletiva. Os lugares recebem marcas do grupo a que se reportam, da mesma forma que o grupo também imprime suas marcas em determinado espaço:

Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável. Certamente, os acontecimentos excepcionais também têm lugar neste quadro espacial, mas porque na ocasião certa o grupo tomou consciência com mais intensidade daquilo que ele era desde há muito tempo e até este momento, e porque os vínculos que o ligavam ao lugar se tornaram mais claros, no momento em que iam se romper. Porém, um acontecimento realmente grave sempre causa uma mudança nas relações do grupo com o lugar, seja porque modifique o grupo em sua extensão, por exemplo, uma morte, ou um casamento, seja porque modifique o lugar, quer a família enriqueça ou empobreça, quer o chefe da família seja convocado para um outro posto ou passe a ter outra ocupação. A partir desse momento, não será mais exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva; mas, ao mesmo tempo, o ambiente material não mais será o mesmo.¹³

¹¹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p. 422.

¹² *Ibid.*, p. 470.

¹³ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 133-134.

Pierre Nora avança ainda mais que Halbwachs acerca da problemática dos lugares e sua relação com a história e a memória. O autor aponta que o espaço transforma-se em um lugar de memória a partir de algumas premissas:

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre.¹⁴

A partir da década de 1930, quando os bens culturais começaram a ser protegidos no Brasil e chamados de patrimônio histórico e cultural nacional, o tombamento foi um dos instrumentos utilizados na disputa da construção dos lugares de memória com interesses políticos. Esse processo estendeu-se pelo século XX e ainda se reflete nas ações de proteção do patrimônio cultural, pois o patrimônio sempre será uma reconstrução da representação do passado conforme os interesses do presente. Aquele que tomba quer transformar todo bem tombado em um lugar de memória conforme suas percepções e interesses.

Enquanto lugares de memória coletiva protegidos legalmente pelo Estado por meio do tombamento, a seleção, reconhecimento e proteção do patrimônio cultural é marcada por disputas, privilégios e esquecimentos e está vinculada aos interesses dos sujeitos individuais e coletivos que atuam em diferentes conjunturas.

Ao privilegiar o tombamento de determinados espaços que acionam e privilegiam as memórias de alguns grupos em detrimento de outros, atuando na construção da identidade dos indivíduos e da nação, os governos entenderam que o exercício de poder no controle da memória e da identidade influenciaria a percepção que as pessoas têm de si e do mundo e, com isso, podiam controlar o comportamento político, evitar sublevações sociais, ganhar eleições e legitimar o governo. Esse processo não foi exclusivo do Brasil.

Um dos exemplos de preservação dos monumentos históricos utilizados no projeto de construção da identidade nacional ocorreu a partir da Revolução Francesa, cujos revolucionários tiveram que lidar com duas questões sensíveis: por um lado, destruir bens considerados privados, que representavam sinais da monarquia e do feudalismo e tidos como

¹⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v.10, p. 20-21, dez. 1993.

elementos de dominação e divisão social; por outro, preservar o grande acervo histórico, artístico e arquitetônico que esses bens representavam até mesmo em termos financeiros para a França. A solução do problema foi equacionada a partir da ressignificação dos lugares e sua identificação não com os privilégios da nobreza e do clero, mas com a história da nação francesa. Esse processo estava dentro dos propósitos revolucionários de praticamente eliminar o interesse privado em prol do interesse público.¹⁵

Lynn Hunt observa que, durante a Revolução Francesa, especialmente no período de 1789 a 1794, “as fronteiras entre a vida pública e a vida privada mostraram grande flutuação” e “[...] o desenvolvimento do espaço público e a politização da vida cotidiana foram definitivamente responsáveis pela redefinição mais clara do espaço privado no início do século XIX”.¹⁶

Os revolucionários preocuparam-se em determinar que nenhum interesse privado poderia “prejudicar a vontade geral da nova nação” e tudo aquilo que se considerasse “privado” era tido como faccioso, conspiratório e contrarrevolucionário.¹⁷

As reuniões, o uso da roseta e do barrete característico dos Sans-Culotte, a linguagem, o ambiente familiar, a compra de roupas nacionais, o comportamento moral etc., foram tidos como elementos de patriotismo, ou seja, não era preciso apenas aderir aos ideais republicanos, mas portar-se como um revolucionário. A linha que separava o homem público do homem privado praticamente desapareceu, exceto no caso das mulheres que, embora usassem as cores da Revolução, permaneciam reduzidas ao espaço privado com a tarefa de cuidar da casa e dos filhos.¹⁸

A partir dessa postura de tornar todas as coisas elementos de patriotismo e interesse da nação, houve a percepção de que nem todas as igrejas, castelos e tudo aquilo que representava a cultura elitista do clero, monarquia e senhores feudais deviam ser destruídas, pois elas também possuíam valor nacional e, portanto, de importância para os próprios revolucionários.

Tratava-se, como destaca Françoise Choay, de afirmar a noção de monumento histórico a ser preservado e utilizado politicamente, da identificação dos bens culturais com a memória histórica da nação: uma invenção, criada *a posteriori*, pela qual “todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função memorial.”¹⁹

¹⁵ FRANÇOISE, Choay. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001. p. 110-113.

¹⁶ HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle (Org.). v. 4. **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 18.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibid.*, p. 22.

¹⁹ FRANÇOISE, op. cit., p. 26. De acordo com Choay a expressão patrimônio histórico “[...] designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação

Ao analisar o levante das massas de Paris durante a Revolução Francesa Hobsbawm aponta:

O resultado mais sensacional de sua mobilização foi a queda da Bastilha, uma prisão estatal que simbolizava a autoridade real e onde os revolucionários esperavam encontrar armas. Em tempos de revolução nada é mais poderoso do que a queda de símbolos. A queda da Bastilha, que fez do 14 de julho a festa nacional francesa, ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo o mundo como o princípio de libertação.²⁰

Após a queda da Bastilha houve um período de saques, incêndios e destruição de castelos, igrejas e estátuas. Uma das primeiras medidas adotadas pelos comitês revolucionários no período da Assembleia Constituinte (1789-1791) foi a transferência dos bens dos emigrados, do clero e da Coroa para a nação e a promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que é um documento contra o privilégio dos nobres, mas não democrático e igualitário. Os homens tornavam-se iguais perante as leis e a propriedade privada era um “direito natural, sagrado, inalienável e inviolável.” De acordo com Hobsbawm, o burguês liberal existente entre 1789 a 1845 “não era um democrata, mas sim um devoto do constitucionalismo, um Estado secular com liberdades civis e garantias para a empresa privada e um governo de contribuintes e proprietários.”²¹

Esse novo regime político e social afirmava que expressava a vontade geral do povo, identificado como a nação francesa, e os bens patrimoniais foram tratados pelo viés econômico e cívico. As antiguidades pertencentes à nobreza foram nacionalizadas para preservar e manter seu valor financeiro e os bens recuperados pela nação não podiam ser vendidos pelos seus antigos proprietários. A partir de 1790, o patrimônio cultural francês foi inventariado em diversas categorias que discriminavam o seu estado de conservação.²²

Para o trabalho de inventário os revolucionários criaram a Comissão dos Monumentos, composta por especialistas e cidadãos comuns, que se dividia em dez seções de catalogação dos bens nas seguintes categorias: livros impressos; manuscritos; forais e selos; medalhas

continua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos.” p. 11. A historiadora explica que monumentos são edificações como templos, totens, arcos, túmulos etc., construídas *a priori* para mobilizar a memória a lembrar um passado invocado no presente, a fim de “contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.” p. 18. O monumento histórico, por sua vez, é uma invenção, criada *a posteriori* pelos historiadores e artistas “que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte.” p. 25. Existe nesse processo de escolha dos monumentos históricos uma dubiedade, pois todos “os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial”, da mesma forma que “todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função memorial.” p. 26.

²⁰ HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p 44.

²¹ *Ibid.*, p. 42-43.

²² FRANÇOISE, Choay. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001. p. 100.

antigas e modernas; pedras gravadas e inscrições; estátuas, bustos, baixos-relevos, vasos, pesos e medidas antigos e da idade Média, armas ofensivas e defensivas, mausoléus, túmulos e todos os objetos desse gênero, relacionados à Antiguidade e à História; quadros, pastas de pintores, desenhos, gravuras, mapas, tapeçarias antigas ou históricas, mosaicos, vitrais; máquinas e outros objetos relativos às artes mecânicas e às ciências; objetos relativos à história natural e a seus três reinos; e objetos relativos aos costumes antigos, modernos, europeus e estrangeiros.²³

O patrimônio foi dividido, já naquele período, no que hoje denominamos de bens móveis e imóveis, considerados pertencentes à nação e que deviam ser utilizados no interesse coletivo. Grande parte dos bens móveis foi para depósitos que, inclusive, deram origem ao nome “museu”, ficando expostos ao público com a função de instrução pública, ensinando “civismo, história, assim como as competências artísticas e técnicas. Essa pedagogia é concebida, de imediato, em escala nacional.” O projeto de estabelecer museus por toda França não ficou isento de dificuldades financeiras e conflitos doutrinários e ideológicos, fracassando por muitas vezes. O Museu do Louvre em Paris é um exemplo de sucesso, onde foram “reunidas a maioria das riquezas artísticas sob a Revolução.”²⁴

Em relação aos bens imóveis, muitos foram vendidos a particulares como forma de obter recursos financeiros aos revolucionários. Igrejas, castelos e residências particulares também tiveram um novo uso, como depósitos de munição, de alimentação, uso como mercados, casernas e até mesmo prisões. Esse processo, assim como as tentativas de implantação dos museus, não foi realizado de forma simples, haja vista que as comissões revolucionárias muitas vezes simplesmente não tinham preparo ou recursos financeiros para dar nova destinação aos bens nacionalizados.²⁵

A partir do período do Terror (1792-1795) e com a instauração do Comitê de Salvação Pública, os revolucionários promoveram a “destruição ideológica” do significado dos bens inventariados. Houve uma recodificação da memória, por meio da qual os revolucionários utilizaram as edificações para rememorar não os privilégios elitistas, mas a vitória revolucionária e a instauração da República: as edificações e obras de arte possuíam valores artísticos, históricos e pedagógicos que serviam de orgulho à França perante os demais países

²³ FRANÇOISE, Choay. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001. p. 99-100.

²⁴ *Ibid.*, p. 101.

²⁵ *Ibid.*, p. 105.

e eram também lugares que mostravam aos cidadãos que nem sempre haviam sido livres, representando, portanto, “o preço da liberdade”.²⁶

Em relação à recodificação da memória, Michael Pollak utiliza um termo similar, o de “enquadramento”:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modifica-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. Toda organização política, por exemplo – sindicato, partido etc. –, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo.²⁷

Além da produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, o enquadramento da memória faz-se em espaços como monumentos, museus, bibliotecas etc., que se tornam pontos de referência para a memória e a identidade comum.

Portanto, durante o período revolucionário os bens culturais franceses foram utilizados politicamente, seja pela destruição de artefatos que representavam a cultura elitista, seja pela ressignificação de muitos lugares e sua incorporação ao patrimônio nacional, transformando especialmente as edificações em monumentos históricos, dentro de um processo violento de disputa pela memória.

O uso do patrimônio para criar a identidade da nação pode ser lido também em Hobsbawm que, embora não esteja se referindo diretamente à questão patrimonial, destaca que no final do século XIX e início do século XX a democratização fez com que os países tivessem que se preocupar, dentre outras, com questões “da lealdade e da identificação dos cidadãos ao Estado e ao sistema dirigente.”²⁸

Para resolver esse problema, os Estados buscaram estimular, além do sentimento “de pertencimento ligado à terra natal de um e de todos”, outros elementos em comum:

²⁶ FRANÇOISE, Choay. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001. p. 113.

²⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 10, 1989.

²⁸ HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 103.

[...] lugares, práticas, personagens, lembranças, sinais e símbolos. Alternativamente, a herança de partes, regiões e localidades do que havia se tornado a “nação” poderia ser combinada em uma herança nacional, de modo que até mesmo antigos conflitos vieram a simbolizar sua reconciliação em um plano mais elevado e geral.²⁹

Para que isso fosse difundido, a comunicação e a educação foram utilizadas como instrumentos “[...] para difundir a imagem e a herança da nação e inculcar adesão a ela, bem como ligá-los ao país e à bandeira, frequentemente inventando tradições, ou mesmo nações, com esse objetivo.”³⁰

O patrimônio cultural, entendido como um elemento capaz de acionar determinadas memórias e influenciar na construção da identidade da nação, é utilizado na difusão da imagem e herança nacionais destacadas por Hobsbawm. A proteção dos bens culturais ligada a uma função estatal e, portanto, sujeita aos interesses políticos de cada período, é uma característica da construção da nação moderna. O tombamento, como instrumento jurídico de exercício de poder na seleção do patrimônio a ser resguardado, serviu como meio para delimitar um conjunto de bens protegidos legalmente dentro do espaço público e apresentá-los como representantes da memória histórica nacional.

No Brasil, desde a promulgação do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, e da implantação do Serviço do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (SPHAN), os critérios para selecionar o patrimônio cultural relacionado à história do país foram definidos pela elite intelectual, alinhada aos interesses políticos dos diferentes governos. O SPHAN reconheceu oficialmente determinados valores dos bens culturais e os protegeu, ao menos legalmente, para serem transmitidos às futuras gerações, utilizando-os na construção da representação da nação como forma de acionar o sentimento de pertencimento.

A proteção dos bens culturais, enquanto escolha, traz as marcas da eletividade vinculada a grupos da sociedade e, como prática, carrega a ambivalência da lembrança e do esquecimento. Não há como separar, portanto, a memória e a preservação, via patrimonialização institucional, do exercício de poder. O que estamos apontando é que ao inscrever no Livro do Tombo Histórico, por exemplo, uma igreja, uma escola, uma sede de fazenda, uma ponte, ou qualquer outro bem como representante de “fatos memoráveis da história nacional”, conforme prevê o Decreto-Lei n.º 25, existem interesses na construção da memória histórica nacional. É uma prática que pretende transformar esses bens em lugares de memória, capaz de fixar sentidos e valores e definir qual tipo de percepção do Brasil se queria ter.

²⁹ HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 111.

³⁰ *Ibid.*, p. 112.

No Brasil essa prática obteve sucesso por muito tempo: desde a década de 1930, criou-se, por meio dos bens inscritos no Livro do Tombo Histórico, a representação de um país branco, católico, elitista, ordeiro e disciplinado. Os tombamentos não tiveram, por muito tempo, a preocupação de contemplar a representatividade dos diversos grupos da sociedade brasileira, mas destacar apenas os aspectos convenientes para formar aquela imagem do Brasil.

O sucesso de transformar em lugares de memória os bens culturais representantes de um Brasil homogêneo e supostamente sem conflitos sociais, destacando-se a memória do catolicismo, das elites, do progresso, da educação, da saúde, da defesa nacional etc., foi obtido pela exclusão, que é necessariamente um processo violento, ainda que não faça uso da força física.³¹ Entretanto, a violência não é capaz de sufocar a memória coletiva das minorias.

Mesmo que os governos estabeleçam estratégias para a representação da nação conforme seus interesses políticos, não é possível controlar a memória, porque ela é fluida, depende de quais lembranças são acionadas a partir de determinados objetos, sons, sabores, texturas, imagens etc. As representações não acionam a mesma lembrança e não compõem a memória da mesma forma para todos os grupos, não há como controlar a percepção da matéria, não basta tomar todas as instituições católicas do Brasil uma vez que outras práticas religiosas, tais como o candomblé, mesmo não possuindo templos ou espaços físicos tão definidos, transmitem-se, sobretudo, por meio da oralidade entre diversas gerações.

Em momentos políticos como o Estado Novo e a Ditadura Militar, o interesse de criar um brasileiro ideal foi perseguido a fundo, com ostensiva propaganda nacionalista e práticas coercitivas como a proibição de partidos políticos, a perseguição do movimento estudantil e dos movimentos guerrilheiros etc., mas não foi possível impedir a diversidade da tessitura social, ou seja, não foi possível sufocar completamente as “memórias subterrâneas”,³² fazer um Brasil só branco e católico, só de defensores de Getúlio Vargas, Castelo Branco, Costa e Silva ou Médici, não foi possível nem mesmo impedir as divergências de pensamento existentes no meio militar.

A opção que os militares encontraram a partir de meados da década de 1970 para legitimar os interesses políticos da abertura “lenta, gradual e segura” proposta pelo governo geiselista foi a incorporação das minorias sociais. O governo militar foi obrigado a considerar os diversos grupos da sociedade brasileira e a representação de sua cultura, atingindo inclusive o patrimônio cultural tombado que, após ter a equipe de trabalho do Instituto do

³¹ Cf. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: curso do Collège de França (1989-1992). Lisboa: Edições 70, 2014.

³² O termo é elucidado por Michael Pollak, para o qual as “memórias subterrâneas” são integrantes das “culturas minoritárias e dominadas” e se opõem à “memória oficial”, ou seja, à “memória nacional”. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 4, 1989.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) modificada, passou a considerar nos tombamentos bens materiais imóveis que remetiam à memória de negros, imigrantes e pobres. Essa é a análise do Capítulo 4 deste trabalho, antes é necessário explicar as especificidades do patrimônio cultural e a criação do IPHAN em 1937.

1.2 Classificações, categorias e instrumentos de proteção do patrimônio cultural: a materialidade e a imaterialidade conforme as definições do IPHAN

A Constituição Federal de 1988 define o patrimônio cultural brasileiro como:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

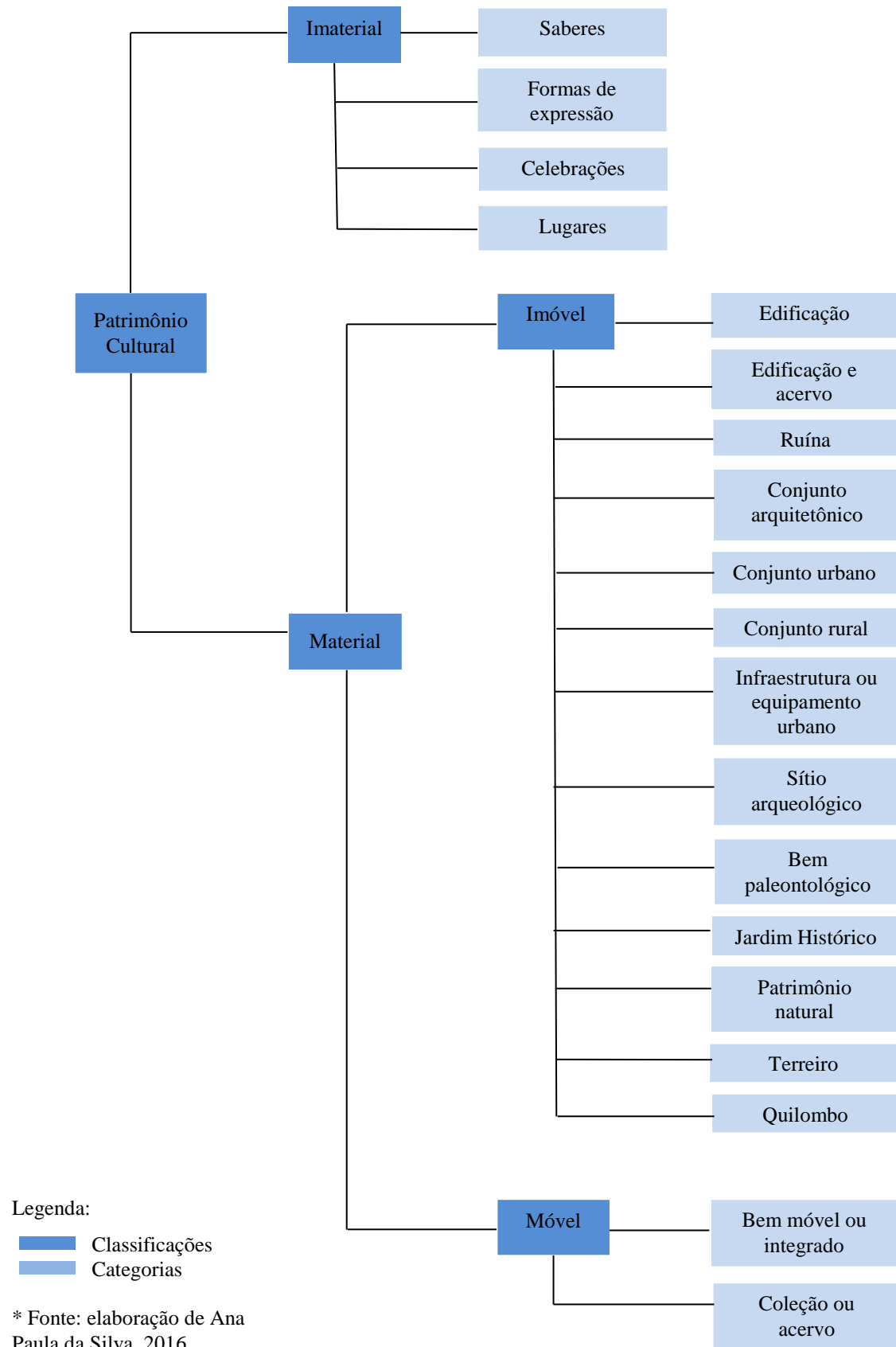
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O significado do patrimônio cultural brasileiro apresentado na Constituição representa a síntese de um processo de discussão e avanço legal que teve início no Brasil na década de 1930. O documento define quais tipos de bens oriundos da produção material e imaterial das relações sociais que, uma vez portadores de referências da ação, da memória e da identidade dos diferentes grupos constituintes da sociedade brasileira, devem ser tratados de forma particular e protegidos como representantes da memória nacional.

As classificações dos bens materiais e imateriais³³ e as categorias em que se dividem, apontadas no organograma a seguir, possuem contornos bem definidos atualmente, estabelecidos depois de um processo de ampliação dos debates sobre a função do patrimônio, da maturação da legislação sobre o tema, da ação de órgãos públicos nacionais e internacionais e das demandas específicas de diferentes períodos dos governos brasileiros ao longo do século XX.

³³ Consideramos como classificações e categorias uma divisão que segue a nomenclatura utilizada pelo IPHAN em relação aos bens tombados e registrados como patrimônio cultural brasileiro.

Organograma 1. Classificações e categorias do Patrimônio Cultural



Os bens imateriais caracterizam-se por ter suportes físicos indiretos, que sozinhos não possuem significado, mas tornam-se ícones de representações, costumes, práticas ou saberes que são transmitidos ao longo de várias gerações e são continuamente recriados. Podem, inclusive, ser alterados em diferentes épocas, mas transformaram-se em elementos de identidade enraizados nas comunidades, nos grupos e nos indivíduos. O IPHAN define o patrimônio cultural imaterial da seguinte forma:

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). [...]

O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. É apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade.³⁴

Para exemplificar a relação entre o suporte físico e os conhecimentos e técnicas existentes em um bem imaterial podemos citar o “Ofício das Paneleiras de Goiabeiras”, que foi o primeiro bem na categoria dos “saberes” protegido pelo IPHAN como patrimônio imaterial brasileiro, inscrito no Livro de Registro dos Saberes em 2002.³⁵ Trata-se do processo artesanal de fabricação de panelas de barro feitas pela comunidade do bairro de Goiabeiras Velha, da cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, que emprega técnicas tradicionais e matérias-primas originárias do meio ambiente local. As panelas produzidas são utilizadas principalmente para preparar a moqueca de peixe capixaba.

Os objetos e o conjunto de saberes que se agregam em todo o processo de fabricação artesanal das panelas são transmitidos e recriados pela comunidade daquele local ao longo de séculos da sua história. Segundo o Dossiê de Registro do “Ofício das Paneleiras de Goiabeiras”, o processo de produção “[...] conserva todas as características essenciais que a identificam com a prática dos grupos nativos das Américas, antes da chegada de europeus e africanos.”³⁶

³⁴ IPHAN. **Patrimônio cultural**: patrimônio imaterial. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

³⁵ Explicamos sobre os Livros do Registro e os Livros do Tombo adiante, quando tratamos das formas de proteção do patrimônio imaterial e material, momento em que comentamos sobre a metodologia do Inventário e dos Dossiês de Registro e Dossiês de Tombamento.

³⁶ IPHAN. **Ofício das Paneleiras de Goiabeiras**. Brasília, 2006. p. 15. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_oficio_paneleiras_goiabeiras.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

As panelas são feitas de uma mistura de barro com a casca do mangue vermelho existente na região, são moldadas manualmente, secadas ao sol, polidas, queimadas e, finalmente, impermeabilizadas com tintura de tanino, também proveniente da casca do mangue vermelho. A técnica da confecção é secular e o saber detido pelos índios em sua produção foi apropriado por colonizadores, escravos e chegou até a atualidade, sendo recriado a partir dos saberes e práticas originais.

Os materiais típicos da região, o conhecimento e as práticas de todo o processo são indissociáveis e simbolizam não apenas a produção de um objeto, mas um saber que dá identidade ao grupo que as produz e utiliza. O que diferencia as panelas de barro feitas no bairro Goiabeiras de outras panelas de barro quaisquer é, além das técnicas e matéria-prima local, a identidade que sua produção dá ao grupo que as fabrica. A panela, ou seja, o suporte material, é o produto final de um processo de transmissão de saber e reconhecimento de práticas culturais que fazem parte da história da comunidade, do grupo envolvido na sua produção.

No caso do “Ofício das Paneleiras de Goiabeiras”, suas características inserem o ofício na acepção que o IPHAN toma como saberes:

[...] são conhecimentos tradicionais associados a atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como grandes conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade.³⁷

Além dos saberes, os bens imateriais ainda possuem outras três categorias (ver Organograma 1), conforme a natureza de sua representação: formas de expressão, celebrações e lugares. As “formas de expressão” referem-se a atividades coletivas das manifestações artísticas em geral: cênicas, musicais, literárias, lúdicas, plásticas etc. Caracterizam-se por serem formas de comunicação “[...] desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas e padrões de qualidade” que os grupos consideram importantes para sua cultura e memória e simbolizam elementos de identidade.³⁸

Um dos exemplos de formas de expressão inscritos pelo IPHAN no Livro de Registro de Formas de Expressão, no ano de 2007, são as “Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba Enredo”. Esses três tipos de samba consolidaram-se no começo do século XX na cidade do Rio de Janeiro e possuem influências do jongo, que é

³⁷ IPHAN. **Patrimônio cultural**: patrimônio imaterial: bens registrados: tombados: livros de registro. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

³⁸ *Ibidem*.

uma roda de dança e cantos de origem africana, do samba de roda baiano, do maxixe, uma espécie de tango brasileiro criado por afro-brasileiros, e da marcha carnavalesca das primeiras escolas de samba do Rio de Janeiro.

O partido alto é marcado por improvisos musicais, o samba de terreiro é aquele tocado de forma mais despojada nas comunidades e bares, o samba enredo foi criado nas rodas do bairro Estácio de Sá para ser apresentado nos desfiles de Carnaval. Todos possuem especificidades em relação ao ritmo, execução, letra, temática, mas têm uma relação direta com os padrões de sociabilidade das comunidades populares onde foram criados.

O Dossiê de Registro do bem destaca que esses estilos de samba surgiram no meio das comunidades negras do Rio de Janeiro que, “[...] excluídas de participação plena nos processos produtivos e políticos formais, perseguidas e impedidas de celebrar abertamente suas folias e sua fé [...]”, criaram, por meio da música e dança, formas de expressão próprias, que envolviam coletivamente “escolas de samba, espaços de reunião, troca de experiências, estabelecimento de redes de solidariedade, criação artística e festa.”³⁹

Essas características representam mais que uma forma artística peculiar, mas um elemento de integração e identidade entre os negros, os pobres e os marginalizados. As letras dos sambas, por exemplo, tornaram-se, para os indivíduos e seus grupos, “um meio de comunicar experiências e demandas”, transformando-se em um “[...] exercício de política social ao levar os sambistas a reocupar as ruas, num processo de conquista e afirmação social que, embora avançando, ainda não foi concluído.”⁴⁰

A terceira categoria do patrimônio cultural imaterial trata-se das “celebrações”. O IPHAN as define como:

[...] ritos e festividades que marcam a vivência coletiva de um grupo social, sendo considerados importantes para a sua cultura, memória e identidade, e acontecem em lugares ou territórios específicos e podem estar relacionadas à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, que envolvem práticas complexas e regras próprias para a distribuição de papéis, preparação e consumo de comidas e bebidas, produção de vestuário e indumentárias, entre outras.⁴¹

Uma festividade bastante conhecida no Brasil é a que acontece no Estado do Maranhão, e que tem manifestações em todo o país, especialmente nas regiões Norte e Nordeste: a festa do bumba-meu-boi. Inscrito no Livro das Celebrações em 2011 como

³⁹ IPHAN. **Dossiê das matrizes do samba no Rio de Janeiro**: partido alto, samba de terreiro e samba enredo. Brasília, 2007. p. 9. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi-%20Matrizes%20do%20Samba.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Ibidem.

“Complexo Bumba-Meu-Boi do Maranhão”, a celebração envolve representações de crenças e mitos e conta com alegorias de dança, vestimenta, música e teatro.

A lenda em torno da qual gira a celebração refere-se à estória de um casal de escravos. Havia em uma grande fazenda uma escrava grávida conhecida como “Mãe Catarina” que estava com desejo de comer língua de boi. Seu esposo, “Pai Francisco”, sem dispor de nenhum recurso para satisfazer a vontade da mulher, e diante de tantos bois da fazenda de seu senhor, mata um dos animais para conseguir a porção de carne que sua esposa desejava. O boi era o mais vistoso e querido do senhor de escravos que, ao saber da morte do animal, organiza uma perseguição a Pai Francisco, contando com a ajuda de índios, animais, vaqueiros e caboclos. Após ser preso, o escravo é duramente castigado e, para não ser morto, tenta ressuscitar o animal. Nesse momento, aparece a figura de um médico para ajudá-lo e, ao trazerem o animal de volta a vida, o mesmo solta um grande “urro”. Todos comemoram o feito com cantos e danças.

Essa versão da lenda é apresentada pelo IPHAN,⁴² mas a estória varia em alguns elementos: uns apontam que o casal de escravos havia fugido para uma cidade próxima com seu filho pequeno e, ao tomarem conhecimento da tristeza de seu senhor pelo boi favorito ter sido morto, arrependem-se e voltam à fazenda. O filho do casal de escravos dá três fortes assopros nos restos mortais do boi que, milagrosamente, ressuscita e dá um grande urro; outros dizem que o boi sabia dançar, por isso era o preferido do senhor de escravos, e que o boi não foi morto, mas roubado pelo casal de escravos e encontrado muito doente, sendo então curado com rezas e sacrifícios.⁴³

De todo modo, mesmo com variações locais, a celebração do bumba-meu-boi refere-se à encenação da morte e ressurreição do animal e foi sincretizada especialmente com o cristianismo, mas possui elementos de religiões afro-brasileiras, como o Tambor de Mina e o Terecô. Os festejos possuem quatro fases: ensaios, batismo, apresentações e mortes. O parecer sobre a conveniência do Registro explica cada uma delas:

Ensaios se iniciam no Sábado de Aleluia, comprovação de sincretismo com as datas católicas e se estendem à primeira quinzena de junho. Na véspera de São João, em 23 de junho, é o batismo do boi. Realizado por rezadeiras, algumas ladainhas ainda são cantadas em latim. Este batismo pode ser realizado na sede dos grupos, nas Igrejas católicas ou ainda em casas de culto afro-maranhenses. É momento que simboliza a purificação do novilho, e em que se pede permissão a São João para que o seu boi possa brincar.

⁴² IPHAN. **Comunicação:** notícias: bumba-meu-boi do Maranhão é o mais novo patrimônio cultural brasileiro. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1388/bumba-meu-boi-do-maranhao-e-o-mais-novo-patrimonio-cultural-brasileiro>>. Acesso em: 15 set. 2016.

⁴³ Informações disponíveis em sites diversos.

Antes visto com distanciamento pelos sacerdotes católicos, ultimamente vem ganhando aceitação e a tal ponto que alguns padres passaram a assumir pleno compromisso com a cerimônia. Ressaltam, no entanto que se trata de uma benção e não de batismo, uma vez que Igreja não pode realizar o sacramento do batismo no boi. Entretanto para os brincantes é batismo! E é o momento da revelação do nome do boi.

Após batizado, o boi sai pelas ruas e os grupos iniciam as brincadas. As festas acontecem em arraiais que são montados nos bairros e patrocinados pelo poder público estadual ou municipal. O ciclo de apresentações na capital é marcado por dois grandes eventos: uma alvorada no dia de São Pedro, 29 de junho, na Capela de São Pedro, no bairro de Madre Deus, e o desfile do dia seguinte, dia de São Marçal, da Avenida São Marçal, no bairro de São Paulo.

Mais recentemente tem ocorrido também o Festival de Bumba-meu-boi de Zabumba, sendo que as apresentações são realizadas com base em uma sequência de toadas ritualísticas que conferem um sentido de ordenação e respeito ao público: o “**guarnicê**”, que significa a preparação do grupo; a “**reunida**”, onde os brincantes se agrupam; o “**lá vai**” quando se avisa que o grupo está saindo para brincar; o “**boa noite, chegou ou licença**”, momento em que o Boi pede permissão para dançar; a “**saudação**” é quando são cantadas toadas de temas livres sobre assuntos da atualidade ou louvações ao Boi, ao dono do grupo e demais pessoas consideradas pelo grupo; a encenação do auto; o “**urrou**”, quando o Boi ressuscita e a “**despedida**”, que marca o fim da apresentação.⁴⁴

O bumba-meu-boi do Maranhão é uma celebração composta por etapas que envolvem a produção de elementos materiais como os instrumentos musicais, as fantasias das personagens, os adornos do boi etc., que estão envoltos pelo imaterial, ou seja, pelas crenças, lendas, ritos, performances dramáticas, musicais e coreógrafas etc.

Assim como as panelas de barro de Goiabeiras representam o suporte material de um modo de saber que envolve técnicas, conhecimentos e materiais específicos, toda a indumentária festiva do bumba-meu-boi é produzida levando-se em conta o imaginário da celebração, mas enquanto o ofício das paneleiras é um saber dedicado à confecção de um produto material final, o bumba-meu-boi é uma celebração coletiva, ligada ao período das festas juninas e com referência a crenças e mitos onde cada personagem das interpretações ou da produção da festividade possui um papel distinto.

A última categoria do patrimônio cultural imaterial diz respeito aos “lugares”, como feiras, santuários, mercados, praças etc. Os lugares representam o espaço em que são realizadas e/ou reproduzidas práticas culturais coletivas, que podem ser feitas cotidianamente ou em datas específicas, mas os elementos do espaço físico “[..] são reconhecidos e

⁴⁴ Parecer do Registo do “Complexo Bumba-Meu-Boi do Maranhão” elaborado pelo conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN Luiz Felipe de Carvalho Castro Andrès em agosto de 2011. p. 6-7. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer_Bumba%20Meu%20Boi%20MA.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

tematizados em representações simbólicas e narrativas, participando da construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais.”⁴⁵

Um dos bens inscritos no Livro de Registro dos Lugares, no ano de 2006, é a “Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uapés e Papuri”, localizada no município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas. O local, conhecido também como Cachoeira da Onça, é considerado sagrado por cerca de dez comunidades indígenas de quatorze etnias distintas da região. Os elementos físicos da cachoeira, tais como as pedras, as pequenas ilhas e os igarapés, simbolizam guerras, perseguições, alianças e mortes relacionadas aos mitos de origem e fixação dos povos indígenas na região.⁴⁶

Embora os grupos indígenas tenham diferenças culturais e linguísticas, a cachoeira, enquanto lugar sagrado, representa um ponto de união de suas crenças, é um elemento de identidade entre as comunidades e os artefatos naturais do espaço simbolizam fatos marcantes das suas crenças de criação do mundo, dos animais, das plantas e de suas próprias etnias e hierarquias entre os grupos. Mais uma vez o suporte físico do bem imaterial possui uma relação direta com o imaginário.

Cabe agora explicarmos as classificações e categorias do patrimônio cultural material. O IPHAN o define como:

[...] um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.⁴⁷

Enquanto o suporte físico do patrimônio imaterial não possui significado sem o conjunto de saberes, técnicas ou representações envolvidas em sua fabricação ou realização, o bem material carrega em sua constituição física valores e significados culturais diretos, ainda que o imaginário em torno dele seja de caráter imaterial.

Por exemplo, o Museu Imperial, localizado na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, tombado e inscrito no Livro de Belas Artes em 1938, é reconhecido por ser um

⁴⁵ IPHAN. **Patrimônio cultural:** patrimônio imaterial: bens registrados. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

⁴⁶ IPHAN. **Cachoeira de Iauaretê.** Brasília, 2006. p. 14. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_iauarete_m.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016.

⁴⁷ IPHAN. **Patrimônio cultural:** patrimônio material. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

exemplar de construção neoclássica característico do século XVIII. Foi construído por vários arquitetos e possui características singulares, tais como o uso de materiais nobres na construção, linhas ortogonais e formas simétricas características da arquitetura neoclássica.

A edificação, portanto, não se remete a uma comunidade ou grupo específico, mas apresenta diretamente em sua materialidade valores arquitetônicos intrínsecos de um período, comuns a um grupo de arquitetos e engenheiros que, embora possuam interesses e pontos de vista em comum, encontram-se dispersos, não formam uma comunidade, não precisam daquela edificação específica como um elemento de identidade e de pertencimento.

Nas classificações do IPHAN, entendemos que o bem imaterial e seu produto ou representação final é definido pelo imaginário e simbólico e o bem material é algo físico. Entretanto, devemos levar em conta que um patrimônio imaterial precisa de seus suportes materiais, porque sem eles não se faz ou transmite os seus valores, enquanto no bem material o artefato já está presente, constituído fisicamente, mas isso não exclui o caráter subjetivo de sua representatividade, pois uma edificação é vista conforme as percepções daqueles que a observam. Portanto, o material e o imaterial se encontram na subjetividade das lembranças acionadas pela memória a partir dos artefatos e na ideia de pertencimento. Os bens culturais tratam da percepção do homem e das coisas e representam o sentimento de um grupo.

Os bens materiais são classificados como patrimônio cultural material imóvel e patrimônio cultural material móvel. Ambos possuem categorias específicas (ver Organograma 1). Começando pelos bens materiais imóveis, eles são divididos em edificação, edificação e acervo, ruína, conjunto arquitetônico, conjunto urbano, conjunto rural, infraestrutura ou equipamento urbano, sítio arqueológico, bem paleontológico, jardim histórico, patrimônio natural, terreiro e quilombo.

A categoria das “edificações” compreende bens isolados, que tem sua estrutura física, tais como paredes, telhados, janelas, portas, alpendres, varandas, divisões internas etc. protegidas, mas os objetos existentes em seu interior, como mobiliário e ornamentos decorativos, são desconsiderados no tombamento, podem ser retirados e/ou substituídos a qualquer tempo, desde que se preserve a estrutura da edificação. Já os bens da categoria “edificação e acervo” têm a proteção dos objetos internos garantida. São exemplos os acervos de museus e igrejas. Isso significa que esses objetos não podem ser destruídos, mutilados ou retirados de seus locais de origem sem prévia autorização dos órgãos patrimoniais competentes.

A categoria “ruínas” inclui os bens com valor histórico, arqueológico, artístico etc., cuja composição física esteja seriamente danificada, com partes desmoronadas, apresentando apenas restos ou vestígios de suas características originais.

Os conjuntos são duas ou mais edificações que, conforme sua natureza e localização, são denominados de “conjunto arquitetônico”, “conjunto urbano” ou “conjunto rural”. O primeiro envolve as características arquitetônicas e paisagísticas de determinado lugar protegido, desde edificações, jardins, praças, monumentos etc.; o segundo refere-se aos conjuntos localizados em áreas urbanas; e o terceiro os conjuntos localizados em áreas rurais. Essas denominações muitas vezes se mesclam e aparecem como conjunto arquitetônico e paisagístico, conjunto arquitetônico urbano, conjunto arquitetônico rural, conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico etc. Além disso, dentro de um conjunto tombado podem existir bens de outras categorias, ou seja, na área de tombamento que delimita um conjunto urbano pode haver edificações, ruínas, jardins históricos etc., que foram alvo de tombamento isolado realizado anteriormente ao do conjunto.

A categoria de “infraestrutura ou equipamento urbano” refere-se a construções que marcaram a evolução construtiva das cidades brasileiras. São pontes, viadutos, calçamentos de ruas, ferrovias, cais, usinas, portões, chafarizes, fontes e caixas d’água.

“Sítios arqueológicos” são locais que contêm artefatos da atividade humana ao longo da história, a partir dos quais é possível traçar a evolução do homem e o estabelecimento de suas atividades no território; os “bens paleontológicos” preservam fósseis que possibilitam determinar a evolução de diversas espécies.

Os “jardins históricos” e o “patrimônio natural” caracterizam-se pela composição arquitetônica e/ou vegetal. Muitas vezes essas duas categorias são chamadas de patrimônio paisagístico. A denominação “natural” refere-se especialmente aos bens cujo valor está no fato da paisagem da natureza apresentar características singulares de determinada região. São serras, morros, praias, orlas, lagoas, monumentos naturais, grutas, cavernas e vegetações típicas.

Entretanto, é importante destacar que em alguns lugares os limites da categoria de “patrimônio natural” são bastante fluidos e não significa que nas áreas protegidas não exista vestígios da atividade humana. É o caso da “Serra da Barriga”, localizada no município de União dos Palmares, Estado do Alagoas, que, embora categorizada como “patrimônio natural”, em virtude do perímetro de tombamento abranger uma área verde de mata e rios, foi local de fixação do quilombo dos palmares.

As últimas duas categorias dos bens materiais imóveis são “terreiro”, onde se realizam cultos religiosos geralmente de origem afro-brasileira, e “quilombo”, que abrigam vestígios do refúgio e resistência dos negros durante o período da escravidão.

Finalmente, a classificação de patrimônio cultural material móvel é dividida nas categorias de bem “móvel ou integrado” ou “coleção ou acervo” (ver Organograma 1). O bem móvel ou integrado pode ou não estar incorporado a um bem imóvel, por exemplo: as quatorze telas pintadas por Cândido Portinari que estão na Igreja Matriz de Bom Jesus da Cana Verde, na cidade de Batatais, Estado de São Paulo, são tombadas, mas não estão ligadas fisicamente à construção, podem ser transferidas de um local a outro sem perderem seu significado. Já um bem integrado é parte física da edificação e compõe junto a ela a harmonia do todo, pode até ser retirado do local, mas perde parte de seu significado. Por exemplo, o forro da capela do Sítio Querubim, localizada no município de São Roque, Estado de São Paulo, tem mais sentido enquanto parte da capela, embora possa ser removido e colocado em outra edificação. Além disso, o tombamento de um bem móvel ou integrado não pressupõe o tombamento do restante da edificação.

A categoria de “coleção ou acervo” é exclusivamente móvel. Podem ser bens de natureza arqueológica, museológica, documental, bibliográfica, videográfica, fotográfica, cinematográfica etc. No caso de um acervo documental tombado como bem material móvel, por exemplo, o conjunto de documentos pode ser transferido de um local a outro que não perderá o significado de suas informações, uma vez que sua constituição física e os dados nele impressos são o suporte de seu valor informativo, e a localização desses documentos não altera seu significado, diferente do patrimônio material imóvel cuja natureza de sua constituição física não permite que seja transferido de um lugar a outro.

Explicitadas as classificações e categorias do patrimônio cultural e a relação entre materialidade e imaterialidade, cabe destacar as formas de proteção aos bens culturais: o Inventário, o Registro e o Tombamento. São instrumentos estabelecidos no artigo 216 da Constituição Federal de 1988. Os dois primeiros significaram medidas inéditas compreendidas na legislação brasileira, que reconheceu também a existência do patrimônio cultural imaterial. Já o tombamento existe desde o ano de 1937, quando foi criado o SPHAN, órgão que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 25, era o responsável pela proteção do patrimônio cultural brasileiro, que contemplava naquele período somente o patrimônio cultural material.⁴⁸

⁴⁸ A criação do SPHAN, suas competências e a definição do patrimônio cultural de acordo com o Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, são discutidas na Seção 1.3 do Capítulo 1.

Atualmente, os bens imateriais são inventariados e registrados, enquanto os bens materiais são inventariados e tombados. Os inventários realizados pelo IPHAN a partir do final da década de 1980 buscam identificar e documentar a existência de bens materiais e imateriais, com objetivo de “[...] compor um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial.”⁴⁹

A metodologia empregada para realizar um inventário teve sua última sistematização publicada no ano 2000, com o manual do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). O IPHAN e suas Superintendências Estaduais realizam o inventário de bens culturais dividindo os projetos por regiões e áreas, que podem ser cidades, bairros, regiões geográficas culturalmente diferenciadas etc. A região Norte do país possui 28 inventários finalizados, a Nordeste 44, a Centro-Oeste 19, a Sudeste 27 e a Sul 16. Existem ainda 04 inventários regionais que abarcam mais de um estado. Outros 20 inventários encontram-se em andamento, distribuídos nas diferentes regiões do Brasil.⁵⁰

A segunda medida de proteção estabelecida na Constituição de 1988 é o Registro de Bens Culturais, regulamentado pelo Decreto n.º 3.551, de 04 de agosto de 2000. Enquanto instrumento legal de preservação aplicado somente aos bens imateriais, é importante destacar que o Registro não obriga os detentores do bem cultural imaterial a perpetuarem suas práticas, saberes, representações etc., mas objetiva, sobretudo, desenvolver ações de salvaguarda por meio do apoio às condições materiais dos grupos que produzem, transmitem e atualizam as manifestações culturais de natureza imaterial, auxiliando sua existência e continuidade.

Para que um bem seja registrado, o IPHAN produz um Dossiê de Registro contendo o inventário do bem, estudos sobre a história e representatividade da manifestação imaterial, registros fotográficos, entrevistas e depoimentos dos integrantes do grupo, pareceres técnicos etc. Esse Dossiê é apreciado pelo Conselho Consultivo do IPHAN, responsável por julgar o mérito do Registro por votação. Uma vez aprovada, a decisão do Conselho tem que ser homologada pelo Ministro da Cultura e, finalmente, o bem é inscrito em um dos Livros de Registro, estabelecidos no Decreto n.º 3.551, de acordo com a categoria correspondente.

Existem quatro Livros de Registro. O primeiro é o Livro de Registro dos Saberes, onde são inscritos bens imateriais que representam conhecimentos e modos de fazer

⁴⁹ IPHAN. **Patrimônio Cultural:** patrimônio imaterial: bens inventariados. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/421>> Acesso em: 03 jan. 2017.

⁵⁰ Números consultados em 14 de janeiro de 2017. As listas dos inventários finalizados ou em andamento encontram-se disponíveis, respectivamente, nos seguintes endereços eletrônicos: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/681/>> e <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/680/>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

tradicionais de determinadas comunidades que simbolizam elementos de identidade, tais como o caso do “Ofício das Paneleiras de Goiabeiras”, discutido anteriormente.⁵¹ O segundo é o Livro de Registro de Celebrações. Nele são inscritos ritos, festas e práticas que simbolizam a vivência coletiva de um grupo social, considerados importantes para sua cultura, memória e identidade.⁵² O terceiro, o Livro de Registro das Formas de Expressão, que são as manifestações artísticas musicais, plásticas, cênicas, lúdicas, literárias etc., associadas a grupos sociais e consideradas por eles elementos importantes na formação de sua cultura, memória e identidade.⁵³ O quarto e último livro de registro de bens imateriais é o Livro de Registro dos Lugares, como feiras, mercados, praças, santuários, onde são reproduzidas práticas culturais coletivas.⁵⁴

Como já apontamos, o Tombamento foi instituído no Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que permanece em vigor. Seu objetivo é reconhecer e proteger o patrimônio material e impedir que ele e seu entorno sejam destruídos ou descaracterizados. O IPHAN pode realizar fiscalizações para avaliar a conservação física de um bem tombado e, em caso de danos, acionar o Ministério Público para que sejam tomadas as providências cabíveis.

⁵¹ Consideramos os bens inscritos nos Livros de Registro até a data de 14 de janeiro de 2017. Foram registrados como “saberes” os seguintes bens: Modo de Fazer Viola-de-Cocho (MT e MS/2005); Ofício das Baianas de Acarajé (BA/2005); Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas nas Regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre/Alto Paranaíba (MG/2008); Ofício dos Mestres de Capoeira (abrangência nacional/2008); Modo de Fazer Renda Irlandesa (SE/2009); Ofício de Sineiro (MG/2009); Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (AM/2010); Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (ES/2012); Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá (TO/2012); Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas a Cajuína no Piauí (PI/2014) e Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas (PA/2015). Para consultar os bens registrados inscritos no Livro de Registro dos Saberes acessar: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/496>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

⁵² São registrados no Brasil os seguintes bens na categoria de “celebrações”: Círio de Nossa Senhora de Nazaré (PA/2004); Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (GO/2010); Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe (MT/2010); Festa de Sant’Ana de Caicó (RN/2010); Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão (MA/2011); Festa do Divino Espírito Santo de Paraty (RJ/2013); Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim (BA/2013); Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó (PA/2013); Festa do Pau de Santo Antônio de Barbalha (CE/2015) e a Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade (GO/2016). Para consultar os bens registrados inscritos no Livro de Registro das Celebrações acessar: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/495>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

⁵³ São registrados no Brasil como “formas de expressão”: Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (AP/2002); Samba de Roda do Recôncavo Baiano (BA/2004); Jongo no Sudeste (SP, RJ, ES e MG/2005); Frevo (PE/2007); Tambor de Crioula do Maranhão (MA/2007); Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo (RJ/2007); Roda de Capoeira (abrangência nacional/2007); Toque dos Sinos em Minas Gerais (MG/2009); Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá (TO/2012); Fandango Caiçara (SP e PR/2012); Carimbó (PA/2014); Maracatu Nação (PE/2014); Maracatu de Baque Solto (PE/2014); Cavalo-Marinheiro (PE/2014) e Teatro de Bonecos Popular do Nordeste (RN, PE, PB, CE, DF e RJ/2015). Para consultar os bens registrados inscritos no Livro de Registro de Formas de Expressão acessar: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/497>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

⁵⁴ São registrados como “lugares”: Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uapés e Papuri (AM/2006); Feira de Caruaru (PE/2006) e Tava – Lugar de Referência para o Povo Guarani (RS/2014). Para consultar os bens registrado inscritos no Livro de Registro dos Lugares acessar: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/498>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

Para que um bem seja tombado, o IPHAN produz, atualmente, um Dossiê de Tombamento constituído pela solicitação de tombamento, que pode ser feita por qualquer pessoa física ou jurídica, estudos acerca da importância do bem para a história nacional, registros fotográficos e pareceres de especialistas. Com isso, o Dossiê é apreciado pelo Conselho Consultivo, que defere ou indefere o processo por votação. Uma vez aprovado o tombamento do bem, a decisão, assim como no Registro, tem que ser homologada pelo Ministro da Cultura e, finalmente, o bem é inscrito em um ou mais Livros do Tombo, de acordo com sua categoria. Essa metodologia de tombamento foi sistematizada por meio da Portaria n.º 11, de 11 de setembro de 1986.

Até que fosse expedida referida portaria, os processos de tombamento eram bastante simples e resumidos, muitas vezes constituídos apenas da notificação de tombamento ao proprietário do bem, da determinação do Presidente do IPHAN aprovando o tombamento e da certidão de inscrição no Livro do Tombo.

Em virtude do Tombamento existir desde a década de 1930, ocorre uma grande disparidade nos números até o final do ano de 2016: enquanto de um lado existem apenas 138 Inventários concluídos e 38 bens imateriais Registrados, cerca de 1800 bens encontram-se tombados e inscritos nos diferentes Livros do Tombo, criados em 1937.⁵⁵

O primeiro é o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, onde são inscritos os bens culturais em função de seu valor arqueológico, ligado aos vestígios da ocupação humana do território, valor etnográfico para determinados grupos sociais e valor paisagístico. Os primeiros bens inscritos nesse livro foram o “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto” e o “Jardim Botânico do Rio de Janeiro”.

O segundo é o Livro do Tombo Histórico, cujos bens móveis e imóveis inscritos têm valor histórico e se vinculam a “fatos memoráveis da história nacional.” O terceiro é o Livro do Tombo das Belas Artes, referente aos bens culturais que possuem valor artístico “de caráter não utilitário”, são bens móveis ou imóveis cujos produtores preocupam-se em imitar “a beleza natural e são consideradas diferentes daquelas que combinam beleza e utilidade”.⁵⁶

Finalmente, o quarto é o Livro do Tombo das Artes Aplicadas, que se refere aos bens culturais com valor artístico associado à sua função utilitária. São objetos das artes gráficas, mobiliários e designs aplicados em bens de diferentes estilos arquitetônicos.

⁵⁵ A consulta dos bens tombados pode ser feita na tabela disponibilizada pelo IPHAN em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>. Acesso em: 14 de jan. 2017.

⁵⁶ IPHAN. **Patrimônio cultural**: bens tombados: lista dos bens e processos em andamento (1938-2016). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

A grande maioria dos bens tombados no período de 1938 a 1985 foi inscrita no Livro do Tombo das Belas Artes. É importante destacar que um bem pode ser inscrito em mais de um Livro, por exemplo, o “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto” aparece em três livros, sendo o seu valor destacado como paisagístico, histórico e de belas artes.

Em todas as formas de proteção destacadas, reconhecer a significação cultural de um bem implica em, conforme determina o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, abordar a diversidade dos grupos sociais. Entretanto, devemos avaliar quais as disputas e atores envolvidos nesse processo de identificação, reconhecimento e proteção cultural, uma vez que essa tarefa foi, até a década de 1960, de competência exclusiva do Estado e, a partir da Constituição Federal de 1988, compartilhada legalmente entre União, Estados e Municípios por meio de instituições patrimoniais específicas em cada esfera, onde se realizam inventários, registros e tombamentos nos níveis federal, estadual e municipal.

A criação de órgãos estaduais foi incentivada a partir do final da década de 1960 pelo governo militar, enquanto os órgãos municipais surgiram especialmente a partir da década de 1990. Vale, inclusive, mencionar que um bem pode ser protegido como patrimônio cultural municipal, estadual e federal.

O reconhecimento de qualquer patrimônio cultural e sua proteção são responsabilidades do poder público com a “colaboração da comunidade”, conforme disciplina o artigo 16, inciso 1º, da Constituição de 1988, ou seja, o reconhecimento de um bem não é um processo espontâneo que parte da sociedade. Por mais que um indivíduo e/ou grupo solicite o reconhecimento e proteção de um bem identificado por eles como importante representante cultural, a incumbência de realizar os processos de reconhecimento e proteção, seja por meio do Inventário, Registro ou Tombamento, é dos Conselhos nomeados pelo Poder Executivo, seja em âmbito nacional, estadual ou municipal.

Refletindo sobre essa participação dos diversos grupos sociais na identificação, seleção e proteção dos bens culturais, por mais que haja recomendação para que os conselhos tenham paridade entre representantes da sociedade civil, cuja recomendação é que sejam escolhidos por votação em suas respectivas comunidades, e do poder público, a palavra final da nomeação dos conselheiros recai sempre no Executivo. Todo o processo de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural é envolvido por disputas sociais e políticas passíveis de privilegiar ou alijar bens culturais conforme os diversos interesses envolvidos.

Além disso, a própria escolha de representantes civis é um ato de exercício de privilégios. Vejamos o caso do IPHAN, cuja última estrutura organizacional do Conselho Consultivo foi feita pelo Decreto n.º 6.844, de 07 de maio de 2009, que determina:

Art. 7º O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural será presidido pelo Presidente do IPHAN, que o integra como membro nato, e composto pelos seguintes membros:

I - um representante, e respectivo suplente, de cada uma das seguintes entidades, que serão indicados pelos respectivos dirigentes:

- a) Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB;
- b) Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS/BRASIL;
- c) Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB;
- d) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- e) Ministério da Educação;
- f) Ministério das Cidades;
- g) Ministério do Turismo;
- h) Instituto Brasileiro dos Museus - IBRAM; e
- i) Associação Brasileira de Antropologia - ABA;

II - treze representantes da sociedade civil, com especial conhecimento nos campos de atuação do IPHAN.

§ 1º Os membros do Conselho serão indicados pelo Presidente do IPHAN e designados pelo Ministro de Estado da Cultura, para mandato de quatro anos, permitida a recondução.

§ 2º A participação no Conselho, na qualidade de membro, não será remunerada, sendo considerada prestação de serviço público relevante.

Art. 8º O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural reunir-se-á e deliberará conforme previsto em seu regimento interno.

A lei afirma que os representantes da sociedade civil devem possuir “especial conhecimento nos campos de atuação do IPHAN”, ou seja, são indivíduos que já vêm de um lugar privilegiado. Os representantes da sociedade civil do Conselho, atualmente, são:⁵⁷ Ângela Gutierrez (empresária, colecionadora de arte e especialista em gestão de museus e coleções), Arno Wehling (Professor Titular aposentado da Universidade do Rio de Janeiro, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Breno Bello de Almeida Neves (advogado, especialista em propriedade intelectual), Ítalo Campofiorito (arquiteto, Ex-Presidente do IPHAN); Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès (engenheiro, especialista em gestão do patrimônio cultural), Marcos Castrioto de Azambuja (embaixador, especialista em relações internacionais para o desenvolvimento sustentável e direitos humanos); Lúcia Hussak Van Velthem (museóloga e Doutora em Antropologia), Maria Cecília Londres Fonseca (Doutora em Sociologia, especialista em gestão do patrimônio cultural); Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (Doutora em Arqueologia e História da Arte), Nestor Goulart Reis Filho (Historiador da Arquitetura, Professor Catedrático da Universidade de São Paulo); Synésio Scofano Fernandes (General de Intendência Reformado, Vice-Presidente da Fundação Cultural do Exército Brasileiro) e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (Doutor em

⁵⁷ Composição consultada em janeiro de 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/membrosConselho/?pagina=2>>.

Arqueologia e História, Professor Emérito do Departamento de História da Universidade de São Paulo).

Todos esses membros são especialistas, oriundos da elite econômica e intelectual do país. Isso não ocorre apenas no IPHAN, mas nos Conselhos de órgãos estaduais e municipais: a maioria dos membros advém de lugares privilegiados, de uma instância previamente constituída de poder no seu respectivo meio social.

Assim, a paridade entre o poder público e a sociedade civil proposta na atual legislação é uma retórica que desprivilegia a sociedade em geral, não acontece na lei e não acontece na prática, porque a lei já indica como serão escolhidos os membros da sociedade civil, que não são representantes de grupos desprivilegiados, pelo contrário, saem de instâncias politicamente organizadas que já são excludentes por excelência.

A representatividade da sociedade civil é um problema que não existe somente hoje, mas é um reflexo da prática de nomeação que ocorre desde a criação do SPHAN em 1937, quando o seu Conselho Consultivo também era composto por membros da elite intelectual e econômica do país nomeados diretamente pelo Presidente da República.

A Constituição Federal de 1988 e as legislações posteriores foram um avanço, especialmente por abrangerem o imaterial, novas metodologias de trabalho e instrumentos de proteção que possibilitaram que a cultura dos negros, pobres, indígenas, imigrantes e das minorias em geral, fosse considerada como elemento da identidade e da memória histórica nacional, mas a participação social ampla e irrestrita na seleção dos bens protegidos está longe de se tornar uma realidade.

Avaliar que os processos de identificação, seleção, reconhecimento e proteção legal realizam-se dentro de espaços de disputas no reconhecimento ou exclusão de identidades e memórias dos grupos formadores da sociedade brasileira significa refletir sobre a ação de diferentes governos e indivíduos em todo o processo que envolve o patrimônio cultural brasileiro. Portanto, devemos observar os parâmetros adotados em diferentes períodos da história nacional e por diferentes grupos políticos ao longo do século XX.

Uma vez que o patrimônio cultural resguarda a memória e a identidade de grupos e comunidades, adotamos como escolha avaliar o patrimônio material imóvel inscrito no Livro do Tombo Histórico entre 1937 a 1985, por acreditarmos que ele fomentou a preservação e difusão de uma determinada memória histórica nacional pautada sobretudo nos interesses políticos dos governos do Estado Novo e da Ditadura Militar, privilegiando alguns grupos sociais em detrimento de outros, e ampliando a noção de patrimônio na década de 1970 quando foi preciso responder a novas demandas culturais e políticas.

1.3 A criação do Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) durante o Estado Novo

A proteção oficial do patrimônio cultural brasileiro efetivou-se a partir de novembro de 1937 com a criação do SPHAN, que funcionou como um dos mecanismos de estabelecimento da política cultural e construção da identidade nacional.

Para a criação do Serviço foi preciso definir o que era o patrimônio cultural nacional e formalizar como se daria sua proteção. Assim, em março de 1936, Gustavo Capanema,⁵⁸ então Ministro da Educação e Saúde, encarregou-se dessa tarefa, bem como foi o responsável pela ampliação da presença do Estado na área cultural por meio da criação de instituições como o Instituto Nacional do Livro, o Museu Nacional de Belas Artes e o Serviço Nacional do Teatro, todos fundados em 1937.⁵⁹

Capanema mantinha relações de amizade com vários intelectuais do período, especialmente os mineiros de Belo Horizonte conhecidos como “intelectuais da rua Bahia”.⁶⁰ Entretanto, sua escolha para ajudar na redação de um anteprojeto sobre o tema do patrimônio nacional não foi nenhum desses contatos de Minas Gerais, mas o modernista paulistano Mário de Andrade.⁶¹

⁵⁸ Gustavo Capanema Filho nasceu em 1900 no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais. Formou-se na Faculdade de Direito de Minas Gerais e a partir de 1927 entrou na vida política, elegendo-se vereador em sua cidade. Nas eleições de 1930, seu primo Olegário Maciel foi eleito para o Governo de Minas Gerais e Capanema foi nomeado oficial-de-gabinete e, em seguida, Secretário do Interior e Justiça. Capanema participou do movimento revolucionário que levou Vargas ao poder em novembro de 1930 e liderou, em fevereiro de 1931, junto a Francisco Campos e Amaro Lanari, a formação da Legião de Outubro, organização política de Minas Gerais com traços programáticos e organizativos fascistas, criada para apoiar o governo imposto por Vargas. Capanema atuou diretamente na situação política mineira, apoiando Vargas e combatendo os membros do Partido Republicano Mineiro (PRM) que apoiaram o movimento constitucionalista de São Paulo em 1932. No ano seguinte, Capanema e Olegário Maciel participaram da formação do Partido Progressista (PP), que alinhava setores políticos mineiros ao governo federal. Em setembro de 1933, Capanema assumiu interinamente a interventoria federal em Minas após a morte de Olegário Maciel, até que Vargas efetivou no cargo o Deputado Benedito Valadares, compensando Capanema com sua nomeação junto ao Ministério da Educação e Saúde, em julho de 1934, onde permaneceu até o fim do Estado Novo. Posteriormente, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), que defendia a política varguista, elegendo-se Deputado Federal por Minas Gerais, em 1945, com sucessivos mandatos parlamentares. Foi ministro do Tribunal de Contas da União no período de 1959 a 1961, apoiou o golpe de 1964, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e obteve mandato no Senado Federal até 1979, ano em que encerrou sua carreira política, falecendo em 1985.

⁵⁹ Para a análise das ações de Gustavo Capanema durante o Estado Novo ver: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Riberio (Orgs.). **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁶⁰ Cf. BOMENY, Helena. **Guardiães da razão: modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

⁶¹ Mário de Andrade nasceu em São Paulo em 1893, realizou estudos em música no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, onde posteriormente lecionou. Em 1917, publicou seu primeiro livro de poemas, estabelecendo relações de amizade com outros artistas como Oswald de Andrade, Menotti Picchia, Anita Malfatti e Tarsila do Amaral. Foi o principal organizador da Semana de Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal de São Paulo em 1922, tornando-se um dos principais nomes do movimento modernista da década. Trabalhou na Revista de Antropofagia fundada por Oswald de Andrade e, em 1935, organizou, juntamente com o escritor e arqueólogo Paulo Duarte, o Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura Municipal de São

Oriunda, portanto, dos atos de Capanema, a história do SPHAN foi retratada 20 anos mais tarde por seu diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, da seguinte maneira:

Tirada literalmente do nada a 19 de abril de 1936, quando o ministro Gustavo Capanema pediu ao Sr. Getúlio Vargas, e obteve, autorização para criar experimentalmente um órgão protetor do nosso acervo de arte e história até então abandonado.⁶²

Entretanto, a definição de patrimônio, a escolha dos profissionais que atuavam na área e a forma de proteção legal não foram retiradas do nada, muito pelo contrário, estiveram insertas em disputas que já ocorriam desde o estabelecimento da República em 1889.

Em decorrência da expansão da economia cafeeira em São Paulo, as décadas finais do Império foram marcadas pelo desenvolvimento urbano, crescimento industrial, avanço nos sistemas de transporte, imigração estrangeira, aumento da população livre em virtude da abolição etc., que implicaram no surgimento de novas forças sociais no país. Entretanto, se o dinamismo na virada do século XIX para o XX ocorria nos centros urbanos, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo,⁶³ o interior do país ainda era caracterizado pelo marasmo, no sentido de que o tempo “parecia transcorrer tão lentamente que sua marcha inexorável mal era percebida.”⁶⁴

O coronelismo foi a marca da Primeira República, especialmente nas áreas rurais,⁶⁵ os negros permaneceram socialmente excluídos, o governo e os intelectuais ligados ao novo regime estabeleceram referências simbólicas para a República brasileira, construindo um imaginário republicano.⁶⁶ Em relação à representação política da Primeira República, José Murilo de Carvalho destaca:

[...] não significou grande mudança. Ela introduziu a federação de acordo com o modelo dos Estados Unidos. Os presidentes dos estados (antigas províncias) passaram a ser eleitos pela população. A descentralização tinha o efeito positivo de aproximar o governo da população via eleição de

Paulo, onde foi diretor e desenvolveu importantes trabalhos sobre o folclore popular. Em 1937, fundou a Sociedade de Etnografia e Folclore, no ano seguinte demitiu-se do Departamento de Cultura e se mudou para o Rio de Janeiro, onde dirigiu o Congresso da Língua Nacional Cantada. Em 1941, reassumiu seu cargo no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Faleceu em 1945.

⁶² DPHAN. **A lição de Rodrigo**. Recife: DPHAN, 1969.

⁶³ Cf. SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁶⁴ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15.

⁶⁵ Cf. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

⁶⁶ Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

presidentes de estado e prefeitos. Mas a aproximação se deu sobretudo com as elites locais. A descentralização facilitou a formação de sólidas oligarquias estaduais, apoiadas em partidos únicos, também estaduais. Nos casos de maior êxito, essas oligarquias conseguiram envolver todos os mandões locais, bloqueando qualquer tentativa de oposição política. A aliança das oligarquias dos grandes estados, sobretudo de São Paulo e Minas Gerais, permitiu que mantivessem o controle da política nacional até 1930.⁶⁷

A partir da década de 1910, a política dos governadores possibilitou uma estabilização relativa do regime republicano e os esforços da elite política voltaram-se para a construção de um Estado capaz de harmonizar o país com as exigências da expansão internacional do capitalismo. Tratava-se de normatizar a ação do Estado sobre a economia e a sociedade, articular as forças sociais à gestão pública e conciliar as peculiaridades locais aos padrões ditados pelos modelos vigentes na Europa, que incluía prestigiar as instituições liberais, a ciência e o progresso material.⁶⁸

O ideário nacionalista existente no Brasil na década de 1920 contribuiu para as noções de modernidade e tradição do período, que foram as fundadoras das ações de proteção do patrimônio cultural nacional, devidamente instrumentalizadas na década seguinte pelo Estado. O crescimento das cidades, as mudanças de costumes, a destruição de edificações para construção de novas áreas, a expansão do mercado internacional de arte e a evasão de obras do Brasil propiciaram o surgimento de propostas visando a preservação de bens representantes do passado nacional.

Além disso, os estados brasileiros preocuparam-se com a importância das representações materiais do passado para a conformação da identidade regional e nacional, e surgiram as primeiras disputas em relação a quais regiões eram portadoras da memória histórica nacional. Essa disputa materializou-se nos projetos estaduais que foram apresentados no sentido de preservar o patrimônio cultural.⁶⁹

⁶⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 41-42.

⁶⁸ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 33. RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987. São Paulo: Ed. Unesp, 2000. p. 17.

⁶⁹ A primeira proposta foi feita em 1920 pelo Presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes Bruno Lobo, que solicitou ao arqueólogo Alberto Childe, conservador de Antiguidades Clássicas do Museu Nacional, que elaborasse um anteprojeto de lei em defesa do patrimônio artístico nacional. Foram feitas, no documento, diversas sugestões, voltadas especialmente para a proteção dos bens arqueológicos, propondo a desapropriação de edificações de valor histórico, o que tornou a iniciativa fracassada, porque entrava em choque com os direitos da propriedade privada. No final de 1923 uma proposta foi apresentada à Câmara dos Deputados pelo representante pernambucano Luiz Cedro, visando a criação da Inspeção dos Monumentos Históricos do Brasil para conservar os imóveis públicos ou particulares de interesse nacional. Tratava-se de um projeto tímido, com apenas onze artigos, que não se referia a monumentos arqueológicos e questões específicas da forma de proteção. A partir de 1925, começaram a surgir iniciativas estaduais de proteção do patrimônio. A primeira foi

Portanto, quando Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930 já havia um quadro delineado em relação à identidade da nação e as disputas estaduais em relação à preservação patrimonial já ocorriam. Antes mesmo da escolha de Mário de Andrade por Capanema para ajudar na elaboração do anteprojeto de proteção do patrimônio cultural, Vargas já demonstrara interesse e se apropriara do tema.

Durante o Governo Provisório (1930-1934), o Presidente realizou duas medidas singulares. A primeira foi a criação do título de “monumento nacional”, por meio do Decreto n.º 20.985, de 07 de março de 1932, que afirmava que nessa categoria seriam inseridos os imóveis cuja conservação e defesa representassem interesses nacionais “pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico”, cabendo ao Ministério da Instrução Pública expedir Decreto dessa finalidade.

A partir disso, a segunda medida foi a elevação da cidade de Ouro Preto à categoria de monumento nacional, por meio do Decreto n.º 22.928, de 12 de julho de 1933, no qual Getúlio Vargas destacava que era “[...] dever do Poder Público defender o patrimônio artístico da Nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizaram os grandes feitos da sua história”. Foi o primeiro ato em relação ao patrimônio cultural no qual o governo assumiu papel centralizador de seleção e proteção dos monumentos considerados relevantes para a memória histórica nacional.

O Decreto ressaltava que Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, “[...] foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d’arte, que merecem defesa e conservação.”

em Minas Gerais, quando o Presidente Estadual Mello Viana organizou uma comissão para sugerir medidas que impedissem que o patrimônio histórico e artístico das antigas cidades mineiras desaparecesse perante o comércio ilegal de antiguidades. Em 1927, o Presidente Estadual da Bahia Francisco Góis Calmon criou a Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais; da mesma forma, no ano seguinte Pernambuco também demonstrou preocupação com a questão e promulgou lei estadual que autorizava o governador do estado a criar a Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais e um museu. Entretanto, todas essas medidas adotadas não eram suficientes para assegurar a proteção de bens culturais, pois o direito de propriedade estava definido na Constituição Federal e no Código Civil, sem condições de que fosse alterado por iniciativas estaduais. Além disso, o Código Penal vigente não estabelecia nenhuma sanção para atentados contra a integridade de um bem cultural, ao contrário do que declaravam os documentos da Bahia e Pernambuco, tornando-os, assim, inconstitucionais. Finalmente, em agosto de 1930, o deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho apresentou ao Congresso Nacional um projeto de lei federal sobre o assunto, fazendo considerações importantes sobre a necessidade de legislação voltada para a preservação do patrimônio cultural material brasileiro e destacando a necessidade de colaboração entre o governo federal e os governos estaduais. Alguns aspectos do projeto foram abordados posteriormente, mas em outubro daquele ano ocorreu o golpe que dissolveu o Congresso e colocou fim à vigência da Constituição de 1891. Esses projetos podem ser consultados em: BRASIL. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980.

Minas Gerais ganhava espaço como a síntese da nação e abria caminho para os intelectuais mineiros sobressaírem-se na disputa pela seleção do patrimônio a ser protegido como representante da história nacional. Erigir Ouro Preto como o primeiro monumento nacional, e não outra cidade como Salvador ou Rio de Janeiro, significava legitimar, oficialmente, o Estado de Minas Gerais como o principal formador da nacionalidade brasileira, como aponta o Decreto n.º 22.928.

O processo de reconhecimento e seleção da história de Minas Gerais na política federal foi um dos aspectos de consolidação das relações entre os intelectuais mineiros e Getúlio Vargas. Desde a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em novembro de 1930, o primeiro ministro foi Francisco Campos, advogado, jurista e político mineiro que participara das negociações entre Minas e Rio Grande do Sul para a candidatura de Vargas e, após a derrota deste, contribuiu na articulação do golpe de 1930.

Após a demissão de Campos do Ministério, assumiu o mineiro Washington Pires, no período de setembro de 1932 a julho de 1934, e, em seguida, Gustavo Capanema, advogado e intelectual também mineiro, membro da Aliança Liberal, que permaneceu no cargo até outubro de 1945. A escolha desses personagens para atuar junto a Vargas no processo de centralização política fazia parte do afastamento da oligarquia paulista do poder e foi responsável por definir, na área do patrimônio, os parâmetros da nacionalidade representados nos bens tombados.

No momento em que Capanema solicitou a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto acerca da definição e proteção do patrimônio, as discussões sobre o tema já estavam em andamento há alguns anos e o processo não se realizou de forma espontânea, como Rodrigo Melo Franco de Andrade apontou em seu discurso.

Cabe ainda destacar que Capanema somente pode fazer tal solicitação porque a Constituição de 1934 já estava em vigor e previa a função social da propriedade, estabelecida em seu artigo 113, inciso 17, pelo qual “é garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar”. Estava resolvida a questão da propriedade privada que na década de 1920 fizera com que os projetos estaduais de proteção ao patrimônio ficassem sem validade legal.

Capanema, ao relatar sobre a elaboração do anteprojeto, destacou:

Telefonei a Mário de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Expus-lhe o problema e lhe pedi que me organizasse o projeto. Mário de Andrade, com aquela alegria adorável, aquele seu fervor pelas grandes coisas, aquela sua disposição de servir,

queria apenas duas semanas para o trabalho. Decorrido o prazo, eis Mário de Andrade no Rio de Janeiro, trazendo o projeto.⁷⁰

Esses catorze dias que Mário de Andrade utilizou para formular seu anteprojeto foram, na verdade, fruto de uma década de debates e tentativas de se criar uma legislação de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Se por um lado Capanema destaca a disposição em servir e a alegria de Mário de Andrade, por outro omite o fato de que o escritor pediu maiores informações, solicitando ao Ministro que, caso já houvesse algum regulamento sobre o tema, o enviasse ao Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, pois Paulo Duarte,⁷¹ Chefe de Gabinete do Prefeito Fábio Prado, tinha a intenção de criar uma instituição semelhante para a proteção do patrimônio paulista.

Deu-se aí a primeira disputa na elaboração do anteprojeto. Capanema questionou Mário de Andrade se ele havia fornecido o texto a Paulo Duarte e ao interventor paulista Armando Sales de Oliveira,⁷² uma vez que a instituição de proteção devia ser criada apenas com competência federal. O escritor respondeu, em correspondência, que iria então “prolongar o mais possível” a entrega do anteprojeto a Paulo Duarte, mas fazia questão que Capanema soubesse que ele não havia tido a intenção de “se fazer no estado um organismo idêntico” ao pretendido pelo governo federal.⁷³

A escolha do intelectual paulista, e não de um mineiro, para a redação do anteprojeto de proteção do patrimônio nacional possivelmente não se deu apenas em virtude dos laços de amizade entre Capanema e Mário de Andrade, mas foi uma tentativa de cooptação do modernista, que se destacava no cenário cultural e nas relações com os artistas e intelectuais do período. Mário de Andrade foi um dos responsáveis pela organização da Semana de Arte Moderna de 1922, um dos líderes do Partido Democrático Paulista que apoiara o golpe de 1930 e, em virtude de sua projeção, fora chamado por Paulo Duarte para colaborar na criação do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, tornando-se seu diretor.

⁷⁰ BRASIL. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980. p. 22.

⁷¹ Paulo Duarte foi Chefe de Gabinete durante a gestão de Fábio Prado na Prefeitura de São Paulo. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo e atuou como advogado, escritor e jornalista. Foi membro do Partido Democrático e autor do projeto de reforma administrativa realizada na Prefeitura de São Paulo, bem como idealizador do Departamento de Cultura de São Paulo.

⁷² Armando Salles de Oliveira foi interventor e governador do Estado de São Paulo durante a década de 1930. Salles foi um dos principais políticos paulistas do período, ligado ao Partido Constitucionalista. Em concorrência com Getúlio Vargas, candidatou-se às eleições de 1938, que não se realizaram em função do golpe de 1937. Salles foi também o responsável pela criação da Universidade de São Paulo.

⁷³ BONAMIM, Giovana. **Elites intelectuais e nation building: conflitos na organização e funcionamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo**. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. p. 24.

Entretanto, já no ano de 1936, Mário de Andrade começava a posicionar-se contra o governo varguista, filiando-se ao Partido Constitucionalista de São Paulo.⁷⁴

Além disso, as relações de amizade e influência na tentativa de cooptação de Mário de Andrade podem ter sido estabelecidas com a ajuda do poeta modernista mineiro Carlos Drummond de Andrade, Chefe de Gabinete de Gustavo Capanema e que desde a década de 1920 trocava várias correspondências com o escritor paulista. Helena Bomeny destaca:

Mário ligava pessoas, estabelecia conexões, criava um círculo de amizade e de troca intelectual, aquecido especialmente pela enorme correspondência que cultivava com intelectuais amigos de diversos pontos do país, fortalecendo o sentido e a importância de integrar uma geração.⁷⁵

Carlos Drummond e Mário de Andrade, em sua troca de correspondências, preocupavam-se e discutiam a cultura brasileira. Ambos acreditavam que o Brasil encontrava-se isolado, era um país primitivo em relação aos grandes centros de cultura. Bomeny aponta:

Aos dois, certamente, tocava fundo a questão da universalidade, e esta é uma forte razão da cumplicidade que se cria entre eles. E em ambos, a realização do universal passa pelo projeto de ultrapassar o primitivismo. O que imprime a diferença que acaba sendo substancial é que tal superação implica, para Mário, o mergulho no próprio primitivo, a valorização do particular, do autêntico, e, para Drummond, a negação desse primitivo através do banho da razão, das universais leis de civilidade, próprias a qualquer homem em qualquer espaço porque leis abstratas, formais e desenhadas para o ser humano civilizado.⁷⁶

Uma vez que Capanema já conseguira trazer para seu ministério Carlos Drummond, em virtude deste acreditar em um processo modernizador por meio do racionalismo, era de interesse do Ministro da Educação e Saúde e do Presidente da República, para legitimarem suas propostas na área cultural, terem ao seu lado outros intelectuais, como Mário de Andrade, que eram lideranças regionais.

Gustavo Capanema possivelmente usou seus laços de amizade com Mário de Andrade, bem como as relações deste com Carlos Drummond, para obter a colaboração do paulistano na elaboração do anteprojeto que cuidaria do patrimônio cultural brasileiro, e, sabendo da influência artística de Andrade e de seu conhecimento acerca do país, obtido por meio de suas viagens com fins etnográficos, solicitou-lhe a tarefa da escrita. Era melhor ter Mário de

⁷⁴ Cf. MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

⁷⁵ BOMENY, Helena. **Guardiães da razão: modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p. 90.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 92.

Andrade como amigo do que deixá-lo de fora do projeto de construção da nação e vê-lo crescer como oposição.

Angela de Castro Gomes chama atenção para o caráter autoritário, centralizador e intervencionista do Estado Novo, destacando a intervenção estatal na área da cultura como “um conjunto de medidas voltado para o que se pode considerar uma política cultural”, baseado na denominação recorrente daquele período de “recuperação do passado nacional brasileiro”. Para fixar as normas e valores “que deviam ser apreendidos pela sociedade como próprios à identidade nacional”, o Estado implementou uma política articulada entre os setores da burocracia estatal, quais sejam, os meios administrativos e recursos financeiros, com “atores sociais relevantes da sociedade, com destaque para os intelectuais.”⁷⁷

Considerando a relação entre os intelectuais e a burocracia estatal fundamental para a construção e divulgação da política cultural, Gomes rejeita a ideia de adesão automática dos intelectuais às diretrizes ideológicas do Estado Novo. Para a autora:

A questão do envolvimento de intelectuais com regimes políticos – sobretudo autoritários, como no caso do Estado Novo – é algo bem mais complexo e instigante. Para se compreender essa dinâmica e o sentido da categoria cooptação, é relevante reconhecer o interesse e até a necessidade de um regime de estabelecer contatos com o meio intelectual. Do mesmo modo, é interessante e necessário, para os intelectuais, participar de um novo espaço político que a eles se abre, oferecendo tanto oportunidade de tipo financeiro como de prestígio sociocultural, isto é, essa é uma relação de mão dupla cheia de possibilidades diferenciadas, sendo fundamental atentar para vários pontos, tais como: o “lugar” do aparelho de Estado que demanda a colaboração dos intelectuais; a política que está sendo implementada; e o tipo de participação solicitada. Nesses contatos, portanto, uma variada gama de aproximações, distanciamento e negociações pode se estabelecer, fazendo com que intelectuais, mais ou menos simpáticos a um regime, possam ser cooptados, ou seja, possam negociar margens de liberdade, já que a aberta e radical oposição nunca é possível.⁷⁸

Gomes refere-se, em sua análise, ao período do Estado Novo, mas acreditamos que a relação destacada pela autora já se fazia presente no Ministério da Educação e Saúde desde que Gustavo Capanema o assumiu, haja vista o número de intelectuais que o ministro teve em torno de si. Refletindo, portanto, sobre o fato de Capanema convidar Mário de Andrade para redação do anteprojeto, percebemos que embora o escritor já se mostrasse contrário ao governo, era uma tarefa que ele não podia negar, fazia parte do processo de negociação de

⁷⁷ GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 46.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 47.

liberdade que Gomes destaca sobre a cooptação, afinal tratava-se de formular um projeto que cuidaria do tombamento da arte, da cultura e da história nacional, e Mário, desde a Semana de Arte Moderna, já se inseria no projeto de busca pela brasilidade, no destino da nação.

Entretanto, se não era de Mário de Andrade negar aquela tarefa, na redação do documento ele deixou claro o que pensava da cultura e da proteção do patrimônio brasileiro. Seu texto foi dividido em três capítulos que versaram sobre a finalidade do Serviço de Patrimônio, a definição do patrimônio artístico nacional e a organização do órgão.

Em seu anteprojeto, o modernista paulista não distinguia patrimônio “artístico” e “histórico”, como ocorre no documento final, aprovado posteriormente. Entretanto, a redação de Mário de Andrade deixa claro que o caráter histórico de uma obra ou monumento teria tratamento diferenciado conforme a sua representatividade:

1. Objeto que seja ao mesmo tempo histórico e de real valor artístico (a Casa dos Contos, o livro de Debret; etc.) será tombado pelo valor histórico. Excetuam-se naturalmente quadros ou esculturas que tomaram por tema um assunto histórico, mas que são evocativos e não reprodutores do real (O Grito do Ipiranga de Pedro Américo; a Partida da monção de Almeida Júnior).⁷⁹

A interpretação da cultura brasileira de Mário de Andrade contemplava os diversos grupos da sociedade brasileira e suas manifestações culturais, correspondendo ao que depois foi definido na Constituição Federal de 1988 como patrimônio material móvel e imóvel e patrimônio imaterial. No anteprojeto de Mário de Andrade, o patrimônio foi definido como:

[...] todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e particulares nacionais, a particulares e a organismos sociais estrangeiros, residentes no Brasil.⁸⁰

Embora separasse arte popular (indumentárias, cerâmicas, arquiteturas, contos, lendas, danças, instrumentos de caça e pesca indígena etc.) e arte erudita (manifestações de artistas consagradas nacionais ou estrangeiros que atuaram no Brasil), o anteprojeto propunha que ambas fossem consideradas portadoras de referência da cultura nacional.

Sobre a brasilidade de Mário de Andrade, Bomeny, comparando-o a Carlos Drummond de Andrade, destaca:

⁷⁹ Anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Disponível em: BRASIL. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980. p. 60.

⁸⁰ Ibid., p. 55.

O recolhimento etnográfico da diversidade cultural brasileira, a priorização dos traços espontâneos, sonoros, inorganizados da brasilidade, Mário de Andrade os encontrava na cultura popular, no folclore, na dinâmica da linguagem oral e no movimento dos rituais, das festas e do acervo da cultura objetiva. Não obstante a primeira impressão, há, entre os dois amigos, cumplicidades em suas reflexões sobre a cultura. Em ambos a preocupação com o universal. Em ambos, a ambição de superar o primitivo, em ambos, finalmente, o projeto de alcançar a civilização. E mesmo que o diálogo nos pareça controvérsia é, antes de tudo, o diálogo entre duas matrizes de pensamento remetidas a um tronco comum, não obstante o estabelecimento de veredas distintas. Em Mário de Andrade, é possível que a matriz romântica tenha impregnado a argumentação. Ao passo que em Drummond, é possível que a vertente iluminista, de tipo mais racionalista, tenha chegado ao quase paroxismo.⁸¹

O patrimônio cultural nacional foi dividido, no anteprojeto, em oito categorias, cada uma contemplando quatro tipos de obras específicas: objetos, monumentos, paisagens e folclore, nas quais ficam evidentes os traços característicos apontados pela autora sobre Mário de Andrade.

A primeira e segunda categorias referiam-se às artes arqueológica e ameríndia, incluindo aí todas “as manifestações que de alguma forma interessem à arqueologia em geral e particularmente à arqueologia e etnografia ameríndias”. Entravam nessa definição objetos como instrumentos de caça, pesca, uso doméstico, indumentárias; monumentos como jazigos funerários, sambaquis, litógrafos de qualquer espécie de gravação; paisagens como grutas, aldeias, cidades lacustres, que fosse “determinada definitivamente pela indústria humana dos brasis” e, finalmente, o folclore ameríndio, representado por vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, culinária etc.

As terceira e quarta categorias do anteprojeto abarcavam arte popular e histórica. A primeira volta-se para a proteção das indumentárias, cerâmicas, arquitetura popular, capelas, jardins, lugares “agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife”, música popular, contos, lendas, provérbios, danças, etc.

A arte histórica contemplava “exemplares típicos das diversas escolas e partidos arquitetônicos que se refletiram no Brasil” e correspondia à proteção de monumentos e iconografia que “de alguma forma refletem, contam, comemoram o Brasil e a sua evolução nacional”. Neste sentido, Mário de Andrade afirmava, inclusive, que muitos monumentos não possuíam valor artístico, mas foram criados para “determinado fim que se tornou histórico”,

⁸¹ BOMENY, Helena. **Guardiães da razão**: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p 93, grifo nosso.

porque neles se passaram “fatos significativos da nossa história” ou “porque viveram nelas figuras ilustres da nacionalidade”.

Mário de Andrade colocava, ainda, como representante da arte histórica, toda iconografia estrangeira referente ao Brasil, tais como gravuras, mapas, porcelanas etc., que fossem “referentes à entidade nacional em qualquer dos seus aspectos, História, Política, costumes, Brasil, natureza, etc.”, e toda iconografia brasileira, sobretudo todo e qualquer impresso anterior a 1850 e “qualquer manuscrito referente ao Brasil, velho de mais de 30 anos, se inédito, e de 100 anos, se estrangeiro e já publicado por meio tipográficos”. Finalmente, referia-se à proteção da iconografia estrangeira, que seriam os “objetos que tenham conservado seu valor histórico universal de 50 anos para trás”.

As quinta e sexta categorias voltavam-se para a arte erudita nacional, que eram “todas e quaisquer manifestações de arte, de artistas nacionais já mortos, e também dos artistas vivos”. No caso de arte erudita estrangeira, de artistas estrangeiros que pertencessem aos poderes públicos, ou que fossem consideradas de mérito, eram estabelecidas “condições” que as tornavam “de mérito nacional”, como ter conquistado prêmios em exposições, ter o artista figurado em museus ou na História da Arte, ou ter conquistado merecimento de acordo com o julgamento do Conselho Consultivo do SPAN.

Finalmente, as sétima e oitava categorias contemplavam as artes nacionais aplicadas, como móveis, tapeçaria, joias, decorações murais etc., e as artes estrangeiras aplicadas, que incluíam obras de arte de artista estrangeiro que figurassem em Histórias da Arte e museus universais.⁸²

A perspectiva de Mário de Andrade, portanto, referia-se a um Brasil diverso, composto de vários traços da cultura, de edificações a manifestações culturais imateriais. Era a cultura da diversidade, da diferença e, justamente por isso, não poderia ser aprovada naquele momento político, uma vez que ia de encontro a tudo que Vargas queria da nação: um país homogêneo, sem regionalismos, em que a sociedade devia dar o seu quinhão de sacrifício em prol da construção de um Brasil grande e civilizado, conduzido por um Estado forte e centralizado.

Mário de Andrade fez um documento voltado para o patrimônio artístico e histórico considerando tudo o que Vargas não precisava para seu projeto de nação homogênea. Basta

⁸² As categorias estabelecidas no anteprojeto elaborado por Mário de Andrade podem ser consultadas em: BRASIL. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980. p. 57-59.

observarmos o que o governo, no ano anterior à implantação do Estado Novo, já destacava em seu discurso nas comemorações da Independência:

Brasileiros, no momento em que, por todos os pontos do território nacional, vos reunis em festa – nesta clara hora de compreensão e de compromisso, evocadora da criação da pátria, *de devoção ao culto de seus heróis* –, eu vos saúdo fraternalmente, em perfeita comunhão de sentimentos, cheio de confiança e de fé. [...]

Enquanto a história de numerosas nações é feita de violentos contrastes, de exaltações triunfantes e crises depressivas, a nossa apresenta uma ascensão constante, uma firmeza capaz de inspirar absoluta confiança no futuro. Emancipados sob a forma de monarquia constitucional representativa, chegamos, depois de um período experimental de autogovernança, ao regime republicano, sem quebrar a continuidade de nossa estrutura democrática, desfrutando amplas perspectivas de progresso e lugar cada vez mais respeitável no seio de povos civilizados.

Ninguém, de boa fé, pode negar *o ardente esforço do povo brasileiro para engrandecer e dignificar a pátria comum, sempre fiel aos ideais de justiça e solidariedade humana*. Todo o nosso progresso político e social se fez dentro dos rumos traçados pelos estadistas que fundaram a nacionalidade: *o espírito de concórdia, a preeminência da paz para o trabalho fecundo, da ordem para o esforço criador*.

Nas próprias lutas internas se refletem essas tendências de tolerância e equanimidade na ação. Mesmo naquelas mais violentas, conseguimos manter a ascendência dos princípios humanos e cristãos. Os calamitosos acontecimentos que abalaram e fizeram sangrar o mundo neste século em nada modificaram a nossa fisionomia moral. Atingimos pacificamente elevado estágio de desenvolvimento cultural, institucional e econômico. Sem lutas e sobressaltos perturbadores, asseguramos a interferência conciliadora do poder público na solução dos conflitos de interesses privados, na assistência social, no amparo e propulsão da vida econômica. [...]

As lições do passado evidenciam também que o Brasil é um país de ordem. *Ordem e democracia que significam disciplina e liberdade, obediência consciente e acatamento ao direito*. Repeliremos os surtos demagógicos, como não toleraríamos a tirania.

Não há, pois, alternativa nem dúvidas quanto a escolha. *O nosso país possui o ambiente propício ao aperfeiçoamento progressivo do regime, dando-lhe mais elevado sentido, tornando-o ágil e coerente, capaz de sobrepor sempre o interesse público ao privado, a defesa coletiva aos direitos individuais. Os magnos problemas nacionais às questões regionalistas*. [...]

Todos vós – trabalhadores das cidades e dos campos, professores e intelectuais, magistrados e militares, comerciante e industriais, educadores e jovens estudantes, mães amantíssimas, mulheres de alma fortalecida na alma cristã –, todos quantos me ouvis, *através dos mais longínquos rincões da nossa bela e gloriosa terra, ponde os vossos sentimentos bem alto e estreitai vontades e corações, num voto ardente e sincero de tudo sacrificar pela integridade da pátria brasileira!*⁸³

A cooptação de Mário de Andrade, ao final, não se efetivou, e seu texto foi substancialmente alterado. Acreditamos que a recusa do anteprojeto tratou-se de uma disputa

⁸³ VARGAS apud D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.) **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. p. 352-357, grifo nosso.

pela representatividade da memória histórica nacional, na qual Mário de Andrade não obteve força suficiente para implementar suas ideias sobre a cultura nacional naquele momento político de centralização e autoritarismo. Apenas no período da reabertura política ocorrida a partir de 1974, quando já não era mais possível ignorar as várias nuances da cultura brasileira, em virtude tanto das mudanças de concepções relativas à História, quanto das pressões sociais existentes, a diversidade cultural foi contemplada. Esse foi o momento em que o então Presidente Ernesto Geisel realizou a cooptação de outro profissional, Aloísio Magalhães, que resgatou os princípios do anteprojeto de Mário de Andrade e promoveu também a cooptação de intelectuais vinculados ao Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), como veremos no Capítulo 4.

Tanto na década de 1930 quanto na década de 1970, o patrimônio cultural selecionado e protegido, convertido em lugares de memória, serviu a interesses políticos na construção da nação e, durante a fase de reabertura política iniciada no regime militar, ocorreu um processo de democratização da área patrimonial, ainda que isso fosse para legitimar o discurso democrático do regime.

Uma vez que o anteprojeto de Mário de Andrade não contemplava a definição de uma cultura brasileira homogênea, o Governo Federal resolveu a questão com três medidas legais vagas que permitiram brechas para a seleção do patrimônio cultural conforme os interesses dos envolvidos.

A primeira medida foi a criação oficial, em janeiro de 1937, do SPHAN, pela Lei n.º 378, que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde. De acordo com o artigo 46, o Serviço devia “promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.”

Depois, em novembro de 1937, o artigo 134 da Constituição passou a contemplar especificamente o patrimônio cultural:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

Finalmente, em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 25, que regulamentou a definição e organização do patrimônio cultural brasileiro. Estava institucionalizada a proteção do patrimônio, absorvida e regulamentada dentro do processo de sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país. O Decreto-Lei n.º 25, em vigência, desconsiderou partes significativas do anteprojeto elaborado por Mário de

Andrade e caracteriza-se pela abrangência de conceitos, detalhamento de normas jurídicas e procedimentos administrativos do tombamento.

Enquanto o anteprojeto de Mário de Andrade afirmava que eram dignas de proteção tanto as artes eruditas quanto as ameríndias e populares, ilustrando cada um desses tipos com inúmeros exemplos que iam desde obras premiadas em escolas oficiais de belas artes até instrumentos de pesca indígenas, o patrimônio cultural nacional foi definido no Decreto-Lei n.º 25 como:

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, bibliográfico ou artístico.⁸⁴

As categorias estabelecidas por Mário de Andrade foram ignoradas. Enquanto o anteprojeto propunha preservar os bens materiais móveis e imóveis, assim como os bens imateriais, como usos, hábitos, fazeres, lendas, folclore, música e até superstições populares, o Decreto-Lei concebeu o patrimônio cultural brasileiro apenas como “bens móveis e imóveis”, ou seja, apenas os denominados bens materiais.

O patrimônio foi tratado como algo preexistente, que corria risco de perda, cabendo ao SPHAN realizar ações de organização, conservação e defesa. Expressões subjetivas como “fatos memoráveis”, “excepcional valor” e “feição notável” foram atribuídas para definir a escolha do patrimônio histórico e artístico nacional, sendo que quaisquer “monumentos, sítios ou paisagens”, podiam ser inclusos como patrimônio de acordo com a avaliação do SPHAN. Ou seja, o detalhamento apresentado no anteprojeto de Mário de Andrade acerca das categorias de arte patrimonial foi substituído por generalidades e subjetividades, permitindo considerar que qualquer objeto podia figurar como patrimônio histórico e artístico nacional.⁸⁵

Como mecanismo de proteção ao patrimônio, foi instituído o tombamento, cabendo ao Estado a responsabilidade de determinar quais valores culturais tornavam um determinado bem significativo para o grupo social ao qual ele se reportava, limitando seu uso e/ou destinação, uma vez que os bens tombados não podem ser destruídos, demolidos ou mutilados sem autorização do órgão competente do tombamento, sob pena de multa.⁸⁶

⁸⁴ Artigo 1º. Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre patrimônio cultural**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p. 25.

⁸⁵ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 167.

⁸⁶ Artigos 17 e 18. Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. BRASIL., op. cit., p. 31.

O tombamento não retirou o direito do proprietário de alienar seu bem. Contudo, impôs o direito de preferência, obrigando que fosse oferecido previamente à União, Estado e Município onde se localizasse, nessa ordem.

Acerca do procedimento de tombamento, o Decreto-Lei n.º 25 estabeleceu que poderia ocorrer de forma voluntária, quando o proprietário solicitasse e o bem tivesse os “requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo”,⁸⁷ ou compulsória, caso em que cabia ao Conselho Consultivo realizar a notificação ao proprietário e seguir determinações específicas em relação a prazos de recursos e impugnação.

De todo modo, em caso de interesse imediato ou risco de demolição, podia haver tombamento provisório, com os mesmos efeitos do tombamento definitivo, ficando o proprietário impedido, sob penas legais, de fazer qualquer alteração física na edificação até que o processo fosse concluído.⁸⁸

Para que um proprietário pleiteasse o financiamento de obras de restauro em seu bem tombado, devia comunicar o estado precário em que se encontrava o bem e comprovar que não dispunha de recursos financeiros para as intervenções necessárias. Ao SPHAN, cabia a decisão sobre financiar e executar as obras. Caso o órgão julgasse necessário realizar obras em quaisquer imóveis tombados, podia fazê-lo sem que o proprietário as solicitasse ou autorizasse. Tais medidas, teoricamente, garantiriam a preservação física do patrimônio cultural brasileiro, entretanto, em quase todo o período de atuação da instituição, a maior dificuldade do SPHAN foi a falta de recursos para projetos de restauração e conservação.

O Decreto-Lei n.º 25 constituiu-se, sobretudo, em um conjunto de procedimentos administrativos que determinava os “efeitos do tombamento”, não previstos no anteprojeto, e que atingiam diretamente o direito de propriedade, então submetido aos preceitos constitucionais de “função social da propriedade” e de “interesse público”. A subjetividade de tais preceitos deu sustentação à ação estatal relativa ao tema do patrimônio e as práticas do SPHAN foram juridicamente legalizadas.

O Decreto-Lei e a Constituição de 1937 formalizaram um avanço importante em relação à propriedade privada, que deixou de ter caráter absoluto, na medida em que o tombamento a limitava diante dos interesses públicos intrínsecos à preservação de um bem, entretanto, conforme relatam as Atas do Conselho Consultivo, ocorreram diversas situações

⁸⁷ Artigo 7º. Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre patrimônio cultural**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p. 28.

⁸⁸ Artigo 8º. Ibidem.

de descaso com os bens tombados e ações como incêndios e demolições ilegais que ficaram sem solução.

Outro ponto importante de alteração do anteprojeto foi em relação à composição do SPHAN. Mário de Andrade propôs que o órgão federal tivesse Diretoria, Conselho Consultivo, Chefia de Tombamento, Conselho Fiscal, Seção dos Museus e Seção de Publicidade. O Decreto-Lei não fez referência à estrutura da instituição, detendo-se, sobretudo, na forma como se daria o tombamento e seus efeitos.

Em relação ao Conselho Consultivo, o anteprojeto estabelecia que fosse composto de cinco “membros fixos” (o presidente do SPHAN e os quatro diretores dos museus nacionais) e mais vinte “membros móveis”, sendo dois historiadores, dois etnógrafos, dois músicos, dois pintores, dois escultores, dois arquitetos, dois arqueólogos, dois gravadores (artistas gráficos, medalhistas etc.), dois artesãos (decoradores, ceramistas etc.) e dois escritores (de preferência críticos de arte).

A renovação desse Conselho deveria ser feita parcial e anualmente, trocando-se dez membros móveis, sendo vetada a reeleição sem descanso de dois anos. Os critérios para a escolha de nomes seriam a partir de cada “par móvel” (dois historiadores eram um par móvel, da mesma forma que dois etnógrafos e assim por diante), que deviam ter um representante com mais de 40 anos e outro com menos, de preferência um que tivesse ideias acadêmicas, e outro ideias renovadoras.

O anteprojeto pautava-se na composição de um Conselho com competências técnico-profissionais, excluída qualquer participação direta de grupos sociais, indo ao encontro da centralização do poder e fortalecimento de um governo condutor da sociedade para a modernização. Entretanto, também possuía uma ideia pluralista, que considerava diferentes posições intelectuais por meio da sugestão de pares móveis, o que ajudaria no momento da escolha dos bens a serem protegidos a partir de opiniões e variáveis distintas, tornando o órgão mais democrático.

Na prática, o Conselho Consultivo não foi criado pelo Decreto-Lei, mas pela mesma lei que criou o SPHAN, ou seja, a Lei n.º 378, de janeiro de 1937. Definiu-se apenas que ele seria constituído pelo diretor do SPHAN, os diretores dos museus nacionais e dez membros nomeados pelo Presidente da República.

Além disso, não havia em nenhum documento a metodologia a ser adotada para a realização de um tombamento, ficando a cargo do diretor do SPHAN e de sua equipe técnica realizar possíveis estudos e avaliações que julgassem pertinentes sobre os bens selecionados para tombamento.

As atribuições do Conselho concentravam-se nos casos em que os proprietários impugnavam a notificação de tombamento dentro do prazo de quinze dias. Nesses casos, o processo era designado a um relator do Conselho Consultivo, escolhido pelo diretor do SPHAN, que montava um parecer avaliando o pedido de impugnação a partir da defesa do “interesse público”. Esse parecer era então votado pelo Conselho.

Assim, uma vez que o diretor do SPHAN e o Conselho Consultivo eram responsáveis pela realização do tombamento, o Presidente Getúlio Vargas escolheu nomes que não contrariassem seus princípios de construção da nação.

Finalmente, cabe destacar que Mário de Andrade, embora mantivesse laços de amizade com Capanema e os intelectuais que atuavam no órgão federal de proteção do patrimônio, foi afastado do processo oficial de construção da nação. Em setembro de 1937, quando convidado a trabalhar como assistente técnico do SPHAN, recusou a proposta, colaborando somente no levantamento de bens passíveis de tombamento.⁸⁹

Mário de Andrade não foi convidado sequer a integrar o Conselho Consultivo, decisão bastante óbvia, uma vez que, como veremos adiante, os membros escolhidos tinham outro discurso, não falavam de arte da mesma forma e, portanto, inseri-lo no Conselho seria colocar um membro de oposição no meio dos interesses do Estado Novo.

O modernista paulista aproximou-se do pensamento político comunista e mostrou-se bastante crítico e ressentido com a atuação dos intelectuais que cooperavam com Getúlio Vargas, como escreveu em 1942 à sua amiga Henriqueta Lisboa:

Mas com a imagem do suicídio me veio logo a imagem gêmea do assassinio. Nesta eu pude consentir e transformá-la em ideia. Afinal das contas, não me seria desagradável botar uma bomba num conclave que reunisse Getúlio, Osvado Aranha, Góes Monteiro, Chico Campos, Plínio Salgado, e até o meu prezado amigo Capanema. Afinal das contas essa gente que é ditadura, que é nazistizante como ideologia política, que é não se sabe o quê como forma de governo mansinho e amansado, e que acaba aderindo à força e de boa vontade o imperialismo iânque, essa gente nos enche de ignomínia. Tem momentos em que sinto vergonha na cara, objetivamente (sic) o sangue sobe. (...) Mas, positivamente, eu não tenho o menor jeito para conluio, para conspirações nem barricadas! Não nasci para isso, não me eduquei nisso. E si já tive eu sei “formidáveis” coragens morais, si já aguentei com sofrimentos muidos e lentamente tricotados que exigiram tantos, tão infatigáveis heroísmos, não sei pegar numa espingarda! Tremo diante de um revólver!⁹⁰

⁸⁹ BONAMIM, Giovana. **Elites intelectuais e nation building**: conflitos na organização e funcionamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. p. 58.

⁹⁰ ANDRADE apud PIRES JR., Sidney Oliveira. A crítica de Mário de Andrade à intolerância política do Estado Novo: o papel do intelectual. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (Org.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006. p. 272.

CAPÍTULO 2

OS BENS REPRESENTANTES DO BRASIL CATÓLICO, BRANCO, ELITISTA, ORDEIRO E DISCIPLINADO

2.1 As instituições religiosas: a formação do Brasil católico

Em discurso realizado em 07 de setembro de 1938, no encerramento das comemorações da Semana da Pátria e da Raça, pronunciado no Palácio Guanabara e transmitido a todo o país pelo rádio, disse o Presidente da República Getúlio Vargas:

Pátria não é apenas a extensão territorial dotada de grandes recursos naturais e admirada pela imponência dos seus panoramas; é, *acima de tudo, a comunidade de laços afetivos e interesses econômicos* e só existe, em verdade, quando se impõe à inteligência e ao coração do povo como a mais alta representação das suas virtudes e energias criadoras.

[...] Saímos de uma situação falsa e caótica, com o país dividido em feudos e o interesse público nas dependências dos conchavos das clientelas eleitorais; conjuramos a ameaça que pesava sobre a nossa soberania, *impedindo a formação de quistos raciais com pretensões autonômicas*; fortalecemos a *unidade nacional, extinguindo particularismos e hegemonias regionalistas*; atacamos de frente os problemas fundamentais da nossa economia e do aparelhamento defensivo do país; passamos, enfim, de um regime de ficção e desperdício para outro de realidade e trabalho, em que *a nação se apresenta estruturada como um todo orgânico, dentro dos objetivos supremos do seu engrandecimento*. [...]

O culto dos heróis e das glórias passadas não pode traduzir-se numa atitude de pura contemplação, de passividade estéril. Há de revestir, antes, a grandiosidade de um compromisso público, *projetando diante de nós as figuras máximas da história da pátria, a exigirem, pela memória dos seus feitos, que saibamos perpetuar-lhes o exemplo e manter o ritmo da prosperidade nacional*.

O momento é próprio para ressaltar a preponderância do fator humano no progresso de qualquer nação. *A capacidade de agir, o amor ao trabalho dignificante, o sentimento cívico e a dedicação à causa pública resultam da cuidadosa e persistente educação do povo*. As possibilidades materiais, valiosíssimas em si, só valem efetivamente nas mãos de homens inteligentes e empreendedores de espírito esclarecido e corpo robusto, capazes de transformá-las em *elementos de expansão individual e coletiva*.

É inadiável dar pronta solução ao problema do *fortalecimento da raça, assegurando o preparo cultural e eugênico das novas gerações*. [...]

Sempre fomos, e continuaremos a ser, um povo acolhedor e hospitaleiro, tolerante por índole, habituado a praticar a solidariedade cristã e a dedicar-se às grandes causas.

Nas circunstâncias atuais, torna-se urgente mobilizar essas *nobres qualidades do caráter brasileiro*, utilizando-as em benefício da cultura e do vigor físico da raça. [...] O governo nacional se propôs, nesse sentido, uma *campanha que reclama o concurso de todos*.

As comemorações da Pátria e da Raça deverão ser, daqui por diante, uma demonstração inequívoca do nosso *esforço pelo levantamento do nível cultural e eugênico da mocidade, fonte de revigoramento das energias nacionais e penhor seguro do progresso da pátria.* [...]

Eleve o espírito, aproximemos os corações e *juntemos os nossos votos*, irmanados no pensamento superior de tudo empreender.

Pelo Brasil unido.

Pelo Brasil forte.

*Pelo Brasil grande.*¹

Há nesse pronunciamento a imagem clara do Brasil que se desejava construir: um país amalgamado por “laços afetivos” e “interesses econômicos”, reconhecido pelo povo como “um todo orgânico”. Vargas recorre ao passado nacional para lembrar os heróis e glórias da nação como exemplos a serem seguidos para “manter o ritmo da prosperidade nacional”. O Presidente utiliza a função memorial do passado para a projeção de um próspero futuro.

As ações individuais, o amor ao trabalho, o civismo e a “dedicação à causa pública” seriam alcançados pela educação, mobilizadora das características já intrínsecas do brasileiro: povo acolhedor, hospitaleiro, tolerante, solidário, devotado “às grandes causas”. A verdadeira raça brasileira, eugenicamente constituída por brancos, indígenas e negros, devia ser culturalmente fortalecida para a continuidade do progresso nacional.

Tratava-se de um posicionamento que a princípio pode parecer de exaltação das potencialidades brasileiras, mas revela-se centralizador e autoritário quando desconsidera quaisquer diferenças regionais, conflitos e desigualdades sociais. E dentre todas as ações realizadas no governo varguista para alcançar seus objetivos o patrimônio cultural materializou uma nação por meio do tombamento que refletia exatamente um país uno, disciplinado, branco, católico e elitista.

Na escolha dos tombamentos, as instituições católicas foram privilegiadas. Dos 529 bens materiais imóveis que tiveram seu processo de tombamento aberto no período de 1938 a 1985 e que foram inscritos no Livro do Tombo Histórico, 182 são igrejas, capelas, passos de via sacra, orfanatos religiosos, seminários e conventos.² Desse número, 114 processos foram abertos durante o Estado Novo. Posteriormente, o tombamento das instituições católicas foi diminuindo, assim como dos demais bens.

Em 15 de agosto de 1941 o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Presidente do Conselho Consultivo da instituição, Rodrigo Melo Franco de Andrade, comunicou ao Arcebispo da Bahia, D. Augusto Álvaro da Silva, o tombamento

¹ VARGAS apud D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.) **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. p. 384-386, grifo nosso.

² Cf. Apêndice A.

das “obras de arquitetura religiosa e civil” que incluíam a “Igreja de Nossa Senhora da Barroquinha” e outras edificações localizadas no centro histórico da cidade de Salvador.³ Com anuência do arcebispo, que era, diga-se, dispensável, uma vez que o tombamento podia efetuar-se de forma compulsória, expedida em 17 de setembro daquele ano, referida igreja foi inscrita poucos dias depois no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo de Belas Artes do SPHAN, passando a integrar o conjunto de bens protegidos como representantes da história nacional.

O processo de tombamento da igreja contém unicamente a notificação de tombamento ao arcebispo, a notificação de recebimento assinada pelo mesmo e a determinação de inscrição nos Livros do Tombo correspondentes à relevância da edificação, feita pelo diretor do SPHAN. Não traz nenhuma informação histórica a respeito da edificação, limita-se a defini-la como uma obra de arquitetura religiosa.

As Atas do Conselho Consultivo também não apresentam nenhuma referência em relação ao bem e a descrição atual no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) aponta que o imóvel foi construído a partir do ano de 1722, contando com “a ajuda da população”, e recebeu o nome “Barroquinha” em virtude do tipo de relevo em que foi construída, caracterizado por possuir uma depressão natural, geograficamente denominada de “barroca”.⁴

Fora essas descrições, as informações acrescidas destacam características arquitetônicas, como sua constituição em dois pavimentos, planta retangular “com corredores laterais superpostos por tribunas, partido típico das igrejas matrizes e de irmandade do começo dos setecentos na Bahia”, “duas capelas simétricas próximas ao arco cruzeiro e abóbodas de berço em tijolo na nave e capela-mor”, segundo pavimento “constituído pelo coro e tribunas”, fachada “ladeada por torres terminadas em pirâmide, recoberta por azulejos e frontão com volutas, sofrendo influência, na composição, da Igreja de São Francisco.” Finalmente, as informações terminam ao destacar que, em 1984, a igreja foi incendiada, “desabando dias depois, restando hoje, apenas, sua fachada principal, paredes estruturais e abóboda da nave, executada em concreto em 1974.”⁵

O que o processo de tombamento, as Atas do Conselho Consultivo e a descrição do IPHAN omitem é que, no entorno da Igreja da Barroquinha, mais precisamente no terreno atrás da edificação católica, funcionou o primeiro centro de candomblé de Salvador e,

³ Processo de Tombamento n.º 277/1941, fl. 2.

⁴ IPHAN. **Serviços:** arquivo central do Iphan: livros do tomo: busca. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/229>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

⁵ Ibidem.

possivelmente, do Brasil: o “Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho”, conhecido como Candomblé da Barroquinha, que se fixou no local entre o final do século XVII e início do século XVIII, até ser transferido para a periferia de Salvador.

A omissão das informações não para apenas na existência do terreiro. A Igreja da Barroquinha, ou Capela da Confraria de Nossa Senhora da Barroquinha como também é conhecida, sediou a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios,⁶ formada por escravos, que deu origem à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, constituída unicamente por mulheres negras e que migrou posteriormente para a cidade de Cachoeira.⁷

Somente em meados da década de 1970 as justificativas de caráter histórico começaram a ser relatadas claramente nas Atas do Conselho Consultivo do IPHAN, e na década seguinte as normas para o tombamento foram alteradas pela Portaria n.º 11, de 11 de setembro de 1986, conforme já destacamos anteriormente, determinando que o processo de tombamento deve conter a descrição minuciosa do objeto, do entorno e a apreciação do mérito de seu valor cultural, dentre outros aspectos. Foi na década de 1980 que também ocorreu o tombamento do Terreiro da Casa Branca pelo IPHAN.⁸

Poderíamos supor que, em virtude do centro de culto afro-brasileiro ter funcionado em área separada da igreja, e/ou em razão deste já ter sido transferido de local quando a Igreja da Barroquinha foi tombada, o SPHAN não considerou relevante à época do tombamento, ou mesmo na descrição atual, referir-se ao Terreiro.

Da mesma forma, essas informações podem estar descritas em outros documentos que não foram localizados neste trabalho. Entretanto, acreditamos que as omissões nos principais documentos de consulta pública foram propositais, uma vez que na década de 1940 não era de interesse contemplar um Terreiro de Candomblé ou as estratégias de participação dos negros na religiosidade brasileira como parte da diversidade da memória histórica nacional. O Brasil representado nos tombamentos foi o da homogeneidade, não o das diferenças, dos brancos e católicos, não o dos negros praticantes do candomblé ou outros cultos.

No início do século XIX a região da Barroquinha era um bairro de população com predominância negra e mestiça, um “reduto cultural africano na cidade da Bahia”,⁹ entretanto, nenhuma manifestação cultural desse tipo foi selecionada pelo SPHAN nos seus

⁶ Cf. SILVEIRA, Renato da. **O candomblé da Barroquinha**: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Keto. Salvador: Maianga, 2006.

⁷ CASTRO, Armando Alexandre Costa de. **A Irmandade da Boa Morte**: Memória, intervenção e turistização da Festa em Cachoeira, Bahia. 2005. 182 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2005. p. 44.

⁸ Ver Capítulo 4.

⁹ SILVEIRA, op. cit., p. 253.

tombamentos, pelo contrário, tombaram-se as igrejas católicas de Salvador e as edificações nobres da elite.

Tombar um terreiro nos fins da década de 1930 e na década de 1940 seria admitir que negros e pobres tivessem relevância na formação histórica nacional, considerar que o progresso das elites foi conquistado por meio do trabalho escravo e que o processo de catequização feito massivamente pela Igreja Católica não conseguiu sufocar práticas religiosas de outras crenças, que inclusive conviveram no mesmo espaço físico com o catolicismo, vide o fato do Candomblé da Barroquinha ter funcionado por muito tempo em terreno anexo ao da igreja tombada em 1941.

Não era intenção do governo varguista, especialmente após a implantação do Estado Novo, representar a diversidade da tessitura social brasileira; a cultura devia ser a do Brasil homogêneo, sendo a eugenia das “três raças” tratada como o fator positivo da miscigenação, branqueamento e regeneração social.¹⁰

Destacar, portanto, a diversidade de grupos sociais que participaram da construção da Igreja da Barroquinha, especialmente os negros, não era de interesse político, pelo contrário, as várias facetas de sua história foram condensadas em torno da religiosidade católica sob a justificativa de tombamento de uma edificação representante da arquitetura religiosa.

No primeiro número da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,¹¹ o arquiteto Lucio Costa afirma que a “antiga arquitetura” brasileira, especialmente a arquitetura civil e residencial, “não foi convenientemente estudada”, o pouco que se sabia referia-se às “principais igrejas e conventos”,¹² especialmente em torno do trabalho de

¹⁰ Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

¹¹ Com uma edição a cada ano, a revista contou com artigos dos membros do Conselho Consultivo, do Diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, do arquiteto Lucio Costa, do historiador Gilberto Freyre, do poeta Mário de Andrade, dentre outros. Na primeira edição, em 1937, Rodrigo Melo Franco de Andrade destacou que a publicação não se tratava de uma “propaganda” do SPHAN, mas tinha como objetivo “divulgar os valores de arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo”. Destacou que os trabalhos até aquele momento existentes sobre o “patrimônio artístico nacional” encontravam-se dispersos e era necessário “uma ação sistemática e continuada com o objetivo de dilatar e tornar mais seguro e apurado o conhecimento dos valores de arte e de história de nosso país.” Reconhecendo as limitações e a não pretensão do SPHAN em realizar “trabalhos definitivos ou completos”, Andrade chama a atenção, de antemão, para o fato de que a primeira edição da Revista trataria, sobretudo, dos monumentos arquitetônicos. Nas suas palavras, o SPHAN tinha a competência de divulgar os valores de arte e de história nacional e tornar mais seguro ou apurado o conhecimento de tais valores, ou seja, o SPHAN legitimava-se como o órgão estatal condutor dos critérios de seleção da história/memória nacional e, antes de divulgar tais valores, que julgava pertinentes de conservação e valoração, era preciso escolher os bens a serem protegidos. ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Programa. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 01, p. 02-03, 1937.

¹² COSTA, Lucio. Documentação necessária. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 01, p. 31, 1937.

Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Mais adiante na revista há um destaque, sem autoria, para os monumentos religiosos:

A maior parte dos monumentos arquitetônicos nacionais é de caráter religioso. Raras são as obras de arquitetura civil que no Brasil se aproximam ou se possam equiparar às igrejas e aos conventos mais notáveis da Baía, de Minas, do Rio ou de Pernambuco. Por certo essas obras merecem estudo acurado e estão a reclamá-lo tanto mais quanto maior tem sido a preferência dada até agora aos trabalhos de investigação sobre os monumentos religiosos, em detrimento dos outros. Mas cumpre reconhecer que tal preferência é justificada pela importância predominante entre nós dos primeiros.¹³

O curioso é que, mesmo Lucio Costa afirmando que pouco se sabe da arquitetura religiosa e menos ainda da arquitetura civil, as justificativas de tombamento, quando aparecerem nos processos, seja das instituições religiosas ou demais bens, referem-se justamente ao caráter arquitetônico a ser preservado. Havia naquele período uma disputa entre os grupos ligados à arquitetura moderna e neocolonial, que tratamos mais adiante, mas o fato é que, embora a Constituição de 1937 definisse a liberdade de culto, as instituições religiosas do catolicismo foram as únicas selecionadas como as representantes arquitetônicas da religiosidade brasileira.

As relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo foram marcadas pela cordialidade. Em julho de 1939, Getúlio Vargas ofereceu aos bispos reunidos para o primeiro Concílio Plenário Brasileiro um banquete realizado no Itamarati, ocasião em que afirmou:

Apesar de separados os campos de atuação do poder político e do poder espiritual, nunca entre eles houve choques de maior importância; respeitam-se, auxiliam-se. O Estado deixando a Igreja ampla liberdade de pregação, assegura-lhe ambiente propício a expandir-se e a ampliar o seu domínio sobre as almas; os sacerdotes e missionários colaboram com o Estado, timbrando em ser bons cidadãos, obedientes à Lei Civil. Compreendendo que sem ela – sem ordem e sem disciplina portanto, – os costumes se corrompem, o sentido da dignidade humana se apaga e toda a vida espiritual se estanca. Tão estreita cooperação jamais se interrompeu; afirma-se, de modo auspicioso, nos dias presentes e há de intensificar-se certamente no futuro, mantendo a admirável continuidade de nossa história [...].¹⁴

Apesar da interferência da Igreja na vida política, com pedidos como a proibição do divórcio e a conquista da obrigatoriedade do ensino religioso, era do interesse de Vargas obter sua colaboração, especialmente no meio operariado, realizando um discurso, portanto, que privilegiou a cooperação entre a pregação, que ampliaria o “domínio sobre as almas”, e o

¹³ SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 01, p. 97, 1937.

¹⁴ VARGAS apud BANDEIRA, Marina. **A igreja católica na virada da questão social (1930-1945)**: anotações para uma história da igreja no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 200. p 53, grifo nosso.

entendimento de que a vida espiritual depende dos bons costumes, regulamentados pela ordem e disciplina impostas por meio das leis.

Bons cristãos seriam bons cidadãos, e a ampliação desse rebanho atendia aos interesses religiosos e políticos. A Igreja Católica pregava a ética cristã, valorizando a família, transmitindo uma moral de bom comportamento e de trabalho como símbolo de dignidade, e a obediência ao Estado, ou seja, tratava de regenerar a moral da sociedade para regenerar também o espírito dos fiéis. E quais os lugares em que se faz isso? Nas igrejas espalhadas por todo o país e que foram o principal alvo do tombamento.

Em novembro de 1940, Dom Aquino Correa, em discurso realizado no Rio de Janeiro por ocasião do 3º aniversário do Estado Novo, disse:

Eu contemplo aí em primeiro lugar a Igreja Católica e *a vejo como nunca prestigiada pelo Chefe da República, que não somente mantém com ela as melhores relações de cordialidade, senão que timbra também em evocar a cada passo, as tradições cristãs de nossa história* e, ainda há pouco mais de um ano, no memorável discurso do Itamarati, por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro, traçou, por assim dizer, *a Concordata moral entre o Estado e a Igreja no Brasil*.¹⁵

Essa aliança entre fé e obediência civil seria muito benéfica para a homogeneização nacional e, se tomarmos em conta os séculos de presença da Igreja Católica na sociedade brasileira, o tombamento das edificações religiosas, seja nas grandes cidades ou nos lugares mais afastados do território nacional, reconheceu e privilegiou os lugares de memória da fé católica e da construção dessa aliança político-religiosa na constituição de uma identidade nacional católica, ordeira e disciplinada.

O tombamento das instituições católicas ocorreu tanto em grandes centros urbanos, por exemplo, o Mosteiro e Igreja de São Bento,¹⁶ localizado na cidade do Rio de Janeiro, representando a instalação dos monges beneditinos na cidade em 1586 e a arquitetura e acervo artístico quinhentista e seiscentista, quanto em pequenos e afastados municípios, caso da Igreja de Nossa Senhora do Socorro,¹⁷ na cidade de Tomar do Geru, Estado do Sergipe, onde nem mesmo a data de construção da igreja era conhecida à época do tombamento.

¹⁵ CORREA apud BANDEIRA, Marina. **A igreja católica na virada da questão social (1930-1945)**: anotações para uma história da igreja no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 200. p 54, grifo nosso.

¹⁶ Processo de Tombamento n.º 09/1938, inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro de Belas Artes em julho de 1938. O processo não contém justificativas de tombamento e informações sobre a edificação, constando apenas os documentos formais da época do tombamento, a saber: notificação ao proprietário, recebimento da notificação, determinação de inscrição nos Livros do Tombo e certidão de inscrição. As características do bem podem ser consultadas em: IPHAN. **Serviços**: arquivo central do Iphan: livros do tomo: busca. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/229>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

¹⁷ Processo de Tombamento n.º 291/1943. A Igreja foi inscrita no Livro do Tombo Histórico e no Livro de Belas Artes em março de 1943. No processo de tombamento não constam descrições da edificação.

Ambas são, segundo seus processos de tombamento, “representantes da arquitetura religiosa”. Enquanto o Mosteiro está na capital, a Igreja de Nossa Senhora do Socorro está em uma região afastada, mas nas duas cidades foram contempladas pelo tombamento edificações que regulam a vida espiritual e, no caso de Tomar do Geru, possivelmente a criação de sua estrutura urbana ocorreu a partir do centro ordeiro e católico, qual seja, a Igreja de Nossa Senhora do Socorro.

Tombar uma igreja nos rincões do Brasil representava também reconhecer a presença do Estado na formação do mundo urbano. É o caso da “Capela de São José de Jenipapo”,¹⁸ localizada na cidade de Castro Alves, Estado da Bahia. Ao descrever a formação dos caminhos entre Minas Gerais e Bahia na época da exploração aurífera, Rômulo Barreto de Almeida destaca:

Foi o alferes Gaspar Fernandes da Fanca (sem o *r* é que está redigido; talvez seja um ascendente do ilustre padre Leonel Franca, filho daquela região) quem conseguiu do Arcebispo da Baía, a Licença de 20-06-1704, para a edificação na sua fazenda do Genipapo, no sertão do Aporá, de uma capela sob invocação de São José, porque a Matriz de Cachoeira era muito longe para os seus receberem os sacramentos. [...] Entramos na povoação por detraz da igreja, que assume aspecto majestoso entre o casario esparso e humilde, como os fieis e os catecumenos de outrora ajoelhados no largo.¹⁹

Ou seja, no momento em que a pequena vila de Jenipapo começara a formar-se e tornar-se ponto de parada dos tropeiros que viajavam entre o norte de Minas Gerais e a Bahia, logo houve a preocupação de instalar na região uma capela que servisse à devoção dos fiéis e que também fosse utilizada pelos jesuítas na catequização indígena.

Não estamos excluindo a importância das instituições religiosas na construção social do país, o valor arquitetônico de suas obras, e muito menos o fato de que grande parcela da população brasileira sempre se reconheceu como católica, mas chamamos atenção para o fato do privilégio recebido pelo catolicismo na prática do tombamento e os interesses políticos na seleção dos bens tombados que desconsideravam outras manifestações religiosas secularmente estabelecidas no Brasil, como é o caso do candomblé.

Sob a justificativa de “obras de arquitetura religiosa”, muitas instituições católicas foram tombadas no país, mas esses bens não foram inscritos somente no Livro do Tombo de Belas Artes, o que a princípio justificaria o discurso de sua importância arquitetônica, eles foram inscritos no Livro do Tombo Histórico, ou seja, a religião católica teve reconhecida na

¹⁸ Processo de Tombamento n.º 267/1941.

¹⁹ ALMEIDA, Rômulo Barreto de. A capela de S. José do Genipapo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 226, 1938.

materialidade do patrimônio sua ação na construção da história nacional e foi a única crença religiosa escolhida como patrimônio nacional.

A partir do momento em que as edificações religiosas são transformadas oficialmente em lugares de memória coletiva, importantes para a história nacional, há a introjeção de valores cristãos na sociedade, realizada por meio da exclusão de outras manifestações religiosas. Acreditamos que existe uma lógica na criação do Brasil católico e ordeiro: a teoria da salvação cristã afirma que o homem salva-se pela fé e pelas obras de bondade feitas ao outro, que o homem deve aceitar seu destino, que não cabe a ele revoltar-se contra a vontade de Deus, que deve permanecer na fé e preparar sua alma para, quando morrer, subir ao reino do céu.

Esses sacrifícios vão ao encontro do que Getúlio Vargas pensava para o Brasil, em que cada cidadão deveria dar sua parte de sacrifício para a construção de um país unido, forte e grande. Em ambas perspectivas a salvação está no futuro, é preciso criar uma sociedade ordeira, conduzida por um Estado forte e pela moral cristã, para a melhoria do futuro, para a salvação de todos.

Além disso, aquele que não cumpre a vontade de Deus é punido com o inferno e aquele que não cumpre as leis do Estado é punido com a repressão policial, são princípios de ação e recompensa muito próximos a nosso ver. A construção da identidade nacional cristã e pacífica passa pelo tombamento das igrejas, tanto aquelas das grandes cidades quanto as do interior do país, uma vez que a população também precisava ser cooptada ao projeto político e, embora o Brasil tenha inúmeras diversidades, os bens que a princípio deram unidade ao tombamento foram as instituições católicas.

Essa imagem interessava ao governo varguista no projeto de construção da nação moderna conduzida por um Estado forte e centralizador, um Brasil católico, ordeiro, disciplinado, não um Brasil de conflitos sociais, feito com mão de obra escrava, imigrante, à custa de uma maioria populacional analfabeta, desprovida de direitos sociais até o início da década de 1930.²⁰

Quando os militares chegaram ao poder em 1964, a preservação do patrimônio cultural religioso já estava constituída e isso lhes foi favorável, haja vista que uma parcela conservadora da Igreja Católica apoiou o Golpe de 1964. Embora 114 das 182 instituições religiosas protegidas tenham tido seus processos de tombamento abertos durante o Estado

²⁰ Cf. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Novo, a prática ainda teve continuidade: foram 47 bens religiosos tombados entre 1946 a 1963 e 21 no período de 1964 a 1985.

A princípio pensamos que essa queda brusca no tombamento dos bens religiosos pudesse ser em decorrência da oposição que Dom Paulo Evaristo Arns, junto à Arquidiocese de São Paulo, manifestou em relação à ditadura, mas isso nos parece um argumento simplista, haja vista que o número de todos os tombamentos no período militar reduziu-se. Enquanto o Estado Novo caracterizou-se pela busca ostensiva da identidade brasileira, refletida na prática do tombamento, o regime militar de 1964 a 1973 não se preocupou exatamente com a realização de mais tombamentos, mas com a utilidade econômica dos bens protegidos, como veremos no Capítulo 3.

Ainda que o número de tombamento tenha reduzido, a representatividade dos bens permaneceu atrelada à ideia de Brasil católico, branco, elitista, ordeiro e disciplinado. Somente a partir da distensão política iniciada no governo geiselista essa situação modificou-se, sobretudo a partir da atuação de Aloísio Magalhães como diretor do IPHAN e Presidente do Conselho Consultivo, como veremos no Capítulo 4.

2.2 A justificativa arquitetônica e a representação das elites

Ao lado das instituições religiosas, identificamos que entre 1938 e 1985 foi recorrente o tombamento de bens imóveis que se remetem à memória histórica nacional do poderio econômico e político das elites. Tomamos como elite grupos que econômica e politicamente tiveram predominância na história do Brasil e configuraram como entes sociais privilegiados.

Identificamos, nesse sentido, 110 bens tombados,²¹ sendo que, desse número de bens inscritos no Livro do Tombo Histórico, 43 processos foram abertos durante o período que compreende o início das atividades de tombamento do SPHAN, em 1938, até o final do Estado Novo. Ou seja, nos primeiros 08 anos de funcionamento do órgão federal foram protegidos 39,09% dos bens que representam os privilégios elitistas. A distribuição desses tombamentos é a seguinte:

²¹ Cf. Apêndice B.

Tabela 1. Regiões e estados com bens tombados que se remetem à elite político-econômica brasileira (1938-1985)

Região	Estado	Número de bens tombados	Total
<i>Sudeste</i> ²²	Minas Gerais	14	58
	Espírito Santo	02	
	Rio de Janeiro	25	
	São Paulo	17	
<i>Sul</i> ²³	Santa Catarina	01	04
	Rio Grande do Sul	03	
<i>Nordeste</i> ²⁴	Bahia	25	42
	Sergipe	09	
	Pernambuco	02	
	Paraíba	03	
	Rio Grande do Norte	01	
	Piauí	02	
<i>Norte</i> ²⁵	Amazonas	01	06
	Pará	05	

* Fonte: Dados obtidos por meio da análise dos Processos de Tombamento dos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico. Elaboração de Ana Paula da Silva. 2016.

Nas justificativas de tombamento, o valor histórico dessas edificações é atrelado à arquitetura, aos grandes ciclos econômicos do país, às famílias que residiram nos sobrados, casas e fazendas e a eventos políticos específicos, como a Proclamação da Independência e da

²² Em Minas Gerais, foram tombadas fazendas nos municípios de Antônio Carlos, Belo Horizonte, Matias Barbosa e Sete Lagoas; residências urbanas em Barbacena, Ouro Preto, Pitangui, Sabará, Santa Luzia, São João Del Rei e Serro; e o Teatro Municipal de Sabará. No Espírito Santo foram duas casas em Vitória, remanescentes da arquitetura colonial civil, herança da ocupação urbana do período colonial. No Estado do Rio de Janeiro foram tombadas residências urbanas predominantemente na capital, sem prejuízo das cidades de Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Itaboraí, Petrópolis e Vassouras; sedes de fazendas em Paraty, Valença, Vassouras e Rio de Janeiro. Em São Paulo foram contempladas as fazendas rurais de produção açucareira e cafeeira dos municípios de Bananal, Cotia, Ilha Bela, Paraibuna, Redenção da Serra, Santos, São Carlos, São José do Barreiro e São Paulo; os sobrados urbanos que, em sua maioria, foram residências dos barões do café em Campinas, Rio Claro, Santana do Parnaíba, Santos e São Paulo, e também foi tombada a residência na cidade de Itu que foi sede da Convenção Republicana de 1873.

²³ Em Santa Catarina foi protegida uma Casa Rural na costa do Ribeirão da Ilha, em Florianópolis. O Rio Grande do Sul teve 03 bens tombados, o Teatro Sete de Abril, localizado na cidade de Pelotas, e duas residências urbanas em Porto Alegre e São Gabriel.

²⁴ Na Bahia, foram protegidas sedes dos grandes engenhos localizadas em municípios do recôncavo baiano, como Cachoeira, Candeias, Maragogipe, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé, e edificações urbanas nas cidades de Cachoeira, Nazaré e Salvador, descritas nos processos de tombamento como ricas e imponentes residências baianas. Em Sergipe, foram tombados engenhos localizados em Laranjeiras, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão, bem como residências urbanas em Estância e São Cristóvão. Em Pernambuco, foi protegido o Teatro Santa Izabel, na cidade de Belém, além de uma fazenda no município de Surubim. Na Paraíba, foram protegidas 02 edificações urbanas em João Pessoa e um conjunto rural no município de Souza. No Rio Grande do Norte, um engenho em Canguaretama. No Piauí, um sobrado urbano em Oeiras e o Cemitério do Batalhão em Campo Maior.

²⁵ O Estado do Amazonas teve apenas um bem tombado, o Teatro Amazonas, na cidade de Manaus. No Pará foram 03 residências urbanas e o Teatro da Paz, todos na cidade de Belém, e um engenho no município de Vigia.

República. Esses bens representam, sobretudo, a história oficial da evolução político-econômica do Brasil feita pelas elites, desconsiderando a participação das minorias que, embora numericamente maiores, não tiveram quaisquer conflitos ou desigualdades sociais consideradas nos processos de tombamento. Como destaca Sérgio Miceli, a prática institucional do SPHAN se ateve “em salvar do abandono os exemplares arquitetônicos considerados de valor estético significativo para uma história das formas e dos estilos da classe dirigente brasileira.”²⁶

A relação estabelecida entre o caráter histórico e arquitetônico destaca-se pela influência exercida por Lucio Costa, arquiteto que foi Chefe da Diretoria de Estudos de Tombamento do SPHAN de 1937 a 1972. A partir da década de 1930, a disputa na formação da arquitetura brasileira deu-se, sobretudo, entre dois grupos: os neocoloniais e os modernistas. O primeiro era representado por José Marianno Filho que criticava as formas construtivas da arquitetura moderna e afirmava:

A única estrada que nos conduzirá à verdade é a estrada do passado... A volta aos espíritos tradicional da arte brasileira não significa uma homenagem fetichista ao passado esquecido, mas a volta ao bom senso... Qualquer monumento colonial representa um esforço muito maior do que as arapucas de cimento armado, diante das quais nos extasiamos.²⁷

Já os modernistas, liderados por Lucio Costa, acreditavam que a leitura arquitetônica das obras do passado feitas pelos neocoloniais era rasa e apenas imitava as construções passadas. Procuraram, então, vincular os princípios construtivos da arquitetura colonial aos da arquitetura moderna. A estrutura de madeira das casas coloniais, por exemplo, “era comparada ao esqueleto de concreto armado” das novas construções modernas, similaridade vista como “a tradição construtiva brasileira.”²⁸

Nessa disputa, os adeptos da arquitetura neocolonial perderam junto ao governo e a escolha da visão modernista pelo SPHAN ficou clara desde 1930, quando Rodrigo Melo Franco de Andrade, que na época era Chefe de Gabinete do então Ministro da Educação e Saúde (MES) Francisco Campos, indicou Lucio Costa para a direção da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), na qual desde a década de 1910 José Marianno tinha forte influência e onde fora diretor entre 1926 e 1927.²⁹

²⁶ MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 363.

²⁷ MARIANO FILHO apud CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e Brasileiro**: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). São Paulo: Jorge Zahar, 2006. p. 48.

²⁸ *Ibid.*, p. 49.

²⁹ Possivelmente havia uma querela pessoal entre José Marianno Filho e Lucio Costa, uma vez que este último, quando realizou seus estudos na ENBA, era adepto da arquitetura neocolonial e teve suas viagens às cidades mineiras coloniais patrocinadas por José Marianno, então Presidente da Sociedade Brasileira de Belas-Artes. Foi

Lucio Costa permaneceu vinculado à instituição apenas durante 1931 e propôs uma reforma curricular que desvinculasse a Arquitetura do ensino de Belas Artes e incluísse na grade disciplinas como urbanismo e paisagismo.³⁰ Diante da oposição do corpo docente e da intensa campanha feita por José Marianno contra suas propostas, Lucio Costa afastou-se da ENBA, montou um escritório com o arquiteto modernista Gregori Warchavchik e passou a ser um admirador do arquiteto francês Le Corbusier. Este último participara da elaboração da Carta de Atenas de 1933 que, dentre outros aspectos, destacava a necessidade de “escolher com sabedoria o que deve ser respeitado.”³¹

Lucio Costa possivelmente estava a par das discussões sobre patrimônio cultural no cenário internacional e das tendências predominantes da arquitetura europeia, e soube aproveitar o momento em que Getúlio Vargas almejava construir uma nação moderna, tornando-se tão prestigiado junto ao governo que se tornou o responsável pelo projeto de construção de Brasília na década de 1950.

Não estamos afirmando que Lucio Costa apoiava a ditadura varguista, mas que foi um intelectual/profissional cooptado de acordo com a análise de Ângela de Castro Gomes, que já destacamos anteriormente neste trabalho, de que “[...] é interessante e necessário, para os

depois dessas viagens e após sair da ENBA que Lucio Costa passou a defender a arquitetura moderna. Além disso, Heitor de Mello, pai de Lucio Costa, foi arquiteto neocolonial e atuou na ENBA junto com José Marianno, então a disputa profissional pode ter assumido feições pessoais.

³⁰ Essa reforma foi posta em prática apenas em 1946, com a fundação da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³¹ Os dois primeiros eventos internacionais do século XX que versaram sobre patrimônio cultural ocorreram em Atenas. Foram a I Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Momentos, em 1931, promovida pelo Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações, e o IV Congresso de Arquitetura Moderna, ocorrido em 1933 e organizado por grandes nomes da arquitetura, tais como o francês Le Corbusier. Nessas duas oportunidades, nas quais só participaram especialistas europeus, foram discutidos e estabelecidos, pela primeira vez dentre os profissionais da arquitetura e urbanismo, princípios que integraram as chamadas Cartas de Atenas. A Carta de Atenas de 1931 recomendava que os Estados criassem legislações para “proteger os monumentos de interesse histórico, artístico ou científico, pertencentes às diferentes nações” e garantissem “certo direito da coletividade em relação à propriedade privada”. O documento sugeria ao Estado a tarefa de selecionar, gerir, proteger, conservar e restaurar o patrimônio cultural, definindo profissionais e órgãos competentes, especialmente das áreas da arquitetura, história, sociologia e antropologia que o auxiliassem nessa tarefa. Desta forma, por meio de um aparato legal, o Estado definiria a identidade cultural das nações, o que de fato ocorreu, especialmente no ocidente. A Carta de Atenas de 1933 voltou-se para a arquitetura urbanística moderna, estabelecendo critérios de especialização funcional da cidade, pois entendia que os centros urbanos deviam se organizar a partir da separação das funções em setores específicos, entre os quais figurava um item sobre patrimônio cultural. Se por um lado a Carta destaca o compromisso em preservar fisicamente os bens materiais, por outro afirma que é necessário “escolher com sabedoria o que deve ser respeitado.” A Carta de Atenas de 1933, além de outras regras, preocupava-se com questões estritamente urbanas, especificamente os monumentos e conjuntos, definindo desvios de traçados das vias para efeito de proteção e acenando com alternativas questionáveis de conciliação do espaço urbano. Ver: Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. **Carta de Atenas**. Atenas, outubro de 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 20 de abr. 2015. Assembleia do CIAM/Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. **Carta de Atenas**. Atenas, novembro de 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: 20 de abr. 2015.

intelectuais, participar de um novo espaço político que a eles se abre, oferecendo tanto oportunidade de tipo financeiro como de prestígio sociocultural [...].”³²

Enquanto em 1930 a influência de Rodrigo Melo Franco de Andrade não foi suficiente para manter Lucio Costa na ENBA, embora sua passagem pela instituição tenha sido importante por disseminar ideias modernistas na instituição, a escolha pela arquitetura moderna nas obras governamentais ficou clara em 1936, quando ocorreu o concurso para o projeto de construção do edifício do MES, pasta então ocupada por Gustavo Capanema.

O vencedor do concurso foi Archimedes Memória, ligado ao movimento neocolonial. Capanema reconheceu sua vitória e pagou-lhe o prêmio oferecido em dinheiro, mas ignorou seu projeto e convidou Lucio Costa para desenhar a obra do MES, construída no Rio de Janeiro e entregue em 1947.

Com uma equipe composta por Carlos Leão, Ernani Vasconcellos, Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer e Roberto Burle Marx, Lucio Costa solicitou a assessoria de Le Corbusier para o projeto e este veio ao Brasil pela primeira vez em 1936, aproveitando a oportunidade para a realização de algumas palestras. No ano seguinte, com a criação do SPHAN, tendo Rodrigo Melo Franco de Andrade como diretor e Lucio Costa como Chefe da Diretoria de Tombamentos, estava consolidada a predominância dos arquitetos modernistas na instituição. Lauro Cavalcanti destaca:

Em 1936, com a escolha para a construção da sede do MES e para constituírem a equipe do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, logram os modernos serem considerados “dignos” pelo Estado para tornarem “digna”, em seu nome, a produção do passado que será por ele protegida para a posteridade. Na implantação do “modernismo” como dominante de uma política cultural, conseguem realizar o sonho de todo revolucionário: deter as rédeas da edificação do futuro e da reconstrução do passado, ou em outras palavras, escrever simultaneamente o mapa astral e a árvore genealógica do país.³³

É importante destacar que Getúlio Vargas e Gustavo Capanema excluíram os neocoloniais dos projetos de construção das edificações oficiais e dos cargos de chefia, mas convidaram representantes do grupo para integrarem o Conselho Consultivo do SPHAN: Francisco Marques dos Santos e Osvaldo Teixeira. Embora as decisões de tombamento na época não passassem por voto dos conselheiros, apenas nos casos de impugnação por parte do

³² GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 47.

³³ CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 182.

proprietário, essa concessão aos neocoloniais era um reflexo da política conciliadora que o governo varguista procurava implantar para legitimar seus interesses.

A disputa entre neocoloniais e modernos dava-se em relação a como os traços da arquitetura do passado colonial deviam ser reinterpretados na construção das novas edificações e a qual grupo participaria das obras governamentais. Entretanto, um ponto fundamental os unia e era importante aos interesses políticos do governo getulista: ambos reconheciam na arquitetura colonial, sobretudo no barroco, os traços nacionais da arquitetura brasileira.

Durante o Estado Novo, fossem da corrente moderna ou neocolonial, a busca pela tradição nacional da arquitetura esteve vinculada à fase do Brasil Colônia e à tentativa de compreender de que forma as técnicas construtivas vindas de Portugal foram assimiladas no Brasil, assumindo características tipicamente nacionais. A arquitetura do período Imperial, sobretudo as grandes edificações do Rio de Janeiro, construídas na maioria das vezes por arquitetos europeus, também foi alvo de atenção, enquanto as construções da Primeira República foram ignoradas. Tratava-se, dessa forma, de reforçar o distanciamento político da Primeira República e legitimar as transformações advindas a partir da década de 1930.

Era preciso construir um novo país, moderno, urbano, industrial, conduzido por um Estado forte, mas era preciso também encontrar e justificar as raízes do povo brasileiro para que ele se identificasse com a nação, e o caminho escolhido foi o da criação de uma “tradição” brasileira.³⁴

Indicar os arquitetos neocoloniais para a construção do MES significaria manter a reprodução das linhas arquitetônicas do passado brasileiro, e essa proposta não se adequava à imagem de modernidade em que o governo desejava inserir o país. Já a comparação feita pelo grupo da arquitetura moderna entre as técnicas construtivas do passado com os esqueletos de concreto armado, ainda que bastante incompatível, a nosso ver, conferia ao Brasil uma suposta tradição de valores arquitetônicos unida às novas formas do progresso.

Entretanto, é preciso considerar que, ainda que a justificativa dos tombamentos fosse a do valor histórico atrelado ao valor arquitetônico, existiam casas de diferentes épocas e estilos que iam desde a arquitetura popular até as obras que serviram de residência para barões, condes, senhores de engenho, construídas por engenheiros estrangeiros etc. Quais foram escolhidas pelo SPHAN para serem protegidas por meio do tombamento? As que pertenceram à elite político-econômica da história nacional. Residências que foram construídas ou

³⁴ Cf. GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996.

serviram de moradia para proprietários abastados, que possuíam condições financeiras para construir suas moradias com as características consideradas relevantes de proteção nos processos de tombamento. Vejamos alguns casos.

No processo de tombamento do “Solar do Barão de Guajará”,³⁵ localizado na cidade de Belém, Estado do Pará, não existe a informação da data precisa de construção da edificação, mas a descrição do bem é de que se trata de “um dos mais antigos e belos solares da cidade”, com as seguintes características arquitetônicas:

[...] fachada revestida de azulejos, com desenhos em formas geométrica nas cores brancas e azuis, provavelmente vindos de Portugal. O interior é requintado, com piso e forro de madeira, a escada para o segundo pavimento tem guarda-corpo com balaustrada e assoalho formando desenhos geométricos.³⁶

De acordo com as informações, em 1839 o solar pertencia à família do Barão e Visconde de Arari e, posteriormente, a Domingos Antônio Raiol, que havia se casado com Maria Vitória Pereira Chermont, sobrinha do Barão e Visconde de Arari, que recebera o solar de herança. Antônio Raiol era filho de Pedro Antônio Raiol, que foi morto em 1835 durante a Guerra dos Cabanos, e neto de José Raiol, membro das ordenanças de Portugal que começaram a vir para o Brasil a partir do final do século XV. Recebeu o título de Barão do Guajará em 1883 após ter sido presidente das províncias do Grão-Pará, Alagoas e Ceará. Bacharel em Direito, escreveu o livro “Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos do Pará desde o ano de 1821 até 1935”, no qual fala sobre a Cabanagem e mostra-se um defensor do regime monarquista brasileiro.³⁷

Em outro processo de tombamento, da edificação denominada de “Casa do Padre Belchior”, em Pitangui, Estado de Minas Gerais, construída no século XVIII, a justificativa de proteção e valor histórico do bem é de que a casa possuía “características muito próprias da arquitetura da época” e foi residência do padre Belchior Pinheiro de Oliveira, “[...] uma figura de proa no cenário político, tendo representado o Brasil nas Cortes de Lisbôa (1821) e Minas na Constituinte do Império (1823).”³⁸

³⁵ Processo de Tombamento n.º 327/1943.

³⁶ IPHAN. **Serviços:** arquivo central do Iphan: livros do tomo: busca. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/229>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

³⁷ REIS, Nathacha Regazzini Bianchi. Motins Políticos, de Domingos Antonio Raiol. Memória e historiografia **Intellectus**, ano 04, v. 1, 2005.

³⁸ Processo de Tombamento n.º 937/1975, fl. 5. A placa foi colocada na residência pelo fato da casa ter sido construída sobre um córrego seco, em um terreno que dava para um “despenhadeiro”, exigindo “uma fundação caríssima com um alto muro de pedras de arrime, ao fundo”.

Nesse caso a justificativa de tombamento destaca o padre Belchior como uma figura relevante da Independência do Brasil, momento político privilegiado a princípio, do qual tratamos mais adiante, mas outra informação histórica do bem que chama a atenção é o fato de seu primeiro proprietário ter sido o capitão-mor Francisco José da Silva Capanema que, ao final da construção da casa, mandou gravar uma placa em ouro e fixá-la na janela com os seguintes dizeres: “Quem dinheiro tiver fará o que quiser; e bem tem desempenhado a vaidade do título.”³⁹

Finalmente, em outro processo de tombamento, o da “Casa Grande do Sítio dos Morrinhos”, localizada no município de São Paulo, Lucio Costa faz a seguinte observação:

Sou de parecer que todas as casas dêsse período ainda susceptíveis de restauração devem ser tombadas pelo interêsse excepcional que apresentam como reveladoras da constância de uma arquitetura residencial peculiar à primeira fase da colonização e ainda há pouco ignorada ou, pelo menos, não estimada no seu devido valor.

*Acresce, no caso em apreço, a circunstância de, embora desfigurada externamente, a construção ainda possuir portais ornados no estilo seiscentista, apresentando um deles a data de 1702, sendo portanto, de todos os exemplares existentes, o único datado; bem como de achar-se localizada no perímetro residencial urbano da cidade de S. Paulo, visando-se com a sua demolição unicamente a fins de especulação comercial sem a mais comezinha consideração de ordem cultural, de parte dos atuais proprietários, pelo que tais obras representam para o nosso patrimônio histórico, sociológico e artístico.*⁴⁰

O arquiteto utiliza o argumento da importância arquitetônica do bem, construído no século XVII, para vinculá-lo ao caráter artístico, histórico e sociológico do patrimônio cultural nacional, mas o que não consta no processo de tombamento é que a casa pertenceu ao sargento-mor José de Góis Morais, paulista muito rico e ligado à mineração.

Ou seja, por meio da vinculação do valor arquitetônico ao valor histórico, privilegiou-se a memória histórica do poderio econômico das elites, ou seja, de barões, viscondes, coronéis etc., desconsiderando as edificações populares, as diferenças e desigualdades sociais que marcaram a história brasileira. Conforme aponta Márcia Chuva, o SPHAN participava “[...] das redes de nacionalização do regime varguista, que, espalhadas pelo país, integravam paulatinamente grupos dispersos, enquadrando-os em padrões nacionais”.⁴¹

³⁹ Processo de Tombamento n.º 937/1975, fl. 4. De acordo com o processo de tombamento, a placa foi colocada na residência pelo fato da casa ter sido construída sobre um córrego seco em um terreno que dava para um “despenhadeiro”, exigindo “uma fundação caríssima com um alto muro de pedras de arrime, ao fundo”.

⁴⁰ Processo de Tombamento n.º 370/1947, fl. 4, grifo nosso.

⁴¹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 288.

A ligação entre importância arquitetônica e histórica era comum entre os Distritos Regionais, o Departamento de Estudos de Tombamento, a Sessão de Artes e a Sessão de História do SPHAN, esta última chefiada entre 1938 e o fim da década de 1960 por Carlos Drummond de Andrade.

No processo da “Casa na Praça Santo Antônio, n.º 94, antiga sede da fazenda Sete Lagoas”,⁴² localizada no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, o pedido de tombamento foi encaminhado a Rodrigo Melo Franco de Andrade pelo Chefe do 3º Distrito, Sylvio de Vasconcelos, que aponta especialmente o alpendre dianteiro da residência como portador de “bastante interesse”.⁴³

Enviado para análise do Chefe da Sessão de Artes, Paulo Thedim Barreto, recebeu o seguinte parecer: “À vista da planta e da fotografia ficamos de acôrdo com as ponderações do Dr. Silvio de Vasconcelos e opinamos também a favor do tombamento do prédio em epígrafe.”⁴⁴ Por sua vez, Carlos Drummond de Andrade afirmou:

Do ponto de vista da Sessão de História nada ocorre objetar ao tombamento do imóvel, tanto mais quanto ele serve para ilustrar a evolução arquitetônica na região onde se situa. Conviria solicitar mais documentação fotográfica, para o Arquivo.⁴⁵

Finalmente, Lucio Costa corroborou com os colegas e deu seu parecer: “À vista das circunstâncias, não vejo inconveniente no tombamento.”⁴⁶

Não foram encontradas informações, tanto no processo de tombamento quanto em outros documentos, dos proprietários da Fazenda Sete Lagoas. O próprio IPHAN atualmente destaca que a inexistência de documentação impossibilita compor a cronologia do bem, tratando-se, possivelmente, de uma construção da primeira metade do século XIX⁴⁷ que, como destaca Sylvio de Vasconcelos, constitui “remanescente já raro de soluções arquitetônicas rurais tradicionais”.⁴⁸

Entretanto, pelas descrições do imóvel, como grande telhado em quatro águas, entrada com portas largas, interior com “numerosos cômodos, com pisos em tabuado, lajeado, tijoleira

⁴² Processo de Tombamento n.º 588/1958.

⁴³ Ofício n.º 968 do Chefe do 3º Distrito da DPHAN ao Diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 06 de novembro de 1958. Processo de Tombamento n.º 588/1958, fl. 1.

⁴⁴ Processo de Tombamento n.º 588/1958, fl. 2.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ IPHAN. **Serviços:** arquivo central do Iphan: livros do tombo: busca. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/229>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

⁴⁸ Processo de Tombamento n.º 588/1958, fl. 20.

e forros em esteira, estuque e mesmo telha vã”,⁴⁹ depreende-se que se trata de uma construção nobre de sua época, habitada por indivíduos com recursos financeiros para construí-la.

Além disso, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a ocupação do município de Sete Lagoas deu-se a partir da segunda metade do século XVI quando a bandeira de Fernão Dias Leme chegou à região a procura de esmeraldas. Em 1750, a Coroa Portuguesa concedeu uma sesmaria a Antônio Pinto de Magalhães, e como a região era “passagem para os currais da Bahia”, foi construído um quartel general comandado pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier. De acordo com os dados, em 1833 a Fazenda das Sete Lagoas, “[...] parte da antiga sesmaria, pertencia a José Sardezas e uma outra parte, composta de várias fazendas, pertencia ao Sr. José Pereira da Rocha.”⁵⁰

As datas do IPHAN e do IBGE não coincidem, pois enquanto o primeiro destaca que parece ser uma construção do século XIX, o segundo fala em uma construção existente na primeira metade do século XVIII. Além disso, muitas fazendas na área rural têm o mesmo nome, sendo difícil precisar que se trata da mesma residência.

De todo modo, mais uma vez foi protegido pelo tombamento um exemplar nobre cujo caráter histórico foi atrelado ao valor arquitetônico e, embora a história do bem não seja de todo conhecida, estava localizado em uma região que fora estratégica durante a fase de mineração, pois ligava Minas Gerais e Bahia, onde esteve presente Tiradentes, e que, mais tarde, em 1896, recebia os trilhos de uma das principais ferrovias do país, a Estrada de Ferro Central do Brasil. A história oficial brasileira foi, assim, sendo construída, privilegiando determinados locais e personagens.

Essas edificações, cujo tombamento reconhece e/ou lhes atribui importância como lugares de memória, são de famílias distintas da sociedade, que ocuparam cargos políticos ao longo da história nacional e que detinham condições econômicas para construir suas residências com técnicas e ornamentos de seu tempo, valorados arquitetonicamente pelo SPHAN a partir do início da prática de tombamento em 1938, e que continuaram sendo privilegiados nas décadas seguintes, haja vista que a Casa Grande do Sítio dos Morrinhos foi tombada em 1947, a casa da Fazenda Sete Lagoas em 1968 e a Casa do Padre Belchior em 1975.⁵¹

⁴⁹ IPHAN. **Serviços:** arquivo central do Iphan: livros do tomo: busca. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/229>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

⁵⁰ IBGE. **Minas Gerais:** Sete Lagoas: infográficos: histórico. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=316720&search=minas-gerais%7Csete-lagoas%7Cinphographics:-history&lang=ES>. Acesso em: 17 nov. 2016.

⁵¹ São mais alguns exemplos: na Bahia, os Processos n.º 984/1978 (Prédio conhecido como "Casa dos Carvalhos" – Salvador. Representante do ecletismo); 988/1978 (Solar Amado Bahia – Salvador. Representante

Outras residências tiveram seu valor histórico atrelado à representatividade de determinado período econômico. Durante o Estado Novo, o ciclo açucareiro foi privilegiado na proteção dos grandes engenhos da região Norte e Nordeste e a mineração em Minas Gerais. Somente nas décadas de 1950 e 60, as fazendas e edificações relacionadas à cafeicultura foram objeto de tombamento. Aparecem em menor quantidade bens relacionados ao ciclo da borracha no Pará, caso do “Palacete Pinho, imóvel situado à Rua Dr. Assis n. 586”, localizado na cidade de Belém,⁵² e na Amazônia, caso do “Teatro Amazonas”.⁵³

Na descrição dos engenhos da região Norte e Nordeste, principalmente nos estados da Bahia e Sergipe, destaca-se o trabalho realizado por Godofredo Filho, Diretor do 2º Distrito do SPHAN, cargo que assumiu em 1937 por indicação de Rodrigo Melo Franco de Andrade e no qual permaneceu até o final da década de 1960. Godofredo Filho justificava, nos pedidos de tombamento dos engenhos, a importância destes como representantes do período de prosperidade e evolução econômica da região Norte e Nordeste do país. Um dos casos, o do “Engenho São Miguel e Almas”,⁵⁴ localizado no município de São Francisco do Conde, Estado da Bahia, ilustra tal pensamento:

É tradição que o Engenho de S. Miguel das Almas, ou simplesmente das Almas, como é chamado, tenha vindo dos princípios do século XVII, pois estaria incluído na relação dos estabelecimentos desse gênero pilhados pelos holandeses em 1640. Dado, porém, o local em que fica situado, acreditamos que date sua fundação da 2ª metade do século XVI, quando aquela região do

do ecletismo); no Rio de Janeiro, os Processos n.º 55/1938 e 56/1938 (Casa à Praça Quinze de Novembro, 32, esquina da Travessa do Comércio e Casa à Praça Quinze de Novembro, 3 – Rio de Janeiro. Construídas por Francisco Telles de Menezes, com projeto do Brigadeiro José Fernando Pinto Alpoim, de feições nobres); 27/1938 (Prédio à Rua dos Inválidos, 193-203 – Rio de Janeiro. Pertencia ao Barão de São Lourenço, exemplar neoclássico); 742/1964 (Casa à Rua das Palmeiras, 35 – Rio de Janeiro. Arquitetura residencial urbana do final do século XIX); 789/1967 (Fazenda Santa Eufrásia – Vassouras); 825/1970, 853/1972 e 854/1972 (Casa à Rua do Russel, 734; Casa à Rua Mayrink Veiga, 9 e Casa à Rua da Quitanda, 61 – Rio de Janeiro. Sobrados de caráter nobre e feição neoclássica, do engenheiro português Domingos Monteiro); 898/1974 (Prédio localizado à rua Murtinho Nobre, n.º 93, conhecido como “Chácara do Céu” – Rio de Janeiro. Construído em 1957 por Raymundo Ottoni de Castro Maya, segundo projeto do arquiteto Wladimir Alves de Souza); 794/1967 (Sobrado à Praça General Osório, 19; Sobrado à Praça General Osório 35; Sobrado à Praça General Osório, s/n e Sobrado à Praça General Osório, 3 a 13 – Angra dos Reis); em Minas Gerais, os Processos n.º 472/1952 (Casa rústica, casa setecentista com terreno murado, na rua Padre Pedrosa – Ouro Preto); em São Paulo, os Processos n.º 775/1965 (Casa do Sítio Mirim – São Paulo. Arquitetura bandeirista); na Paraíba, o Processo n.º 828/1970 (Casa na Praça do Erário onde funciona a agência dos Correios – João Pessoa); no Piauí, o Processo n.º 186/1938 (Sobrado Nepomuceno – Oeiras); no Rio Grande do Norte, o Processo n.º 670/1962 (Casa à Rua da Conceição, 601, atual Museu Histórico – Natal); no Sergipe, o Processo n.º 679/1962 (Casa à Praça Rio Branco, 35 – Estância); no Pará, os Processos n.º 327/1943 (Solar do Barão de Guajará – Belém), 711/1963 (Sobrado azulejado da família Pombo – Belém; no Espírito Santo, o Processo n.º 787/1967 (Casa à Rua José Marcelino, 203-205 e Casa à rua José Marcelino, 197 – Vitória. Remanescentes da arquitetura colonial civil, herança da ocupação urbana do período colonial); em Santa Catarina, o Processo n.º 1136/1985 (Casa rural na Costeira do Ribeirão da Ilha – Florianópolis).

⁵² Processo de Tombamento n.º 1024/1980.

⁵³ Processo de Tombamento n.º 693/1963.

⁵⁴ Processo de Tombamento n.º 334/1944.

Recôncavo, muito conhecida e nomeada, foi tábua de multiplicação de engenhos. [...] De qualquer sorte, *esteve dilatados anos na posse dos Argôlos, gente da mais alta e nobre prosápia, e veio ao seu atual proprietário, o Dr. Joaquim Inácio de Aragão Bulcão, pelo casamento deste com uma Pires de Argôlo ainda viva, D. Maria Bernarda, bisneta dos Viscondes da Torre de Garcia D'Avilla.* [...] Nada mais nos ocorre, presentemente, sobre a história do Engenho de Almas, que a *deve ter tão interessante quanto longa, morada, capela e fábrica de famílias das mais ilustres e ricas do Recôncavo.*⁵⁵

Mais uma vez, a atenção volta-se para a história das famílias ricas e tradicionais de determinada região, as casas grandes são sempre caracterizadas como notáveis, de feições nobres, representantes de um próspero período. Em outro caso, o do “Engenho Vitória”, localizado no município de Cachoeira, Estado da Bahia, a casa pertenceu ao Comendador Pedro Bandeira, “abastado negociante e senhor de engenhos da região e um dos introdutores da navegação a vapor na Bahia”, sendo a sede da fazenda “um dos mais representativos exemplos da casa rural assobradada.”⁵⁶

É uma descrição que corrobora com a visão apresentada por Gilberto Freyre, que inclusive participava das reuniões do SPHAN e colaborava indiretamente com os trabalhos desenvolvidos pela instituição. O historiador descreve a casa-grande da seguinte maneira:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater família, culto aos mortos, etc.); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos. Desse patriarcalismo absorvente dos tempos coloniais a casa-grande do engenho Noruega em Pernambuco, cheia de salas, quartos, corredores, duas cozinhas de convento, despensa, capela, puxadas, parece-me expressão sincera e completa. Expressão do

⁵⁵ Descrição de Godofredo Filho, janeiro de 1944. Processo de Tombamento n.º 334/1944, fl. 02, grifo nosso.

⁵⁶ Processo de Tombamento n.º 284/1941, fl. 03. Foram tombados ainda os seguintes engenhos: na Bahia, os referentes aos Processos n.º 313/1942 (Engenho Lagoa: sobrado e capela, São Sebastião do Passé), 316/1942 (Fazenda de São Roque: casa grande e capela, Maragogipe), 322/1943 (Engenho Freguesia: sobrado, fábrica de açúcar e Capela de Nossa Senhora da Piedade, Candeias), 323/1943 (Engenho Matoim: sobrado e fábrica de açúcar, Candeias); no Rio de Janeiro os Processos n.º 85 (Fazenda do Engenho d' Água: casa, Rio de Janeiro), 176/1938 (Solar de Santo Antônio, Campos dos Goytacazes); no Rio Grande do Norte o Processo n.º 666/1962 (Engenho do Cunhau: ruínas da capela, Canguaretama); no Sergipe os Processos 297/1941 (Engenho Retiro: casa e Capela de Santo Antônio, Laranjeiras), 308/1942 (Engenho Jesus, Maria, José: capela e Engenho Nossa Senhora da Penha: capela, Laranjeiras), 300/1941 (Engenho Caieira: capela de Nossa Senhora da Conceição, Santo Amaro das Brotas), 298/1941 (Engenho Poxim: capela de Nossa Senhora da Conceição, São Cristóvão); em São Paulo os Processos 347/1945 (Fazenda do Engenho d' Água: casa, Ithabela) e 678/1962 (Engenho dos Erasmos: ruínas, Santos).

patriarcalismo já repousado e pacato do século XVIII; sem o ar de fortalezas que tiveram as primeiras casas-grandes do século XVI.⁵⁷

A postura que se adota nos tombamentos é a da conciliação, contribuindo para a visão da democracia racial que Gilberto Freyre já havia indicado em sua obra *Casa Grande e Senzala*, publicada em 1933. Ora, assim como os arquitetos neocoloniais não foram escolhidos para a construção das novas edificações governamentais, intelectuais que diferiam da imagem do Brasil que estava sendo construída também não tiveram participação, vide Caio Prado Júnior, que foi perseguido por sua vinculação ao comunismo e ideias que destacavam a luta de classes no Brasil.⁵⁸

Já o período da mineração é representado em bens como o “Sobrado à Rua Marechal Deodoro, n.º 12”, localizado em São João Del Rey, Estado de Minas Gerais. Foi tombado com a justificativa de que, em virtude da produção aurífera, surgiram comerciantes como João da Silva Mourão, que construiu a edificação, caracterizada como “imponente” e que “se sobressai perante o casario ao redor e se volta para três pontos importantes da cidade.”⁵⁹

Como destacamos anteriormente, a economia cafeeira é desconsiderada a princípio, e as edificações tombadas no Estado de São Paulo durante o Estado Novo remetem-se ao período dos bandeirantes. Quando se tomba, em 1951, um bem representando especificamente um período econômico em São Paulo o sítio escolhido é a “Fazenda do Engenho d' Água: casa”, justamente um engenho de produção de açúcar e cachaça.⁶⁰

Quando as fazendas de produção de café começaram a ser protegidas, as justificativas também remetem aos seus proprietários. A “Fazenda Resgate”, localizada no município de Bananal, Estado de São Paulo, foi tombada por representar uma “[...] característica sede de fazenda de café de meados do século passado do vale do Paraíba do Sul. Pertenceu ao Comendador Manoel de Aguiar Vallim.”⁶¹

⁵⁷ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 53-54.

⁵⁸ MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1978. p. 20.

⁵⁹ Outros bens ligados à mineração são a “Fábrica de Ferro Patriótica: ruínas”, Processo de Tombamento n.º 31/38, localizada em Ouro Preto; a “Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo: capela”, Processo n.º 815/1969, localizada em Matias Barbosa; a “Casa dos Contos”, Processo n.º 415/49, localizada em Ouro Preto; a “Casa rústica, casa setecentista com terreno murado, na rua Padre Pedrosa”, Processo n.º 472/52, localizada em Ouro Preto.

⁶⁰ Processo de Tombamento n.º 361/1943, fl. 10. Outro bem de produção açucareira tombado no Estado de São Paulo é o “Engenho dos Erasmos: ruínas”, Processo n.º 678/1962.

⁶¹ Processo de Tombamento n.º 529, fl. 02. Outros bens representativos da economia cafeeira foram: “Casa do Sítio do Mandú”, Processo n.º 433/50, representa a arquitetura rural paulista, pertencia ao pai do arquiteto Eduardo Kneese de Mello, localizada em Cotia; “Fazenda Ponte Alta: casa”, Processo n.º 909/1974, localizada em Redenção da Serra; “Edifício de dois pavimentos com frontaria azulejada na Rua do Comércio, 94/96 e 98”, Processo n.º 751/65, localizada em Santos; “Fazenda do Pau d'Alho: casa”, Processo n.º 577/58, localizada em São José do Barreiro; “Edifício à rua Regente Feijó, esquina da rua Ferreira Penteado, conhecido como Palácio

Finalmente, os movimentos políticos representados nas residências tombadas em virtude da participação política de seus componentes foram relacionados inicialmente ao processo da Independência do Brasil e, posteriormente, à Proclamação da República. A “Casa à Praça Dr. Aristides Milton, 23-A”,⁶² localizada em Cachoeira, Estado da Bahia, por exemplo, foi protegida por ser “local de reunião dos revolucionários da Independência, em 1822”; o “Cemitério do Batalhão”,⁶³ localizado em Campo Maior, no Estado do Piauí, representava a participação popular no confronto militar da chamada Batalha de Jenipapo, ocorrida em março de 1823, que garantiu a unidade do território brasileiro contra tropas portuguesas. Ou seja, o povo é representado em um momento político de “adesão” em prol da nação, sem levar em conta as diferenças sociais e conflitos existentes.

Outro exemplo é a identificação da Revolução Pernambucana e os seus líderes ao movimento de caráter republicano pela independência. O “Sobrado à Rua Peregrino de Carvalho, n. 117”,⁶⁴ em João Pessoa, foi rapidamente tombado por ter sido “prisão do revolucionário José Xavier Peregrino de Carvalho, em 1817,” a “Fazenda Acauã: casa, capela e sobrado”,⁶⁵ no município de Sousa, teve seu processo de tombamento aberto no ano de 1939, mas somente foi inscrita no Livro do Tombo Histórico em 1967.

A casa e capela da Fazenda Acauã foram construídas em 1760 e, de acordo com o IPHAN, “[...] seu valor histórico está no fato de ter sido de propriedade do padre Luiz José Correia de Sá, que teve importante participação na revolta de 1817, e por também ter abrigado em caráter de preso rebelado contra os imperialistas de 1824, o frei Caneca.”⁶⁶ Nas duas edificações, destacam-se líderes políticos da Revolução Pernambucana.

A Proclamação da República foi representada no patrimônio em 1966 quando ocorreu o tombamento da “Casa à Rua Barão de Itaim”,⁶⁷ edifício-sede do Museu Republicano Convenção de Itu, sede da convenção republicana de 1873.

A preservação do patrimônio reduziu-se aos monumentos arquitetônicos de “pedra e cal”. Foram tombados bens que se remetiam à memória histórica das elites que ao longo dos séculos da história brasileira foram adaptando-se aos diferentes ciclos econômicos e políticos

dos Azulejos”, Processo n.º 736/64, localizado em Campinas; “Fazenda da Conceição: casa”, Processo n.º 910/74, localizada em Paraibuna; “Casa à Avenida 2, n.º 572, esquina com rua 7, Sobrado do Barão de Dourados”, Processo n.º 683/62, localizada e, Rio Claro.

⁶² Processo de Tombamento n.º 200/1939.

⁶³ Processo de Tombamento n.º 185/1938.

⁶⁴ Processo de Tombamento n.º 61/1938.

⁶⁵ Processo de Tombamento n.º 391/1939.

⁶⁶ IPHAN. **Serviços:** arquivo central do Iphan: livros do tomo: busca. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/229>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

⁶⁷ Processo de Tombamento n.º 767/1966.

e recorriam aos seus títulos e sobrenomes de estirpe. Não se tombou a arquitetura comum, que também tinha traços arquitetônicos de cada período da história nacional, os costumes e hábitos populares foram desconsiderados.

A memória histórica nacional que se construiu por muitas décadas a partir da preservação dos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico é a de um país que desconsiderava os negros, os imigrantes e os pobres na formação da cultura e da identidade nacional, que enfatizava o centro das cidades e marginaliza a periferia, que jogava luz na riqueza de uma pequena parcela da população e ignorava o restante. As elites que conduziram o país desde a colonização tiveram seus lugares de memória tomados como representantes da memória histórica nacional, enquanto a grande população permanecia alijada de direitos civis, políticos e sociais ao longo dos séculos.

Getúlio Vargas, ao tomar o controle político do país, realizou medidas e reformas sociais, clamou por meio do populismo para que o povo construísse o Brasil forte, unido e do progresso, mas colocou no SPHAN intelectuais que selecionaram como representantes do passado brasileiro exemplares arquitetônicos que tinham muito pouco em comum com a maioria da população e, como destaca Renato Ortiz, contribuíram para o mito das três raças que formam o Brasil de forma harmônica, uma vez que as diferenças entre os grupos sociais e as regiões do país foram tratadas a partir da perspectiva da conciliação e homogeneidade.⁶⁸

A atuação do SPHAN/DPHAN/IPHAN teve uma importância inegável na preservação do patrimônio cultural brasileiro. Entretanto, estabeleceu o reconhecimento de uma arquitetura discutida somente por especialistas, distante do cotidiano da maioria da população, para a qual os bens eram selecionados e apresentados a *posteriori* como portadores de importância para a história da nação e da arquitetura brasileira. Assim, embora tais bens fossem integrantes da paisagem cotidiana, tendiam a representar um universo distante, alheio ao cidadão comum, resgatados do esquecimento unicamente por meio da atuação da instituição federal de proteção.⁶⁹

⁶⁸ Cf. ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁶⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 284.

2.3 As edificações do poder político: a representação da vitória do Estado na construção nacional

Verifica-se no Livro do Tombo Histórico uma grande quantidade de bens materiais imóveis inscritos que representam a defesa do país, sobretudo fortes, e as edificações administrativas, como paços, palácios, casas de câmara e cadeia, alfândegas etc.⁷⁰

É sabido que durante a fase colonial, após as primeiras décadas baseadas na exploração do pau-brasil, o governo português iniciou o processo efetivo da colonização brasileira dividindo o território em capitânicas hereditárias cujos donatários deviam explorar e proteger o território. Ao longo de três séculos o país foi gradualmente “descoberto”, formaram-se as vias de comunicação, as rotas de escoamento de mercadorias como o açúcar e o ouro, os primeiros povoados, as vilas, o comércio interno etc.

Da mesma forma, a administração foi adaptando-se ao longo dos séculos e a defesa territorial era fundamental para que Portugal mantivesse os invasores estrangeiros afastados, o que nem sempre foi possível, haja vista as invasões holandesas no Norte e Nordeste, espanholas na região Sul e francesas no Rio de Janeiro.

A primeira publicação oficial do Ministério da Educação e Cultura sobre a proteção do patrimônio cultural brasileiro, intitulada “Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória”,⁷¹ refere-se a um episódio ligado à invasão holandesa no nordeste brasileiro, classificado justamente como primeira tentativa de preservação de edificações históricas no Brasil.

O livro apresenta uma correspondência, de abril de 1742, escrita por André de Melo e Castro, Conde das Galveias, Vice-Rei do Brasil no período de 1735 a 1749, dirigida ao Governador da capitania de Pernambuco, Luiz Pereira Freire de Andrade. Na carta, o Conde das Galveias reclama sobre as intenções do governador de tornar o Palácio das Torres, uma construção holandesa feita durante a ocupação do governo do Conde Maurício de Nassau no Brasil, em um quartel. Mostrando-se contrário à decisão do governador, o Conde justificava seu ponto de vista contrário utilizando argumentos que remetem à ideia de preservação do patrimônio.

O Palácio das Torres fora construído durante a segunda ocupação holandesa do Brasil, primeiro com a tomada da cidade de Olinda, em Pernambuco, até o domínio da Companhia

⁷⁰ Cf. Apêndice C.

⁷¹ Publicação de 1980 pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Fundação Nacional Pró-Memória, que naquele momento trabalhavam em conjunto e eram conhecidas pela sigla SPHAN/Pró-Memória, com direção de Aloísio Magalhães. Ver Capítulo 4.

Holandesa das Índias Ocidentais na região nordestina entre 1630 e 1654. A Nova Holanda, ou Brasil Holandês, como ficou conhecida a parte de terra brasileira conquistada, foi administrada a partir de 1637 pelo Governador Conde João Maurício de Nassau que promoveu, especialmente nas cidades de Olinda e Recife, melhorias e desenvolvimento urbano “intensamente vertical”, com construção de sobrados, pontes, jardins, canais, igrejas de diversas religiões, lojas, armazéns, etc.⁷²

O local escolhido em Recife para a sede do governo holandês foi a Ilha de Antônio Vaz, local onde Nassau reforçou a segurança com a construção de um forte, determinou a realização de drenagem de terrenos, construção de diques e canais, um museu natural, observatório astronômico e jardim botânico-zoológico. A ilha ficou conhecida como Cidade Maurícia e foi ligada ao restante da cidade de Recife por meio da Ponte Maurício de Nassau, erguida em dois anos e inaugurada em 1642, com extensão de 180 metros, construída sobre pilares de pedra e madeira, tornando-se a primeira ponte de grande porte do Brasil.⁷³

Na ilha, foi construído e entregue no mesmo ano que a Ponte Maurício de Nassau, o Palácio Friburgo, conhecido popularmente como Palácio das Torres, em virtude de possuir duas torres altas, uma utilizada como farol para os navegantes e outra como observatório astronômico, o primeiro da América. De arquitetura luxuosa, com mobiliário e obras de arte, situado no centro do jardim botânico-zoológico onde foram reunidos grande variedade de exemplares da fauna e flora brasileira, a residência destacava-se na paisagem e representava a arquitetura dos “ricos burgueses de Amsterdam”.⁷⁴

Após o regresso de Nassau à Holanda, em 1644, o palácio foi utilizado como quartel no período das lutas entre os holandeses e portugueses até que, finalmente, os primeiros foram expulsos do Brasil em 1654. Nesse período, o Palácio das Torres ficou bastante destruído e passou por algumas reformas nas décadas seguintes, sendo utilizado como residência de capitães-gerais, bispos e, especialmente a partir de 1706, governadores.⁷⁵

Um século depois da construção do Palácio das Torres pelo Conde Maurício de Nassau, o Governador de Pernambuco decidiu utilizar novamente a construção como quartel e o Conde das Galveias faz o apelo de que isso acarretaria ainda mais em sua destruição:

⁷² FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jose Olímpio, 1981. p. 66.

⁷³ SOUZA-LEÃO FILHO, J. Palácio das Torres. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, separata do v. 10, p. 135, 1946. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2585.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

⁷⁴ Ibid., p. 137. DONATO, Maria das Graças Andrada. **Recife, cidade maurícia**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação, Comissão de Moral e Civismo, 1986. p. 61-66.

⁷⁵ SOUZA-LEÃO FILHO, op. cit., p. 153.

[...] me lastimo muito que se haja de entregar ao uso violento e pouco cuidadoso dos soldados, que em pouco tempo reduzirão aquela fábrica a uma total dissolução, mas ainda me lastima mais que, com ela, *se arruinará também uma memória que mudamente estava recomendado à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitania, de que se seguiu livrar-se do jugo forasteiro todo o mais restante da América Portuguesa: as fábricas em que se incluem as estimáveis circunstâncias (referidas)... são livros que falam, sem que seja necessário o lê-los...*; se se necessitasse absolutamente, para defesa dessa Praça, que se demolisse o Palácio, e com ele uma memória tão ilustre, paciência, porque esta mesma desgraça têm experimentado outros edifícios igualmente famosos; mas por nos pouparmos a despesa de dez ou doze mil cruzados, é cousa indigna que se saiba que, por um preço tão vil, nos exponhamos a que se sepulte, na ruína dessas quatro paredes, a glória de toda uma Nação.⁷⁶

De fato, a carta apresenta noções de preservação bastante singulares para aquele período, pois era de se esperar que, com a deterioração da edificação e com o fato dela representar uma construção feita durante a dominação holandesa no Brasil, não seria interesse do governo português mantê-la de pé, ainda mais gastando recursos para sua reforma.

Entretanto, o Conde das Galveias propôs, ainda que não com essas palavras, uma ressignificação da memória existente naquele local, ou seja, a edificação devia ser preservada não por ser uma construção de arquitetura holandesa, mas porque fora retomada por Portugal no período da Restauração. A carta fala em preservar “uma memória que mudamente estava recomendado à posteridade”, uma memória da metrópole que conseguira “livrar-se do jugo forasteiro”.

Tratava-se, dessa maneira, de transformar a edificação em um monumento histórico, conforme as concepções de Françoise Choay destacadas no Capítulo 1 deste trabalho, em um lugar de memória da vitória portuguesa em seu domínio colonial sob o Brasil. A carta propunha, com a ressignificação da memória daquele local, a identificação do Palácio das Torres com a história da nação e das conquistas portuguesas.

O Conde destacou que se fosse necessária uma demolição para fins de defesa do local, seria sepultada uma “memória tão ilustre, paciência, porque esta mesma desgraça têm experimentado outros edifícios igualmente famosos”, entretanto, a entrega do Palácio para os soldados a fim de economizar “dez ou doze mil cruzados” na construção de um novo quartel, seria algo indigno “por um preço tão vil”, sepultando-se na destruição da edificação “a glória de toda uma Nação.”

⁷⁶ Carta enviada em 05 de abril de 1742 pelo Conde das Galveias ao Governador de Pernambuco, Luís Pereira Freira de Andrade. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. SPHAN/Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Pró-Memória. p. 61, grifo nosso.

A carta de 1742 identifica o Palácio das Torres com a nação portuguesa, com a necessidade de preservar aquilo que, se inicialmente fora visto como obra modernizadora de Recife feita por Nassau, passara a significar a vitória portuguesa na expulsão dos holandeses e a ocupação da Cidade Maurícia. A postura do Conde das Galveias era similar, respeitando-se as peculiaridades de cada processo, ao que aconteceu décadas depois durante a Revolução Francesa, com a ressignificação das edificações pelos revolucionários, analisadas também no Capítulo 1 deste trabalho.

Apesar da solicitação, o Palácio das Torres foi transformado em quartel, posteriormente utilizado mais uma vez como residência de governadores até, finalmente, ser demolido no período de 1782 a 1787, durante a gestão do Governador de Pernambuco José César de Menezes, em virtude do precário estado de conservação que demandaria muitos recursos para a restauração da edificação. Em seu lugar foi construído, em 1841, o Palácio do Campo das Princesas, desde então sede do Poder Executivo do Estado de Pernambuco.

O interessante é observar que o argumento utilizado pelo Conde das Galveias na proteção de uma edificação que representava a vitória portuguesa na colonização brasileira foi bastante utilizado nos processos de tombamento referentes à defesa nacional.

No primeiro número da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o professor Afonso Taunay escreve sobre o “Forte de São Tiago da Bertioga”,⁷⁷ localizado no município de Bertioga, Estado de São Paulo, que foi inscrito no Livro do Tombo Histórico em 1938. Destaca que o local, em meados do século XV, foi “assaltado por tamoios, incitados pelos franceses do Rio de Janeiro”, sendo que, em uma expedição de 1547, os índios “[...] afrontaram a resistência heróica e improfícua dos cinco irmãos, filhos de Diogo de Braga, e mais alguns colonos. Triunfantes, devoraram diversos dos poucos prisioneiros sobreviventes do encarniçado embate”.⁷⁸

Após descrever os nativos como selvagens, aliados dos franceses, e ressaltar como heroica a resistência dos colonos, Taunay continua sua narrativa exaltando as ações defensivas dos portugueses, finalizando que era de urgência proteger o forte “[...] em prol da conservação do único vestígio quinhentista subsistente do apossamento luso em terras de S. Paulo”.⁷⁹

⁷⁷ Processo de Tombamento n.º 219/1939. Inscrito em fevereiro de 1940 no Livro Histórico e Livro de Belas Artes com a denominação de Fortaleza de São Tiago.

⁷⁸ TAUNAY, Afonso. Uma relíquia notabilíssima a conservar: o forte de São Tiago da Bertioga. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 5, 1937.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 7.

Na justificativa da necessidade de tombamento do Forte de São Tiago joga-se luz, portanto, à memória da supremacia dos portugueses, embora naquela batalha tenham perdido para os índios, e do processo colonizador, excluindo a violência da dominação indígena e as motivações de sua ligação com os franceses. A resistência portuguesa, a vitória da colonização e o controle das linhas territoriais é que são destacadas no processo de tombamento. As populações indígenas, quando abordadas na Revista do Patrimônio ou nas inscrições de bens nos Livros do Tombo, não aparecem representadas pelo seu valor histórico cultural, mas pelo valor etnográfico.

O discurso sobre o Forte de São Tiago, tombado em 1938, é similar àquele destacado em 1980 na publicação do IPHAN sobre o Conde das Galveias como a primeira tentativa de proteção de monumentos no Brasil. A justificativa para o mérito da proteção das duas edificações, ainda que no período em que o Conde propunha a manutenção do Palácio das Duas Torres a ideia de tombamento não existisse, gira em torno da vitória do colonizador e não do caráter multifacetado e violento da colonização, criando a imagem de um Estado forte desde o Brasil Colônia, capaz de defender o território português tanto dos nativos quanto de outros países, transformando os locais de defesa territorial em lugares de memória que privilegiavam a supremacia do vencedor.

O que se fez foi construir a imagem de uma história do Brasil formada por europeus e pela miscigenação, embranquecendo a sociedade a partir do privilégio da memória coletiva dos grupos dominantes e da presença forte do Estado, ainda que este fosse representando pelos lugares de memória do colonizador. Escolhia-se, dessa forma, que os brasileiros descendiam dos “heroicos” portugueses e não dos revoltosos indígenas.

O tombamento das edificações de defesa e da administração pública realizou-se de forma mais marcante durante o Estado Novo, mas em todo o período de 1938 a 1985 aparecem tombamentos que se referem à vitória do Estado na construção nacional. As justificativas de tombamento, quando existentes, continuam a vincular o valor histórico ao arquitetônico e a busca de uma “tradição” da cultura brasileira. A proteção dos bens patrimoniais permaneceu em grande medida atrelada à “idade” das edificações e não porque houvesse ocorrido de fato algum evento relevante para a memória histórica nacional.⁸⁰

Um dos exemplos é o caso do “Forte da Barra Grande”, localizado na Ilha de Santo Amaro, Estado de São Paulo. O “antigo delegado do SPHAN em Santos e circunvizinhanças”, Edgard C. Falcão, ao saber que se pretendia instalar no local um “Iate-Clube moderno”,

⁸⁰ Cf. GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996.

enviou correspondência a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em setembro de 1950, solicitando o tombamento do bem “afim de evitar que se venha a consumir a destruição duma edificação dos mais belos padrões de arquitetura militar colonial”.⁸¹

O diretor do IPHAN solicitou à Divisão de Estudos de Tombamento um parecer sobre o caso, que foi o seguinte:

A futura instalação ali de um Yatch Club não me parece incompatível com o tombamento – nem constituiria profanação como parece insinuar o dr. Falcão, porquanto *o forte, construído por iniciativa privada, não está vinculado a nenhum fato particular de relevância histórica* –, *uma vez que se limitasse ao aproveitamento do edifício existente, já indevidamente reformado*, cabendo agora, na eventualidade de obras de adaptação, beneficiá-lo com novo telhado (mais baixo e com telhas de modelo antigo), recompondo-se ainda os arcos e demais vãos modernizados, tudo de acôrdo com instruções a serem elaboradas oportunamente.⁸²

Sobre a história do bem, foi solicitado ao Guarda-Mor responsável pela alfândega de Santos, José de Góes Calmon de Britto, maiores informações sobre a edificação e o mesmo afirmou:

Impossível a reconstituição do seu histórico, pela falta de elementos. Sabe-se, apenas que por largo tempo serviu de aquartelamento à uma guarnição do Exército, depois transferida para a Fortaleza de Itaipú. Por muito tempo ficou aquele próprio nacional desguarnecido, apenas sob a guarda da referida Fortaleza do Itaipú. Mais ou menos em 1938 esta Alfândega após entendimentos com a 2a. Região Militar, sediada em São Paulo, conseguiu autorização para ali instalar um Posto Fiscal Aduaneiro. *Lugar insalubre, prédio em mau estado de conservação*, desprovido de elementos de iluminação, com água dependente de uma pequena cachoeira distante do edifício, regular despeza acarretou à Fazenda nacional o seu melhoramento para adaptação ao fim colimado.⁸³

Pelas informações prestadas por Lucio Costa e o Guarda-Mor, poderíamos supor que a edificação não seria protegida pelo tombamento, pois se tratava de um forte onde não havia ocorrido nenhum fato histórico relevante sabido até aquele momento, nem mesmo um conflito como aquele ocorrido no “Forte de São Tiago”, e já estava descaracterizado arquitetonicamente. Entretanto, mesmo apontando essas características, Lucio Costa foi favorável ao tombamento e o bem acabou inscrito no Livro do Tombo Histórico em abril de 1964.

⁸¹ Processo de Tombamento n.º 441/1950, fl. 2.

⁸² Parecer do arquiteto Lucio Costa, Diretor da Divisão de Estudos de Tombamento, em 21/09/1950. Processo de Tombamento n.º 441/1950, fl. 3, grifo nosso.

⁸³ Processo de Tombamento n.º 441/1950, fl. 6, grifo nosso.

Atualmente, a descrição da “Fortaleza da Barra Grande” constante no site do IPHAN destaca que a edificação foi “[...] construída após os assaltos às vilas de Santos e São Vicente pelos piratas de Cawendish e Fenton em 1584-1590, foi reconstruída em 1723-1725 e concluída em 1742, inclusive com uma capela.”⁸⁴

Já na segunda metade do século XVIII foram construídos em anexo o Fortim da Praia do Góes e o Portão Espanhol, recebendo obras de restauração na década de 1990. Entretanto, à época do tombamento, essas informações não constam no processo e, possivelmente, foram pesquisadas após sua proteção.

O tombamento do forte foi importante, uma vez que permitiu novos estudos e a reconstituição de eventos da história nacional, entretanto, na época de seu tombamento, permanecia a prática ligada unicamente ao fato da representatividade do bem enquanto uma edificação de defesa e de presença do Estado na construção da nação.

Em relação aos bens materiais imóveis da administração política inscritos no Livro do Tombo Histórico, foram privilegiados os do período colonial, imperial e republicano nas respectivas cidades que sediaram os representantes legais de cada época. Assim, a Bahia tem a maioria de bens administrativos do período colonial e o Rio de Janeiro os da fase compreendida entre a chegada da família real no Brasil e o Estado Novo.

Uma vez definidos os bens culturais do passado político nacional, chegou o momento também dos bens do presente serem contemplados pelo tombamento, como o caso da nova capital federal, Brasília, que antes mesmo de ter sido concluída teve um bem protegido: o “Catetinho”,⁸⁵ cujo nome é uma referência ao Palácio do Catete do Rio de Janeiro. Projetado por Oscar Niemeyer, o “Catetinho” é uma edificação simples, localizada próxima a Brasília, construída em apenas dez dias no mês de novembro de 1956. Conhecido também como Palácio das Tábuas, serviu de residência para que o Presidente da República Juscelino Kubistchek se hospedasse quando realizava viagens para acompanhamento das obras da nova capital.

Inscrito no Livro do Tombo Histórico em 1959, a justificativa para o tombamento foi de que o Catetinho inseria-se no quadro das “casas históricas” que foram residências de “personalidades ilustres” do Brasil,⁸⁶ mas representava, além da figura política de Juscelino Kubitscheck e a administração pública do país, a inserção dos arquitetos modernos na construção da memória histórica nacional, afinal a edificação feita por Niemeyer foi o

⁸⁴ IPHAN. **Serviços:** arquivo central do Iphan: livros do tomo: busca. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/229>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

⁸⁵ Processo de Tombamento n.º 594/1959.

⁸⁶ PÉSSOA, José. Cedo ou tarde serão consideradas obras de arte. In: PÉSSOA, José; VASCONCELOS, Eduardo; REIS, Elisabete; LOBO, Maria (Orgs). **Moderno e nacional**. Niterói: Ed. UFF, 2006. p. 160.

primeiro bem construído no século XX tombado e inscrito no Livro do Tombo Histórico. A partir daí o caminho para proteção dos bens de arquitetura moderna estava aberto.

2.4 O tombamento dos bens do progresso material brasileiro e o conflito entre tradição e modernidade

Conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, jardins históricos, pontes, hotéis, mercados, fontes, chafarizes, caixas d'água, casas de saúde, hospícios, fábricas, estações ferroviárias, instituições educacionais, museus etc., foram bens tombados durante 1937 a 1985 e inscritos no Livro do Tombo Histórico.⁸⁷ O que eles têm em comum? Retratam a evolução da infraestrutura urbana, da incipiente indústria colonial, da saúde e da educação brasileira. Assim como as demais categorias de bens culturais, a história que se conta dessas edificações joga luz em um lado da memória histórica nacional e deixa outra face entre as sombras.

Os conjuntos arquitetônicos tombados, em sua maioria, remetem à evolução urbana e/ou às características arquitetônicas e artísticas consideradas as mais autênticas do Brasil. Começaram a ser tombados em 1938: em Minas Gerais, com o “Conjunto arquitetônico e urbanístico” de Ouro Preto,⁸⁸ e no Rio de Janeiro, com o “Conjunto e Morro do Valongo”.⁸⁹

Desde cedo, Ouro Preto e suas obras barrocas foram escolhidas como símbolo da nacionalidade brasileira, vide, como já apontamos no Capítulo 1, que a cidade havia sido erigida monumento nacional, por meio do Decreto n.º 22.928, de 12 de julho de 1933, destacando-se que a antiga capital do Estado de Minas Gerais “[...] foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, que merecem defesa e conservação.”

Ao buscar a identidade cultural brasileira autêntica, o SPHAN, especialmente por meio de Lucio Costa e dos intelectuais mineiros vinculados à instituição, atribuiu ao barroco

⁸⁷ Cf. Apêndice D.

⁸⁸ Ouro Preto, que já havia sido erigida monumento nacional, foi mais uma vez escolhida como a portadora das mais belas “construções de arte”, verdadeiras “testemunhas mudas de uma era de glória e de Esplendor”, segundo a exposição do engenheiro Epaminondas Vieira de Macedo sobre as igrejas e capelas de Ouro Preto, de 12 de julho de 1938. Processo de Tombamento n.º 70/1938, fl. 9. A escolha de Minas Gerais como o estado representante da luta pela independência brasileira a partir da figura de Tiradentes, do ciclo de prosperidade econômica do ouro, das famílias tradicionais e da verdadeira arte foi um dos resultados da presença dos intelectuais mineiros cooptados por Vargas: Gustavo Capanema, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade são alguns exemplos. Cf. RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968**. 1991. 210 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 127.

⁸⁹ Processo de Tombamento n.º 99/1938.

mineiro a característica de adaptação e reformulação de elementos construtivos estrangeiros e nacionais. De acordo com Márcia Regina Romeiro Chuva, o advento da arquitetura moderna na década de 1930 e o resgate do passado colonial vinculado a uma “verdadeira” nacionalidade, encontrado pelo SPHAN nas obras barrocas, foi um “ajuste dos relógios” que permitia ao país preservar seus traços nacionalistas e, ao mesmo tempo, estar inserto na modernidade:

Ao mesmo tempo em que o Sphan lutou pela consagração do barroco brasileiro, conseguindo tornar a produção artística brasileira – por ser “barroca” – parte integrante da produção universal da arte, investiu também em encontrar as especificidades do nacional nelas contidas. Reafirmando nossa arquitetura como nacional e universal, porque inserida num processo civilizatório europeu percebido como universal, traço marcante do projeto modernista da década de 1920, os modernistas do Sphan conquistaram a inserção do Brasil – e de sua própria produção artística que se tornou hegemônica – no mundo civilizado com o efetivo “ajuste dos relógios”. Os tempos do sagrado se uniam.⁹⁰

Entretanto, acreditamos que havia interesse político nessa escolha de Minas Gerais como o maior representante da nacionalidade, haja vista que Getúlio Vargas chegara ao poder a partir da cisão política entre as oligarquias mineira e paulista e da formação da Aliança Nacional que, como sabido, foi fundamental para a efetivação da tomada do poder em 1930. Consagrar Ouro Preto como síntese política e cultural da nação abria caminho não apenas para os intelectuais mineiros sobressaírem-se na disputa pela seleção do patrimônio a ser protegido como representante da memória histórica nacional, mas também para o fortalecimento da elite política mineira como representante da construção da nação, haja vista que não apenas a arquitetura barroca foi tombada, mas as edificações que remetiam a figuras, tais como Tiradentes, vistas como heróis que lutaram pelo país.

O processo de tombamento do “Conjunto arquitetônico e urbanístico” de Ouro Preto mais uma vez deixa de lado quaisquer conflitos ou desigualdades sociais existentes na memória histórica nacional, limita-se a descrever ostensivamente a cidade como portadora das mais belas “construções de arte”, verdadeiras “testemunhas mudas de uma era de glória e de esplendor”.⁹¹ A história dos grupos sociais que permearam o período de descoberta, fixação e exploração da localidade é ignorada. A cidade é retratada como uma representante da luta pela independência brasileira a partir da figura de Tiradentes, do ciclo de prosperidade econômica do ouro, das famílias tradicionais e da verdadeira arte.

⁹⁰ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 361.

⁹¹ Processo de Tombamento n.º 70/1938, fl. 9.

Assim como parte da história do “Conjunto arquitetônico e urbanístico” de Ouro Preto fica esquecida, ocorre o mesmo com o “Conjunto e Morro do Valongo” do Rio de Janeiro, cujo processo de tombamento abarca outros 07 bens, sendo que não existem informações específicas sobre nenhum deles, apenas os documentos legais exigidos na época para o tombamento. O conjunto é classificado apenas como uma “obra de arquitetura.” No site do IPHAN a descrição atual é a seguinte:

O conjunto de edificações da Ladeira do Valongo ainda guarda características das áreas urbanas do Rio de Janeiro em fins do século XVIII. Pelo seu valor paisagístico foi tombado, especialmente a casa de nº 21. O jardim elevado foi construído pelo Prefeito Pereira Passos (1903-1906) quando do alargamento da rua, dentro do conjunto projetos de embelezamento urbano da sua administração. Tratado ao gosto romântico da época recebeu também quatro estátuas que ficavam originalmente no cais projetado por Grandjean de Montigny para o desembarque da Imperatriz Tereza Cristina.⁹²

Destacadas as características urbanas, arquitetônicas, paisagísticas e a figura real da imperatriz, o que as informações deixam de lado é que nessa região funcionou o maior mercado de escravos da cidade do Rio de Janeiro no período de 1758 a 1831.⁹³ E, no mesmo sentido, em outros conjuntos tombados destaca-se a arquitetura e formação das cidades brasileiras, mas desconsidera-se a representatividade dos diferentes grupos sociais locais e sua relação com a própria história do Brasil.

Jardins históricos, fontes, chafarizes, aquedutos, bebedouros, bicas, caixas d’água, pontes, arcos, calçamentos, portões etc. são todos equipamentos de infraestrutura urbana da evolução das cidades, ou seja, a origem e o desenvolvimento material do Brasil, o progresso urbano ao longo dos séculos, bem como os trechos ferroviários para escoamento de produção e da população, as edificações da saúde e da educação. Estava se tombando a construção material do país, realizada pela elite econômica, pelos diferentes governos, mas deixando oculto todo o imaginário envolto nesses bens.

Além desse passado “tradicional” brasileiro, mais uma vez os arquitetos modernos lograram realizar outro tombamento de suas obras: tratava-se do “Antigo Cassino da Pampulha”,⁹⁴ localizado na cidade de Belo Horizonte, obra que não representava o progresso do passado, mas o progresso do presente. O projeto da obra foi de Oscar Niemeyer, a

⁹² IPHAN. **Serviços:** arquivo central do Iphan: livros do tomo: busca. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/229>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

⁹³ Cf. HONORATO, Cláudio de Paula. **Valongo:** o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

⁹⁴ Processo de Tombamento n.º 590/1958.

construção ocorreu na década de 1940 e o bem foi inscrito no Livro do Tombo Histórico em 1958.

Tanto o “Catetinho”, ao qual já nos referimos anteriormente neste trabalho, quanto o edifício do antigo Cassino, representavam o interesse dos arquitetos modernistas e também do próprio Juscelino Kubitschek em ter suas obras reconhecidas como exemplares do progresso e da memória histórica nacional. Enquanto o primeiro bem servia de residência e local de despachos do Presidente em suas visitas à nova capital federal, que estava em construção, o antigo Cassino fora erguido durante a gestão de Kubitschek como Prefeito Municipal de Belo Horizonte. Durante sua passagem pelo Poder Executivo da capital mineira, Juscelino impulsionou o projeto de modernização da cidade iniciado em meados da década de 1930.⁹⁵

Assim, a proteção do patrimônio cultural brasileiro ia sendo feita de acordo com os interesses dos arquitetos e dos governos vigentes. Como já destacamos anteriormente, os modernos conseguiam aos poucos “deter as rédeas da edificação do futuro e da reconstrução do passado [...]”⁹⁶

Entretanto, se por um lado o tombamento, a partir da década de 1950, começou a ser utilizado para a proteção de bens do progresso do século XX, por outro era tratado pela sociedade como negativo, oneroso ao proprietário e ineficaz quanto à proteção, sendo relatados casos de desabamentos ou descaracterizações provocados por falta de manutenção das edificações.

O desgaste institucional do SPHAN começou logo após o Estado Novo, especialmente em virtude da falta de recursos que impossibilitava projetos de restauração, momento em que os proprietários perceberam que o tombamento nem sempre era garantia de manutenção e restaurações em suas propriedades. Além disso, tratava-se do acirramento da disputa entre tradição/preservação versus modernidade/progresso.

É o caso verificado na cidade de São João Del Rei, em que parte da população, à época do tombamento de um sobrado localizado na Rua Marechal Deodoro, n.º 12, em 1946, fez uma intensa campanha criticando a atuação do SPHAN na preservação patrimonial da cidade. Os proprietários do imóvel pretendiam demolir a edificação, mas, sabendo que o processo de tombamento já estava em andamento, a venderam para a Companhia

⁹⁵ Foi iniciado na década de 1930 o processo de verticalização do centro urbano da cidade de Belo Horizonte, com a construção de prédios comerciais e residenciais. O fato é que Belo Horizonte havia crescido de forma desordenada, pois a própria administração pública da cidade, construída para ser a nova capital do Estado de Minas Gerais após a Proclamação da República, impunha restrições para ocupação da área central, e isso provocou o crescimento das áreas suburbanas, contrariando a imagem de metrópole modelo que o governo almejava.

⁹⁶ CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 182.

Interestadual de Melhoramentos e Obras S.A (CIMOSA), que tinha entre os sócios os senhores João Lombardi, Aziz Farah Elias e Tancredo de Almeida Neves.

Os novos proprietários começaram a demolição do sobrado para construir um edifício no local. Diante disso, o SPHAN realizou tombamento provisório da edificação, que tinha os mesmos efeitos legais que o tombamento definitivo, segundo o Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, e, com intermédio Ministério Público, as obras foram embargadas, com posterior desapropriação do imóvel pelo Decreto Federal n.º 21.902, de 07 de outubro de 1946. Parcialmente destruído, o sobrado foi restaurado e, com o fim das obras em 1955, tornou-se o Museu Regional de São João Del Rei. No pedido de cancelamento de tombamento provisório, os proprietários da CIMOSA alegaram que o início da demolição do prédio deu-se em virtude do seguinte:

Dadas, porém, as suas precaríssimas condições de estabilidade e ao adiantadíssimo estado de ruína em que se encontrava, não foi possível evitar-se a sua demolição, tanto mais necessária, quanto é que o velho casarão estava representando um grave perigo para os transeuntes e moradores dos prédios vizinhos, ameaçados pelo seu desabamento iminente. [...]

A sua demolição, além do mais, se impunha. Aconselhavam-na os preceitos de higiene pública. Era um pardieiro infecto, desabitado há mais de 20 anos, em cujas alcocas respirava-se uma atmosfera miástica e doentia. Nem se mostrava, portanto, susceptível de qualquer aproveitamento ou remodelação. A sua existência, no coração de uma cidade progressista, como São João del-Rei, era uma afronta aos nossos fóros de povo, que se preza de civilizado. [...]

A essas razões, acrescem as ditadas pela evolução de nossa cidade e as exigências do seu progresso, que está a reclamar construções novas, nos seus pontos centrais, para atender a grande procura de habitações, cada dia mais escassas no nosso meio, onde a crise de residências já é um tormento insuportável. [...]

Si o prédio demolido constituía uma obra de “excepcional valor artístico”, não se compreende a imperdoável negligência do SPHAN que aqui mantém, há mais de um ano, um seu representante, deixando para dar início ao seu tombamento, quando êle já não mais existia e se havia transformado num montão de ruínas. [...]

Nunca serviu, o sobrado em questão de cenário ou de palco a qualquer fato de nossa história, a não ser o ter funcionado, numa de suas salas, a sede a “Ação Integralista Brasileira”, de execranda memória. [...]

Ao terminar, desejam os signatários frisar que a atuação do SPHAN para colimar as suas patrióticas finalidades, não deve perder de vista as justas e legítimas aspirações de progresso e os imperativos de um desejável padrão de vida por parte de uma coletividade laboriosa e progressista de uma cidade culta, que quer viver com o passado, por este embelezada e opulenta e não por êle morta e arruinada.⁹⁷

⁹⁷ Processo de Tombamento n.º 361, fl. 45-46, grifo nosso.

O trecho transcrito elucida dois principais conflitos que permaneceram vigentes nas décadas posteriores: pedidos de cancelamento de tombamento em virtude de edificações em estado precário, que supostamente ameaçavam a segurança da população e a higiene pública, e demolições que visavam o avanço do progresso a partir da construção de novas edificações.

Entretanto, por trás desse discurso havia um interesse muito maior que era a especulação imobiliária. Não podemos ignorar que, nas décadas de 1950 e 60, o desenvolvimento brasileiro passou por significativas mudanças, sendo o nacionalismo atrelado a valores de modernização pelos governos. Houve um estímulo à industrialização, urbanização e interiorização do país, sobretudo com a construção de Brasília pelos arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemayer.

O processo de migração populacional para os centros urbanos provocou alterações nos níveis econômico e social do país, contribuindo para a valorização e especulação imobiliária. Dessa forma, a preservação do patrimônio cultural começou a tornar-se inadequada ao modelo de desenvolvimento nacional, especialmente nas cidades e centros históricos, exigindo novos dimensionamentos das áreas e entorno dos bens tombados.⁹⁸

A especulação imobiliária contribuiu para que muitos proprietários pedissem o cancelamento do tombamento, pois a grande maioria dos bens tombados localizava-se em áreas antigas e nobres dos centros urbanos e, como não podiam ser demolidos ou ter suas características arquitetônicas modificadas sem a autorização do SPHAN, perdiam valor de venda, afinal ninguém queria adquiri-las sem garantia de restaurações e com impossibilidade de reformas ou modificações em desacordo com as prerrogativas legais.

Os proprietários muitas vezes alegavam que, por não disporem de recursos financeiros para manter a integridade física dos imóveis, e pela inexistência de projetos de restauração, desejavam demolir suas propriedades para posterior venda do terreno ou mesmo construção de edificações mais modernas. As pressões para impedir a proteção efetiva de bens localizados em áreas nobres intensificaram-se e o SPHAN não conseguia mobilizar o governo e a sociedade para a “causa” da preservação, indispensável para que se preservasse a integridade física dos bens tombados.⁹⁹

Querelas como a ocorrida em São João Del Rei perpassaram a história do IPHAN e aparecem em outros processos de tombamento: “Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo”, na cidade de Itu, Estado de São Paulo; “Casa da Fazenda do Leitão”, em Belo

⁹⁸ MILET, Vera. **A teimosia das pedras**: um estudo sobre a proteção do patrimônio ambiental urbano. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988. p. 58.

⁹⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 140.

Horizonte, Minas Gerais; “Palácio dos Azulejos”, em Campinas, São Paulo; “Casa de Câmara e Cadeia”, em São João da Barra”, Rio de Janeiro; “Convento e Igreja da Ordem Primeira do Carmo e Igreja da Ordem Terceira do Carmo”, em Moji das Cruzes-SP; “Sobrado à Praça General Osório, 19”, em Angra dos Reis, Rio de Janeiro; “Casa à Rua Mayrink Veiga, 9”, no Rio de Janeiro,¹⁰⁰ dentre outros.

Se por um lado ocorreram pedidos de cancelamento de tombamento em virtude da especulação imobiliária, por outro foram feitos pedidos de tombamento visando exatamente a necessidade de proteção frente aos interesses financeiros de demolição dos bens. É o caso do “Edifício-sede do Museu Antônio Parreiras”,¹⁰¹ cujo pedido de tombamento destacava:

O surto imobiliário que ora se verifica no bairro de São Domingos (Niterói), precisamente no trecho em que se situam o parque e os prédios da “Antiga Residência”, do “Atelier” e das “galerias Anexas” deste Museu, está a indicar a necessidade urgente do tombamento desses imóveis a fim de evitar possíveis atentados às suas características.

O prédio da “Antiga Residência” foi um projeto do saudoso arquiteto paulista Ramos de Azevedo, construído nos anos de 1893-94, datando o do “Atelier” de 1912 e o das “Galerias Anexas” de 1905. A não ser este último, que necessita de obras de recuperação, os demais encontram-se em bom estado de conservação.¹⁰²

Finalmente, em algumas situações o discurso em torno dos pedidos de tombamento destacava a necessidade de preservação da história de determinadas localidades. É o caso da cidade de São João Marcos, um antigo município do Estado do Rio de Janeiro que foi tombado em 1939 e destombado no ano seguinte por determinação de Getúlio Vargas.

A solicitação de tombamento foi feita em agosto de 1938 por Luiz Ascendino Dantas¹⁰³ que, baseando-se no artigo 122 da Constituição Federal de 1937 e no artigo 1º, inciso 2º, do Decreto-Lei n.º 25, solicitou ao SPHAN que a cidade fosse protegida pelo tombamento como monumento do patrimônio histórico do Rio de Janeiro. O pedido fundamentou-se na justificativa de que a cidade estava ameaçada, visto que a empresa Carris pretendia levantar uma barragem que inundaria a cidade para ampliação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

¹⁰⁰ São respectivamente os Processos de Tombamento n.º 384/1948, 429/1950, 736/1964, 763/1965, 790/1967, 794/1967, 853/1967, 728/1964.

¹⁰¹ Processo de Tombamento n.º 728/1964.

¹⁰² Solicitação de tombamento do Museu Antônio Parreiras, feito pelo diretor da instituição, Jefferson Avila Junior. Processo de Tombamento n.º 728/1964, fl. 1, grifo nosso.

¹⁰³ Luís Ascendino Dantas era funcionário público estadual aposentado, chefe político local desde a década de 1920, mas já afastado da vida pública. À época, estava residindo em Niterói, sede do governo estadual e vizinha da Capital Federal. Dantas escreveu livros e artigos sobre a importância histórica da cidade de São João Marcos e, quando tomou conhecimento da possibilidade de sua inundação, liderou diversos abaixo-assinados entre a população e solicitou o tombamento da cidade.

Dantas enalteceu a tradição histórica do município, os trabalhos de historiadores nacionais e estrangeiros sobre a localidade e os documentos recolhidos que “[...] mostram a sua historia economica, politica e administrativa desde a fundação de sua Freguesia, em 1739, até os dias presentes, completando 200 anos de existencia no próximo ano de 1938”.¹⁰⁴

O diretor do SPHAN encaminhou o pedido em setembro de 1938 ao conselheiro Gustavo Barroso para que fosse o relator do processo. Em seu relatório, entregue ao Conselho Consultivo em dezembro do mesmo ano, Barroso afirmou:

O municipio de São Marcos, fundado há dois séculos, com sua demarcação confirmada por D. João VI, tem sido vitima do maior desprezo de parte dos poderes publicos, sobretudo depois que *os interesses da empresa que fornece luz e força ao Rio de Janeiro lograram se sobrepôr á tradição daquêlê pedaço de chão brasileiro*. [...]

São João Marcos é uma das cidades que *conservam os aspectos da velha civilização brasileira do ciclo do café*, com a sua antiga matriz de frontão triangular entre duas torres, seus sobradões quadrados, suas casas de bicca, beira e sub-beira, em torno da praça retangular, onde antanho se erguia o pelourinho simbolico. [...]

Os filhos da tradicional cidade têm ilustrado seu nome na historia politica e mental do Brasil, dêside os tempos da colonia. Contam-se entre êles os membros da famosa familia Portugal, os barões de S. João do Principe e de Guapy, herois do Paraguai como José de Martini, almirantes como Jorge Americano Freire, artistas como Correia Lima, academicos como Alfredo Pujol e Ataulfo de Paiva, e acima de todos os grande Francisco Pereira Passos, reformado do Rio de Janeiro.

A cidade conserva o feitio historico nacional e contem edificios que merecem ser conservados como reliquias de nosso passado, entre os quais a Matriz, as igrejas do Rosario e São Benedito. Respira-se nela o perfume dos tempos idos. É um ninho de tradições.

Assim, sou de parecer seja *deferido o requerimento do Sr. Luiz Ascendino Dantas* pedindo proteção para o municipio de São João Marcos.¹⁰⁵

O Relator destacou aspectos de um Brasil tradicional, constituído por nomes da elite política e cultural do país que, segundo seu ponto de vista, marcaram a história nacional,¹⁰⁶

¹⁰⁴ Processo de Tombamento n.º 183/1938, fl. 3.

¹⁰⁵ Processo de Tombamento n.º 183/1938, fl. 7-8, grifo nosso.

¹⁰⁶ A família Portugal, por exemplo, que Gustavo Barroso refere-se em seu parecer, trata-se dos primeiros sesmeiros que, no início do século XVII, povoaram a região de São Marcos e Rio Claro, assumindo cargos políticos ainda na fase da colônia e fazendo com que fosse aberta uma estrada ligando as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, pedido aceito por D. João V. A genealogia da família Portugal foi escrita em 1936 por Luiz Ascendino Dantas em sua obra “São João Marcos e Rio Claro. Suas Origens. Primeiros Povoadores. Limites com São Paulo. O Café. Genealogia da Família Portugal – Subsídio Histórico.” Outra genealogia destacada é a dos “barões de S. João do Principe e de Guapy”, que foram Ananias de Oliveira e Sousa e Joaquim José Ferraz de Oliveira. Ambos receberam o título nobiliárquico na fase do Império, em 1834 e 1861, respectivamente. Mais algumas figuras foram lembradas por Gustavo Barroso: José Martini, que foi Tenente-Coronel do Exército, Comandante do 14º Batalhão de Infantaria que lutou na Guerra do Paraguai, juntamente com o almirante Jorge Americano Freire; José Otávio Correia Lima, que nasceu em São João Marcos em 1878, realizou seus estudos na Escola Nacional de Belas Artes, na cidade do Rio de Janeiro, tornando-se escultor e, nas décadas de 1910 a 1930, professor na mesma instituição. Foi membro do Conselho Consultivo do SHAN de 1938 a 1963; Alfredo

bem como a importância arquitetônica da cidade de São João Marcos. Nenhuma dessas características fugia da imagem que estava sendo criada em relação ao patrimônio histórico brasileiro. Entretanto, esse pedido de tombamento representou o conflito entre modernidade e tradição, pois a cidade, embora representasse um passado tradicional do Brasil, estava localizada onde se pretendia construir uma represa para ampliação da produção de energia elétrica, que representava o progresso, a modernidade.

Possivelmente, José Otávio Correia Lima, que era natural de São João Marcos e membro do Conselho Consultivo quando este votou a favor do tombamento da cidade, deve ter tido influência sob os demais conselheiros na aceitação do pedido, mas nenhum desses fatores foi capaz de se sobrepor aos interesses econômicos pactuados entre os governos federal e estadual e a empresa Carris. Naquele momento, os interesses da construção do Brasil grande e forte saíram na frente em relação à preservação patrimonial, ainda que o passado representado pela cidade de São João Marcos não entrasse em conflito com a imagem do Brasil ordeiro e homogêneo.

Após o Conselho Consultivo deliberar pela aceitação do tombamento da cidade de São João Marcos foram feitas várias tentativas por Rodrigo Melo Franco de Andrade junto a Gustavo Capanema, a empresa Companhia Carris, ao governo do Estado do Rio de Janeiro e até mesmo a Getúlio Vargas para que fosse encontrada uma medida que resolvesse a questão, mas as obras continuaram avançando e, em janeiro de 1941, Vargas simplesmente determinou, via Decreto, o cancelamento do tombamento da cidade de São João Marcos, ignorando a Constituição de 1937 e o Decreto-Lei n.º 25.

Pouco tempo depois, em 29 de novembro de 1941, sancionou o Decreto-Lei n.º 3.866, que dispôs sobre a possibilidade de cancelamento do tombamento de bens do patrimônio cultural pelo Presidente da República, mediante a aplicação da noção de utilidade pública, conferindo plenos poderes ao chefe do Executivo.

Essa foi a primeira medida que alterou as normas do Decreto-Lei n.º 25. A segunda alteração ocorreu também sob um regime autoritário, em 15 de dezembro de 1975, com a

Pujol, nascido em São João Marcos em 1865, formou-se em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, assumindo cargos políticos de deputado estadual e Federal ao longo de 1898 a 1912. Trabalhou também como jornalista e foi membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Ataulfo de Paiva, nasceu em 1867 e seguiu carreira pública jurídica, sendo juiz, desembargador, Ministro do Supremo Tribunal Federal, membro do IHGB e da Academia Brasileira de Letras. Finalmente, Francisco Pereira Passos, nascido em 1836, formou-se na Escola Militar em Ciências Físicas e Matemáticas, correspondente à Engenharia Civil. Trabalhou em grandes projetos da engenharia brasileira e foi Prefeito do Rio de Janeiro entre 1902 a 1906, responsável pelas reformas urbanísticas da cidade nos moldes franceses, haja vista que havia cursado alguns estudos em Paris. Todos esses personagens destacados por Gustavo Barroso são membros da elite política, econômica, militar e cultural, reforçando a importância da cidade de São João Marcos como núcleo originário de ilustres nomes da história nacional.

aprovação da Lei 6.292, que introduziu a necessidade de homologação das decisões de tombamento pelo Ministro da Educação e Cultura, visando maior controle sobre as ações autônomas institucionais.

2.5 Os tombamentos em virtude das “pessoas ilustres” que nasceram ou residiram em determinados lugares

Uma vez inscritos no Livro do Tombo Histórico os bens que representavam as instituições religiosas católicas, o poderio das elites, as instituições de defesa e administração do Estado e a construção material do país, por conseguinte foram também escolhidos pelo SPHAN os líderes da nação, os heróis, os personagens consagrados na história nacional como representantes legítimos da memória coletiva nacional. Entre 1938 a 1985 ocorreram 34 tombamentos¹⁰⁷ de bens materiais imóveis cuja justificativa baseia-se no fato da importância de “pessoas ilustres” que nasceram ou residiram em determinados lugares.

A maioria desses bens tombados refere-se a personagens vinculados à política brasileira, tais como Deodoro da Fonseca, José Bonifácio, Barão do Rio Branco, Rui Barbosa, Abílio César Borges, Augusto Teixeira de Freitas, Senador Canedo, Benjamim Constant, etc.¹⁰⁸ Mas, ao lado das casas tombadas por nelas terem residido líderes políticos, foram também protegidas as casas de Castro Alves, Gregório de Matos, Euclides da Cunha, Ana Nery, Bento Gonçalves e Guiseppe Garibaldi.

Tombar as residências de um poeta que falou dos negros, como Castro Alves; de um escritor como Gregório de Matos, conhecido como “boca do inferno” por satirizar todas as classes sociais, inclusive os nobres do período colonial; de Euclides da Cunha, cuja principal obra retrata o sertanejo pobre e marginalizado; de uma mulher como Ana Nery, que foi enfermeira na Guerra do Paraguai; de Garibaldi e Bento Gonçalves, que atuaram na Revolução Farroupilha; são sinais de cessão, de abrir mão de uma imagem homogênea da sociedade e incorporar as minorias.

Entretanto, a representação dessa tessitura social não é feita por meio do popular, mas por meio de poetas, de escritores, de líderes. Dentre todos os bens imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico entre 1938 a 1985 que se referem a personalidades ilustres, poucos

¹⁰⁷ Cf. Apêndice E.

¹⁰⁸ Não é intenção deste trabalho analisar o papel de todos esses personagens na história brasileira. O que mais nos interessa é destacar que a representação da tessitura social não é feita por meio do popular, mas de personagens que, embora por vezes se referissem às minorias em seus trabalhos, vinham de grupos sociais privilegiados.

representam diretamente as minorias. Portanto, até a exceção serve para confirmar a regra de que a enorme maioria do que se tombou está relacionada a uma ideia de país branco e elitista.

O tombamento desses bens pode ter servido para cooptar as minorias que aqueles personagens ilustres representavam, mas por meio de uma memória histórica ligada a líderes e artistas de determinados movimentos como a farroupilha e a crítica ao sistema escravocrata, não é o povo, não é o popular que está representado nas casas tombadas, isso só vai ocorrer a partir da reabertura política levada a cabo pelos militares a partir de 1974, como veremos no Capítulo 4.

Silvana Rubino avalia com precisão a imagem do Brasil construída pelo SPHAN entre as décadas de 1930 e 60:

Ao fim foi eleita uma história vinculada a períodos precisos, lugares e personagens. Nesse processo seletivo o SPHAN construiu um “mesmo” em oposição a um “outro”. O grupo do SPHAN, seus funcionários e contemporâneos não se confundem, claro, com homens do século XVII ou XVIII, mas a distância temporal, essa breve profundidade histórica de quatro séculos, não é geradora de alteridade. O SPHAN elegeu um Brasil antepassado que excluiu alguns atores contemporâneos ao delimitar claramente de quem “descendemos”. Não é um discursos da superioridade branca, lusitana e cristã conferido pela detração do outro e sim pela sua exclusão, por meio da construção de um elo de ligação com o passado que remete a bisavós, antepassados e ancestrais dignificados. O melhor do passado do SPHAN não traz à luz conflitos ou contrastes. Ao contrário, estabelece uma continuidade, ainda que na direção de um tempo que já passou. Esse olhar para trás inscreve e escreve um breve tempo para o adjetivo “histórico” do patrimônio artístico.¹⁰⁹

A continuidade dos critérios estabelecidos na seleção e proteção dos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico após o fim do Estado Novo deu-se, em grande medida, em virtude da permanência dos mesmos profissionais no SPHAN/DPHAN/IPHAN, especialmente os arquitetos modernistas conservadores.¹¹⁰ O caráter histórico das edificações foi atrelado ao caráter arquitetônico, os profissionais que atuaram com Rodrigo Melo Franco de Andrade, Diretor do SPHAN, não foram substituídos, e até a década de 1960 as questões relacionadas ao patrimônio cultural foram de atribuição exclusiva do poder federal.¹¹¹

A maioria dos membros do Conselho Consultivo do SPHAN, que possuíam mandatos vitalícios, permaneceu no órgão até a década de 1960, ao passo que Rodrigo foi seu diretor e

¹⁰⁹ RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 24, p. 103, 1996.

¹¹⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 39.

¹¹¹ A partir de meados da década de 1960 os militares procuram descentralizar as ações por meio do incentivo de criação de organismos estaduais de proteção. Ver Capítulo 4.

presidente do referido Conselho até 1967. No decorrer da década de 1940 houve apenas quatro novas nomeações: Alcindo Sodré, Miran de Barros Latif, Pedro Calmon e Américo Jacobina Lacombe. Na década de 1950 e início da década de 1960 foram nomeados novos membros, sendo a maioria atuante até o período de 1963, ano que antecedeu a instaura o do regime militar no Brasil, mas a representatividade dos bens tombados não se alterou.

A instaura o do regime militar também não demudou substancialmente a composi o do Conselho Consultivo da DPHAN. Permaneceram, no primeiro momento, onze membros que vinham do período anterior: Rodrigo Melo Franco de Andrade como diretor do órgão e Presidente do Conselho, José Otávio Correia Lima, Manuel Bandeira, Francisco Marques dos Santos, Afonso Arinos de Melo Franco, Miran de Barros Latif, Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, José Soares de Melo, Paulo Ferreira dos Santos, Alfredo Galvão e Gilberto Ferrez. Lucio Costa continuou na Diretoria de Estudos de Tombamento.

Ao final, esses intelectuais contribuíram para a sele o do passado nacional de um Brasil da suposta democracia racial, desconsiderando a participa o das minorias na história nacional, suas memórias coletivas, seus lugares de memória, suas peculiaridades e quaisquer mazelas e conflitos sociais.

CAPÍTULO 3

A DITADURA MILITAR E O USO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COMO UM DOS MEIOS DE ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL

3.1 O incentivo ao turismo como forma de atender aos princípios de desenvolvimento econômico da Doutrina de Segurança Nacional

Em 09 de abril de 1964, após o golpe que derrubou o governo constitucional de João Goulart e com poucos dias de mandato do Presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli, o autointitulado Supremo Comando Revolucionário, desconsiderando qualquer discussão do Congresso Nacional, outorgou o Ato Institucional n.º 01, que diminuía poderes do próprio Congresso e fortalecia o Executivo Federal.¹

A convocação da eleição de novos Presidente e Vice-Presidente em 48 horas fez com que Castelo Branco, que tinha a preferência dos militares vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG)² e dos civis ligados ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD),³ fosse eleito indiretamente em 11 de abril de 1964.

¹ As principais medidas do Ato Institucional n.º 01 são conhecidas: autorização ao Presidente da República de introduzir emendas constitucionais, tendo o Congresso o prazo de apenas 40 dias para debates, projetos considerados “urgentes” seriam automaticamente aprovados casos o Poder Legislativo não se manifestasse em 30 dias, a competência de legislação financeira e orçamentária era exclusiva do Poder Executivo, o Presidente tinha o direito de decretar Estado de Sítio e de cassar mandatos políticos, e determinou-se o cancelamento da inelegibilidade dos militares da ativa. Cf. ALVES, Maria Helena Moreira Alves. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 55-56.

² No contexto da Guerra Fria, os militares brasileiros aproximaram-se da Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos e a ESG foi criada pela Lei n.º 785, de 20 de agosto de 1949. Baseados no binômio segurança/desenvolvimento, os militares e civis vinculados à ESG dedicaram-se, a partir da década de 1950, aos estudos de política e planejamento da segurança nacional. Acreditavam que o desenvolvimento econômico brasileiro dependia do fortalecimento do setor privado, por meio da entrada de capital estrangeiro e do equilíbrio do orçamento público. Já os militares vinculados ao General Arthur da Costa e Silva defendiam o controle do país feito exclusivamente pelos militares e por uma política de valorização das indústrias nacionais. DROSDOFF, Daniel. **Linha dura no Brasil: o governo Médici (1968-1974)**. São Paulo: Global, 1986. p. 23-25.

³ De acordo com alguns autores, o apoio e fomento civil para a intervenção militar de 1964 foi estimulado por grupos empresariais do IPES e IBAD, que buscavam uma readequação do Estado contra as medidas econômicas da Política Externa Independente e a administração reformista de João Goulart. Anticomunistas, esses grupos desenvolveram ações que iam desde persuasão de legisladores, divulgação de publicações, filmes, peças teatrais, realização de palestras, simpósios e conferências na imprensa, até entrevistas e propaganda no rádio e na televisão que manipularam a opinião pública em prol da intervenção militar para conter as forças sociais que apoiavam a presidência legítima de Goulart. Cf. DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987; BANDEIRA, Moniz. **Estado nacional e política internacional na América Latina**. São Paulo: Ensaio, 1995. De forma semelhante, Reis Filho avalia que o regime autoritário manteve-se por tantos anos em virtude do apoio recebido de parcelas significativas da sociedade brasileira e da possibilidade de sua participação no governo em partidos, sindicatos, associações,

A intervenção militar na política nacional ocorreu em um momento visto como de crise geral da sociedade brasileira e foi justificada pelos militares como medida que a princípio seria rápida e promoveria uma renovação política que asseguraria estabilidade econômica e social. Em pronunciamento transmitido pelo rádio e televisão o Presidente Castelo Branco afirmou:

Agora, espero em Deus corresponder às esperanças de meus compatriotas, nesta hora tão decisiva dos destinos do Brasil, cumprindo plenamente os elevados objetivos do Movimento vitorioso de abril, no qual se irmanaram o Povo inteiro e as Fôrças Armadas, na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social.⁴

Para que esses objetivos fossem alcançados, a política do governo militar baseou-se nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), de origem estadunidense e disseminada pela ESG, que propunha em seu “Manual Básico” definições de segurança interna e externa com “uma visão mais abrangente da segurança nacional integrada ao desenvolvimento econômico”.⁵ A preocupação do governo militar, no contexto da Guerra Fria, era combater os movimentos sociais da classe trabalhadora para evitar qualquer subversão interna e revolucionária capaz de enfrentar o Estado.

De acordo com Maria Helena Moreira Alves, a segurança nacional brasileira devia guiar-se a partir de quatro estratégias governamentais: política, econômica, psicossocial e militar. A estratégia política visava a neutralização de quaisquer obstáculos de ordem interna ou externa que impedissem o alcance dos objetivos de desenvolvimento e segurança nacional. A econômica abrangia os entes público e privado em políticas específicas para os setores primário, secundário e terciário. A psicossocial volta-se para a sociedade civil no controle dos meios de comunicação, sindicatos, instituições de ensino etc. E a militar dizia respeito às três Forças e de que forma atuariam em cada área ou conflito específico.⁶ Alves destaca:

Em resumo, o planejamento e administração do Estado de Segurança nacional implica o desenvolvimento de diretrizes governamentais que determinem políticas e estruturas de controle de cada área política e da sociedade civil. Para levar a efeito tal programa, tem sido necessário assumir pleno controle do poder de Estado, centralizá-lo no Executivo e situar em

conselhos etc., classificando o período como uma “ditadura civil-militar”. Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁴ Discurso de Castelo Branco, em 11 de abril de 1964. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/01.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

⁵ ALVES, Maria Helena Moreira Alves. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 35.

⁶ Ibid., p. 42-45.

posições-chaves do governo os elementos mais integrados à rede de informação e à programação da Política de Segurança Interna.⁷

Esse projeto pretendia a “construção da grande potência”, que garantiria ao Brasil condições para que, já no início do século XXI, o Estado fosse capaz de “conduzir qualquer guerra, em qualquer lugar, a qualquer momento e sob quaisquer circunstâncias, para garantir interesses vitais do Brasil, no contexto das relações internacionais.”⁸ Para o alcance desse objetivo, o desenvolvimento econômico nacional era fundamental e, portanto, estava intrinsecamente ligado à segurança nacional:

A segurança de um país impõe o desenvolvimento de recursos produtivos, a industrialização e uma efetiva utilização dos recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o território, assim como o treinamento de força de trabalho especializada. Desse modo, estão entre os fatores mais importantes para a segurança de um país sua capacidade de acumulação e absorção de capital, a qualidade de sua força de trabalho, o desenvolvimento científico e tecnológico e a eficácia de seus setores industriais. [...] O manual da ESG define como meta do desenvolvimento econômico a conquista de completa integração e completa segurança nacional, em especial considerando-se que um país subdesenvolvido é particularmente vulnerável à estratégia indireta do inimigo comunista. Uma estratégia contra-ofensiva possível consiste, assim, em promover rápida arrancada do desenvolvimento econômico, para obter o apoio da população.⁹

Em todo o período do regime militar, instaurado em 1964 e que se prolongou por mais de duas décadas, ressalvadas as diferenças em relação às diretrizes econômicas e meios políticos adotados para o alcance dos fins almejados, o propósito dos governos que se alternaram no poder foi firmar um modelo institucional e financeiro capaz de assegurar o desenvolvimento capitalista, o afastamento do comunismo e a estabilidade social do país.

Os militares defenderam insistentemente que se tratava de uma democracia, mas, como já é conhecido, lançaram mão de medidas absolutamente autoritárias, como perseguição política, repressão, tortura, censura e propagandas de manipulação da opinião pública, deixando um rastro de violência e impunidade.

Todos os setores da administração direta, como ministérios, departamentos e conselhos, e indireta, como empresas estatais públicas ou autarquias, sofreram interferência do pensamento castrense em busca do desenvolvimento nacional e, no caso do patrimônio, isso não foi diferente.

⁷ ALVES, Maria Helena Moreira Alves. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 46.

⁸ CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat Cavagnari. Alguns aspectos da potência brasileira. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 83, p. 571, 1989.

⁹ ALVES, op. cit., p. 48.

As primeiras medidas adotadas em relação ao patrimônio cultural brasileiro foram o incentivo ao turismo e a busca pela obtenção de recursos humanos (cooperações técnicas) e financeiros para a realização de restaurações em monumentos históricos. A exploração turística do país foi uma meta buscada desde o governo de Castelo Branco, que, pelo Decreto-Lei n.º 55, de 18 de novembro de 1966, instituiu o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), voltados à coordenação e desenvolvimento de políticas de incentivo ao turismo junto ao desenvolvimento econômico e cultural do país.

A cooperação técnica internacional realizou-se a partir de junho de 1964, quando foi estabelecida no Brasil a primeira Representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e possibilitou o início de visitas e inspeções de consultores patrimonialistas internacionais, tais como o arquiteto francês Michel Parent, que entre novembro de 1966 e março de 1967 esteve em mais de 35 cidades brasileiras de diferentes regiões.

Seguindo uma das prerrogativas da organização internacional, o consultor enfatizou o turismo como uma atividade de promoção, desenvolvimento e sustento do patrimônio cultural, identificando os bens materiais protegidos como instrumentos de progresso que deviam servir ao interesse público no desenvolvimento econômico do país a partir do turismo.¹⁰

A UNESCO descreve a implantação de sua primeira representação no Brasil como “uma época em que a Organização dava seus primeiros passos em direção à descentralização”, consequência “[...] da determinação das autoridades brasileiras de apoiar importantes projetos para o desenvolvimento de seu país por intermédio de um modelo de cooperação primária com o Sistema das Nações Unidas”.¹¹ Entretanto, é necessário levar em conta que os militares, como destaca Renato Ortiz, procuravam firmar um mercado de bens culturais no país para a consolidação do capitalismo tardio, estimulando a atividade industrial de produção cultural no cinema, rádio, televisão, teatro etc.¹²

Considerando mais uma vez que os objetivos da Doutrina de Segurança Nacional, pelo qual o regime militar se guiava, previam o desenvolvimento econômico nacional para a construção da grande potência, a DPHAN adequou-se mais uma vez ao momento político em

¹⁰ PARENT, Michel; LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008. p. 17.

¹¹ UNESCO. **Marco estratégico para a UNESCO no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2006. p. 07.

¹² Cf. ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

relação à preservação patrimonial, procurando estratégias que ajustassem o desenvolvimento nacional à preservação patrimonial.

Os problemas enfrentados em relação à falta de recursos e à especulação imobiliária que causava a destruição ilegal de bens foram temas recorrentes nas reuniões do Conselho Consultivo da DPHAN durante os primeiros governos militares. Na Ata da 43ª reunião, de 25/06/1964, por exemplo, quando se delibera pelo tombamento da “Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema: remanescentes”,¹³ localizada no município de Iperó, Estado de São Paulo, o Relator Miran de Barros Latif destaca que “foi credenciado para pleitear da Confederação das Indústrias de São Paulo os meios necessários à restauração dos imóveis”, ou seja, na falta de recursos federais pleiteava-se convênios com organizações privadas.

Em relação aos riscos inerentes à integridade física dos bens tombados, as responsabilidades por sua segurança e manutenção recaíam sobre os proprietários, o que não impedia a ocorrência de diversos incidentes, criminosos ou não. Na Ata da 50ª reunião, em 12/03/1968, o conselheiro Pedro Calmon refere-se às “perdas irreparáveis” em monumentos tombados como a “Igreja do Rosário e São Benedito”,¹⁴ no Rio de Janeiro, e o “Palácio da Saldanha”¹⁵, em Salvador, que foram atingidas por incêndios provocados em virtude da explosão de material inflamável existentes nos estabelecimentos de comércio vizinhos.

Uma nova atitude foi então adotada pelos intelectuais/profissionais da DPHAN a partir da década de 1960: a persuasão dos proprietários de que a preservação e o desenvolvimento não eram conflitantes entre si, mas compatíveis na relação entre valor cultural e valor econômico, considerando os bens tombados como mercadorias de potencial turístico e buscando nos mesmo indicadores culturais para um desenvolvimento econômico apropriado.¹⁶

Uma das formas de conseguir vantagens econômicas para a preservação do patrimônio cultural foi a participação no “Plano de incentivo ao chamado Turismo Cultural”, que permitia a obtenção de crédito internacional, sob responsabilidade da UNESCO, para a conservação e recuperação de monumentos e proteção da natureza nos territórios dos Estados membros da organização.¹⁷

Foram restaurados pela DPHAN, a partir da década de 1960, os seguintes bens inscritos no Livro do Tombo Histórico: o “Chafariz da Glória” e o “Paço Imperial”,

¹³ Processo de Tombamento n.º 727/1964.

¹⁴ Processo de Tombamento n.º 18/1938.

¹⁵ Processo de Tombamento n.º 113/1938.

¹⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 142.

¹⁷ PARENT, Michel; LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008. p. 18.

localizados no Rio de Janeiro; o “Edifício à Praça Cairú”, em Salvador; o “Quartel do Batalhão da Infantaria”, em Goiás; o “Convento e Igreja de Nossa Senhora das Mercês” e o “Antigo Palácio do Governo”, em Belém; a “Casa de Cândido Portinari”, em Brodowski, Estado de São Paulo; as “Ruínas da Igreja da Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade”, em Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso; e o “Engenho do Mate”, em Campo Largo, Estado do Paraná.¹⁸ Entretanto, não localizamos nos processos de tombamento, nas Atas do Conselho Consultivo ou em quaisquer outros documentos se esses bens fizeram parte do “Plano de incentivo ao chamado Turismo Cultural”.

O incentivo ao turismo para o desenvolvimento regional foi argumento identificado em um pedido de tombamento: o conjunto de 04 sobrados localizados no município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.¹⁹ A solicitação de proteção foi feita pelo Frei Fernando Geurtse, vigário substituto, Presidente da Ação Social Angrense, que aponta:

- a) Existem na cidade de Angra dos Reis, R.J., na Praça General Osório, alguns sobrados coloniais (conjunto de Nº 3 – Nº 35) atualmente caindo aos pedaços e transformados em pardieiros, que atentam contra o aspecto da cidade.
- b) Esse prédio, se restaurados e conservando-se o estilo, seriam verdadeiras joias da arquitetura colonial, monumentos artísticos que seriam mais um ponto de atração de nossa cidade, histórica e turística.²⁰

Os sobrados foram tombados pela DPHAN e inscritos no Livro do Tombo Histórico em dezembro de 1969. O incentivo ao turismo visava fomentar uma atividade econômica que atendia ao desenvolvimento social, meta que, juntamente com a segurança e a integração nacional, constituíam os princípios da política do governo federal. Entretanto, referida política nem sempre garantia a devida preservação física do bem, haja vista que os sobrados de Angra dos Reis foram tombados e, mesmo em estado precário, não foram restaurados.

Houve até mesmo o envolvimento do Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho, em 1969, quando o vice-almirante José de Carvalho Jordão enviou-lhe uma correspondência destacando que os sobrados estavam em ruínas, “nada mais representando com respeito ao que o Patrimônio Histórico desejava preservar.”²¹ Nas entrelinhas sugeria a demolição das edificações.

¹⁸ São, respectivamente, os Processos n.º 154/1938, 159/1938, 331/1943[?], 345/1942, 388/1940, 709/1963, 801/1968, 877/1973, 1119/1984.

¹⁹ Sobrado à Praça General Osório, 19; Sobrado à Praça General Osório, 35; Sobrado à Praça General Osório, s/n; Sobrado à Praça General Osório, 3 a 13. Processo de Tombamento n.º 794/167.

²⁰ Processo de Tombamento n.º 794/1967, fl. 4.

²¹ Ibid., fl. 21-22.

Renato Soeiro, Diretor da DPHAN, respondeu ao Ministro que o conjunto de sobrados, “que conserva as características mais expressivas da arquitetura civil surgida na faixa litorânea da região sul-fluminense”, devia ser reparado fisicamente pelos proprietários, no caso a empresa Moinho Fluminense S.A., pois “o tombamento em si não onera a União de obrigatoriedade da conservação dos monumentos tombados.”²²

O interesse por parte da empresa proprietária dos sobrados possivelmente tratava-se de especulação imobiliária, mas o fato demonstra que se por um lado a cooperação técnica com a UNESCO possibilitou a visita de especialistas internacionais, por outro a falta de recursos financeiros para restaurações permanecia. O conflito entre os interesses público e privado, entre tradição e progresso, que vinham desde a década de 1940 sobre os bens tombados também ocorreu durante o regime militar e envolveu inclusive disputas entre distintas esferas do Poder Executivo.

No caso do “Palácio dos Azulejos”,²³ localizado em Campinas, o pedido de tombamento foi feito em junho de 1964 pela Câmara Municipal local. Somente em novembro de 1967 o arquiteto Luís Saia, Chefe do 4º Distrito da DPHAN, enviou parecer contendo informações e documentação fotográfica para que o processo fosse enviado ao Conselho Consultivo para deliberação.

Após o pedido ser deferido pelo Conselho e a edificação inscrita no Livro do Tombo Histórico em dezembro de 1967, o “Palácio dos Azulejos” foi alvo de tentativa de cancelamento de tombamento. Em correspondência a Renato Soeiro, Celso Maria de Mello Pupo, Diretor do Museu Arquidiocesano de Campinas, alertou que a Câmara Municipal e o Prefeito Orestes Quércia pediriam o cancelamento do tombamento.

Ao discorrer sobre a administração de Quércia, Celso Pupo afirmou:

O atual, nascido em pequenina e longíngua cidade do interior do estado, veio para estudos superiores tendo cursado direito na Universidade Católica; *é muito môço*, fez questão de não ter no seu govêrno, em cargos de confiança, pessoas de mais de 35 anos de idade; *é um elemento ativo mas de pouca cultura geral; político aferrado a ideia de ocupar altos cargos, se revela por atuação altamente demagógica.* [...]

Vemos assim, nesta luta pela destruição de um patrimônio histórico, artístico e arquitetônico de campinas, *a força financeira representada pelos proprietários vizinhos do Palácio dos Azulejos, compelindo a Prefeitura e pressionando-a com o peso de suas riquezas, a pleitear a anulação de um tombamento que se fez nas mais sólidas bases de um valor histórico e artístico; vemos a incultura a serviço do lucro*, desejando destruir um

²² Processo de Tombamento n.º 794/1967, fl. 25-26.

²³ Processo de Tombamento n.º 736/1964.

símbolo da cultura do passado, um marco histórico que é mestre e testemunha da vida imperial de Campinas.²⁴

Orestes Quércia de fato requereu autorização para demolir o “Palácio dos Azulejos”, alegando que um banco particular e o Banco do Estado de São Paulo pretendiam construir novas sedes para suas agências em altos prédios, que prejudicariam a visibilidade da edificação tombada. O pedido foi indeferido e o fato foi relatado em jornais como Diário do Povo, O Estado de São Paulo e Correio Popular. Este último afirmou, em matéria publicada em dezembro de 1967:

Quem vai sair perdendo com tudo isso são os proprietários de terrenos e prédios das vizinhanças, que para qualquer construção nos seus próprios, vão ter que submete-la a apreciação dos técnicos do “IPHAN”. Isso trocado em miúdos quer dizer que, num raio de várias quadras, não se vai poder construir nada mais que casas de dois andares (térreo e um pavimento), e tudo dentro de um estilo arquitetônico que faça sobressair sempre o Palácio dos Azulejos, sendo esta parte, também sujeira à opinião dos homens do Patrimônio.²⁵

Em abril de 1970, a Câmara Municipal de Campinas enviou ofício à DPHAN alegando que a negativa do pedido de demolição do bem representava um “entrave ao progresso da cidade.”²⁶ Em resposta, Renato Soeiro reiterou o indeferimento do cancelamento de tombamento e afirmou que, ao contrário de um entrave ao progresso, a destruição do “Palácio dos Azulejos” faria com que Campinas ficasse “[...] diminuída e desfalcada em seu patrimônio e sua fisionomia urbana com a perda desse expressivo exemplar de arquitetura do século XIX”.²⁷

O embate entre preservação e progresso permaneceu, chegando até a Câmara dos Deputados, de onde o Deputado Ruy Almeida Barbosa, natural de Campinas, enviou comunicação a Renato Soeiro fazendo críticas em relação à irreversibilidade do tombamento e apontando que então se procedesse a restauração da edificação, pois não se justificava que o imóvel definitivamente tombado “fique relegado ao abandono, com visíveis sinais de deterioração, pondo em perigo a segurança da população e enfeitando o aspecto da cidade.”²⁸

A tentativa de cancelamento do tombamento permaneceu até fins da década de 1970, tendo sido veementemente negada, inclusive pelo Presidente da República. O processo traz uma série de ofícios da Câmara Municipal de Campinas ao Ministro da Educação Jarbas

²⁴ Processo de Tombamento n.º 736/1964, fl. 22-23, grifo nosso.

²⁵ Processo de Tombamento 736/1964, fl. 39.

²⁶ Ibid., fl. 45.

²⁷ Ibid., fl. 46

²⁸ Ibid., fl. 50.

Passarinho, notícias nos jornais da cidade afirmando que o Governo Federal prejudicava a modernização, correspondências legislativas a Renato Soeiro denominando a edificação como um “monstrengo” desprovido de valor arquitetônico e histórico por ter sido reformado diversas vezes, um “pardieiro, ninho de ratos” e que o destombamento possibilitaria a utilização do espaço para algo “rendoso” ao município etc.²⁹

Ao lado da DPHAN, colocou-se apenas o Diretor do Museu Arquidiocesano de Campinas, postulando sempre que o interesse pelo cancelamento do tombamento ocorria em virtude da busca pelo lucro:

Êstes proprietários, muitos deles de grande poder econômico, ou engenheiros e incorporadores de condomínios imobiliários que, nas proximidades do Palácio, teriam oportunidades de negócios rendosos, realizam agora uma tremenda campanha contra o tombamento, unicamente porque este tombamento cerceia-lhes o lucro; e pela força econômica que representam, não lhes é difícil obter colaboração da imprensa e nos meios da administração municipal que, por interesses pessoais, tornam-se defensores da finança pública representada na maior arrecadação proporcionada pelos grandes edifícios.³⁰

Entretanto, se compararmos a negativa de cancelamento do “Palácio dos Azulejos” com outro bem, a “Igreja do Bom Jesus dos Martírios”,³¹ localizada na cidade de Recife, Pernambuco, vislumbramos que as disputas envolvendo a questão patrimonial eram influenciadas pelas ligações políticas daqueles que se colocavam a favor ou contra a preservação de determinado bem.

Enquanto o pedido de cancelamento de tombamento em Campinas foi feito por Orestes Quércia, político ligado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o pedido de cancelamento do tombamento da Igreja de Recife foi solicitado pelo Prefeito Augusto Lucena, político da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que fez intensa campanha com outros governadores e políticos apoiadores do regime militar para a demolição da edificação em prol da ampliação da Avenida Dantas Barreto.

Mesmo com o tombamento da Igreja solicitado pelo Conselho Federal de Cultura (CFC), aprovado pelo Conselho Consultivo da DPHAN e inscrito no Livro do Tombo Histórico em agosto de 1971, e mesmo que o cancelamento do tombamento tenha contado com a oposição de diversos intelectuais e abaixo assinados da comunidade, o Presidente Médici cancelou o tombamento da edificação em abril de 1972. A Ata da 57ª reunião, de 09/05/72, descreve o ocorrido da seguinte maneira:

²⁹ Processo de Tombamento 736/1964, fl. 68.

³⁰ Ibid., fl. 69.

³¹ Processo de Tombamento n.º 836/1981.

O presidente do Conselho relatou sobre cancelamento pelo Presidente da República do tombamento da Igreja Bom Jesus dos Martírios, em Recife, Estado de Pernambuco. De acordo com os conselheiros seria inoportuno pedir reconsideração diante dos argumentos jurídicos apresentados pelo Conselheiro Prudente de Moraes Neto, lamentando apenas o ocorrido.

As duas decisões acerca do cancelamento de tombamento demonstram manifestações do poder autoritário e centralizador do regime militar que, no caso da “Igreja do Bom Jesus dos Martírios”, ignorou completamente o apelo da sociedade civil para não aprovar o destombamento da edificação.

Entretanto, vislumbramos outra questão: enquanto o “Palácio dos Azulejos” representava a opulência e poder dos senhores da economia cafeeira e estava localizado em uma cidade com grande número de operários e sindicatos, a “Igreja do Bom Jesus dos Martírios” fora construída por negros, embora essa informação estivesse ausente no processo de tombamento. Entre a preservação de um lugar de memória representante do poder senhorial e econômico e outro representante das minorias e da igreja católica, que em 1971 já se posicionava contra a ditadura, preservou-se a edificação do “Palácio dos Azulejos”. Ou seja, na demonstração de poder em um centro urbano, governado por um Prefeito da “oposição”, Médici preservou o bem porque era do interesse governista não fazer nenhuma concessão, enquanto no Recife a demonstração de poder deixava claro que a vontade civil era ignorada quando se tratava de interesses políticos.

Voltando à questão turística, acreditamos que a busca pela cooperação técnica com os profissionais da UNESCO, por meio da vinda de profissionais europeus ao Brasil durante a ditadura, contribuía para que o governo, mesmo fazendo uso da tortura e repressão, transmitisse à comunidade internacional a ideia de um país democrático. Enquanto pessoas estavam sendo mortas, perseguidas, torturadas, incentivava-se o turismo, estimulavam-se, externa e internamente, as pessoas a ignorarem essa situação e visitarem o país como se nada de ilegal e cruel estivesse sendo feito. Podemos afirmar que essa tática incluía-se na estratégia psicossocial destacada por Alves para alcançar os objetivos militares da DSN.

Além disso, a valorização turística do patrimônio possibilitava a manipulação de um universo simbólico importante para reforçar o civismo. A propaganda dos monumentos históricos, juntamente com a das festas típicas e das belezas naturais, promovia aos olhos do

mundo e dos brasileiros a imagem de um país com tradição e potencialidade para enfrentar o futuro, projeto que interessava aos governos militares.³²

Na disputa pela memória, basta pensarmos no governo de Médici, marcado por um lado com imagens de eufóricas celebrações³³ e, por outro, sombrias perseguições. Foi o momento caracterizado, posteriormente, como os “anos de chumbo”, ou período da “ditadura escancarada”, das perseguições e repressão desencadeadas a partir do Ato Institucional n.º 05, de 1968, mas é também o período do “milagre brasileiro” e do entusiasmo proporcionado pelo crescimento econômico, pela conquista da Copa do Mundo de 1970 e pela expansão das fronteiras que integravam o país por meio de grandes obras de infraestrutura, como a Transamazônica.³⁴ Isso demonstra os meandros da construção da memória sobre o governo e, de modo mais amplo, sobre a ditadura.

A segunda metade da década de 1960 e a primeira metade da década seguinte foram encaradas pelo Estado como um reduto da subversão e, na esfera da cultura, o governo assumiu o papel de utilizá-la como espaço para a construção de um projeto de hegemonia, trazendo para si a incumbência de estimular a memória nacional e também transformar-se no criador da identidade nacional. Nas palavras de Renato Ortiz:

O movimento cultural pós-1964 se caracteriza por duas vertentes que não são excludentes: por um lado, se define pela repressão ideológica e política, por outro, é um momento da história brasileira onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais [...] Reconhece-se, portanto, que a cultura envolve uma relação de poder, que pode ser maléfica quando nas mãos de dissidentes, mas benéfica quando circunscrito ao poder autoritário. Percebe-se, pois, a importância de se atuar junto às esferas culturais. Será por isso incentivada a criação de novas instituições, assim como iniciará todo um processo de gestação de uma política de cultura.³⁵

O fato do governo “permitir a crescente desnacionalização da economia” não era tido como contraditório, já que era desvinculado do processo de construção da identidade nacional. Inclusive, grandes empresas estrangeiras, como Shell e Xerox, fizeram a defesa do folclore brasileiro em suas publicidades. Isso mostra a tentativa de substituir um modelo

³² RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987. São Paulo: UNESP, 2000. p. 46.

³³ Cf. FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

³⁴ OLIVEN, Rubem George. A relação Estado e cultura no Brasil: cortes ou continuidade. In: MICELLI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 45.

³⁵ ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 115-116.

baseado, sobretudo, na coerção, “por um modelo ancorado na hegemonia que funcionaria basicamente em termos de manipular símbolos nacionais.”³⁶

Cabe ainda destacar que a vinculação do turismo atendia às novas prerrogativas da área patrimonial internacional. Após a II Guerra Mundial, que causou a destruição de diversas cidades dos países europeus, o debate das práticas de conservação dos monumentos isolados recaiu sob novas e possíveis formas de preservação, restauração e até mesmo de reconstrução de centros históricos, pois naquelas áreas mutiladas ou destruídas encontrava-se uma nova memória da própria guerra.

Paulatinamente, a preservação de bens culturais foi discutida mundialmente, especialmente a partir da década de 1960, sendo muitas edificações reconhecidas como, além de elementos de identidade nacional em seus países, importantes artefatos para a história do mundo. Iniciam-se nesse período novos debates, que foram sistematizados no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que resultou na publicação da Carta de Veneza, em maio de 1964. O documento trouxe um discurso distinto em relação às antigas Cartas de Atenas, especialmente a de 1933, deslocando o objetivo de materializar as memórias nacionais e a noção de monumento histórico isolado para a integração do patrimônio ao planejamento urbano e territorial. Na Carta de Veneza destaca-se:

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.³⁷

A ideia central do documento era a de apreciar os bens pelo seu valor estético e também observá-los como uma construção humana capaz de instigar a memória e dialogar com os homens, transformando-se em um objeto de comunicação, de testemunho de um grupo de homens marcado historicamente no tempo e que se dirigia a toda a humanidade. Além disso, considerava que não era mais o Estado que devia se responsabilizar pela escolha e conservação dos monumentos, e sim a humanidade.

³⁶ OLIVEN, Rubem George. A relação Estado e cultura no Brasil: cortes ou continuidade. In: MICELLI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 51.

³⁷ Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. **Carta de Veneza**. Veneza, maio de 1964. p. 01-02. Documento disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

Já no final da década de 1960, em virtude do crescimento dos grandes centros urbanos em todo o mundo, incluindo especialmente os chamados países subdesenvolvidos, inicia-se um período voltado para a “cidade contemporânea”, no qual a preservação dos patrimônios culturais deixa de ser restrita aos monumentos e centros históricos e passa a ser compreendida na sua perspectiva urbana, de conservação urbanística. A preservação patrimonial é então associada ao desenvolvimento e inserta nos planos diretores, no planejamento urbano, visando preservar a qualidade de vida.³⁸

Essas preocupações começaram também a ser discutidas institucionalmente entre os países da América, destacando-se a realização da Reunião Sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, organizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) na cidade de Quito no final de 1967. Os representantes dos países presentes, incluindo o Brasil, redigiram o documento chamado Normas de Quito, que contém diversas considerações relacionadas à conservação e utilização dos monumentos e lugares de interesse histórico do Continente Americano.

As Normas de Quito destacam o empobrecimento de vários países da América Central e Sul e o conseqüente abandono e depredação de seus bens culturais. O documento valoriza sobretudo a utilização econômica do patrimônio como forma de sobrevivência do mesmo. Entretanto, sua leitura nos leva a perceber que a preservação do patrimônio cultural de um determinado país deve estar em consonância com sua função econômica e não com a representação dos diversos grupos sociais que o compõem. Cabia ao Estado conduzir a “valorização do patrimônio cultural” pensando, sobretudo, nas “vantagens econômicas e sociais do turístico monumental” e contribuição ao “desenvolvimento econômico da região”.³⁹

A vinculação realizada pelo governo militar entre patrimônio e turismo corroborava com as Normas de Quito. O documento recomendava que os projetos de valorização do “patrimônio monumental” fizessem parte dos planos de desenvolvimento nacional e fossem realizados simultaneamente ao desenvolvimento turístico das regiões envolvidas, com cooperação de entes privados e respaldo da opinião pública. Representantes do governo brasileiro participaram da reunião e assinaram o documento, demonstrando o interesse do país na vinculação entre o caráter econômico e as políticas voltadas ao patrimônio cultural.

³⁸ FRANÇOISE, Choay. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001. p. 223; CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 55-56.

³⁹ Organização dos Estados Americanos. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. **Normas de Quito**. Quito, nov./dez. 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

No auge da Guerra Fria, esse interesse na preservação patrimonial, para o qual os Estados deviam implantar verticalmente a “coordenação de iniciativas e esforços de caráter cultural e econômico-turísticos”, considerando os interesses privados, o progresso e a preservação do patrimônio cultural, com certeza refletia também o interesse político dos países capitalistas: era preciso adotar medidas econômicas para que os povos não se identificassem com regimes de esquerda como o comunismo, tanto que a reunião realizada em Quito fora organizada pela OEA, cujo principal representante era os Estados Unidos.

3.2 A criação do Conselho Federal de Cultura: a articulação com a DPHAN/IPHAN e os interesses pessoais na preservação do patrimônio cultural

Em continuidade à análise da atuação dos militares na área da cultura, foi criado, pelo Decreto-Lei n.º 74, de 21 de novembro de 1966, o Conselho Federal de Cultura (CFC), por meio da articulação de Josué de Souza Montello junto a Raymundo Moniz de Aragão, Ministro da Educação e Cultura entre 1965 e 1966.

Constituído por 24 membros, com mandatos de 02 a 06 anos, o CFC foi dividido em quatro subáreas: a Câmara de Ciências Humanas, a Câmara de Letras, a Câmara das Artes e a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esta última foi composta por Hélio Viana, Dom Marcos Barbosa, Raymundo Castro Maia, Afonso Arinos de Melo Franco, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Pedro Calmon.⁴⁰

O Conselho devia articular-se com órgãos culturais federais, estaduais e municipais e organizar a produção cultural do país a partir de projetos de difusão que formassem um sistema nacional de cultura. Na área do patrimônio histórico e artístico devia promover atividades de proteção e defesa e era encarregado de partilhar uma dotação financeira suplementar aos estados e municípios para concessão de financiamento para aquisição e restauração arquitetônica.

Assim como no período do governo de Getúlio Vargas houve intensa criação e desenvolvimento de órgãos culturais, com a participação de muitos intelectuais junto ao ministério de Gustavo Capanema, o governo militar contou com a participação nos quadros institucionais do CFC de intelectuais como Pedro Calmon, Gilberto Freyre, João Guimarães

⁴⁰ PAZ, Vanessa Carneiro da. **Encontros em defesa da cultura nacional**: o Conselho Federal de Cultura e a regionalização da cultura na ditadura civil militar (1966-1976). 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2011. p. 43. MAIA, Tatyana do Amaral. **Os cardeais da cultura nacional**: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975). São Paulo: Itaú Cultural/Iluminuras, 2012, p. 27.

Rosa, Rachel de Queiroz, Ariano Suassuna, Américo Jacobina Lacombe, Adonias Filho, Augusto Meyer, Roberto Burle Marx etc. Como apontado por Tatyana Amaral Maia, muitos dos intelectuais vinculados ao Conselho já participavam da área político cultural desde a fase do modernismo das décadas de 1920 e 30:

O trânsito desses homens pelos campos político e cultural remonta aos anos 1920. A participação intensa desse grupo nas instituições e nos movimentos culturais, nos ministérios, nas agências governamentais, exercendo cargos no Legislativo e no Executivo, especialmente entre as décadas de 1930 e 1970, indica a importância desse grupo no cenário político. Identificados com as correntes modernistas conservadoras, os membros do CFC reeditaram projetos executados no Estado Novo (1937-1945), incorporando aos debates nacionalistas sobre a cultura o culto ao civismo, este sempre alicerçado pela visão otimista quanto aos rumos da nação. Nesta perspectiva, defendo duas hipóteses: 1) o CFC é o resultado da ação de seus intelectuais no universo político e cultural, desde a década de 1920, incorporando as propostas dos modernistas conservadores atuantes no interior do MEC, especialmente, durante o Estado Novo (1937-1945); 2) o civismo será o suporte teórico utilizado para a execução das políticas culturais elaboradas pelo CFC.⁴¹

A historiadora vê nisso uma contribuição para a criação da ditadura civil-militar e uma “relativa autonomia dos intelectuais que atuaram no interior do MEC, especialmente dos membros de CFC.”⁴² Acreditamos que essa autonomia dava-se justamente pelo fato de muitos desses intelectuais/profissionais já estarem “acostumados” a atuar em períodos autoritários, vide Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lucio Costa, que estiveram no SPHAN/DPHAN desde sua criação e permaneceram ali vinculados até a década de 1960.

Uma vez que o SPHAN tombou bens inscritos no Livro Histórico que representavam uma memória histórica nacional formada por brancos, católicos e de origem lusitana, como vimos no Capítulo 2, contribuindo para o imaginário do Brasil ordeiro e disciplinado, homogêneo, sem conflitos ou desigualdades sociais, quando os militares assumiram o controle político em 1964, os profissionais ligados à DPHAN não foram afastados, uma vez que os bens por eles selecionados para tombamento reforçavam a ideia de uma nação conduzida pela elite político-econômica e líderes nacionais, ou seja, não eram um problema para os militares. A representatividade do patrimônio cultural só mudou a partir das transformações institucionais ocorridas a partir de 1975 com a reabertura política, tema do Capítulo 4 deste trabalho.

⁴¹ MAIA, Tatyana do Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012. p. 28.

⁴² *Ibidem*.

A novidade trazida pelo CFC na área do patrimônio, além da possibilidade de obtenção de recurso financeiro por meio de dotações orçamentárias, foi a inserção dos estados na gestão do patrimônio cultural, haja vista que, na base do sistema do Conselho Federal, estavam os conselhos municipais e estaduais de cultura que, articulados, funcionariam como centros regionais e locais, atendendo, portanto, ao princípio de integração nacional e controle social e político apregoados pela Doutrina de Segurança Nacional.⁴³

Uma das formas de estímulo às atividades culturais promovidas pelo CFC ocorreu por meio da implantação de Casas de Cultura, criadas em diversos estados do país, como Acre, Amazônia, São Paulo, Minas Gerais etc. Segundo Tatyana Maia:

As casas de cultura eram consideradas unidades cívicas, responsáveis pela democratização do acesso à cultura nos pequenos e médios municípios brasileiros. Logo nas primeiras reuniões plenárias do CFC, foi proposta a criação de espaços culturais com biblioteca, sala de espetáculos, sala de cinema, auditório para conferências. Tais espaços, sem fins lucrativos, inicialmente nomeados de “unidades culturais ou centros cívicos”, seriam construídos com base na distribuição geográfica do país e funcionariam como multiplicadores nos pequenos e médios municípios brasileiros do trabalho desenvolvido nas instituições nacionais de cultura.⁴⁴

Entretanto, se as casas de cultura funcionavam como um espaço de “democratização do acesso à cultura”, é preciso também considerar que os gestores dessas instituições deviam adequar-se às regras da censura militar. Portanto, o CFC atendia tanto ao interesse do regime militar de transmitir uma imagem democrática, quanto o de controle da cultura oficial e estímulo ao patriotismo.

A partir da criação do Conselho, ele mesmo se encarregou de realizar alguns pedidos de tombamento à DPHAN, até mesmo porque intelectuais como Pedro Calmon, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Renato Soeiro, dentre outros, faziam parte dos dois órgãos. São exemplos de pedidos de tombamento feitos pelo CFC a “Casa Natal de Oliveira Lima”,⁴⁵ localizada em Recife, Estado de Pernambuco, tombada em janeiro de 1968, e o “Conjunto Arquitetônico Ver-o-Peso”,⁴⁶ em Belém, Estado do Pará, tombado em novembro de 1977.

⁴³ A integração nacional devia ser feita tanto a partir da ampliação de “uma extensa rede de transporte e comunicações para integrar o território”, caso da construção da Transamazônica entre 1968 a 1974, quanto pelo controle do “meio político e social, de modo a garantir um clima atraente para o investimento multinacional”. Além disso, áreas militarmente estratégicas deviam ser ocupadas, tais como as planícies que margeavam os rios Araguaia, São Francisco e Amazonas, garantindo a defesa das fronteiras que podiam “ser vulneráveis à agressão comunista”. Cf. ALVES, Maria Helena Moreira Alves. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 48;51.

⁴⁴ MAIA, Tatyana do Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012. p. 214.

⁴⁵ Processo de Tombamento n.º 793/1967.

⁴⁶ Processo de Tombamento n.º 812/1969.

Um dos tombamentos solicitados pelo CFC chama a atenção por representar o interesse pessoal do conselheiro Pedro Calmon na preservação de uma edificação ligada à sua própria família. Trata-se do “Prédio na Rua do Imperador, n.º 1, conhecido como Solar do Conde de Subaé”,⁴⁷ localizado na cidade de Santo Amaro, Estado da Bahia.

O solar foi comprado pela Prefeitura de Santo Amaro com parte de recursos provenientes do CFC em 15 de julho de 1977. Em 23 de agosto do mesmo ano o Prefeito enviou solicitação de sete milhões, setecentos e trinta e dois mil e duzentos cruzeiros ao presidente do órgão, Adonias Aguiar Filho, amigo de Golbery do Couto e Silva, para a ampliação e instalação da Casa da Cultura Conde de Subaé.⁴⁸ O jornalista Fernando de Azevedo Sales, que estivera ligado às iniciativas de implantação da Casa de Cultura Afrânio Peixoto na cidade de Lençóis, localizada também na Bahia, foi designado como assessor para avaliar a situação e emitir parecer.

Em 13 de setembro de 1977, a Câmara de Letras do CFC indeferiu o pedido de auxílio financeiro, alegando falta de recursos. Entretanto, o parecer de Sales, após vistoria ao local, datado de 10 de outubro, destacou que o imóvel, “pela sua importância histórica e arquitetônica”, teria sua proposta de tombamento avaliada pelo Conselho Consultivo do IPHAN e que o assunto já havia sido levado ao conhecimento de Renato Soeiro e do Chefe do 2º Distrito, “manifestando ambos sua acolhida à proposição, com o que passaria à área do patrimônio a proteção daquele monumento.”⁴⁹

O processo foi encaminhado à Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do CFC e, em 08 de novembro de 1977, o Relator Pedro Calmon destacou:

*Trata o presente processo da criação da Casa de Cultura em Santo Amaro, na Bahia, mediante a aquisição e a restauração de um belo solar histórico, o do Conde de Subaé, onde residiu o historiador Wanderley Pinho. Este aliás é o reiterado pensamento do Conselho Federal de Cultura: aproveitar, para aquelas Casas, prédios antigos, cuja conservação se imponha ao Poder Público, aliando com isso dois deveres da administração, a instalação de âmbito nacional das Casas de Cultura e a salvação, para o Patrimônio Histórico e Artístico, de imóveis semi-abandonados, ou em estado de deterioração, merecedores, por esta circunstancia, da imediata intervenção do Estado. Para a providência inicial, da compra do prédio, deu o Conselho, em 1976, parte do preço [...]. Pede agora a Prefeitura que o Conselho dê novo auxílio, para o começo dessas obras. Evidentemente, a exiguidade dos recursos de que dispomos não permitirá atender, como desejaríamos, à solicitação. Cumpre ajustá-la às nossas possibilidades, neste ou no próximo ano.*⁵⁰

⁴⁷ Processo de Tombamento n.º 972/1978.

⁴⁸ *Ibid.*, fl. 3.

⁴⁹ *Ibid.*, fl. 10-11.

⁵⁰ *Ibid.*, fl. 20, grifo nosso.

Pedro Calmon destaca, portanto, o interesse em dar utilidade aos bens tombados a partir da criação, nos mesmos, de Casas de Cultura. Além disso, o conselheiro recomendou em seu parecer que o Presidente do CFC se dirigisse ao Prefeito de Santo Amaro parabenizando-o pela “[...] aquisição do solar do Conde de Subaé, um dos mais importantes no seu gênero do país, cujo tombamento o Conselho vivamente apoia, pedindo para o caso a atenção e o interesse do IPHAN”, solicitando ao Prefeito orçamento modesto apenas para as obras iniciais para a instalação da Casa de Cultura.⁵¹

Encaminhado o processo para os setores administrativos do IPHAN julgarem a conveniência do tombamento, Renato Soeiro solicitou, em 29 de dezembro de 1977, ao Chefe da 4ª Diretoria Regional, Prof. Fernando da Rocha Peres, informações sobre a edificação, que seriam avaliados pela Divisão de Pesquisas, Estudos e Tombamento (DEPT). Diante da demora no retorno de referido pedido, a arquiteta Dora Monteiro e Silva, Chefe da DEPT, emitiu parecer em 07 de abril de 1978, no qual destaca:

Tudo nos leva a crer na importância e oportunidade do tombamento deste Solar do Conde de Subaé. Examinando o material fotográfico, enviado pela 4ª Diretoria Regional do IPHAN, no entanto, foi-nos apenas possível visualizar alguns aspectos do imóvel. [...] *Faltam-nos, porém, plantas do prédio, bem como planta de situação do mesmo, alguns dados mínimos do histórico arquitetônico que nos informem sobre a data da construção*; se, por exemplo, o atual pavilhão designado como o do alambique é da mesma data, se existiram outras dependências anexas, ou a parte, tais como senzalas, casa de engenho etc. Seriam indispensáveis esses elementos, para atender ao pedido feito pelo arquiteto José de Anchieta Leal, a 22 de dezembro último, a fim de que pudéssemos formar um juízo mais exato sobre o valor do Solar.⁵²

Na mesma data, 07 de abril de 1978, Renato Soeiro designa Pedro Calmon, que já fora Relator do bem junto ao CFC, como Relator por parte do Conselho Consultivo do IPHAN. Calmon afirma:

A casa do Conde de Subaé em Santo Amaro é o mais importante edifício histórico-artístico (tirando a suntuosa matriz e a Câmara Municipal) da cidade de Santo Amaro, na Bahia. Construído entre 1830 e 1840, lembra, nos arcos externos, na escadaria nobre desdobradas em dois lanços, na arquitetura requintada, em que a sabedoria do engenheiro evidentemente substituiu a cansada experiência e a habitual modéstia do mestre de obra, os palácios que sob a direção de Grandjean de Montigny e seus discípulos se fizeram então no Rio de Janeiro. Não é de discutir a circunstância de ter sofrido, através de quase século e meio, reformas modernizantes. O essencial, que revela notar, é que não prejudicaram a imponência original

⁵¹ Processo de Tombamento n.º 972/1978, fl. 22.

⁵² Ibid., fl. 29, grifo nosso.

do prédio, representativo de um ciclo econômico, o do açúcar, na sua fase áurea, e de uma época aristocrática, a das famílias principais, que, depois da guerra da Independência, por elas patrioticamente sustentada, ajustavam aos títulos distribuídos pela monarquia as ambições sociais, exigentes de residência fidalga. Ligou-se, com isso, à tradição da velha capital dos canaviais. Os Ferreira de Araujo Pinho deram-lhe notoriedade e grandeza. Nas paredes ainda intactas de um de seus salões, vê-se a inicial do Conde de Subaé assinando-lhe o esplendor antigo. Pertencente a uma tia muito amiga, aí veraneava, todos os anos, José Wandelely de Araujo Pinho, o autor magistral da “História de um Engenho”, supremo historiador dos fastos de sua gente, e de sua região. Inspirado pela promessa do Conselho Federal de Cultura, de promover, onde fosse possível, “Casas de Cultura”, o dinâmico Prefeito de Santo Amaro adiantou-se a qualquer providência que acautelasse do desmoronamento a mansão, tão civicamente amada dos seus concidadãos: comprou-a (parte da quantia, Cr\$150.000, concedida pelo Conselho Federal de Cultura), para nela, posteriormente, instalar-se a desejada instituição. Há porém a preliminar do tombamento. Recomendada, e pedida, tudo a indica como indispensável e oportuna. Tombe-se desde já o imóvel, como se encontra, para, em seguida, com os recursos que puderem ser conseguidos, e gradualmente, conforme as possibilidades, se procederem aos consertos e reparos que lhe restituirão o grandioso aspecto. Lucrarão com isso a cidade que merece, a par das melhores cidades históricas do País, a atenção vigilante do IPHAN, o patrimônio artístico da Nação e o povo, à cuja necessidade de aprender, e educar-se, a futura Casa de Cultura servirá como escola, academia, biblioteca e teatro, dentro dos planos audazes, e inadiáveis, do Conselho, que colaborou na sua aquisição pela municipalidade, e certamente continuará a dispensar-lhe a ajuda e a proteção. Faça-se de imediato o tombamento, nos termos da Lei, do palacete, em Santo Amaro, que foi do conde de Subaé.⁵³

Não se vê novidade em relação à representatividade do tombamento, é uma edificação nobre, de uma “fase áurea”, “de uma época aristocrática”, ligada “à tradição da velha capital dos canaviais”, que poderia ser utilizada como Casa de Cultura capaz de educar o povo. O passado tradicional brasileiro, aristocrático, patriarcal, elitista permanece sendo selecionado pelo IPHAN e o povo mais uma vez é visto como grupo que necessita de educação e cultura promovidas pelo regime militar.

Entretanto, o que nos chamou atenção foi o fato de um parecer exaltar com tamanha veemência um bem, e tal documento ter exatamente a mesma data em que foi enviada ao IPHAN a documentação solicitada ao Chefe da 4ª Diretoria Regional, constituída de plantas do imóvel, dados históricos e informações arquitetônicas, que foram coletadas junto ao Conselho Estadual de Cultura da Bahia.

A 4ª Diretoria Regional localizava-se em Salvador e Pedro Calmon emitiu parecer do Rio de Janeiro. Portanto, o tombamento do “Solar do Conde de Subaé” já estava previamente definido e toda a documentação que teoricamente deveria ser avaliada para julgar a

⁵³ Processo de Tombamento n.º 972/1973, fl. 32, grifo nosso.

conveniência do valor histórico do bem foi mera praxe de uma decisão autocrática, que representava os interesses do CFC na implantação das casas de cultura e do próprio Pedro Calmon, uma vez que, ao investigar sua genealogia, descobrimos que ele era primo de Stela Maria Calmon de Pinho, esposa de José Wandelely de Araújo Pinho, que haviam residido no Solar.

Enquanto Wanderley de Araújo Pinho era descendente do Barão de Cotegipe, os Calmon também vinham de uma família nobre: Pedro Calmon era neto do Barão de Moniz Aragão. Portanto, o tombamento da edificação representava, junto com o interesse político do CFC e do regime militar, o interesse pessoal do conselheiro em preservar a sua própria história, de seus antepassados e de seus descendentes.

O tombamento foi aprovado pelo Conselho Consultivo do IPHAN por unanimidade, “acompanhando o voto do Relator” na Ata da reunião de 11 de abril de 1978. Em 02 de maio, Renato Soeiro enviou o Processo ao Ministro da Educação e Cultura Euro Brandão para que, conforme Lei n.º 6.292, de 15 de dezembro de 1975, fosse homologado. Em 16 de janeiro de 1979, o tombamento foi definitivamente aprovado e o bem inscrito em 30 de janeiro no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo das Belas Artes. Registrava-se, mais uma vez, como representante da memória histórica nacional, uma edificação da fidalguia brasileira.

3.3 A realização dos Encontros de Governadores e a descentralização das ações voltadas ao patrimônio cultural

Na década de 1970 ocorreu o acirramento das críticas em relação à centralização da política patrimonial pelo Governo Federal, especialmente em relação ao trabalho desenvolvido pela DPHAN/IPHAN, caracterizado como excessivamente técnico, elitista, pouco representativo da diversidade cultural e centrado na história da arquitetura brasileira, qualificações a partir das quais era percebida a memória histórica nacional.⁵⁴

A urgência pela criação de órgãos estaduais que se centrassem na proteção de bens regionais já era relatada há alguns anos nos processos de tombamento, como no caso do “Palácio dos Azulejos”, ao qual já nos referimos anteriormente neste trabalho, em que o arquiteto Luís Saia, Chefe do 4º Distrito da DPHAN, enviou parecer ao órgão federal, em novembro de 1967, com informações e documentação fotográfica para que fosse avaliada a conveniência do tombamento, solicitado desde 1964 pela Câmara Municipal de Campinas. Ainda que de acordo com o tombamento, Luís Saia afirmou:

⁵⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 128.

O ideal seria que o Estado tivesse um organismo regional já montado e que se incumbisse de preservar os edifícios de alto valor documentário regional, como os que estão em pauta. A diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se incumbiria de tombar apenas aqueles exemplares de construção da época do café que pela sua tipicidade nacional pudessem representar a economia do café. [...] Na falta porém de um órgão deste tipo, parece incontornável que a DPHAN assuma a responsabilidade de evitar que este documento arquitetônico pereça.⁵⁵

A mesma sugestão referente à criação de organismos estaduais aparece no processo de tombamento da “Igreja de Nossa Senhora do Rosário”, localizada em Acari, Estado do Rio Grande do Norte. O pedido de tombamento, feito por Oswaldo de Souza em março de 1964, afirmava que a “promulgação de uma lei estadual que assegure a preservação de monumentos considerados de valor regional” seria uma excelente iniciativa, desde que “[...] a lei que fôr constituída possibilite que as reconstituições e preservações de monumentos sejam feitas em conexão com a DPHAN e sob exclusiva orientação técnica [...]”.⁵⁶

Diante de tais críticas e demandas, e buscando estratégias para orientar as políticas culturais, de forma adequada ao direcionamento político do regime militar, o Diretor da DPHAN, Renato Soeiro, recorreu ao Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho, sendo ambos paraenses e com relações pessoais de amizade, para que fosse organizado um encontro nacional sobre o patrimônio cultural brasileiro.

O Ministro, inserto na perspectiva desenvolvimentista do governo, acreditava que a responsabilidade pela preservação patrimonial devia ser partilhada com os governos estaduais e que estes se beneficiariam com a atividade, via turismo, descentralizando as ações. Assim, por meio do CFC e da DPHAN, promoveu o 1º Encontro dos Governadores sobre a Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil, em abril de 1970, no qual os participantes assinaram um documento final denominado Compromisso de Brasília.

⁵⁵ Processo de Tombamento n.º 736/1964, folha 04-05. Pouco tempo depois da sugestão de Luís Saia, o governador do Estado de São Paulo Roberto Costa de Abreu Sodré criou a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, à qual foram agregadas instituições culturais antes localizadas nas Secretarias de Governo e de Educação, dentre elas o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico (CONDEPHAT), criado pela Lei n.º 10.247, de 22 de outubro de 1968, cujo artigo 2º determinava que a instituição era responsável por defender o “patrimônio histórico, artístico e turístico do Estado, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, do seu valor folclórico, artístico, documental e turístico.” Um dos objetivos do governo paulista era promover o turismo regional e obter recursos federais para o desenvolvimento de tais atividades. Entretanto, em janeiro de 1969, quando os membros do Conselho reuniram-se pela primeira vez, apenas estavam estabelecidas as condições mínimas para o funcionamento do órgão, a lei de criação era omissa em relação à estrutura administrativa necessária à sustentação das atividades e não dava ao Conselho autonomia para promover os tombamentos, o que obrigou o órgão a acumular por longo período funções técnicas e administrativas. Cf. RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000. p. 50-51.

⁵⁶ Processo de Tombamento n.º 730/1964, fl. 4.

Considerado uma carta patrimonial nacional, o Compromisso destacou a necessidade de uma ação que integrasse Estados e Municípios à atuação federal em relação ao patrimônio cultural. Os governadores comprometeram-se a criar organismos específicos que, em coordenação com a DPHAN e o CFC, seriam responsáveis pela implantação de legislação de proteção dos bens culturais de valor regional.

Um exemplo dos frutos da iniciativa está no caso do Estado de Minas Gerais, cujo Governador Rondon Pacheco, após participar do encontro, aprovou a Lei n.º 5.775, de 30 de setembro de 1971, que criou o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), com a finalidade de, segundo o artigo 3º, proteger os “[...] bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou privada, de que tratam o Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937”.

Pela lei de criação do IEPHA, o órgão tinha a autonomia para realizar levantamentos e tombamentos dos bens considerados de valor histórico, arqueológico, etnográfico, paisagístico, bibliográfico ou artístico para Minas Gerais, procedimento que seria homologado pelo Secretário de Estado da Cultura. Além disso, o documento trazia disposições acerca da nomeação dos conselheiros, dotação orçamentária e procedimentos administrativos.

Em outubro de 1971 ocorreu o 2º Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, no qual os estados participantes assinaram o documento denominado Compromisso de Salvador, e do qual, posteriormente, foi publicado o documento Anais do 2º Encontro de Governadores.

A proposta era que União, Estados e Municípios deviam compartilhar a responsabilidade pela conservação do patrimônio cultural nacional, firmando-se a pretensão de que fosse ampliado o rol de bens culturais brasileiros tendo em conta não somente aqueles relevantes para memória nacional, mas também os que representavam testemunhos históricos de particularidades culturais regionais.

A partir dos dois encontros de governadores, pela primeira vez a questão da preservação do patrimônio cultural foi abordada pelos poderes federados. Reconheceu-se a necessidade da adoção de ações de planejamento urbano nas políticas de preservação patrimonial, a urgência da incorporação do conceito de ambiência em favor da visibilidade do bem tombado, a descentralização da ação governamental, o estabelecimento de legislação complementar e a criação de órgãos preservacionistas, especialmente, em âmbito estadual.

De todo modo, a articulação entre o IPHAN e os órgãos patrimoniais estaduais parece não ter ocorrido de forma adequada em alguns casos. No processo de tombamento do “Conjunto Arquitetônico Ver-o-Peso”, em Belém, Estado do Pará, o parecer de Lygia Martins

Costa, elaborado em 1977, aponta a urgência da articulação entre o IPHAN, a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) e a “[...] Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, que acaba de criar um serviço de proteção do patrimônio estadual, a fim de, juntos, acertarem a fiscalização da área a ser tombada e o restabelecimento possível da harmonia ambiental do valioso conjunto.”⁵⁷

No Compromisso de Brasília e no Compromisso de Salvador ficava clara a recomendação de que os estados e municípios deviam atuar de forma supletiva na proteção dos bens culturais de valor nacional e na proteção de bens de valor regional, por meio de instituições e legislações estaduais e municipais.⁵⁸

A política de preservação patrimonial foi sendo atrelada ao modelo de desenvolvimento econômico, via incentivo à valorização dos bens culturais e sua utilização para fins turísticos, e foi descentralizada por meio do incentivo de criação de órgãos patrimoniais estaduais e municipais. Entretanto, essa descentralização não significava autonomia, uma vez que as atividades deviam seguir as diretrizes estabelecidas pela DPHAN, mas sim o compartilhamento das responsabilidades voltadas para a proteção do patrimônio cultural brasileiro, especialmente aquele que estimulasse o crescimento econômico das regiões envolvidas.

Ainda pela influência do Ministro da Educação e Cultura, e como forma de estimular alguns setores do Governo Federal e governos estaduais na política de ação conjunta de preservação, foi criado, em 1973, com a participação dos Ministérios do Planejamento, do Interior (por meio da SUDENE), e da Indústria e Comércio (por meio da EMBRATUR), o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), que passou a funcionar com recursos da Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

Inicialmente, o PCH atendia nove estados do Norte e Nordeste e, a partir de 1977, estendeu-se para os estados da região Sudeste. A função do programa, segundo Maria Cecília Londres Fonseca, era “[...] criar infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do nordeste, revitalizando monumentos em degradação.”⁵⁹

Enquanto o IPHAN permanecia com a tarefa de referência técnica e conceitual, o PCH foi importante na medida em que supriu parte da falta de recursos financeiros para projetos de

⁵⁷ Processo de Tombamento n.º 812/1969, fl. 54.

⁵⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 142.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 143.

preservação, além de estimular a criação de “órgãos locais de patrimônio e elaboração de legislações estaduais de proteção, abrindo os caminhos efetivos para a descentralização”.⁶⁰

Em 1973, também foi lançado o Programa de Ação Cultural (PAC), que, de acordo com Miceli, foi uma tentativa de “degelo” dos setores artísticos e intelectuais, com objetivo de “minorar a carência de recursos e de pessoal na área cultural do MEC.”⁶¹ Dispondo de recursos provenientes do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação, o PAC objetivava incentivar a difundir as realizações artístico-culturais, promovendo o financiamento de atividades no teatro, na dança, na literatura, na preservação do patrimônio histórico e artístico, nas artes plásticas etc., além da capacitação de recursos humanos por meio da contratação de pessoas externas do MEC.

Essa iniciativa, para Miceli, foi “um período de aquecimento de motores, de início da decolagem” do estímulo às atividades culturais promovidas pelo Estado, uma vez que a gestão de Jarbas Passarinho foi mais intensa na área da educação, sobretudo na expansão do ensino superior, do que na área cultural propriamente dita.⁶²

Essa avaliação é plausível se pensarmos que durante o governo Médici a intervenção na cultura dava-se muito mais por meio da censura e repressão do que por meio de qualquer estímulo institucional ou financeiro. Lançado em agosto de 1973, momento em que a ARENA já definira como candidato à presidência o general Ernesto Geisel, o surgimento do PAC, bem como o esboço da Política Nacional de Cultura, que tratamos no Capítulo 4, nos instiga a pensar que, já no período da sucessão presidencial, os militares definiram que uma das frentes de atuação para a reabertura política seria a atuação junto à classe artística e cultural. Ao longo da década de 1970, novas questões exigiram tratamento adequado dentro do processo de crise de legitimidade do regime militar e da reabertura política.

⁶⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 143.

⁶¹ MICELI, Sergio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: MICELLI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 56.

⁶² *Ibidem*.

CAPÍTULO 4

A ABERTURA POLÍTICA E AS NOVAS CONCEPÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

4.1 A distensão política e a divulgação do documento Política Nacional de Cultura

A Política Nacional de Cultura (PNC), voltada ao incentivo das atividades culturais e à proteção do patrimônio cultural brasileiro, foi elaborada definitivamente e divulgada em 1975. Contou com a colaboração do Conselho Federal de Cultura (CFC), na época orientado especialmente por Afonso Arinos de Melo Franco, e do Ministério da Educação e Cultura, pasta ocupada pelo Ministro Ney Braga durante o governo Geisel.¹ A apresentação do documento destaca:

O documento aqui apresentado, que recebeu a valiosa contribuição do Conselho Federal de Cultura, encerra a concepção básica do que entendemos por política de cultura; procura definir e situar, no tempo e no espaço, a *cultura brasileira*; explicita os fundamentos legais da ação do governo, no campo cultural; traça as diretrizes que nortearão o trabalho do MEC; detalha os objetivos e os componentes básicos da Política Nacional de Cultura; exprime ideias e programas; revela as formas de ação.²

Era uma proposta de definição, incentivo e coordenação das atividades culturais, o único documento oficial do regime militar que diretamente se propunha a nortear e estabelecer critérios culturais para o período. De acordo com PNC, a cultura nacional tinha uma perspectiva pluralista, era o “produto do relacionamento entre os grupos humanos que se encontraram no Brasil proveniente de diversas origens.” O sincretismo desses grupos, de origem indígena, europeia e negra, produziu “[...] diferentes manifestações que hoje podemos identificar como caracteristicamente brasileiras, traduzindo-se num sentido que, embora nacional, tem peculiaridades regionais”. O pluralismo cultural sincrético caracterizava a “nossa marca”, ou seja, a cultura nacional.³

¹ O documento divulgado em 1975 é composto por nove itens: 1 – Introdução; 2 – Política: concepção básica; 3 – Cultura brasileira; 4 – Fundamentos; 5 – Diretrizes; 6 – Objetivos; 7 – Componentes básicos; 8 – Ideias e programas; 9 – Formas de ação. A proposta do Ministério da Educação e Cultura (MEC) era de que a Política Nacional de Cultura, juntamente com a Política Nacional Integrada da Educação e a Política Nacional de Educação Física e Desportos, completariam a elaboração de políticas específicas para as três áreas.

² BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Cultura**. Brasília: MEC, 1975. p. 05.

³ Ibid., p. 16.

Pensando nos períodos ditatoriais do Estado Novo e da Ditadura Militar, momentos em que as atividades culturais do país sofreram com a censura, a PNC traz uma mudança significativa ao considerar e reconhecer a importância das particularidades regionais como elementos que conferiam a unidade nacional. Se na década de 1930 Vargas privilegiava a imagem do Brasil homogêneo, com Geisel é a diversidade da tessitura social que passa a ser destacada na política cultural. Desde o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade em 1936, em que a cultura nacional era vista dos bens materiais aos imateriais, era a primeira vez que se elaborava um documento de política cultural voltado para a diversidade.

O item “diretrizes” da PNC afirma que o Estado respeita a “liberdade de criação” e as “diferenciações regionais da cultura brasileira”,⁴ e o item “componentes básicos” observa a existência não apenas dos bens materiais, mas da importância do imaterial nas culturais regionais: a literatura oral, as superstições, as atividades lúdicas como folguedos e danças, os usos, hábitos e costumes, a música e a linguagem popular, as artes indígenas, as técnicas agrícolas, artesanais etc.⁵

O documento valoriza as contribuições culturais dos diferentes grupos sociais que formaram o Brasil. Entretanto, a PNC não foi publicada durante os governos de Castelo Branco, de Costa e Silva ou de Médici, longe disso, sua divulgação deu-se no momento em que o regime militar dava sinais de abertura política. Isso não foi mera coincidência ou ato de benevolência com a classe artística e cultural do país, pelo contrário, acreditamos que fazia parte dos interesses políticos do governo militar que pretendia, aos poucos, flexibilizar a coerção e controlar o processo de devolução do poder aos civis.

Durante os primeiros governos militares, a cultura não foi abordada pelo viés da diversidade e valorização criativa, diferente disso, como as atividades culturais concentravam-se nos grupos da esquerda política, a censura e a repressão foram amplamente utilizadas, incluindo a prisão e exílio de muitos artistas.

Em um estudo dialético da relação entre Estado e oposição durante o regime militar, escrito ainda na década de 1980, Maria Helena Moreira Alves faz uma importante avaliação sobre as contradições que o “Estado de Segurança Nacional” enfrentava após alguns anos da ditadura militar:

A permanente necessidade de alterar ou reconstruir as estruturas de coerção originou quatro graves contradições que se tornaram características da organização do Estado de Segurança Nacional. A primeira é a tendência a perder o controle do crescimento burocrático, em especial do Aparato Repressivo, que pode constituir sua própria base de poder, independente do

⁴ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Cultura**. Brasília: MEC, 1975. p. 24.

⁵ Ibid., p. 32.

Executivo. Em segundo lugar, o Estado de Segurança Nacional é incapaz de eliminar completamente a oposição. Cada campanha repressiva contra determinado setor da oposição leva ao embate setores até então não envolvidos, em protesto contra o uso da força. Em terceiro lugar, a tentativa de eliminar a oposição pela força ignora as injustiças reais que estão na raiz do conflito. A dissensão não é, assim, eliminada, mas simplesmente transferida de um para outro setor da sociedade civil, por esta razão, finalmente, o Estado de Segurança Nacional é intrinsecamente instável, tendendo a isolar-se cada vez mais. A longo prazo, tende o Estado a tornar-se terrivelmente exclusivo de uma pequena elite, que mantém a sociedade civil e até mesmo seus próprios integrantes sob controle, mediante o recursos cada vez mais frequente à força física.

Incapaz de eliminar as causas de dissensão, e portanto de controlar e conter a oposição, o Estado de Segurança Nacional vê-se assaltado por diferentes contradições que originam uma situação de permanente crise institucional. Além disso, os cambiantes mecanismos de controle e o recurso à força física criam uma defasagem entre a linguagem de legitimação através da democracia e a realidade da opressão. Em última análise, a profunda crise de legitimidade que resulta dessa defasagem vai minar, juntamente com a crise institucional, a estabilidade do Estado.⁶

Desde o golpe de 1964, os militares afirmavam que o Brasil continuava a ser um país democrático e que a intervenção castrense visava conter o risco da implantação de um governo comunista, retomar a ordem social e econômica e fortalecer a verdadeira democracia, e quando tal cenário se configurasse o processo político seria reconduzido ao controle civil.⁷

Ao longo de todo o período ditatorial, os militares buscaram adesão aos seus objetivos de construção da potência, disseminando a ideia de que somente os militares estavam preparados para levar a nação ao progresso, baseados na ordem, na disciplina, nos valores da família, da pátria etc., institucionalizando a repressão e a tortura a partir do Ato Institucional n.º 5.

Entretanto, como aponta Alves, em dado momento o Estado de Segurança Nacional enfrentava problemas internos e externos e, ainda que no final do governo Médici o movimento revolucionário estivesse sob controle, era preciso definir os rumos da intervenção militar e do aparato repressivo.

Portanto, embora no início do governo geiselista não estivesse claro o caminho que a ditadura poderia seguir, existiam vários fatores que contribuía para que os militares promovessem a “distensão-abertura-transição”, buscando, sobretudo, legitimar a ditadura como regime instituído com a responsabilidade de alcançar a segurança e o desenvolvimento nacional, completando a “missão” iniciada em 1964.⁸

⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1985). Petrópolis: Vozes, 1984. p. 28.

⁷ Cf. REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984). Londrina: Ed. UEL, 2013.

⁸ Cf. NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

Joaquim Arruda Falcão faz um balanço, na década de 1980, sobre a crise social e econômica da década anterior e suas consequências:

Uma das consequências desta dupla crise é o desgaste social e a queda da eficiência operacional das políticas públicas até então dominantes. A contrapartida é a busca por políticas socialmente mais abrangentes e operacionalmente mais eficazes. Ora, isso não foi possível sem que ocorresse ao mesmo tempo uma liberalização do controle político e do compromisso ideológico que o “sistema” exercia sobre a burocracia civil, seus planos e programas, sobretudo na área social. Em outras palavras, quer por pressão do voto, dos movimentos sociais e da reorganização da sociedade civil, quer pela necessidade de o regime se modernizar para se manter (e seguramente por ambas), o fato é que, a nível do Estado, criaram-se espaços para políticas públicas socialmente mais abrangentes, ideologicamente mais autônomas e operacionalmente mais eficazes. Esse processo teve ainda como pano de fundo a crise da aliança social de sustentação do regime, e os esforços para consolidação de novas alianças.⁹

Os militares perceberam que era necessário compatibilizar interesses dos industriais, da sociedade civil, da classe artística e do próprio meio castrense na condução política, e a via de distensão e abertura, com controle do próprio regime sobre o processo, possibilitaria fundar as bases institucionais a serem transferidas ao governo civil de forma lenta, gradual e segura como a era a prerrogativa de parte dos militares, representados por Geisel.

Corroboramos com as interpretações de que a transição do país para a democracia efetivou-se de forma negociada, com controle político das elites sobre o processo, mas sem menosprezar o fato que, a partir da década de 1970, o regime político autoritário entrou em crise de legitimidade social, especialmente depois dos resultados das eleições de 1974, que garantiram uma vitória expressiva do MDB, e econômica, em virtude da alta inflação, da expressiva concentração de renda e desigualdade social, do endividamento externo etc.

Esse contexto, juntamente com os fatores apontados por Alves, fez com que o governo promovesse a distensão política, beneficiando a criação de novos espaços para participação social nas políticas públicas, ainda que de forma controlada. Acreditamos que um exemplo de cooptação de grupos sociais até então afastados ou perseguidos e de criação de bases em busca da legitimação do regime foi, no caso da cultura, a elaboração da PNC.

Ao buscar meios mais eficientes para a cooptação de diferentes grupos sociais por meio do discurso democrático, o governo militar passou a atuar de forma mais dinâmica na área cultural, agindo não apenas como repressor, mas também como organizador. É interessante notar que na PNC a expressão “segurança nacional” só é mencionada uma vez,

⁹ FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sergio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 31.

embora a relação entre cultura e desenvolvimento econômico permaneça atrelada, como nos governos anteriores: “O desenvolvimento não é um fato de natureza puramente econômica. Ao contrário, possui uma dimensão cultural que, não respeitada, compromete o conjunto”.¹⁰

A utilização das atividades culturais e sua divulgação por canais de comunicação como televisão, jornais, rádio, teatro e cinema, era propícia enquanto forma de transmitir às pessoas a mensagem de que os militares, após o afastamento do perigo comunista e dos inimigos internos e externos, e uma vez retomado o crescimento econômico, voltavam a sua preocupação para os artistas, os intelectuais e a cultura nacional.

A própria escolha de Ney Braga para o cargo de Ministro da Educação e Cultura revela, segundo Miceli, “o cálculo de lograr dividendos em função do apoio concedido aos meios intelectuais e artísticos”.¹¹ Braga era um general reformado que exerceu cargos públicos de prefeito, deputado e governador no Estado do Paraná durante as décadas de 1950 e 60, foi um dos fundadores do antigo Partido Democrata Cristão (PDC), foi Chefe de Polícia do Estado do Paraná entre 1952 a 1954 e Ministro da Agricultura do governo Castelo Branco.

O Ministro ficou conhecido por ter criado a Fundação Educacional do Paraná, o Teatro Guaíra, a Companhia Oficial de Teatro, e por realizar uma administração modernizadora no Paraná que incluiu reformas urbanas, como a construção de praças, instalações elétricas, racionalização do transporte público, instalação de bibliotecas nas periferias etc. Partidário da ARENA, era figura ideal aos propósitos de distensão política e legitimação do discurso democrático, uma vez que representava a imagem de um patrocinador e entusiasta das artes, com a austeridade de um militar.

Sobre a escolha de Ney Braga para o cargo e a preocupação com a área cultural, ocorridas durante a gestão de Geisel, Sérgio Miceli destaca:

Tais fatos confirmam uma política de ‘abertura’ estendendo sua vigência à área cultural pública, ou ao menos, o que é tanto mais plausível, o empenho em incorporar ao legado da gestão Geisel as realizações em prol de setores intelectuais e artísticos que pareciam arredios ao regime. A principal razão para o clima otimista (e por vezes triunfalista) que tomou conta da área cultural oficial foi, sem sombra de dúvida, a decisão governamental de permitir que as “classes” teatral e cinematográfica fizessem a indicação de seus representantes para os cargos de direção de alguns dos órgãos oficiais. O sentimento de poderem enfim não apenas expressar suas reivindicações, mas inclusive contribuir diretamente para a fixação de diretrizes da política governamental em suas áreas de atuação contribuiu, por exemplo, para a adesão ostensiva do pessoal do ‘cinema novo’ ao projeto geiselista de ‘abertura’. Outros grupos de intelectuais e artistas vieram se juntar às

¹⁰ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Cultura**. 1975, p. 09.

¹¹ MICELI, Sergio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: MICELLI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 65.

manifestações de reconhecimento aos gestos de aproximação governamental, que se traduziam em concessões generosas ao orçamento das instituições culturais públicas e na ampliação do mercado de trabalho do qual dependem esses mesmos setores.¹²

Para Miceli, a aprovação da PNC em 1975 ocorreu em virtude de “[...] um trabalho coletivamente diluído entre os principais dirigentes culturais do MEC na gestão Ney Braga, mormente os ocupantes de cargos decisórios”. Assim, acredita que os principais responsáveis pela elaboração do documento foram o Diretor do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) Manuel Diegues Júnior, o gestor do Programa de Ação Cultural (PAC) Roberto Parreira, o Chefe de Gabinete do Presidente da República Carlos Alberto Direito, e intelectuais do CFC, como Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freyre e Josué Montello.¹³

Para implementar a PNC, foram criados, durante a gestão de Ney Braga à frente do MEC, o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE), a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) e a Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC), além do lançamento da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, da reformulação da Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME) e da expansão do Serviço Nacional do Teatro (SNT).¹⁴

Em todos os casos, o governo pretendia estimular e regulamentar as atividades, e também tutelar e fiscalizar. Estava sendo construído um espaço de diálogo, mas também de intervenção. Para que o governo militar se legitimasse como condutor do processo de abertura política, um dos caminhos foi a maior participação social nas atividades culturais, alternando momentos de abertura e repressão. Isso não foi diferente em relação ao patrimônio cultural, embora a intervenção nessa área tenha se concretizado definitivamente em 1979, com a fusão do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

4.2 A criação do Centro Nacional de Referência Cultural e os trabalhos desenvolvidos

Como vimos no Capítulo 3, durante a gestão dos três primeiros governos militares o patrimônio cultural brasileiro foi objeto de interesse turístico, dentro dos princípios da DSN que visavam o desenvolvimento econômico e social para a construção do Brasil Potência.

¹² MICELI, Sergio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: MICELLI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 65-66.

¹³ *Ibid.*, p. 57.

¹⁴ Cf. BOTELHO, Isaura. **Romance de formação: FUNARTE e Política Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, 2000.

Assim, além da cooperação técnica com a UNESCO e da realização dos Encontros de Governadores que estimularam o compartilhamento dos deveres entre os estados brasileiros na proteção do patrimônio cultural, o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), lançado em 1973, foi importante por disponibilizar recursos do Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados utilizados em ações de restauração, embora a falta de recursos permanecesse crônica.

Outras medidas importantes marcaram a área patrimonial na década de 1970. Primeiro foi o surgimento do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, que passou a desenvolver trabalhos com um novo viés cultural sob a coordenação de Aloísio Magalhães; segundo foi a anexação do CNRC e do PCH ao IPHAN, em 1979, momento em que Renato Soeiro foi demitido do Instituto e Magalhães assumiu sua direção; terceiro, também em 1979, foi a transformação do IPHAN, enquanto Instituto, em Secretaria, e a simultânea criação da Fundação Nacional Pró-Memória, que passaram a atuar em conjunto, conhecidos pela sigla SPHAN/Pró-Memória, e reformularam definitivamente os critérios acerca da representatividade do patrimônio cultural brasileiro.

Para entender a dinâmica de todo esse processo de alterações institucionais, é necessário primeiro avaliar a proposta do CNRC e de seus integrantes, haja vista que a alteração da prática de tombamento foi possível após o surgimento de uma nova liderança, cuja concepção sobre a cultura brasileira e o patrimônio atendia ao interesse da reabertura política. O governo apropriou-se, a partir de 1979, da gestão do órgão e realizou a cooptação dos intelectuais que atuavam no Centro e de diferentes grupos sociais envolvidos nos trabalhos do ente administrativo. Estamos nos referindo à atuação de Aloísio Magalhães, aos trabalhos desenvolvidos pelo CNRC e à fusão deste último ao IPHAN conduzida por Golbery do Couto e Silva.

Como já destacamos neste trabalho, após o Estado Novo, o principal conflito que o SPHAN enfrentou foi a incompatibilização entre o interesse público e privado nos tombamentos. A especulação imobiliária fez com que proprietários vissem o tombamento como um empecilho à venda de seus bens, que não poderiam ser descaracterizados ou demolidos sem autorização do órgão federal. Muitos imóveis localizados em áreas nobres ficavam abandonados, sem interesse de compra por não poderem ser modificados para usos comerciais ou mesmo residenciais, e o SPHAN não dispunha de recursos suficientes para promover restaurações e reformas em todos os bens protegidos, mesmo a partir da cooperação técnica e financeira advindas da UNESCO e do PCH e da descentralização das ações a partir da criação de órgãos estaduais de proteção ao patrimônio cultural.

Em termos conceituais, a socióloga Maria Cecília Londres Fonseca destaca:

[...] a ênfase dada aos monumentos da cultura do colonizador tornava problemática, nos anos 70, uma identificação social mais abrangente com o patrimônio. Para setores modernos e nacionalistas do governo, era necessário não só modernizar a administração dos bens tombados, como também atualizar a própria composição do patrimônio, considerada limitada a uma vertente formadora da nacionalidade, a luso-brasileira, a determinados períodos históricos, e elitista na seleção e no trato dos bens culturais, praticamente excluindo as manifestações culturais mais recentes, a partir da segunda metade do século XIX, e também a cultura popular. Essa atualização era a proposta do CNRC.¹⁵

Durante o governo geiselista, o IPHAN estava subordinado ao Departamento de Assuntos Culturais (DAC) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), juntamente com outras instituições como a FUNARTE, o Serviço Nacional do Teatro, a EMBRAFILME, o Instituto Nacional do Livro e o Museu Histórico Nacional. Essa estrutura foi alterada no governo Figueiredo, com a criação da Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC), um embrião do que viria a ser, em 1985, o Ministério da Cultura (MinC).

Por sua vez, o PCH de 1973 surgiu no interior da burocracia estatal, ligado à Secretaria de Planejamento (SEPLAN), que tinha status de ministério, com objetivos específicos de disponibilizar recursos para obras de restauração e conservação do patrimônio histórico e cultural, permitindo o desenvolvimento do turismo e o alcance do desenvolvimento econômico.

Tanto o PCH quanto o IPHAN estavam insertos em áreas diretamente vinculadas aos planos e programas culturais. Surgiu, então, em 1975, o CNRC, que foi uma iniciativa “externa e estranha” a esses planos e programas “oficialmente dominantes”,¹⁶ embora em um segundo momento tenha sido anexado diretamente ao MEC por meio de sua anexação ao IPHAN, por iniciativa conduzida por Aloísio Magalhães e Golbery do Couto e Silva, atendendo o interesse de ambos na nova política cultural.

O CNRC foi criado pelo empresário e então Ministro da Indústria e Comércio Severo Gomes, pelo embaixador e Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal Wladimir Murtinho, e pelo artista plástico e designer Aloísio Magalhães. Esse grupo procurou equacionar a identidade nacional à cultura e ao desenvolvimento. Assim como em outros períodos da história, mais uma vez um grupo buscava compreensões sobre a cultura com princípios e interesses de sua época.

¹⁵ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 143.

¹⁶ FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sergio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 31.

Embora Severo Gomes e Aloísio Magalhães fossem homens que demonstravam grande interesse pela cultura nacional, sendo o primeiro considerado de expressiva importância na oposição ao governo Geisel e na luta pela abertura política, e o segundo conhecido como responsável por reformular o IPHAN e inaugurar a fase “modernizadora” da instituição, não podemos desconsiderar que ambos possivelmente também tivessem interesses econômicos nos projetos desenvolvidos no CNRC.

Com posicionamentos nacionalistas, Severo Fagundes Gomes tornou-se um empresário renomado e sua carreira e experiência profissional lhe possibilitaram destaque no meio industrial e político.¹⁷ Apoiou a União Democrática Nacional (UDN) e a intervenção militar de 1964, sendo nomeado em maio daquele ano Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, onde reformulou o sistema de financiamento para produtos agrícolas básicos como milho, arroz e feijão. Foi contra o projeto do Estatuto da Terra, criado em novembro de 1964. Fez o curso da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1965 e, no ano seguinte, foi Ministro da Agricultura, cargo ocupado até então por Ney Braga, que se afastara para candidatar a Senador pelo Paraná.

Severo Gomes mostrou-se um defensor da empresa nacional, para que “[...] a luta por sua afirmação diante da empresa estrangeira não venha a transformar-se em luta pela libertação nacional e, assim, em luta contra o próprio sistema.”¹⁸ Durante o governo de Costa e Silva exerceu atividades empresariais, fez parte do conselho técnico-administrativo da Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES), foi diretor da Federação de Agricultura de São Paulo, conselheiro do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do estado e membro do Conselho Consultivo do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba.

Voltou a ser ministro em 1974, desta vez da pasta da Indústria e Comércio, a convite do Presidente Geisel. Nesse período, procurou fortalecer a empresa nacional por meio do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), posicionando-se a favor de uma política

¹⁷ Nascido em 1924 na cidade de São Paulo, sua família vinha de São José dos Campos. Seu pai, Olivo Gomes, tornou-se sócio majoritário da empresa Tecelagem Parahyba em 1933, expandindo o negócio e transformando a fábrica em uma das mais importantes da região do Vale do Paraíba até a década de 1970. Severo Gomes ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1942 e, já naquele ano, fundou uma agremiação de estudantes denominada Frente Acadêmica pela Democracia, posicionando-se contra o Estado Novo. Após a morte de seu pai, em 1957, passou, com seu irmão Clemente Gomes, a administrar a fábrica de tecelagem e suas grandes fazendas nos estados de São Paulo e Pará, voltadas à agropecuária. Em virtude da proeminência nos negócios, foi membro do Conselho Consultivo do Banco Mercantil de São Paulo, da Associação Comercial do Estado de São Paulo, Presidente da Associação Brasileira de Criadores e Diretor da Sociedade Rural Brasileira.

¹⁸ FGV/CPDOC. **Acervo:** dicionários: verbete biográfico: Severo Fagundes Gomes. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severo-fagundes-gomes>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

nacionalista, alertando para o risco da dependência de capitais estrangeiros e para a necessidade de buscar mercados alternativos, especialmente em relação aos Estados Unidos quando esse impusesse restrições de mercado. Era crítico da política econômica pós 1967 por ela ter acentuado a “concentração de renda, desigualdades regionais e a deterioração das condições de vida nos grandes centros urbanos.”¹⁹

Em março de 1975, divergiu com outros ministros que buscavam o aumento de investimentos internacionais no Brasil e, no ano seguinte, foi contra os decretos de Geisel que retiravam o monopólio nacional da Petrobrás na exploração do petróleo. A partir daí, seus discursos foram mais incisivos na defesa do desenvolvimento econômico nacional, destacando os sinais de esgotamento e a necessidade do governo promover medidas de melhor distribuição de renda, solucionar os índices de desemprego e estimular a ampliação do mercado interno com bens de consumo popular.

Em uma palestra que realizou em 1976 na Escola de Guerra Naval afirmou:

Todo o peso da crise dramática do petróleo, que ameaçava a renda das nações mais ricas do mundo foi transferido para um grande número de países pobres, já sobrecarregados com seus próprios problemas de subdesenvolvimento. É claro que esse processo, em que as nações pobres ficam ainda mais pobres para que as ricas não fiquem um pouco menos ricas, não é uma ironia da natureza, mas o resultado de um conjunto de políticas comerciais e financeiras lucidamente concebidas e executadas. Os fatos só fizeram confirmar o conceito de que o subdesenvolvimento não seria um estágio histórico dentro de um processo natural do desenvolvimento econômico, mas a contrapartida necessária à prosperidade e à segurança dos países industrializados.²⁰

Em dezembro do mesmo ano, no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), apontou as mesmas críticas e defendeu o debate sobre um modelo brasileiro de desenvolvimento. A partir de janeiro de 1977, começou a defender a abertura política. Na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul propôs “um pacto entre pequenas e médias empresas e o governo que venha a fortalecer politicamente a vida nacional” como forma de “controlar a atuação da empresa estatal e estrangeira”.²¹

¹⁹ FGV/CPDOC. **Acervo:** dicionários: verbete biográfico: Severo Fagundes Gomes. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/severo-fagundes-gomes>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem.

Para Severo Gomes “as empresas do Rio e de São Paulo se aliam às grandes multinacionais para impedir transformações na política econômica do governo” e existiam “forças de extrema direita que impedem uma maior abertura política”.²²

A situação agravou-se em fevereiro de 1977, quando, num jantar do grupo Cica e do Banco Auxiliar, Severo Gomes discutiu em público com o engenheiro Carlos D’Alamo Lousada, que era conselheiro do Banco Francês e Brasileiro e participou do movimento conspiratório do golpe de 1964, tendo ligações com o almirante Sílvio Heck, Costa e Silva e Médici.

Severo Gomes chamou Lousada de “empresário fascista” e foi acusado de ser um “ministro esquerdista”. Lousada denunciou as “ofensas” a Roberto Médici, filho de Médici, dizendo que o ministro chamara de fascistas os dois governos anteriores a Geisel. O Presidente solicitou um relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) e convocou Severo Gomes, que confirmou a briga e reiterou que “o estamento militar opta pela segurança absoluta, que gera insegurança na sociedade civil”.²³

O ministro, já no dia seguinte à reunião com o Presidente, continuou a defender a abertura política, um “pacto de aceitação” entre os interesses empresariais e dos assalariados, e anunciou que o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), vinculado ao seu ministério, enviaria a Cuba técnicos e diplomatas para participar da reunião do Grupo Especial de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar. Desde 1964 nenhuma missão brasileira fora àquele país.

O fato de Geisel ter convidado Severo Gomes para assumir um ministério já no início de seu governo possivelmente representava uma tentativa de acalmar os impasses com os industriais, e o fato de Severo posicionar-se contra a política econômica do governo e depois mostrar-se favorável à abertura política foi tolerado por bastante tempo, era uma concessão que o governo fazia aos opositores, ou seja, admitia-se no quadro ministerial um empresário que, ainda que nacionalista, apresentava opiniões contrárias à política econômica do período. Geisel podia então afirmar que até mesmo na composição de seu governo havia democracia de opinião, tentando legitimar a ditadura como um regime democrático.

Além disso, ter Severo Gomes próximo e sob os olhos do SNI era uma forma de também mantê-lo sob controle enquanto foi possível, pois antes ele estivesse ligado ao governo do que ao partido de oposição, para onde poderia levar consigo apoio de outros empresários. Em novembro de 1976 Severo Gomes recebeu apoio do Presidente da Federação

²² FGV/CPDOC. **Acervo:** dicionários: verbete biográfico: Severo Fagundes Gomes. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severo-fagundes-gomes>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

²³ *Ibidem*.

e do Centro do Comércio do Estado de São Paulo, José Papa Júnior, que destacou em nota que “todos querem um regime democrático, e não um regime espúrio”.²⁴ A partir daquele momento, outros dirigentes empresariais como o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo Teobaldo de Nigris e o Presidente da Federação Nacional dos Bancos Teófilo de Azeredo Santos, posicionaram-se favoráveis ao debate político.

A reação foi rápida, em fevereiro de 1977 Severo Gomes reuniu-se com o Chefe da Casa Civil da Presidência da República Golbery do Couto e Silva e, no dia seguinte, apresentou sua carta de demissão a Geisel, ficando claro que fora coagido a solicitar exoneração.²⁵

O segundo nome de importância na formação do CNRC é o de Aloísio Magalhães. Nasceu em 1927, natural de Recife. Em 1946 ingressou na Faculdade de Direito do Recife, mas nunca exerceu a profissão, destacando-se especialmente como artista plástico e designer. Já no primeiro ano de faculdade ingressou no Teatro do Estudante de Pernambuco e dirigiu o Departamento de Bonecos, utilizando nas encenações de peças teatrais objetos como bonecas de pano encontradas em feiras do interior.

Foi um dos fundadores das Edições TEP, em 1949 já atuava como pintor em atelier com Reynaldo Fonseca, participando do 4º Salão de Arte Moderna do Recife. Em 1951 foi estudar museologia no Museu do Louvre, com bolsa de estudos ofertada pelo governo francês, e, ao retornar ao Brasil dois anos depois, participou da 2ª Bienal Internacional de São Paulo. Em 1954 fundou O Gráfico Amador, que era um atelier gráfico e editora, junto com Gastão de

²⁴ FGV/CPDOC. **Acervo:** dicionários: verbete biográfico: Severo Fagundes Gomes. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severo-fagundes-gomes>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

²⁵ Severo Gomes continuou ligado à atividade política e defendeu a nacionalização econômica. Em setembro 1977, em pesquisa feita entre empresários de São Paulo, Severo Gomes apareceu em segundo lugar, atrás somente de Cláudio Bardella, então Presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB), entre os que teriam “autoridade para falar pelo empresariado nacional como um todo”. Em agosto de 1978, Severo Gomes saiu da ARENA e filiou-se, no ano seguinte, ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), posteriormente Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), elegendo-se Senador nas eleições de 1982. Participou da Campanha Diretas Já, juntamente com o deputado Ulysses Guimarães, e, após a emenda para o reestabelecimento das eleições diretas não ser aprovada na Câmara dos Deputados, votou no Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, no candidato opositor Tancredo Neves, eleito Presidente da República pela Aliança Democrática. Em 1986, Severo Gomes fez parte da missão parlamentar que participou da 1ª Assembleia Internacional pela Democracia no Chile, e defendeu a suspensão da venda de armas brasileiras àquele país. Em 1987, foi relator da Comissão da Ordem Econômica, membro titular da Comissão de Sistematização e suplente da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, da Comissão da Ordem Social. Foi favorável em votações como legalização do aborto, jornada de trabalho de 40 horas semanais e nacionalização do subsolo, e contra o mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney. Terminou seu último mandato como Senador no início de 1991. Recusou no ano seguinte o convite de Itamar Franco para assumir a presidência da Petrobrás ou da Companhia Vale do Rio Doce. Em outubro, faleceu em um acidente de helicóptero junto a seu amigo deputado Ulysses Guimarães e suas respectivas esposas. FGV/CPDOC. **Acervo:** dicionários: verbete biográfico: Severo Fagundes Gomes. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severo-fagundes-gomes>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

Hollanda, Orlando da Costa Ferreira e José Laurenio de Mello. Suas obras foram apresentadas no Museu de Arte Moderna de São Paulo e em uma exposição individual no Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro. A partir daí, a exposição de seus trabalhos de pintura e arte gráfica em bienais e exposições, inclusive internacionais, foi constante.

Em 1956, viajou para os Estados Unidos com bolsa do Departamento de Estado Americano, conseguida por influência do diplomata Wladimir Murtinho, de quem era amigo. Foi professor na Philadelphia Museum School of Art e, de volta ao Brasil em 1960, fundou seu escritório de design que se tornou um dos mais importantes do país.

Em 1962 foi convidado pelo então Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, para integrar a equipe que criou a Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), a primeira da América Latina que oferecia o curso superior de Design no qual Aloísio Magalhães passou a lecionar no ano seguinte, fazendo parte também do Conselho Nacional de Cultura, que foi transformado em 1966 no Conselho Federal de Cultural, do qual o artista não fez parte.

Após ganhar diversos prêmios de criação de símbolos para marcas e empresas particulares, venceu o concurso para desenhar a nova cédula do cruzeiro em 1966, tornando-se consultor da Casa da Moeda e do Banco do Brasil para realizar desenhos de notas e moedas. Continuou participando de bienais, exposições, palestras, conferências etc. Ao longo de sua carreira desenvolveu cerca de 180 marcas para bancos e empresas públicas e privadas, destacando-se o logotipo da rede televisiva Globo, em 1965, da Petrobrás, em 1970, e do Bando Central, em 1975.

Embora Severo Gomes e Aloísio Magalhães de fato possuíssem preocupações culturais e sociais, não podemos ignorar que o mapeamento das potencialidades nacionais na área da cultura lhes interessava financeiramente. O primeiro era um empresário, e o segundo um designer que já havia desenvolvido marcas para grandes empresas. Dessa forma, encontrar características da cultura brasileira que pudessem transformar-se em mercadorias, valorizando a junção entre cultura e desenvolvimento econômico, eram prerrogativas condizentes aos dois atores. Esse mapeamento possibilitou a criação de um importante banco de dados sobre o tema, mas significou também a comercialização da cultura, torná-la rentável às empresas, pois assim como Severo Gomes estava ligado ao meio industrial, Aloísio Magalhães era proprietário de um escritório de arquitetura e designer, o que permite aferir que a equalização da identidade nacional à cultura e ao desenvolvimento atendia demandas de consumo do mercado.

A questão é que Severo Gomes radicalizou suas opiniões sobre a abertura política e, ao acusar Lousada de fascista, não foi possível ao governo militar permitir que ele continuasse exercendo o cargo de ministro. A coerção feita por Golbery para o pedido de exoneração de

Severo Gomes ocorreu no momento em que as eleições presidenciais estavam próximas e, por meio da Lei Falcão, os militares já sabiam que a vitória de Figueiredo estava garantida. Severo Gomes possivelmente não sofreu os abusos da repressão por ter garantido em volta de si o apoio empresarial e porque era interesse do governo geiselista tolerar aquele comportamento que, embora crítico, era um posicionamento nacionalista, e o governo precisava do apoio da classe empresarial.

Em contrapartida, Aloísio Magalhães soube utilizar os meios políticos para alcançar seus fins, equalizou a questão cultural aos interesses econômicos que atendiam a ele, aos empresários da cultura, e também aos interesses políticos, ao relacionar a cultura com o discurso de desenvolvimento econômico que o governo militar postulava desde a divulgação da Política Nacional de Cultura: “O desenvolvimento não é um fato de natureza puramente econômica. Ao contrário, possui uma dimensão cultural que, não respeitada, compromete o conjunto”.²⁶

Dessa forma, as atividades do CNRC foram anexadas ao aparato institucional do governo, como veremos mais adiante, justamente com a ajuda de Golbery do Couto e Silva, o mesmo que havia conduzido a demissão de Severo Gomes.

O CNRC começou a funcionar em junho de 1975 nas dependências da antiga Reitoria da Universidade de Brasília, por meio de um convênio firmado entre a Secretaria de Educação e Cultura do governo do Distrito Federal e a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério de Indústria e Comércio, órgãos dirigidos, respectivamente, por Wladimir Murтинho e Severo Gomes. Juntaram-se a Aloísio Magalhães, Severo Gomes e Wladimir Murтинho o matemático Fausto Alvim Junior, a documentarista Cordélia Robalinho Cavalcanti, e a socióloga Bárbara Freitag, todos professores da Universidade de Brasília.

No ano seguinte, o governo já teve atuação mais direta no órgão: a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Interior, o Ministério das Relações Exteriores, a Caixa Econômica Federal e a Fundação Universidade de Brasília passaram a fazer parte do convênio para o funcionamento do CNRC. Finalmente, em 1978, integram as instituições conveniadas o Banco do Brasil e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Diversos representantes dos conveniados compunham os grupos de trabalho do CNRC, que foi dirigido por Aloísio Magalhães desde sua criação.

²⁶ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Cultura**. Brasília: MEC, 1975. p. 09.

Em 1975 o CNRC foi dividido em quatro áreas: Ciências Humanas, Ciências Exatas, Documentação e Artes/Literatura. A partir da elaboração de relatórios técnicos, referidos setores promoveram um mapeamento das questões culturais do Brasil e realizaram projetos como exposições, documentação de técnicas e modos de fazer do trabalho de ceramistas e tecelões, análise e classificação de acervos de museus etc.

Nos anos seguintes, estruturou-se em quatro programas: mapeamento do artesanato brasileiro, levantamentos socioculturais, história da ciência e da tecnologia brasileira e levantamento de documentação histórica. A partir daí, não buscava apenas novas referências e divulgação, mas a responsabilidade social da pesquisa e a consideração dos interesses dos grupos pesquisados.²⁷

Passou a contar com a colaboração de outros profissionais de área diversas, desde cientistas físico-matemáticos até críticos literários. Foram elaborados estudos e relatórios técnicos que não elegiam símbolos da nação ou divulgação das tradições brasileiras, mas a busca de indicadores para a elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado às necessidades nacionais. Os trabalhos desenvolvidos pelo CNRC questionavam modelos de interpretação produzidos sobre a cultura brasileira e buscavam, por meio de uma perspectiva interdisciplinar, apreender a dinâmica específica de cada processo cultural estudado, formulando, *a posteriori*, tipologias e modelos.²⁸

Enquanto o IPHAN voltava sua preocupação ao conhecimento e proteção da cultura material brasileira, o CNRC se propunha não a coletar bens, mas produzir referências, por meio de recursos interdisciplinares, que pudessem ser utilizadas no planejamento econômico e social. Com isso, intencionavam revitalizar a cultura brasileira e inseri-la no discurso do desenvolvimento. Não se tratava de uma formulação de desenvolvimento centrada na industrialização e em grandes projetos, mas a um novo sentido de desenvolvimento econômico frente à crise pós-milagre econômico.²⁹

Os envolvidos com o CRNC afirmavam que faltava um caráter nacional aos produtos brasileiros, que era preciso dar vida à tradição nacional que estava cristalizada, apreendê-la em sua dinâmica e pluralidade, potencializando o caráter criativo da cultura brasileira. Aloísio Magalhães acreditava que “[...] a imagem de cultura brasileira produzida pelas instituições oficiais era, além de restrita, morta, e tratada como mero testemunho de épocas pretéritas ou

²⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 146.

²⁸ *Ibid.*, p. 150.

²⁹ *Ibidem*.

como expressões artísticas individuais”.³⁰ Em seu trabalho no CNRC, priorizou bens que até então eram excluídos das representações da cultura brasileira pelos órgãos oficiais. Afirmava:

Existe uma vasta gama de bens – procedentes sobretudo do fazer popular – que, por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano, não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade.³¹

O CNRC observava o trato de diversas matérias primas, as formas de tecnologia pré-industriais, o fazer popular e a invenção de objetos, procurando demonstrar nos trabalhos de análise desses objetos a adequação das soluções tradicionais ou das adaptações criativas do povo às condições do contexto brasileiro.³²

O que Aloísio Magalhães pretendia era a valorização das manifestações populares e sua capacidade de gerar valor econômico e de apresentar alternativas apropriadas ao desenvolvimento brasileiro. O que estava em discussão era a cultura material e imaterial, a intersecção entre as duas esferas e o ambiente de sua produção, levando em consideração os aspectos socioculturais que determinavam as especificidades de cada manifestação cultural.

Essa concepção voltava então à ideia da década de 1930 quando os modernistas buscaram valorizar as raízes populares na construção da identidade nacional, haja vista o anteprojeto de Mário de Andrade, que abordava o valor histórico e artístico das manifestações populares, inclusive dos fazeres e saberes, que não foram considerados pelo Decreto-Lei n.º 25, permanecendo a cultura oficial de preservação vinculada à proteção dos bens culturais de “pedra e cal”.

Mas se a concepção de cultura de Aloísio Magalhães era similar àquela do anteprojeto de Mário de Andrade, ela também era similar àquilo que postulava o governo por meio da Política Nacional de Cultura de 1974. Se esta última tivesse sido publicada depois dos trabalhos desenvolvidos pelo CNRC, poderíamos avaliar que se tratava de uma apropriação de discussões e demandas que já apresentavam resultados; mas a PNC foi anunciada no ano anterior da criação do CNRC, e os trabalhos desenvolvidos por este último vão ao encontro ao proposto pelo MEC em relação à diversidade da cultura nacional e sua vinculação com o desenvolvimento do país.

³⁰ MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: FNpM, 1985. p. 63.

³¹ *Ibid.*, p. 52-53.

³² FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 151.

Não foram encontradas evidências de que os envolvidos no CNRC e na elaboração da PNC mantinham diálogos e/ou contribuíaam entre si nas propostas e estudos culturais, mas é evidente que naquele momento a cultura brasileira estava mais uma vez em disputa, era pensada em âmbito governamental pelo MEC e por pessoas que, embora estivessem ligadas de alguma maneira ao governo, eram opositoras da ditadura, caso de Severo Gomes, mas aproveitaram aquele momento propício para desenvolverem seus trabalhos e, mais tarde, aproveitaram-se inclusive da estrutura governamental que possibilitou a fusão CNRC com o IPHAN, caso de Aloísio Magalhães. Houve uma junção dos interesses do governo da reabertura política e dos integrantes do CNRC.

A socióloga Cecília Londres Fonseca avalia como Aloísio Magalhães atuou na valorização da cultura popular, combatendo as influências externas que descaracterizavam a nação, pois os monumentos históricos já tinham proteção, via tombamento, e era preciso então valorizar a “cultura viva das camadas populares, pouco conhecida e passível de ser esmagada pelo progresso e pelas influências exógenas.” As manifestações culturais, na ótica do CNRC, foram abordadas por um prisma antropológico, elas deviam ser “[...] compreendidas em sua trajetória própria e em sua relação com o contexto cultural onde são produzidos e por onde circulam.” Com isso, a expressão “patrimônio cultural não consagrado” passou a ser utilizada como representante das manifestações até aquele momento não reconhecidas pelo patrimônio oficial.³³

Entretanto, Fonseca não aborda o fato de que as considerações de Aloísio Magalhães não estavam preocupadas somente com a valorização dos critérios antropológicos e com os estudos sobre o patrimônio cultural alijado até aquele momento, mas também com a importância política da cultura. Tanto é que Aloísio Magalhães destacava a distinção entre países velhos e novos, ricos e pobres, e considerava que, no caso brasileiro, um país novo e pobre, a maior riqueza estaria em sua cultura autêntica, viva, que seria o legado para a civilização ocidental, um artigo de exportação.³⁴

A fala de Aloísio Magalhães deixa perceptível a visão sobre o papel da cultura no planejamento econômico, não mais apenas atrelado à questão turística, mas tendo como eixo a questão da identidade nacional que, embora ainda possuísse frágeis indicadores, eram exatamente tais índices que deviam ser instrumentos para a formulação da política nacional de desenvolvimento que atuaria em dois níveis:

³³ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 152.

³⁴ MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: FNpM, 1985. p. 85.

Considerando o desenvolvimento como a busca de uma síntese harmoniosa produzida pelos componentes diversificados e mesmo paradoxais de nossa cultura, é de supor que a ação político-econômica se processe em dois planos: em nível macro, das infra-estruturas de apoio, chamaríamos de metadesenvolvimento; em nível micro, de identificação de necessidades ligadas a comportamentos e hábitos, usos e costumes da comunidade, chamaríamos de paradesenvolvimento.³⁵

Enquanto no nível macro deviam ser levados em conta modelos e estruturas que, por vezes, eram inadequados aos contextos locais, no nível micro, por meio dos indicadores culturais, seria possível corrigir as desigualdades e descaracterizações. O equilíbrio entre ambos dependia de decisões políticas. O texto destacado acima foi encaminhado em sua primeira versão ao Chefe da Casa Civil Golbery do Couto Silva, no momento em que Aloísio Magalhães discutia as duas alternativas possíveis para uma forma estável de institucionalização do CNRC: sua incorporação ao IPHAN ou sua transformação em secretaria especial, que atuaria junto à presidência da República com alcance sobre todas as áreas da administração pública federal.

A primeira alternativa foi escolhida e no ano de 1979 ocorreu a fusão entre o Centro Nacional de Referência Cultural, o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas e o IPHAN. Mas como promover uma reformulação institucional do IPHAN que, embora estivesse vinculado à Secretaria de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, adotava práticas de trabalho estabelecidas desde a década de 1930 por Rodrigo Melo Franco de Andrade e, posteriormente, Renato Soeiro? Simples, este último foi demitido do Instituto e Aloísio Magalhães, que representava o novo e moderno, assumiu a direção do órgão.

A incorporação do CNRC ao IPHAN garantiu a continuidade dos trabalhos e foi um dos passos para a criação da Secretaria da Cultura do MEC, em 1981, que pela primeira vez reuniu toda a gestão da política cultural federal.³⁶

³⁵ MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: FNpM, 1985. p. 42.

³⁶ Em 11 de agosto de 2005, Paulo Ormindo de Azevedo, membro do Conselho Consultivo do IPHAN, propôs uma homenagem a Renato Soeiro. O conselheiro afirmou: “Discretamente e sem protagonismo, Soeiro realizou uma verdadeira revolução no órgão. [...] Não obstante essa enorme folha de serviços prestados à nação, Renato Soeiro foi demitido pelo Ministro da Educação de plantão sem sequer receber uma comunicação telefônica. Coube a Carlos Drummond de Andrade, afrontando a ditadura, fazer o desagravo da grotesca exoneração de Soeiro ao publicar no Jornal do Brasil a única homenagem a esse trabalhador incansável do Patrimônio, sob o título “A recompensa de Soeiro”. [...] Por todas essas razões, creio que é um ato de justiça deste Conselho recuperar a imagem de Renato Soeiro, cuja “energia mansa, tranquila, eficiente” e a “modéstia mais genuína” foi, durante os últimos 26 anos, injustamente confundida com inação e falta de brilho.” IPHAN. **Homenagem do Conselho Consultivo do Iphan a Renato Soeiro**. Rio de Janeiro, 2005. p. 1-2. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEwjKpt_znpbTAhXERiYKHTcDAj8QFggfMAE&url=http%3A%2F%2Fportal.iphan.gov.br%2Fuploads%2Ftemp%2FHomenagem_a_Renato_Soeiro.pdf&usq=AFOjCNFFRa0yOTBv8qDGP4COMNOvDe4CCg&cad=rja>. Acesso em: 04 jan. 2017.

4.3 A SPHAN/Pró-Memória e a mudança conceitual do patrimônio cultural brasileiro

Na tarde de 19 de junho de 1979, reuniram-se na sala do Ministro da Educação e Cultura, na cidade do Rio de Janeiro, os membros do Conselho Consultivo do IPHAN e o novo diretor da instituição, Aloísio Magalhães. Estavam presentes Edson Motta, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Lourenço Luís Lacombe, Diretor do Museu Imperial, Gerardo Brito Raposo da Câmara, Diretor do Museu Histórico Nacional, Luiz Emygdio de Mello Filho, Diretor do Museu Nacional, juntamente com Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Ferrez, Alfredo Galvão, Paulo Ferreira Santos, Cyro Ilidio Corrêa de Oliveira Lyra e Max Justo Guedes. Ausentes com motivo justificado os conselheiros Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Fundação Casa de Ruy Barbosa, Fernando Bueno Guimarães e Vicente Sales.

Acompanharam a reunião, a convite de Aloísio Magalhães, Marcos Tavares de Amaral, Diretor da Secretaria de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, Augusto Carlos da Silva Telles, arquiteto que já atuava no IPHAN há muitas décadas e que assumiu a direção da Divisão de Conservação e Restauração do Instituto em fins da década de 1960, após a saída de Lucio Costa do cargo. A Ata da reunião relata o seguinte:

Antes de dar início à ordem do dia, o Senhor Presidente, dirigindo-se aos Senhores Conselheiros, ressaltou a conveniência de iniciar a reunião com uma explanação sobre os *novos rumos* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na primeira reunião do Conselho Consultivo sob sua presidência. Assim, através de um retrospecto conciso, o Senhor Presidente mostrou não desconhecer a responsabilidade que lhe fora conferida pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Professor Eduardo Portella, para *dirigir e revitalizar tão notável instituição*, como é o caso do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tarefa de real complexidade. Exaltou, nominalmente, os Diretores que o antecederam; ressaltou o valor do acervo do Arquivo e da Biblioteca do Órgão e o conforto, por ele encontrado, nos textos de Afonso Arinos. Continuando, o Senhor Presidente *mostrou a dificuldade em lidar com uma tarefa que se desmembra, simultaneamente, em três planos: o passado, o dia-a-dia e o projetivo. Não sendo possível separa-los*, afirmou, o Senhor Presidente, *esse tempo é um tempo só. Quanto ao pensamento original do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nada há a inovar ou inventar: tudo se encontra refletido no poder dos textos e reflexões de Mário de Andrade e Rodrigo Mello Franco de Andrade. A expressão concreta dos bens culturais brasileiros são de pequena dimensão. Seu conceito, não claramente explicitado, encontrou na inteligência de Rodrigo Mello Franco de Andrade a ênfase no domínio da pedra e cal e na luta da conscientização das elites culturais brasileiras.*³⁷

³⁷ IPHAN. Ata da 86ª reunião do Conselho Consultivo, realizada em 19/06/1979. Livro de Atas n.º 1, fl. 17(verso)-118, grifo nosso.

Aloísio Magalhães deixava claro suas intenções: dirigir a instituição com “novos rumos” por meio de uma revitalização que desvinculava o patrimônio cultural unicamente da ideia de preservação do passado representada na proteção dos bens de “pedra e cal” e considerava a noção de continuidade do processo cultural. Ou seja, passado, presente e futuro eram “um tempo só”. Dizia Magalhães:

Não tem sentido a memória apenas para guardar o passado. [...] A tarefa de preservação do patrimônio cultural brasileiro, ao invés de ser uma tarefa de cuidar do passado, é essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro.³⁸

A visão de continuidade e acúmulo era característica em Aloísio Magalhães, e ele não se referia apenas ao patrimônio cultural quando a abordava, mas a uma interpretação do próprio processo civilizatório e da cultura nacional:

Uma civilização é sempre construída por uma forma de acúmulo. Uma civilização não é um atropelado avanço em que a gente vai jogando fora as coisas... A sabedoria a que pode atingir uma forma de civilização está em você acumular os seus conhecimentos e as suas conquistas e usá-las cada vez mais adequadamente. [...]

Uma cultura é avaliada no tempo e se insere no processo histórico não só pela diversidade dos elementos que a constituem, ou pela qualidade de representações que dela emergem, mas sobretudo por sua continuidade. Essa continuidade comporta modificações e alterações num processo aberto e flexível, de constante realimentação, o que garante a uma cultura sua sobrevivência. Para seu desenvolvimento harmonioso, pressupõe a consciência de um largo segmento do passado histórico.

Pode-se mesmo dizer que a previsão ou a antevisão da trajetória de uma cultura é diretamente proporcional à amplitude e profundidade de recuo no tempo, do conhecimento e da consciência do passado histórico. Da mesma maneira como, analogicamente, uma pedra vai mais longe na medida em que a borracha do bodoque é suficientemente forte e flexível para suportar uma grande tensão, diametralmente oposta ao objetivo de sua direção. Pode-se mesmo afirmar que, no processo de evolução de uma cultura, nada existe propriamente de “novo”. O “novo” é apenas uma forma transformada do passado, enriquecida na continuidade do processo, ou novamente revelada, de um repertório latente. Na verdade, os elementos são sempre os mesmos; apenas a visão pode ser enriquecida por novas incidências de luz nas diversas faces do mesmo cristal.³⁹

Na direção de Aloísio Magalhães, a interpretação da cultura via o passado “como uma referência que deve ser usada e reinterpretada no presente e com propósitos futuros.”⁴⁰ O

³⁸ MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: FNpM, 1985. p. 17.

³⁹ *Ibid.*, p. 44.

⁴⁰ GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996. p. 52.

patrimônio cultural a se preservar devia sempre ser “feito” no presente, e sua preservação não podia ser determinada exclusivamente por uma interpretação fixa do passado.

Entretanto, Aloísio Magalhães desconsidera as disputas das representações culturais, a coerção política e o exercício de poder nas escolhas que privilegiam determinados grupos sociais da cultura nacional. Seu discurso conciliador em busca de uma cultura baseada na continuidade, ainda que sujeita a modificações e alterações, obscurece o próprio conflito de seu trabalho: toda e qualquer escolha da dita verdadeira cultura, realizada por ele ou qualquer outro intelectual, é um processo de disputa pela representação cultural. E um dos atores da disputa continuava sendo o Estado que, a partir de então, legitimava na representação da memória histórica nacional as escolhas culturais que Aloísio Magalhães fazia por meio do IPHAN.

É claro que Aloísio Magalhães foi um artista que, assim como Mário de Andrade, buscava privilegiar a diversidade da cultura nacional, isso foi muito positivo para a reavaliação da prática de tombamento e proteção dos bens culturais, especialmente aqueles que representam a participação de grupos sociais como negros e imigrantes na construção da sociedade brasileira, mas não podemos desconsiderar que esse processo também era uma disputa e, acreditamos, uma disputa que interessava mais uma vez ao governo, para conseguir bases de apoio social no processo de abertura política e legitimar a condução da criação de novas instituições responsáveis pela cultura e pela definição da memória histórica nacional.

Ainda na reunião do Conselho Consultivo, Aloísio Magalhães destacou que o problema da restauração e conservação dos bens tombados fora solucionado pelo Programa de Reconstrução das Cidade Históricas, uma “primeira tentativa experimental de descentralização” do IPHAN. Considerou o problema financeiro como secundário e citou o caso do ocorrido em Ouro Preto, onde, após a danificação de diversos bens em função de chuvas e deslizamentos de terra, os recursos “surgiram face a premente necessidade de solução para os problemas surgidos”.⁴¹

Nesse momento, foi interrompido pelo conselheiro Gilberto Ferrez que, possivelmente descontente pela suposição de que a falta de dinheiro não era fator relevante aos trabalhos da instituição, destacou que a “parte financeira” não era importante apenas para a preservação dos bens tombados, mas também “para uma remuneração digna aos técnicos e especializados.” Aloísio Magalhães foi enfático e disse que “a solução não é pedir nem ficar esperando grandes recursos e sim dimensionar os problemas e ir em busca dos recursos.”⁴²

⁴¹ IPHAN. Ata da 86ª reunião do Conselho Consultivo, realizada em 19/06/1979. Livro de Atas n.º 1, fl. 118.

⁴² Ibidem.

Era a primeira vez em mais de quatro décadas de trabalho que foi relatada uma discussão desse tipo nas reuniões do Conselho, onde o Presidente do IPHAN colocava-se à frente da busca por “novos filões de ataque, revitalizando a instituição.” A contraposição não parou aí: o conselheiro Edson Motta ressaltou que a “conscientização do povo pela preservação do seu patrimônio” fora “conseguida durante esses quarenta anos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, sendo rebatido pela opinião do conselheiro Max Justo “[...] que o povo só mostra tal conscientização em se tratando de monumento religioso e não com sua própria arquitetura, apontando São João Del Rei como uma prova disso, em virtude da desfiguração que ela está sofrendo.”⁴³

Era um momento incômodo. Após tantos anos de trabalho conduzidos por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Renato Soeiro, um novo personagem assumiu o IPHAN e propôs uma mudança conceitual em toda a prática de tombamento, afirmando que a questão financeira era secundária e propondo caminhos alternativos com outras instituições para a preservação do patrimônio cultural. Além disso, por mais que Aloísio Magalhães tivesse prestígio no meio artístico, era um designer falando sobre cultura, patrimônio e preservação, não era alguém do meio acadêmico ou da elite burocrática do IPHAN. Finalmente, o novo presidente revelou a “possibilidade de solicitar, ao Governo, uma mudança profunda da estrutura administrativa do Instituto” e “encontrar um caminho para a solução do problema da homologação, retornando assim, a autonomia para esse Conselho.”⁴⁴

Efetivada a fusão do IPHAN/PCH/CNRC houve entusiasmo na possibilidade de desenvolvimento de trabalhos conjuntos, mas a leitura que o CNRC fazia da preservação dos monumentos de pedra e cal era negativa, associando os bens tombados pelo IPHAN às classes política e economicamente mais poderosas e desvinculados dos interesses da sociedade brasileira. Os agentes do CNRC acirraram as críticas e geraram desconfortos na nova instituição. Essa diferença de postura mostrava também uma luta de poder dentro da instituição recém criada que, ao invés de debater e solucionar as novas demandas culturais, provocou um enrijecimento de posições.⁴⁵

⁴³ IPHAN. Ata da 86ª reunião do Conselho Consultivo, realizada em 19/06/1979. Livro de Atas n.º 1, fl. 118.

⁴⁴ Ibid., p. 118 (verso). Aloísio Magalhães referia-se à Lei n.º 6.292, de 15 de dezembro de 1975, que estabelecia em seu artigo 1º que o tombamento de bens do IPHAN “dependerá de homologação do Ministro de Estado de Educação de Cultura, após parecer respectivo do Conselho Consultivo”. Ou seja, a decisão de cancelamento do tombamento, em última instância, podia ser feita pelo Presidente da República, conforme estabelecido desde a década de 1940, mas a homologação final desde 1975 dependia do Ministro da Educação e Cultura, retirando a autonomia do Conselho e garantindo o controle das decisões caso não interessasse ao Estado o tombamento do bem.

⁴⁵ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. FONSECA, p. 173.

Aloísio Magalhães queria uma revitalização ainda mais efetiva do IPHAN. Conceitualmente, defendia que o CNRC havia desenvolvido uma atuação complementar e crítica em relação ao IPHAN, e que a fusão supriria uma lacuna dos trabalhos até então desenvolvidos:

A aproximação que o CNRC deu ao conceito de bem cultural atinge uma área de que o Patrimônio não estava cuidando. Ou seja: o bem cultural móvel, as atividades do povo, as atividades artesanais, os hábitos culturais da humanidade. O Patrimônio atuava de cima para baixo, e, de certo modo, com uma concepção elitista. A igreja e o prédio monumental são bens culturais, mas de um nível muito alto. São o resultado mais apurado de cultura. O CNRC procurava trabalhar de baixo para cima. Pela própria razão de ser uma atividade popular não tem consciência de seu valor. Quem faz uma igreja sabe o valor do que faz. Mas quem trabalha com couro, por exemplo, nem sempre. Desse contraponto, pode surgir uma hipótese – a de que o CNRC começava a tocar nas coisas vivas, enquanto o Iphan se preocupava principalmente com as coisas mortas. Pelo contrário, é através das coisas vivas que de deve verificar que as do passado não devem ser tombadas como mortas.⁴⁶

Com esse discurso, o apoio de Golbery do Couto e Silva e a intermediação do Ministro da Educação e Cultura Eduardo Portella, Aloísio Magalhães conseguiu amplo apoio para que fosse aprovada a transformação do IPHAN, enquanto Instituto, em uma Secretaria, pelo Decreto n.º 84.198, de 13 de novembro de 1979, tornando-o um órgão normativo, de direção e coordenação nacional. Finalmente, o Congresso Nacional aprovou a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) pela Lei n.º 6.757, de 17 de dezembro de 1979, que devia atuar como órgão operacional e proporcionar os meios e recursos que agilizassem os trabalhos da nova Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Dentro dessa nova estrutura, a SPHAN tornou-se um órgão normativo e a Pró-Memória um órgão executivo. Os dois órgãos passaram a ser conhecidos pela sigla SPHAN/Pró-Memória, submetidos diretamente ao MEC e não mais à Secretaria de Assuntos Culturais.⁴⁷ O caminho para a alteração da prática de tombamento estava aberto.

Até a década de 1970, manifestações como artesanato, ritos e folguedos, saberes e fazeres do povo etc., foram objetos de interesse especialmente de folcloristas e etnógrafos, sendo preservadas unicamente em coleções etnográficas dos museus nacionais. Desde 1975, o

⁴⁶ MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: FNpM, 1985. p. 217.

⁴⁷ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996. p. 73-74. Para Sérgio Miceli, essas transformações institucionais significaram a centralização dos recursos e capacidade gerencial do PCH, do prestígio e competência técnica do IPHAN e a visão modernizadora e renovadora do CNRC. A fusão revitalizaria o IPHAN e operacionalizaria o CNRC, reestruturando as instituições e garantindo maiores recursos financeiros. Cf. MICELI, Sérgio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: MICELLI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

CNRC se propôs a repensar essa relação entre erudito e popular, conferindo status de patrimônio histórico e artístico nacional às produções populares, que incluíram especialmente as etnias indígena e afro-brasileira. A intenção era não apenas preservar materialmente monumentos e sítios que, embora possuíssem valores históricos e artísticos, recebiam investimentos apenas para se conservarem pela sua presença e visibilidade. Essa postura, considerada elitista e beneficiadora apenas das camadas cultas da sociedade, precisava, na visão de Aloísio Magalhães, assumir novas funções, revelando nos bens culturais “[...] sua dimensão de produtores de valor econômico, seja diretamente, como matéria-prima para a atividade turística, seja indiretamente, como referências para a busca de soluções adequadas ao processo de desenvolvimento brasileiro.”⁴⁸

A valorização da diversidade cultural brasileira era de interesse do governo geiselista para conseguir apoio de novos grupos sociais e teve continuidade no governo de Figueiredo. Ao propor a introdução de bens do patrimônio cultural não-consagrado no patrimônio histórico e artístico nacional e a participação da sociedade na construção e gestão desse patrimônio, a política da Fundação Nacional Pró-Memória inseria-se na luta que mobilizava a sociedade brasileira pela reconquista da cidadania,⁴⁹ mas era uma instituição criada pelo governo que, obviamente, tinha o interesse em legitimar-se como responsável pela reativação da sociedade civil e criação de novas instituições culturais.

O surgimento das novas propostas do CNRC em relação à cultura e sua incorporação à política cultural do MEC durante o regime militar deu-se no contexto da distensão política iniciada em 1974, momento da gestão de Ney Braga como ministro e, posteriormente, Euro Brandão e Eduardo Portela. O MEC tornou-se um espaço importante para a criação de uma imagem de abertura. Reestruturado institucionalmente, a gestão de Portela caracterizou-se pelo atendimento às demandas dos grupos populares, e foi nesse contexto que Aloísio Magalhães iniciou sua atuação na política cultural, ficando essa fase conhecida como “modernizadora”.

Na gestão de Aloísio Magalhães na SPHAN/Pró-Memória, a primeira expressão de estímulo à participação da sociedade nas atividades do órgão foi a introdução da prática de consultar as populações dos centros históricos sobre as dificuldades na preservação dos bens tombados. Realizaram-se seminários nas cidades de Ouro Preto, Diamantina, Cachoeira e São Luís.

⁴⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 156.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 157.

Aloísio Magalhães se contrapunha à ideia de coletar e preservar bens culturais apenas para guardar e preservar o passado, defendia uma “dinamização da memória nacional”, era preciso não apenas proteger, mas colocar a proteção dos bens culturais sob responsabilidade dos organismos culturais à serviço da sociedade:

Quando se fala em memória num sentido figurado, quando se empresta a ideia de memória a um fato qualquer, em geral há uma tendência a se tornar isso como “juntar” alguma coisa, “reter”. E isso me parece insatisfatório; eu prefiro o conceito biológico de memória: guardar, reter, para em seguida mobilizar e devolver.⁵⁰

O designer evitava a ideia de sincretismo da cultura brasileira, criticando a modernização capitalista, que considerava inadequada em um país subdesenvolvido, traduzida unicamente como a “transferência acrítica de tecnologias próprias para os países desenvolvidos, acumulação de riquezas sem a correspondente distribuição, investimentos em projetos faraônicos”, defendendo um “modelo de desenvolvimento endógeno, a busca de soluções autóctones”. Afirmava que:

Restam os países pobres e novos. A esses, devemos voltar nossos olhos e nossa reflexão porque aí talvez se encontre, excelências, uma série de parâmetros e de paradigmas que, nesta altura da vida do Ocidente – pois estamos falando do Ocidente – adquirem um significado todo especial. É que talvez esteja unicamente nos segmentos de autenticidade dessas nações, nos frágeis e pequenos elementos que constituem o seu patrimônio, como cultura, justamente a probabilidade da sua salvação diante do mundo, criado pelo homem ocidental, em que tudo são impasses, em que nada foi resolvido, em que o dinheiro não compra harmonia, não compra a identificação do homem com o meio ambiente, diante de um mundo em que tudo está em xeque, em que nenhuma das formas de valorização econômica, tecnológica e mesmo científica está verdadeiramente à disposição de todos.⁵¹

Por meio da crítica ao imperialismo econômico e cultural e aos padrões externos, acreditava que o verdadeiro Brasil estava adormecido sob um manto estrangeiro:

É como se o Brasil fosse um espaço imenso, muito rico, e um tapete velho, roçado, um tapete europeu cheio de bolor e poeira tentasse cobrir e abafar esse espaço. É preciso levantar esse tapete, tentar entender o que se passa por baixo.⁵²

Objetivava então a valoração da cultura brasileira, vê-la como algo vivo, a ser dinamizada em contraste com a cultura que fora preservada até aquele momento, que era estática, morta e afastada do cotidiano das comunidades. Entretanto, a aceitação desse

⁵⁰ MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: FNpM, 1985. p 67.

⁵¹ *Ibid.*, p. 82-83.

⁵² *Ibid.*, p. 42.

discurso nos setores intelectuais e acadêmicos sofreu críticas e desconfianças, especialmente pela visão idealizada de cultura popular, sem identificação clara dos sujeitos que a produzem e, sobretudo, em virtude da fala vinda de dentro de um Estado autoritário que conduzia a abertura política e a rearticulação da sociedade civil.⁵³

O discurso modernizador de Aloísio Magalhães ia ao encontro dos interesses do governo militar “[...] no sentido de fornecer um ideário nacionalista novo e adequado para diluir, no nível da ideologia, as contradições e os conflitos que, naquele momento, marcavam a sociedade brasileira.” Assim, no que tange ao ideário e à ação na instância cultural, aquele projeto respondeu às necessidade do sistema no que dizia respeito à promoção de uma cultura nacional em que todos os cidadãos, independentemente de sua posição de classe, se sentissem participantes.⁵⁴

Finalmente, cabe destacar que em 1981 ocorreu a criação da Secretaria da Cultura (SEC) do Ministério da Educação e Cultura, na qual se anexaram todos os órgãos culturais. Aloísio Magalhães assumiu a Secretaria e foi então elaborado o documento “Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC”, que sintetizou um novo discurso tendo em vista um projeto para a nação. Pela primeira vez, desde 1964, a expressão “segurança nacional” estava totalmente ausente de um documento oficial cujo tema era a cultura.

O documento reivindicava a ampliação da imagem de cultura forjada pelos órgãos oficiais por meio do reconhecimento do “patrimônio cultural não-consagrado” e da participação de diversos atores no gerenciamento da produção e da preservação dos bens culturais. Ficava clara uma proposta de democratização da política cultural que, durante a década que se seguiu, foi um mote sempre reiterado nos discursos produzidos pelos órgãos culturais públicos e privados, federais, estaduais e municipais.

Enquanto a fase heroica do SPHAN/DPHAN, dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Renato Soeiro, buscava atingir a sociedade pela educação, disseminando os valores histórico e artístico dos bens culturais, o cenário no final da década de 1970 e nos primórdios da década de 1980 era outro, as ações culturais estabelecidas pelo governo federal passaram a levar em consideração as necessidades econômicas e políticas dos diversos grupos sociais, tanto simbólica quanto materialmente, de forma que as comunidades participassem do processo de construção e gerenciamento da produção cultural brasileira, inclusive do

⁵³ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 163.

⁵⁴ MILET, Vera. **A teimosia das pedras**: um estudo sobre a proteção do patrimônio ambiental urbano. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988. p. 176.

patrimônio cultural. Nessa concepção, era a participação social, e não apenas a seleção de bens de “valor excepcional”, que legitimaria a política de preservação.⁵⁵

Essa nova postura, iniciada desde a criação do CNRC, foi apropriada politicamente durante a distensão política iniciada no governo de Geisel, que pretendia “reativar a sociedade civil”, desenvolvendo uma estratégia que possibilitasse uma “capacidade de auto-organização da sociedade”,⁵⁶ e teve continuidade no governo de Figueiredo, culminando em uma nova postura voltada à proteção dos bens culturais brasileiros, que seria firmada definitivamente na Constituição Federal de 1988.

Em viagem à Europa, em junho de 1982, Aloísio Magalhães faleceu e a SEC foi assumida por Marcos Vinícios Vilaça, que deu continuidade às orientações formuladas pelo antigo Secretário. Cabe avaliar em que medida essas mudanças e novas posturas atingiram os trabalhos do Conselho Consultivo e a seleção dos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico.

4.4 Os tombamentos realizados na década de 1980 que representam um “modo de fazer” e a cultura dos negros e imigrantes

A partir dos interesses da abertura política e das modificações empreendidas no IPHAN no final da década de 1970, sobretudo as novas abordagens de Aluísio Magalhães em relação ao patrimônio cultural brasileiro, que tomaram força dentro da instituição mesmo depois de sua prematura morte, finalmente ocorreram os primeiros tombamentos de bens materiais imóveis, inscritos no Livro do Tomo Histórico, de edificações que remetiam à memória histórica das minorias: a “Fábrica de Vinho Tito Silva”, relativo aos “modos de fazer”,⁵⁷ o “Terreiro da Casa Branca” e a “Serra da Barriga”, representantes da religiosidade, cultura e resistência dos negros,⁵⁸ e a “Casa Presser”, “Escola Rural e Casa do Professor” e “Casarão do Chá”, representantes da imigração alemã e japonesa.⁵⁹

O tombamento do conjunto da “Fábrica de Vinho Tito Silva”,⁶⁰ que incluía todo o maquinário e equipamentos de produção, foi solicitado em dezembro de 1981 pela Fundação Nacional Pró-Memória, uma vez que a instituição realizava um “Estudo Multidisciplinar do

⁵⁵ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 159.

⁵⁶ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990. p. 290.

⁵⁷ Cf. Apêndice F.

⁵⁸ Cf. Apêndice G.

⁵⁹ Cf. Apêndice H.

⁶⁰ Processo de Tombamento n.º 1054/1982.

Caju” e a fábrica, localizada em João Pessoa, Estado da Paraíba, produzia vinhos a partir da fruta. Os objetivos do tombamento, segundo o pedido, tinham em vista:

[...] por um lado, julgamos importante preservar o testemunho raro de um momento significativo em nossa evolução cultural. Por outro lado, acreditamos que esse tombamento irá corresponder à revitalização e à *proteção da continuidade e da evolução de um fazer intimamente relacionado com as características regionais* do processo cultural brasileiro.⁶¹

O caju é uma fruta brasileira e o estudo multidisciplinar realizado pela Pró-Memória tivera início na década de 1970 a partir do Centro Nacional de Referência Cultural que, interessado em estudar as particularidades regionais do Brasil, realizara alguns seminários com a presença de nutricionistas, folcloristas, historiadores, botânicos, economistas, sociólogos e representantes industriais para discutir os usos e benefícios da fruta, e também como o consumo do caju era tido pela população de determinadas regiões como um elemento de identidade.

O processo de tombamento destaca, nas páginas iniciais, duas citações poéticas de José de Alencar e Mário de Andrade. O primeiro poeta perguntava: “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspêra?”⁶² O segundo dizia:

Até a hora clássica do caju é no banho do rio onde a nódoa não é possível. [...] Abacaxi, manga, abricó, pinha, maracujá, sapota, grumixama, etc. no geral todas as frutas são muito dadas. Se entregam por demais. Caju não: o prazer singular dele está na espécie de interfagia, me desculpem, de entrecomilança, específico do gosto dele. Ele morde a boca da gente, vai nos devorando por dentro, diminui a suficiência individualista do ser. Se dá uma verdadeira troca de posses pessoais.⁶³

São citações que se referem ao caju como fruta tipicamente nacional e que faz parte da cultura do Nordeste, cujos indivíduos fazem do consumo um hábito cultural, de forma semelhante ao gosto pela erva mate na região Sul e pelo pão de queijo em Minas Gerais. Em busca desses hábitos e costumes, o CNRC, como já destacamos anteriormente neste trabalho, procurava descobrir e valorizar manifestações populares e sua capacidade de gerar valor econômico, com alternativas apropriadas ao desenvolvimento brasileiro.

⁶¹ Processo de Tombamento n.º 1054/1982. f. 1, grifo nosso.

⁶² ALENCAR, José de Alencar. **Benção paterna** – prefácio a Sonhos D’Ouro. In: Processo de Tombamento n.º 1054/1982, fl. 2.

⁶³ ANDRADE, Mário de. **O Turista Aprendiz**. In: Processo de Tombamento n.º 1054/1982, fl. 2.

A justificativa do pedido de tombamento trata exatamente da tentativa de conciliação entre as práticas identitárias dos grupos sociais e do desenvolvimento econômico:

A defasagem entre a tecnologia de ponta, hoje encontrada no Brasil, as raízes culturais e as necessidades das populações regionais torna indispensável a pesquisa, a divulgação, e em muitos casos, a busca de revitalização do que existe no terreno da *tecnologia patrimonial* – entendida como *as práticas e conhecimentos técnicos imersos e enraizados em grupos sociais específicos*. Tais tecnologias apresentam-se sob formas variadas e, por vezes, interpenetrantes, *atendendo, em muitos casos, às necessidades das comunidades e gerando, inclusive, emprego e renda.*⁶⁴

O desenvolvimento dos estudos interdisciplinares sobre os usos do caju iniciados no CNRC e continuados pela Pró-Memória atendiam ao interesse político do desenvolvimento econômico nacional e da cooptação de grupos sociais até então marginalizados da cultura oficial, bem como contemplavam os princípios da Política Nacional de Cultura sobre a perspectiva pluralista das manifestações culturais entendidas como caracteristicamente brasileiras.

A produção de vinho de caju era feita pelos indígenas e fez parte da história do Nordeste. A “Fábrica de Vinho Tito Silva” iniciou suas atividades de produção artesanal do vinho de caju em 1882, quando um senhor, chamado Tito Henrique da Silva, teve contato com uma missão de técnicos franceses que estavam na região de Areias, localizada na Paraíba, a pedido de D. Pedro II, para resolver questões sobre a extração aurífera na Serra do Picuí. Tito Silva conheceu então técnicas de produção de vinho e aplicou-as na produção utilizando o caju, obtendo sucesso com seu produto.⁶⁵

Com o aumento da procura, o proprietário da fábrica importou maquinário para o acabamento final do produto em 1920. Durante muitas décadas o trabalho era familiar. As atividades e qualidade do vinho chamaram tanta atenção que em 1938 foi instalado na Paraíba o Laboratório Bromatológico que orientava as fábricas, “buscando transformar o seu artesanato em indústrias com bases racionais.”⁶⁶ Essa iniciativa fazia parte da estratégia de Getúlio Vargas em promover o desenvolvimento industrial do país.

Entretanto, a partir da década de 1960, empresas industriais implantaram várias fábricas no Nordeste para fabricação de produtos alimentícios a partir das frutas típicas da região, e as pequenas indústrias como a “Fábrica de Vinho Tito e Silva” foram aos poucos perdendo espaço, por não conseguirem competir em relação ao preço.

⁶⁴ Processo de Tombamento n.º 1054/1982, fl. 3, grifo nosso.

⁶⁵ *Ibid.*, fl. 6.

⁶⁶ Processo de Tombamento n.º 1054/1982, fl. 7.

O pedido de tombamento destacava a necessidade de apoio às atividades da fábrica e foram feitas algumas parcerias com o Núcleo de Assistência à Indústria do Estado da Paraíba, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e com a Universidade Federal da Paraíba para o desenvolvimento de ações de revitalização.⁶⁷ Acreditava-se que o tombamento auxiliara também nessa tarefa:

O ato de seu tombamento – incluindo o edifício, sua maquinaria e equipamento – iria, portanto, revestir-se de uma significação extraordinária, na medida em que, ao mesmo tempo, protegeria um testemunho arquitetônico e tecnológico da maior importância do ponto de vista cultural, e constituir-se-ia em um impulso vital para a retomada da trajetória de uma tecnologia patrimonial.⁶⁸

O processo de tombamento teve como Relator o conselheiro José Ephem Mindlin e foi avaliado na 106ª reunião ordinária do Conselho Consultivo da SPHAN, realizada em 28/03/1984. Não houve discussões, o Relator afirmou que os contatos estabelecidos com a Universidade Federal e o Governo do Estado da Paraíba garantiram apoio para a continuidade de funcionamento da fábrica, caso fosse tombada. Destacou o parecer da Coordenadora de Projetos da Fundação Nacional Pró-Memória Clara de Andrade Alvim que, na qualidade de interlocutora do pedido de tombamento, referia-se à proteção da fábrica como forma de “revitalização” e “proteção da continuidade” de um “fazer intimamente ligado com as características regionais do processo cultural brasileiro.”⁶⁹

Mindlin fez questão de registrar na Ata da reunião que a proteção da fábrica e seus equipamentos era uma “inovação” na prática do tombamento, uma vez que visava a “[...] preservação de um processo industrial e não de um monumento de interesse histórico ou artístico, destacando que os elementos do processo não deixam dúvida quanto à procedência da proposição”.⁷⁰

O pioneirismo da fábrica foi ressaltado na discussão do tombamento e o Relator afirmou que os proprietários asseguraram seu funcionamento como uma “empresa-escola” e a “preservação dos processos industriais tradicionais.”⁷¹

O conselheiro e antropólogo Gilberto Velho declarou que votava “[...] a favor do tombamento com entusiasmo, pelo caráter pioneiro da medida, que deverá ter repercussão nas

⁶⁷ Processo de Tombamento n.º 1054/1982, fl. 8-9.

⁶⁸ Ibid., fl. 9.

⁶⁹ IPHAN. Ata da 106ª reunião do Conselho Consultivo, realizada em 28/03/1984. Livro de Atas n.º 1, fl. 170 (verso).

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ Ibidem.

mais diversas áreas da política de tombamento.”⁷² O tombamento da “Fábrica de Vinho Tito e Silva” foi então aprovado por unanimidade.

Nota-se que as expressões utilizadas entre 1981 a 1984, período que compreende desde a solicitação até o deferimento do tombamento, são similares ao que viria a ser aprovado na Constituição Federal de 1988 como patrimônio imaterial.⁷³ Os pareceres dos órgãos técnicos da SPHAN sempre destacam o tombamento como uma medida capaz de proteger a continuidade de um “fazer”, de “práticas e conhecimentos” regionais “imersos e enraizados em grupos sociais específicos”.

Naquele momento, esse “saber fazer” era denominado “tecnologia patrimonial”, uma vez que a questão da imaterialidade dos bens culturais ainda não estava delineada de forma clara. Gilberto Velho estava certo quando destacou o pioneirismo daquele tombamento e anteviu que haveriam repercussões na política de patrimônio, pois a partir da proteção da “Fábrica de Vinho Tito e Silva” foi dado o primeiro passo para que o patrimônio imaterial fosse contemplado em suas especificidades e disposto no artigo 216 da Constituição de 1988 como “os modos de criar, fazer e viver”.

Finalmente, sem um instrumento específico de proteção, como o Registro de Bens Culturais, esperava-se que o tombamento fosse capaz de garantir a continuidade das atividades de produção tradicional do vinho de caju, o que não ocorreu. O projeto de revitalização da fábrica e de valorização de suas técnicas de produção não obteve êxito e, ainda em 1984, a fábrica encerrou suas atividades. Ficou abandonada até 1997, quando foi restaurada e tornou-se sede da Oficina Escola de João Pessoa, projeto social de capacitação em obras de conservação e restauração.

Em 1982 também ocorreu a abertura do primeiro processo de tombamento que se referia à religiosidade e cultura negra: o do “Terreiro da Casa Branca”,⁷⁴ localizado em Salvador, Estado da Bahia, cujo pedido foi feito por Ary Guimarães, Chefe da 5ª Diretoria Regional da SPHAN. O processo contém o histórico do bem, recortes de jornais que versam sobre sua importância, depoimentos de entidades públicas e privadas sobre o valor histórico do terreiro, documentação fotográfica e plantas arquitetônicas. A descrição histórica destaca uma importante retrospectiva da chegada de parte dos escravos ao Brasil e a origem dos Ketu, “nação” da qual descendem os fundadores do “Terreiro da Casa Branca”.⁷⁵

⁷² IPHAN. Ata da 106ª reunião do Conselho Consultivo, realizada em 28/03/1984. Livro de Atas n.º 1, fl. 171.

⁷³ Conforme analisamos na Seção 1.2 do Capítulo 1.

⁷⁴ Processo de Tombamento n.º 1067/1982.

⁷⁵ Para o estudo das especificidades do candomblé na Bahia Cf. VERGER, Pierre. **Deuses Iorubás na África e no novo mundo**. 5. ed. Salvador: Corrupio, 1997; CASTILO, Lisa Earl. **Entre a oralidade e a escrita: a**

Os ataques contínuos dos daomeanos dirigidos contra seus vizinhos do Sul, do Norte e do Leste, e a pressão dos Fulani sobre Oyó, a capital do reino Yorubá, impedindo seus exércitos de defender os territórios mais distantes do seu império, tiveram como resultado a captura e, em seguida, a venda de numerosos grupos Egba, Egbado e Sabé, particularmente dos Ketú, embarcados em Huida (Ajuda) e em Cotonu. A esses contingentes agregaram-se – depois da queda de Oyó e de desapiedadas lutas intestinas que culminaram com a revolta e a perda de Horin – grupos provenientes do próprio território de Oyó, grupos Ijesa e Ijebu. Os Kétu foram os mais profundamente atingidos pelos daomeanos de Abomey. *A história de Kétu é preciosa como referência direta no que concerne à herança afro-baiana. Foram os Kétu que implantaram com maior intensidade sua cultura na Bahia, reconstituindo suas instituições e adaptando-as ao novo meio, com tão grande fidelidade aos valores mais específicos de sua cultura de origem, que ainda hoje elas constituem o baluarte dinâmico dos valores afro-brasileiros.*⁷⁶

Pela primeira vez desde a criação do SPHAN em 1937, um bem específico referia-se aos negros como parte da cultura brasileira. Reconhecia-se que os grupos de diferentes lugares da África, ao serem trazidos ao Brasil como escravos, importaram “[...] seus costumes, suas estruturas hierárquicas, seus conceitos filosóficos e estéticos, sua língua, sua música, sua literatura oral e mitológica. E, sobretudo, trouxeram para o Brasil sua religião.”⁷⁷

Além disso, a proposta de tombamento destaca o papel das confrarias católicas na separação das etnias africanas:

Os pretos de Angola formavam a Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora das Portas do Carmo, fundada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Pelourinho. Os daomeanos (gêges) reuniam-se sob a devoção de Nosso Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção dos Homens Pretos, na Capela do Corpo Santo, na Cidade Baixa. Os nagôs, cuja maioria pertencia à nação Kêto, formavam duas irmandades: uma de mulheres, a de Nossa Senhora da Boa Morte; outra reservada aos homens, a de Nosso Senhor dos Martírios.⁷⁸

As datas de todos os acontecimentos em relação à fundação do terreiro e seus componentes não são precisas, haja vista que, durante o período da escravidão, o catolicismo era a única prática religiosa permitida, com exceção apenas das reuniões protestantes para os estrangeiros. Os cultos aos deuses africanos eram ignorados ou perseguidos.

etnografia nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2010; PARÉS, Luís Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia.** Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

⁷⁶ Processo de Tombamento n.º1067/1982, fl. 4, grifo nosso.

⁷⁷ Ibid., fl. 5. Sobre as influências das religiões africanas no Brasil Cf. BASTIDE, Roger. **As religiões Africanas no Brasil:** contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. v. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

⁷⁸ Processo de Tombamento n.º1067/1982. f. 5.

O tombamento do “Terreiro da Casa Branca”, entretanto, ao ser posto em votação no Conselho Consultivo da SPHAN, não ocorreu sem discussões. Na 108ª reunião, de 31/05/1984, Gilberto Velho, Relator do processo, iniciou sua fala definindo a “[...] cultura como um fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais que expressem crenças, valores e visões do mundo existente em uma sociedade.”⁷⁹

Chamando atenção para a “preocupação” no reconhecimento da importância das “expressões culturais das camadas populares”, destacou que o candomblé é um “[...] sistema religioso fundamental na constituição da identidade de significativas parcelas da sociedade brasileira.” A Fundação Nacional Pró-Memória vinha realizando um trabalho denominado Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia e o terreiro era um exemplar de “um fato social” marcado pelo dinamismo dos fiéis.⁸⁰

Cabia à SPHAN “mantendo seus elevados padrões, incorporar uma postura adequadamente flexível diante desse fenômeno religioso”, considerando que o “tombamento deve ser uma garantia para a continuidade da expressão cultural que tem em Casa Branca um espaço sagrado”. O Relator ainda acrescentou que a sacralidade não é sinônimo de imutabilidade, e que a SPHAN não devia abrir mão da seriedade de suas normas, mas sim “procurar uma adequação para lidar com o fenômeno social em permanente processo de mudança”.⁸¹

Em nenhum processo de tombamento há uma exposição de motivos longa como a de Gilberto Velho. Nota-se que o conselheiro ressalta a diversidade cultural e a responsabilidade da SPHAN em atender à demanda de tombamento de manifestações culturais de camadas populares, mas procura ao final conciliar a proposta com as normas da instituição para encontrar um caminho no tratamento de um bem caracterizado pela mutabilidade.

O primeiro conselheiro a se manifestar contra o tombamento do “Terreiro da Casa Branca” foi Gilberto Ferrez, para quem o fato do candomblé ser uma religião dinâmica e mutável faria do tombamento instrumento inadequado para sua proteção.

Ora, não se tratava apenas de garantir a continuidade da prática religiosa, mas de reconhecer um espaço sagrado da cultura negra como parte da memória histórica nacional. A resistência feita por Gilberto Ferrez mostra certa tentativa de desqualificar o tombamento do terreiro e, com isso, continuar desconsiderando na seleção dos bens culturais aqueles que

⁷⁹ IPHAN. Ata da 108ª reunião do Conselho Consultivo, realizada em 31/05/1984. Livro de Atas n.º 1, fl. 178.

⁸⁰ Ibid., fl. 178 (anverso e verso).

⁸¹ IPHAN. Ata da 108ª reunião do Conselho Consultivo, realizada em 31/05/1984. Livro de Atas n.º 1, fl. 178 (verso)

representavam a memória histórica nacional das manifestações culturais e religiosas de grupos desprivilegiados como eram os negros.

O conselheiro destacou que se tratava de “assunto delicado e novo”, e que muitos conselheiros estavam ausentes na reunião, ao que foi rebatido por Marcos Vinícius Vilaça, Presidente do Conselho, de que havia quórum suficiente para a decisão. Gilberto Ferrez chegou até mesmo a levantar o fato de que o tombamento abria um precedente pelo fato de situar-se “em terreno de propriedade de terceiros.”⁸² Entretanto, essa justificativa para tentar evitar a proteção do terreiro era infundada, haja vista que o tombamento podia ser realizado de forma compulsória, sem interessar a quem pertencia o bem. A discussão prolongou-se:

Conselheiro Eduardo Keneese de Mello pediu a palavra para expor suas dúvidas sobre a matéria, considerando que, sendo o Candomblé uma cerimônia, uma religião, a casa não se constitui parte fundamental da doutrina. [...] O Conselheiro Pedro Calmon pedindo a palavra, concordou com o Relator no que tangia à necessidade de proteger e amparar o Terreiro. No entanto, acrescentou, ouvindo as ponderações dos Conselheiros Gilberto Ferrez e Eduardo Keneese de Mello, ficava receioso de uma decisão imediata, recomendando o aprofundamento do assunto, para esclarecimento das dúvidas apresentadas, tais como a da propriedade do terreno e se sobre ele incide algum direito que deva ser respeitado ou advertido, como determina as normas do tombamento. [...] Comunicou a sua estranheza diante do fato do Terreiro estar instalado naquele terreno há 150 anos e não ser o proprietário. Finalizou recomendando adiamento da decisão. [...] O Conselheiro Gilberto Velho informou que o assunto já fora extensamente estudado e que, do ponto de vista antropológico, tratava-se de uma questão altamente relevante, reiterando a sua posição favorável ao tombamento, com particular ênfase na importância etnográfica. O Conselheiro Alcídio Mafra manifestou-se para lembrar que no processo de tombamento do Presépio do Pipiripau, recentemente examinado e tombado pelo Conselho, também foram levantadas muitas dúvidas por tratar-se de um bem não consagrado. [...] Considerou que a SPHAN, durante mais de quatro décadas, vem cuidando somente de bens consagrados não atentando para o fato da cultura criar bens não consagrados no presente mas que o serão na posteridade. Votou favoravelmente ao tombamento. O Conselheiro Gerardo Britto Raposo da Camara pediu a palavra para ponderar que a proposta de tombamento foi feita no pressuposto de que este viria garantir a continuidade do culto, o que pode não se confirmar. Acrescentou que o mesmo argumento de que esse culto se professa há 150 anos não lhe pareceu “suficiente para a sua garantia na prolação do tempo”. O Conselheiro Gilberto Velho pediu um aparte para reafirmar que se pretendia, com o tombamento, dar condições mínimas de continuidade ao culto, permitindo ao grupo sair da precária situação em que esta atualmente, de luta pela sobrevivência. O Conselheiro Camera argumentou não se configurar no tombamento essa posição paternalista. Deu seu voto contra o tombamento. [...] O Conselheiro Pedro Calmon pediu a palavra para reiterar sua posição pelo adiamento da decisão, sem, no entanto, encaminhar pedido formal neste sentido, deixando a critério do Presidente colocar ou não a matéria em votação. O Presidente,

⁸² Ibid., fl. 178(verso)-179.

após esclarecer que o assunto já fora intensamente estudado pela Diretoria de Tombamento e Conservação da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a participação, em fase posterior, do próprio Conselheiro Gilberto Velho e tendo em vista a afirmação do Sr. Prefeito de que a Prefeitura garantirá a posse do terreno ao Terreiro, colocou o assunto em votação.⁸³

Na votação, os conselheiros Eduardo Kneese de Mello e Gilberto Ferrez se abstiveram, Gerardo Camara votou contra, Pedro Calmon votou pelo adiamento da decisão e, finalmente, os votos de Lourenço Luiz Lacombe, Gilberto Velho e Alcides Mafra de Souza garantiram por uma estreita margem o tombamento do “Terreiro da Casa Branca”. Após mais de quatro décadas de trabalho a SPHAN finalmente reconheceu um bem da cultura e religiosidade negra como representante da memória histórica nacional. Homologado o tombamento pelo Ministro da Educação e Cultura, o terreiro foi inscrito no Livro do Tombo Histórico em fevereiro de 1986.

O segundo bem tombado que remete à cultura afro-brasileira foi a “Serra da Barriga”,⁸⁴ cujo pedido de proteção foi encaminhado pelo Conselho Geral para criação do Memorial Zumbi a Aloísio Magalhães, Secretário da Cultura do MEC e Diretor da SPHAN/Pró-Memória, em 02 de julho de 1981, cujo presidente era Olympio Serra e que tinha representantes da Pró-Memória. O pedido destaca:

[...] solicitam a Vossa Excelência o tombamento da Serra da Barriga, local onde se estabeleceu no século XVII o Quilombo dos Macacos, sede dos Quilombos dos Palmares, no atual município de União dos Palmares, Estado de Alagoas [...]. o tombamento da área aventada para que nela se instale o memorial zumbi: Parque Histórico Nacional destina-se, não só á preservação do sítio histórico, mas também a cultivar a memória de todos os que, então, lutaram na busca de sua liberdade. Tal proposta, vem de encontro às aspirações de grande número de brasileiros preocupados em preservar a Memória Nacional não apenas em suas manifestações visíveis mas também no conjunto de seus símbolos, para que estes atuem como fonte de referência para as novas gerações.

Palmares, em relação aos demais Quilombos, ocupa lugar de destaque não só por ter resistido por quase um século mas por ter concretizado o ideal de pluralidade étnica, dele tendo participado, lado a lado, negros, índios, brancos e mestiços.

No caso de Zumbi reúne-se, por felicidade, em um só herói um símbolo que transcende a cultura negra e sincretiza as mais caras aspirações da nação brasileira de convivência e liberdade.⁸⁵

⁸³ IPHAN. Ata da 108ª reunião do Conselho Consultivo, realizada em 31/05/1984. Livro de Atas n.º 1, fl. 179 (anverso e verso)-180.

⁸⁴ Processo de Tombamento n.º 1069/1982.

⁸⁵ Processo de Tombamento n.º 1069/1982, v. 1, fl. 1.

O documento vinha acompanhado de uma extensa lista, cerca de 200 páginas, com mais de cinco mil assinaturas de representantes de instituições públicas, particulares e membros da comunidade favoráveis à proteção da “Serra da Barriga”.

A descrição histórica relata o surgimento do quilombo dos Palmares no fim do século XVI, onde, aos poucos, fundou-se uma “comunidade livre” que prosperou e, “A partir daí, o grito de liberdade dos negros [...] passou a ressoar em todos os lugares do Nordeste em que a escravatura exercia a maior de todas as opressões do homem sobre o homem.”⁸⁶

A descrição aponta ainda a invasão holandesa no Nordeste e as tentativas infrutíferas de Maurício de Nassau de derrotar os quilombos, bem como a preocupação da Coroa Portuguesa com a ameaça à estrutura escravocrata:

Pois, de fato, o que fora no começo do século um simples refúgio de escravos, era agora um conjunto de populosas e florescentes comunidades espalhadas por um território de selva virgem que ocupava de norte a sul um vão de aproximadamente trezentos e cinquenta quilômetros. [...] criara-se naquela região um Estado Negro. Há indicações históricas positivas de que se houve em palmares uma organização estatal centralizada e algo complexa, dotada de estruturas administrativas, judiciais e militares. Desenvolveu-se uma economia totalmente independente da economia colonial e escravocrata, e baseada na produção agrícola e artesanal, à base do trabalho livre. Malgrado os negros predominassem de maneira absoluta, Palmares abrigava índios, mestiços, brancos, enfim, todos os perseguidos e injustiçados da sociedade colonial e escravocrata.⁸⁷

A figura de Zumbi é retratada como a de um herói da resistência:

[...] Zumbi nasceu em uma das numerosas povoações palmarinas. Numa das primeiras expedições que os portugueses empreenderam contra Palmares depois da expulsão dos holandeses, Zumbi, ainda criança de colo, foi capturado e levado para Alagoas, onde o deram de presente a um padre do distrito de Porto Calvo. O padre criou, ensinou-lhe português e latim, e o fez seu coroinha. Quando tinha quinze anos, no entanto, Zumbi fugiu para Palmares. Tornou-se o chefe dos palmarinos, intransigente e tenaz na resistência aos escravocratas. Repeliu todas as propostas formuladas pela coroa portuguesa para que se rendesse mediante garantia de vida, terras e liberdade para si e seus familiares, anuindo à reescravização da massa palmarina. Em 26 de fevereiro de 1685, o rei de Portugal escreveu-lhe pessoalmente, oferecendo perdão, que foi repellido.⁸⁸

Considerava-se pela primeira vez em um tombamento uma figura de resistência à escravatura, um personagem que participou ativamente do processo de luta e resistência ao sistema colonial.

⁸⁶ Processo de Tombamento n.º 1069/1982, v. 2, fl. 10.

⁸⁷ Ibid., fl. 11-12.

⁸⁸ Ibid., fl. 14.

Nos pareceres dos órgãos técnicos da SPHAN, destaca-se que a justificativa do pedido de tombamento era válida e que “As aspirações de liberdade e o ideal de pluralidade étnica, como bases de vivência harmoniosa e verdadeiro progresso, fazem parte, sem dúvida, de nossa história; estão mesmo na essência de seu processo.”⁸⁹

Diferente do tombamento do “Terreiro da Casa Branca” que suscitou intensa discussão, a aprovação do tombamento da “Serra da Barriga” ocorreu de forma tranquila, por unanimidade do Conselho Consultivo da SPHAN na sua 117ª reunião, em 18/11/1985. Maria Beltrão, Relatora do processo, destacou a importância dos trabalhos de arqueologia a serem desenvolvidos na região, que, “[...] por não carregarem as distorções dos textos do colonizador, serão de extrema importância para o esclarecimento das dúvidas e a confirmação das teses, possibilitando a compreensão do imaterial a partir do material.”⁹⁰

Finalmente, foram tombados bens culturais dos imigrantes. A “Casa do Professor e Escola Rural de Timbó”⁹¹ e a “Casa Presser”,⁹² exemplares da imigração açoriana e de construção típica da colonização alemã. Alcides Mafra, Relator do processo referente ao primeiro bem, ao falar da “Casa do Professor”, destacou em sua avaliação:

[...] talvez seja um dos últimos testemunhos da atividade rural dos imigrantes açorianos em Sta. Catarina. Observou que o tipo de construção está ligado, inequivocamente, ao tipo de economia de subsistência desenvolvida naquela área. Finalizou dizendo marcar a obra o tipo de arquitetura presente no século XVIII, resultado da recreação, no Brasil, de conceitos trazidos pelos colonizadores.⁹³

Em relação ao bem “Escola Rural de Timbó”, Alcides Mafra afirmou:

[...] a arquitetura do imigrante, pela significação que encerra, representa o valor precioso a ser incorporado ao patrimônio nacional. Acrescentou que o presente processo constitui, talvez, a primeira postulação de tombamento de imóvel que configura a interação entre o imigrante de linhagem germânica e o país que o acolheu.⁹⁴

Os processos foram aprovados por unanimidade. O conselheiro Gilberto Velho pediu a palavra para observar que o tombamento das edificações “[...] estava recuperando a

⁸⁹ Parecer de Dora Monteiro e Silva de Alcântara, arquiteta da Diretoria Técnica de Conservação da SPHAN em 21 de setembro de 1981. Processo de Tombamento n.º 1069/1982, v. 2, fl. 17.

⁹⁰ IPHAN. Ata da 117ª reunião do Conselho Consultivo, realizada em 18/11/1985. Livro de Atas n.º 2, fl. 13(verso).

⁹¹ Processo de Tombamento n.º 114/1985.

⁹² Processo de Tombamento n.º 1113/1985.

⁹³ IPHAN. Ata da 113ª reunião do Conselho Consultivo, realizada em 22/01/1985. Livro de Atas n.º 1, fl. 196(verso).

⁹⁴ Ibid., fl. 197.

importância da contribuição da colonização de origem alemã à constituição da nação brasileira, sem nenhuma marca de discriminação, sem nenhum caráter de gutificação.”⁹⁵

O último tombamento de bens da imigração foi o “Casarão do Chá”,⁹⁶ que se referia à cultura dos primeiros imigrantes japoneses que chegaram a Mogi das Cruzes e dedicaram-se ao plantio de ervas para produção de chá, com técnicas de plantio e produção japonesas. O tombamento da edificação visava a implantação do Museu da Colônia Japonesa. Uma vez que as atividades do casarão já haviam se encerrado, o proprietário dispôs-se a doá-lo à Faculdade de Arquitetura Brás Cubas, que contaria com auxílio do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) para a restauração do prédio e instalação do Museu. O tombamento foi aprovado na 113ª reunião do Conselho Consultivo da SPHAN, em 22/01/1985, acompanhando as justificativas do conselheiro Eduardo Kneese de Mello que destacou:

[...] o tombamento vem sendo pedido pela comunidade, apoiada naquela atitude pelas faculdades de arquitetura locais e pela cessão do IAB. Finalizou recomendando o tombamento por representar: 1 – um curiosíssimo exemplar arquitetônico; 2 – um monumento de real valor histórico, representante da colaboração de um pouco distante, de cultura diferente, que vem enriquecer o patrimônio cultural e especialmente arquitetônico, de nosso país; 3 – a instalação, em Mogi das Cruzes, após preservação e conservação do imóvel, de um museu representativo da contribuição do povo nipônico ao progresso e à riqueza do Brasil. Quanto à área de entorno e condições dos entendimentos a serem feitos com os proprietários, disse que estar certo que os técnicos e diretores da SPHAN encaminharão o assunto com a sabedoria de costume. O Presidente colocou a matéria em discussão tendo o conselheiro José Mindlin pedido a palavra para manifestar o seu entusiasmo por proposta de tombamento que vem reconhecer a contribuição da imigração japonesa ao desenvolvimento de São Paulo e cujos traços tendem a desaparecer em razão da rápida integração das novas gerações de japoneses aos hábitos brasileiros. Ninguém mais se manifestando, o Presidente colocou a matéria em votação tendo parecer do Relator sido aprovado unanimemente.⁹⁷

Após descrever os processos de tombamento referentes a um modo de fazer e à cultura dos negros e imigrantes, cabem algumas considerações. As políticas de preservação do patrimônio cultural foram construídas historicamente pelos Estados visando criar a identidade nacional. A seleção, proteção e preservação dos bens culturais de um país é uma prática política e, no caso brasileiro, nas primeiras décadas de trabalho do SPHAN, denominada de

⁹⁵ IPHAN. Ata da 113ª reunião do Conselho Consultivo, realizada em 22/01/1985. Livro de Atas n.º 1, fl. 197.

⁹⁶ Processo de Tombamento n.º 1184/1984.

⁹⁷ IPHAN. Ata da 113ª reunião do Conselho Consultivo, realizada em 22/01/1985. Livro de Atas n.º 1, fl. 197 (anverso e verso).

“fase heroica” pela instituição, com a figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade na direção, o que foi considerado na seleção e proteção, via tombamento, foi o valor arquitetônico do bem e, em segundo plano, seu valor histórico como testemunho de uma época.

A nova concepção patrimonial a partir desses processos de tombamento da década de 1980 só foi possível porque a atuação da SPHAN/Pró-Memória superou o caráter preservacionista dominante em relação ao patrimônio cultural e passou a levar em consideração não apenas o caráter arquitetônico dos bens tombados, mas também o fato de que o homem é produtor de cultura e que as relações culturais devem ser consideradas nas decisões de tombamento. Essa nova atitude coincidiu com o momento em que a sociedade, em meio a movimentos de oposição e resistência ao governo militar, começou a ver a preservação patrimonial como um direito social, e a centralização das decisões e dos instrumentos de preservação nas mãos do Estado foi criticada.

Desde a década de 1970, a política de preservação dos bens culturais passou por revisões no Brasil e no exterior, em virtude de várias mudanças: a reformulação conceitual das disciplinas de história e, principalmente, história da arte; a difusão da democracia como valor não apenas no exercício da cidadania política, mas em campos como etnia, questões de gênero etc., que começaram a discutir as identidades coletivas particulares e não mais uma identidade nacional e, nesse ponto, a cultural foi um caminho para elaboração de novas identidades coletivas e um instrumento fundamental para os grupos sociais que as constroem, e que, muito frequentemente, contestam a legitimidade dos patrimônios históricos e artísticos nacionais; a descolonização e criação de novos Estados-nações, principalmente no continente africano, bem como a luta dos negros pelos direitos civis, levando a novas equações de poder no mundo e à conscientização de que a dominação não se dava apenas econômica, mas culturalmente, sobre os povos até então colonizados; a discussão sobre direitos humanos no campo político etc.⁹⁸

Se nos primeiros anos do regime militar o patrimônio cultural foi utilizado unicamente pelo seu viés econômico, com busca de consultorias internacionais, descentralização das ações com o envolvimento dos governos estaduais e incentivo ao turismo, como já foi destacado anteriormente, a partir do governo Geisel é notável a democratização da política de preservação, via reorganização institucional, com a finalidade de cooptar intelectuais e grupos sociais e legitimar o processo de abertura política.

⁹⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. P. 169-170.

O governo geiselista entendeu que a fusão entre IPHAN, CNRC e PCH, bem como a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, abriria espaço para a cooptação de profissionais que viam com desconfiança a possível saída dos militares do poder e possibilitava uma estrutura oficial que tivesse um novo olhar sobre a preservação patrimonial, o que seria positivo para a imagem de abertura controlada e democrática.

Claro que os novos estudos sobre a cultura brasileira surgidos na década de 1970 exerceram pressão para que a história oficial fosse revista. Aliás, a concepção de cultura estava em mudança em todo o mundo, mas estamos chamando atenção para o fato que não podemos desconsiderar o caráter importante do interesse político do regime militar, durante a abertura, na cooptação desses intelectuais/profissionais e mesmo na cooptação da sociedade civil.

Tombar o “Terreiro da Casa Branca” e a “Serra da Barriga” significava legitimar a participação dos negros e pobres, das minorias, na cultura brasileira. E mais, era aceitar que movimentos de resistência fizeram parte da história brasileira. Proteger a “Fábrica de Vinho Tito Silva”, o “Casarão do Chá”, a “Casa Presser” etc., abria caminho para a representatividade da tessitura social, feita no momento em que os militares, após supostamente terem “salvado” o país e completado a revolução, estavam devolvendo o controle político aos civis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade da nação é um desafio com o qual todos os tipos de governo preocuparam-se ao longo da história. Estratégias político-culturais como a realizada no caso francês pelos revolucionários de 1789 que destruíram a Bastilha e os símbolos do poder monárquico, posteriormente ressignificando determinados lugares como símbolos de sua vitória, visam utilizar a relação entre memória e identidade para legitimar formas de governo.

Os bens culturais são artefatos da identidade nacional na medida em que se relacionam com a percepção que os homens têm de si e dos grupos sociais dos quais fazem parte. Entretanto, essa percepção é diferente conforme os interesses envolvidos e as memórias coletivas às quais se remetem.

Quando militantes do Talibã destruíram, em 2001, duas estátuas de pedra com imagens de Buda construídas na parte do Afeganistão que controlavam, fizeram-no por considerar aquelas figuras ídolos de sacrilégio contra a verdadeira religião do Alcorão. A reação da comunidade internacional budista foi de indignação e abriu precedente para o autointitulado Estado Islâmico realizar, nas últimas décadas, várias destruições nas áreas de conflito de símbolos considerados por eles hereges.

Uma vez que a memória é condição para a identidade e estão vinculadas à percepção, ao acionamento de lembranças, a destruição das estátuas de Buda mostrou aos radicais que isso podia ser utilizado como instrumento de poder na propagação da sua “verdadeira” religião. Por outro lado, o conflito religioso acirra-se cada vez mais por meio de atos de violência dessa natureza.

Como determinados lugares, edificações e objetos têm a capacidade de acionar lembranças, não apenas individuais, mas coletivas, os Estados perceberam que esses artefatos podem ser selecionados e protegidos como representantes da memória histórica nacional e atuar no projeto de construção da nação.

No caso brasileiro, a criação do Serviço o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 deu início à prática de tombamento, que protegia, a partir de então, os bens materiais considerados de importância para a história nacional. O órgão passou a proteger instituições religiosas do catolicismo, lugares de memória da elite político-econômica, como sedes de fazendas ou sobrados urbanos construídos por ricas e tradicionais famílias ligadas a ciclos econômicos da exploração açucareira, aurífera e cafeeira e que geralmente exerciam cargos políticos ou tinham títulos de nobreza como condes, barões, marqueses etc., edificações de defesa nacional e administração do Estado, conjuntos

arquitetônicos dos centros urbanos mais antigos do país, universidades, museus, casas de saúde e hospitais, pontes, portões, caixas d'água e, finalmente, elegeram as figuras ilustres da nação pelo tombamento das residências nas quais nasceram ou residiram.

Todos esses bens foram construídos especialmente durante as fases colonial e imperial da política brasileira, e o privilégio da memória histórica nacional buscou a coesão social a partir de sua remissão à elite. Os negros e imigrantes, até a década de 1970, simplesmente não tiveram nenhum bem tombado que representasse suas respectivas culturas. A construção material do Brasil, traduzida na proteção do patrimônio, referia-se à ideia de um país de brancos de origem lusitana, de católicos que seguiam as leis do Estado, de um país sem diferenças culturais, sem séculos de escravidão, sem conflitos ou injustiças sociais.

A princípio, essa representação atendeu muito bem aos interesses do Estado Novo na construção da identidade nacional. Com o SPHAN constituído sobretudo por profissionais da arquitetura, sob influência de Lucio Costa e de modernistas conservadores como Rodrigo Melo Franco de Andrade, o valor arquitetônico foi atrelado ao valor histórico, ou seja, nas justificativas de tombamento dizia-se que esse ou aquele sobrado, fazenda ou outras edificações mereciam proteção por serem belos, grandiosos e únicos exemplares de determinado período dos séculos passados. Mas o fato é que, para além dessas características, esses bens foram ocupados por indivíduos da elite nacional.

Quando os militares assumiram o poder político em 1964 o patrimônio cultural já traduzia uma imagem que lhes interessava, a do Brasil ordeiro e disciplinado, conduzido por determinados grupos, e um Estado forte, capaz de defender o país desde os portugueses que expulsaram holandeses, franceses e espanhóis e posteriormente lutaram pela independência, um povo de bom caráter e fiel a Deus. O que estava representado no patrimônio cultural protegido e inscrito no Livro do Tombo Histórico não era o Brasil explorado por Portugal, composto pelas três raças que guardavam diferenças e conflitos entre si, com cultos religiosos sincréticos etc., mas sim o Brasil da homogeneidade e da suposta democracia racial.

Foi o momento em que os militares decidiram que era preciso dar utilidade econômica a esses bens, que era necessário buscar alternativas para a resolução dos conflitos entre a DPHAN e os proprietários em relação à falta de recursos financeiros para restaurações. Ora, o que melhor atendia aos interesses econômicos para a construção da potência baseados na Doutrina de Segurança Nacional? A exploração turística do patrimônio cultural nacional.

Receber patrimonialistas internacionais por meio da cooperação técnica com a UNESCO e fomentar o turismo nacional e internacional, aliadas a outras estratégias de manipulação simbólica como o futebol, o samba, a música, as comidas típicas, o folclore etc.,

era um meio dos militares tanto estimularem o desenvolvimento, quanto induzirem os indivíduos a esquecer que haviam pessoas sendo perseguidas, torturadas e mortas nos porões da ditadura.

Ocorre que chegou um momento em que os militares optaram pela volta da democracia. Pressões sociais, econômicas e políticas geraram conflitos de interesses e a saída adotada foi o controle da abertura. As discussões sobre o patrimônio cultural ampliaram-se na década de 1970, e mais uma vez o governo interferiu diretamente na construção da memória histórica nacional por meio dos bens tombados. A criação da Fundação Nacional Pró-Memória e sua anexação ao IPHAN, ambos dirigidos pelo inovador e criativo Aloísio Magalhães, permitiu a busca por novas alianças no meio cultural e social.

A partir de então, os tombamentos também passaram a contemplar bens que remetiam à cultura negra, imigrante e dos pobres. O “Terreiro da Casa Branca”, o “Casarão do Chá” e a “Fábrica de Vinho Tito Silva” foram exemplos de uma mudança efetiva na prática do tombamento e na representação de minorias que tiveram finalmente sua importância reconhecida na construção da nação, embora a maioria dos bens ainda permanecesse vinculada à ideia de Brasil católico, branco, elitista e de origem lusitana.

A discussão sobre o patrimônio cultural nacional é importante e necessária para que os trabalhos de proteção e salvaguarda desenvolvidos pela União, Estados e Municípios reflitam sobre suas práticas, que muitas vezes ainda têm similaridades com aquelas da década de 1930, e sobre as relações de poder que envolvem a construção da memória coletiva e da identidade nacional, procurando contribuir para que a seleção da memória histórica nacional seja a mais democrática possível.

REFERÊNCIAS

Fontes

- *Processos de Tombamento dos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico*⁹⁹

Ano de abertura do Processo de Tombamento	Número dos Processos
1938	07, 09, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 36, 38, 39, 41, 44, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 61, 62, 70, 81, 85, 86, 90, 91, 94, 97, 99, 100, 101, 106, 117, 126, 127, 145, 148, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 185, 186, 188, 189
1939	194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 207, 215, 216, 219, 221, 222[?], 391
1940	224, 227, 229, 230, 232, 234, 235, 236, 237, 326, 388,
1941	231, 241, 245, 246, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 265, 266, 267, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 310, 332
1942	306, 308, 309, 311, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 321, 345
1943	322, 323, 325, 326, 327, 330, 331[?], 341
1944	334, 336, 337, 342, 343, 344
1945	347, 353[?], 355[?], 356[?], 357[?], 359
1946	360, 361, 382
1947	370[?], 371
1948	379, 381, 384, 387[?], 396, 398[?], 390, 490
1949	394, 400, 401, 407, 415[?], 417, 419[?], 421[?]
1950	395, 422, 423, 425[?], 426, 429[?], 431[?], 433, 439, 439-A, 441, 468[?],
1951	446[?], 447, 450, 455, 480, 514

⁹⁹ Consideramos o ano de abertura dos Processos de Tombamento. Em alguns casos, não foi possível identificar com precisão essa data, portanto, realizamos uma aproximação considerando as informações obtidas a partir da leitura do Processo e comparando com a numeração dos demais que contêm ano de abertura. Essas imprecisões estão marcadas pelo símbolo “[?]” após o número do Processo.

1952	452, 458, 459, 460, 462, 466, 467, 472[?], 484
1953	437, 485, 487, 492, 503, 523
1954	493, 500, 504, 506, 507[?], 512
1955	521, 522[?], 526, 532
1956	536, 542, 550, 551
1957	537, 553-A, 557[?], 560[?],
1958	572, 578, 586[?], 588, 590, 877
1959	594, 595, 601, 603
1960	613, 615, 616, 618
1961	623, 632, 635, 638, 640, 641, 642, 644, 645, 655
1962	649, 651, 652, 653, 656, 657, 658, 659, 665, 666, 669, 670, 671, 674, 679, 675, 678, 681, 683, 687-C, 686, 688
1963	690, 693, 703, 707, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 717, 718, 719, 720, 758
1964	726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 736, 738, 740, 741, 742, 752
1965	529, 751, 755, 761, 763, 765
1966	767, 773, 774, 780, 783
1967	785, 787, 789, 790, 793, 794, 797
1968	800, 801, 810
1969	812, 813, 815, 820
1970	825, 828, 832
1971	841
1972	852, 853, 854, 863, 866
1973	870, 877, 879, 880, 881, 883, 890
1974	894, 896, 898, 909, 910, 914, 917, 922
1975	923, 937
1976	942, 943, 944, 949
1977	951, 953, 954
1978	968, 969, 970, 972, 973, 976, 978, 981, 983, 984, 988, 994, 996
1979	1009
1980	1017, 1023, 1024, 1029, 1030, 1031, 1036, 1037, 1038
1981	1053, 1055
1982	1054, 1067, 1069, 1071

1983	1077, 1097, 1099, 1107
1984	476, 1113, 1117, 1119, 1122, 1123, 1124, 1127, 1133, 1176
1985	1136, 1137, 1141, 1142, 1143, 1144, 1146, 1163, 1165, 1169, 1176, 1179, 1180, 1181, 1182, 1183, 1185, 1186

- *Atas do Conselho Consultivo*

IPHAN. Livro de Atas n.º 01 do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Período de reuniões de 10/05/1938 a 07/02/1985.

IPHAN. Livro de Atas n.º 02 do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Período de reuniões de 07/03/1985 a 18/11/1985.

- *Documentos*

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto elaborado a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. in: BRASIL. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980.

Assembleia do CIAM/Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. **Carta de Atenas**. Atenas, novembro de 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: 20 de abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Cultura**. Brasília: Ed. MEC, 1971.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre patrimônio cultural**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

CASTRO, André de Melo e. Trecho da carta enviada em 05 de abril de 1742 pelo Conde das Galveias ao Governador de Pernambuco, Luís Pereira Freira de Andrade. In: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980.

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. **Carta de Veneza**. Veneza, maio de 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. **Carta de Atenas**. Atenas, outubro de 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 20 de abr. 2015.

IPHAN. **Compromisso de Brasília**. Brasília, abril de 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

IPHAN. **Compromisso de Salvador**. Brasília, outubro de 1971. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2016.

Organização dos Estados Americanos. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. **Normas de Quito**. Quito, nov./dez. 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

Bibliografia

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. A capela de S. José do Genipapo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 2, 1938.

ALVES, Maria Helena Moreira Alves. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Programa. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 01, 1937.

BANDEIRA, Marina. **A igreja católica na virada da questão social (1930-1945)**: anotações para uma história da igreja no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 200.

BANDEIRA, Moniz. **Estado nacional e política internacional na América Latina**. São Paulo: Ensaio, 1995.

BASTIDE, Roger. **As religiões Africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. v. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

BOMENY, Helena. **Guardiães da razão**: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

BONAMIM, Giovana. **Elites intelectuais e *nation building***: conflitos na organização e funcionamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

BOTELHO, Isaura. **Romance de formação**: FUNARTE e Política Cultural. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

_____. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: curso do Collège de França (1989-1992). Lisboa: Edições 70, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

_____. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTILO, Lisa Earl. **Entre a oralidade e a escrita**: a etnografia nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2010.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRO, Armando Alexandre Costa de. **A Irmandade da Boa Morte**: Memória, intervenção e turistização da Festa em Cachoeira, Bahia. 2005. 182 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2005.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat Cavagnari. Alguns aspectos da potência brasileira. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 83, 1989.

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e Brasileiro**: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). São Paulo: Jorge Zahar, 2006.

_____. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

_____; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Faperj, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COSTA, Lucio. Documentação necessária. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 01, 1937.

D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.) **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

DPHAN. **A lição de Rodrigo**. Recife: DPHAN, 1969.

DONATO, Maria das Graças Andrada. **Recife, cidade maurícia**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação, Comissão de Moral e Civismo, 1986.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

DROSDOFF, Daniel. **Linha dura no Brasil**: o governo Médici (1968-1974). São Paulo: Global, 1986.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sergio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FRANÇOISE, Choay. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. **Sobrados e mucambos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jose Olímpio, 1981.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**. Uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Restauração Arquitetônica**: a experiência do SPHAN em São Paulo (1937-1975). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996.

_____. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond; MinC/Iphan/Demu, 2007.

GUIMARÃES, Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____; RANGER, Terence. 2. Ed. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HONORATO, Cláudio de Paula. **Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831**. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: FNpM, 1985.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação (1963-1990)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

MAIA, Tatyana do Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

MICELLI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

_____. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: _____ (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

_____. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

_____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILET, Vera. **A teimosia das pedras: um estudo sobre a proteção do patrimônio ambiental urbano**. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1978.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v.10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (Org.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia**. Campinas: Papirus, 1994.

_____; CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbati; MORAES, João Quartim de; DREIFUSS, René Armand. **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

OLIVEN, Rubem George. A relação Estado e cultura no Brasil: cortes ou continuidade. In: MICELLI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PARENT, Michel; LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.

PARÉS, Luís Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

PAULA, Zuleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis (Orgs.). **Polifonia do patrimônio**. Londrina: Ed. UEL, 2012.

PAZ, Vanessa Carneiro da. **Encontros em defesa da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura e a regionalização da cultura na ditadura civil militar (1966-1976)**. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2011. p. 43.

PIRES, Maria Coeli Simões. **Da proteção ao Patrimônio Cultural**: o tombamento como principal instituto. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

PÊSSOA, José. Cedo ou tarde serão consideradas obras de arte. In: PÊSSOA, José; VASCONCELOS, Eduardo; REIS, Elisabete; LOBO, Maria (Orgs). **Moderno e nacional**. Niterói: Ed. UFF, 2006.

PIRES JR., Sidney Oliveira. A crítica de Mário de Andrade à intolerância política do Estado Novo: o papel do intelectual. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (Org.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS, Nathacha Regazzini Bianchi. Motins Políticos, de Domingos Antonio Raiol. Memória e historiografia: **Intellectus**, ano 04, v. 1, 2005.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996.

REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984). Londrina: Ed. UEL, 2013.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história**: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. 1991. 210 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

_____. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, 1996.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.) **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Ed. EDUFBA, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilizada brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Riberio (Orgs.). **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Riberio (Orgs.). **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SILVA, Ana Paula da; SILVA, Paulo Sérgio da. O registro do patrimônio cultural imaterial: as práticas do IPHAN e do IEPHA/MG. In: GIOMETTI, Analúcia Bueno dos; DAVID, Célia Maria (Orgs.). **Um descortinar sobre o patrimônio e desenvolvimento sustentável no século XX.** v. 1. Curitiba: CRV, 2016.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia.** São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

SILVEIRA, Renato da. **O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Keto.** Salvador: Maianga, 2006.

SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Orgs.). **Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA-LEÃO FILHO, J. Palácio das Torres. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, separata do v. 10, p. 135, 1946.

TAUNAY, Afonso. Uma relíquia notabilíssima a conservar: o forte de São Tiago da Bertioga. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 1, 1937.

UNESCO. **Marco estratégico para a UNESCO no Brasil.** Brasília: UNESCO, 2006.

VERGER, Pierre. **Deuses Iorubás na África e no novo mundo.** 5. ed. Salvador: Cori 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A: instituições religiosas que representam o Brasil católico

LOCALIZAÇÃO		INFORMAÇÕES SOBRE O BEM		DADOS DO PROCESSO			INSCRITO NOS SEGUINTE LIVROS DO TOMBO		
<i>UF</i>	<i>Município</i>	<i>Classificação</i>	<i>Nome do bem</i>	<i>Nº Proc.</i>	<i>Ano de abertura</i>	<i>Situação</i>	<i>Hist.</i>	<i>Belas Artes</i>	<i>Arq., Etno., Pais.</i>
1. AL	Marechal Deodoro	Edificação	Orfanato São José / Convento e Igreja de São Francisco (Museu de Arte Sacra de Alagoas): prédio	426	1950	Rerratificado	nov-64		
2. AL	Marechal Deodoro	Edificação e Acervo	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	536	1956	Anexado ³⁷¹	nov-64		
3. AL	Penedo	Edificação e acervo	Convento e Igreja Santa Maria dos Anjos	310	1941	Tombado	dez-41	dez-41	
4. AL	Penedo	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora da Corrente	740	1964	Tombado	jul-64		
5. AL	Penedo	Edificação e acervo	Igreja de São Gonçalo Garcia	740	1964	Tombado	jul-64		
6. BA	Cachoeira	Edificação e acervo	Casa de oração da Ordem Terceira do Carmo e Igreja da Ordem Terceira do Carmo	181	1938	Tombado	ago-38	ago-38	
7. BA	Cachoeira	Edificação e acervo	Convento de Nossa Senhora do Carmo e Igreja de Nossa Senhora do Carmo	182	1938	Tombado	ago-38	ago-38	
8. BA	Cachoeira	Edificação e acervo	Capela da Ajuda	198	1939	Tombado	set-39	set-39	
9. BA	Cachoeira	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	198	1939	Tombado	set-39	set-39	
10. BA	Cachoeira	Edificação e acervo	Capela de Nossa Senhora da Pena e ruínas do sobrado anexo	231	1941	Tombado	jul-43	jul-43	

³⁷¹ Anexado ao Processo nº 426/1950: Orfanato São José/Convento e Igreja de São Francisco (Museu de Arte Sacra de Alagoas): prédio.

11. BA	Cachoeira	Ruína	Convento de Santo Antônio de Paraguassú	280	1941	Tombado	set-41	set-41	
12. BA	Castro Alves	Edificação e acervo	Capela de São José de Jenipapo	267	1941	Tombado	ago-71		
13. BA	Ilhéus	Edificação e acervo	Capela de Nossa Senhora de Santana	687-C	1962	Tombado	fev-84	fev-84	
14. BA	Itaparica	Edificação e acervo	Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento	387	1948 [?]	Anexado ³⁷²	abr-80	abr-80	abr-80
15. BA	Itaparica	Edificação e acervo	Igreja de São Lourenço	462	1952	Tombado	jul-52	jul-52	
16. BA	Jacobina	Edificação e acervo	Capela do Bom Jesus da Glória, também conhecida como a Igreja da Missão	490	1948	Tombado	jan-72		
17. BA	Jacobina	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	490	1948	Tombado	jan-72		
18. BA	Jaguaripe	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda	281	1941	Tombado	set-41	set-41	
19. BA	Lauro de Freitas	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Santo Amaro do Ipitanga	326	1943	Tombado	jan-44	jan-44	
20. BA	Maragogipe	Edificação e acervo	Igreja Matriz de São Bartolomeu	227	1940	Tombado	fev-41	fev-41	
21. BA	Rio de Contas	Edificação e acervo	Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento	446	1951 [?]	Tombado	ago-58		
22. BA	Rio de Contas	Ruína	Igreja de Santana	446	1951 [?]	Tombado	ago-58		
23. BA	Salvador	Edificação	Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim	81	1938	Tombado	mar-41	mar-41	
24. BA	Salvador	Edificação e acervo	Convento e Igreja de São Francisco	86	1938	Tombado	mar-38	mar-38	
25. BA	Salvador	Edificação e acervo	Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo	90	1938	Tombado	mai-38	mai-38	

³⁷² Anexado ao Processo nº 973/1978: Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, inclusive a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento.

26. BA	Salvador	Edificação e acervo	Igreja de São Pedro dos Clérigos	273	1941	Tombado	set-41	set-41	
27. BA	Salvador	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora da Saúde	274	1941	Tombado	set-41	set-41	
28. BA	Salvador	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Santana	275	1941	Tombado	set-41	set-41	
29. BA	Salvador	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora da Penha	276	1941	Tombado	set-41	set-41	
30. BA	Salvador	Edificação	Palácio de Verão dos Arcebispos	276	1941	Tombado	set-41	set-41	
31. BA	Salvador	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora da Barroquinha	277	1941	Tombado	set-41	set-41	
32. BA	Salvador	Edificação	Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem: prédio e cruzeiro	278	1941	Tombado	set-41	set-41	
33. BA	Salvador	Conjunto Arquitetônico	Quinta do Tanque	398	1948 [?]	Tombado	ago-49	ago-49	
34. BA	Salvador	Edificação e acervo	Igreja de N. Sra. da Conceição do Boqueirão	480	1951	Tombado	abr-80	abr-80	
35. BA	Salvador	Edificação e acervo	Capela de Nossa Senhora da Escada	560	1957 [?]	Tombado	abr-62		
36. BA	Santo Amaro	Edificação	Matriz de Nossa Senhora da Purificação	282	1941	Tombado	set-41	set-41	
37. BA	Santo Amaro	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos	314	1942	Tombado	jun-42	jun-42	
38. BA	Vera Cruz	Edificação e acervo	Capela de Santo Antônio dos Velasques	332	1941	Tombado	jan-62		
39. CE	Aracati	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	550	1956	Tombado	jan-57		
40. CE	Itarema	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	652	1962	Tombado	abr-80	abr-80	
41. ES	Anchieta	Edificação e acervo	Igreja Nossa Senhora da Assunção e residência	229	1940	Tombado	set-43		

42. ES	Guarapari	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	382	1946	Tombado	set-70		
43. ES	Serra	Edificação e acervo	Igreja dos Reis Magos e residência	230	1940	Tombado	set-43	set-43	
44. ES	Viana	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora da Ajuda	422	1950	Tombado	mar-50		
45. ES	Vila Velha	Edificação e acervo	Convento e Igreja de Nossa Senhora da Penha	232	1940	Tombado	set-43	set-43	
46. ES	Vila Velha	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	422	1950	Tombado	mar-50		
47. ES	Vitória	Edificação e acervo	Igreja de Santa Luzia	195	1939	Tombado	ago-46		
48. ES	Vitória	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	360	1946	Tombado	jul-46		
49. ES	Vitória	Edificação e acervo	Igreja de São Gonçalo	381	1948	Tombado	nov-48	nov-48	
50. GO	Pirenópolis	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	241	1941	Tombado	jul-41		
51. MG	Barbacena	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade	712	1963	Tombado	jun-88	jun-88	
52. MG	Caeté	Conjunto Arquitetônico	Santuário de Nossa Senhora da Piedade	526	1955	Tombado	nov-56 mai-15		nov-56 mai-15
53. MG	Catas Altas	Conjunto Arquitetônico	Colégio do Caraça	407	1949	Tombado	jan-55		jan-55
54. MG	Conceição do Mato Dentro	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	379	1948	Tombado	nov-48	nov-48	
55. MG	Conceição do Mato Dentro	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	379	1948	Tombado	nov-48	nov-48	
56. MG	Diamantina	Edificação e acervo	Igreja de Sant'Ana	468	1950 [?]	Tombado	nov-52	nov-52	

57. MG	Mariana	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré	356	1945 [?]	Tombado	nov-45	nov-45	
58. MG	Mariana	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	357	1945 [?]	Tombado	nov-45	nov-45	
59. MG	Matias Cardoso	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	493	1954	Tombado	fev-54		
60. MG	Minas Novas	Edificação e acervo	Igreja de São José	720	1963	Tombado	abr-67		
61. MG	Piranga	Edificação e acervo	Capela do Senhor Bom Jesus de Matozinhos	601	1959	Anexado ³⁷³	out-96	out-96	out-96
62. MG	Prados	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	870	1973	Tombado	dez-96	dez-96	
63. MG	São João Del Rei	Edificação e acervo	Igreja de São Francisco de Assis	171	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
64. MG	São João Del Rei	Edificação e acervo	Igreja Nossa Senhora do Carmo	172	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
65. MG	Serro	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Carmo	318	1942	Tombado	nov-49		
66. MG	Serro	Edificação e acervo	Igreja do Bom Jesus de Matozinhos	319	1942	Tombado	jan-44	jan-44	
67. MT	Cuiabá	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	553-A	1957	Tombado	dez-75	dez-75	
68. MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	Ruína	Ruínas da Igreja da Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade	877	1973	Tombado	jun-88		
69. PA	Belém	Edificação e acervo	Igreja da Sé	234	1940	Tombado	jan-41		

³⁷³ Anexado ao Processo nº 1223/1987: Conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos.

70. PA	Belém	Conjunto Arquitetônico	Igreja de Santo Alexandre e antigo Colégio dos Jesuítas	235	1940	Tombado	jan-41		
71. PA	Belém	Edificação e acervo	Igreja de São João Batista	237	1940	Tombado	jan-41		
72. PA	Belém	Edificação e acervo	Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Capela da Ordem Terceira	326	1940	Tombado	jan-41		
73. PA	Belém	Edificação e acervo	Convento e Igreja de Nossa Senhora das Mercês	388	1940	Tombado	jan-41		
74. PA	Belém	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	336	1944	Tombado	mai-50	mai-50	
75. PA	Belém	Edificação e acervo	Capela Senhor Bom Jesus dos Passos	711	1963	Anexado ³⁷⁴	ago-12		ago-12
76. PA	Belém	Edificação e acervo	Convento e Igreja Santo Antônio	439-A	1950	Anexado ³⁷⁵	ago-12		ago-12
77. PA	Belém	Edificação	Igreja de São Francisco da Penitência	710	1963	Anexado ³⁷⁶	ago-12		ago-12
78. PB	Cabedelo	Ruína	Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes	41	1938	Rerratificado	ago-38		
79. PE	Belém	Edificação e acervo	Igreja: Carmo	236	1940	Tombado	jan-41		
80. PE	Fernando de Noronha	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora dos Remédios	981	1978	Tombado	jan-81		
81. PE	Goiana	Edificação e acervo	Convento e Igreja de Santo Alberto de Sicília e cruzeiro	173	1938	Tombado	out-38	out-38	
82. PE	Igarassu	Edificação e acervo	Capela de Nossa Senhora do Livramento	359	1945	Tombado	mai-51	mai-51	

³⁷⁴ Anexado ao Processo nº 1071/1982: Conjunto arquitetônico dos bairros da Cidade Velha e Campina.

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ Idem.

83. PE	Igarassu	Edificação e acervo	Igreja do Sagrado Coração de Jesus	359	1945	Tombado	mai-51	mai-51	
84. PE	Igarassu	Edificação e acervo	Igreja Matriz de São Cosme e São Damião	359	1945	Tombado	mai-51	mai-51	
85. PE	Igarassu	Edificação e acervo	Capela de São Sebastião	359	1945	Tombado	mai-51	mai-51	
86. PE	Olinda	Edificação e acervo	Igreja e Mosteiro de São Bento	50	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
87. PE	Olinda	Edificação e acervo	Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo	148	1938	Tombado	out-38	out-38	
88. PE	Olinda	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Monte	170	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
89. PE	Olinda	Edificação e acervo	Capela de São Pedro Advíncula	638	1961	Tombado	mar-66		
90. PE	Paudalho	Edificação	Mosteirinho de São Francisco	774	1966	Tombado	set-66		
91. PE	Recife	Edificação e acervo	Convento e Igreja do Carmo do Recife	148	1938	Tombado	out-38	out-38	
92. PE	Recife	Edificação e acervo	Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Santa Teresa	148	1938	Tombado	out-38	out-38	
93. PE	Recife	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora das Fronteiras	400	1949	Tombado	nov-49		
94. PE	Recife	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Pilar	761	1965	Tombado	ago-65	ago-65	
95. PE	Recife	Edificação e acervo	Igreja do Divino Espírito Santo	866	1972	Tombado	dez-72		
96. PE	Recife	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Terço	922	1974	Tombado	dez-75	dez-73	
97. PE	Recife	Edificação e acervo	Igreja de São José do Ribamar	923	1975	Tombado	abr-80	dez-73	

98. PE	Recife	Edificação	Casa Paroquial anexa à Igreja de Santo Antônio na Praça da Independência, s/nº	996	1978	Tombado	abr-80	abr-80	
99. PE	Recife	Edificação e acervo	Capela de N. Sra. da Conceição da Congregação Mariana, seu acervo móvel	1133	1984	Tombado	jul-87		
100. PE	Sirinhaém	Edificação e acervo	Convento de Santo Antônio	145	1938	Tombado	jul-40	jul-40	
101. PI	Oeiras	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias	224	1940	Tombado	ago-40	ago-40	
102. PI	Piracuruca	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo	224	1940	Tombado	ago-40	ago-40	
103. PR	Paranaguá	Edificação	Colégio dos Jesuítas	101	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
104. PR	Paranaguá	Edificação e acervo	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas	455	1951	Tombado	fev-67		
105. PR	Paranaguá	Edificação e acervo	Igreja de São Benedito	455	1951	Tombado	ago-67		
106. RJ	Angra dos Reis	Edificação e acervo	Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo	344	1944	Tombado	nov-44		
107. RJ	Angra dos Reis	Edificação e acervo	Convento de São Bernardino de Sena: ruínas e Capela dos Terceiros	371	1947	Tombado	jul-47		
108. RJ	Campos dos Goytacazes	Conjunto Arquitetônico	Solar e Capela do Engenho do Colégio e capela	175	1938	Tombado	jul-46	jul-46	
109. RJ	Itaboraí	Edificação e acervo	Igreja Matriz de São João Batista	616	1960	Tombado	mar-70		
110. RJ	Itaboraí	Ruína	Ruínas do Convento de São Boaventura na Fazenda Macacu	690	1963	Tombado	abr-80	abr-80	
111. RJ	Mangaratiba	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia	773	1966	Tombado	ago-67		
112. RJ	Niterói	Edificação e acervo	Capela e Cemitério de Maruí	163	1938	Tombado	jan-48	ago-38	

113. RJ	Niterói	Edificação e acervo	Igreja de São Lourenço dos Índios	163	1938	Tombado	out-48	ago-38	
114. RJ	Paraty	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios	655	1961	Tombado	fev-62		
115. RJ	Paraty	Edificação e acervo	Igreja de Santa Rita	656	1962	Tombado	fev-62		
116. RJ	Paraty	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora das Dores	657	1962	Tombado	fev-62		
117. RJ	Paraty	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	658	1962	Tombado	fev-62		
118. RJ	Paty do Alferes	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	852	1972	Tombado	out-73		
119. RJ	Rio Bonito	Edificação e acervo	Igreja de Santana do Basílio	820	1969	Tombado	mar-70		
120. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Convento e Igreja de Santo Antônio	7	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
121. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Mosteiro e Igreja de São Bento	9	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
122. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja de São José	13	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
123. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja de Santa Cruz dos Militares	14	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
124. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores	15	1938	Tombado	abr-38	abr-38	
125. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja de Santa Rita	16	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
126. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Casa do Bispo - Seminário São José	16	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
127. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja do Rosário e São Benedito	18	1938	Rerratificado	abr-38	abr-38	

128. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé	19	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
129. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja da Mãe dos Homens	20	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
130. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja de São Francisco da Penitência, Cemitério e Museu de Arte Sacra: acervo	22	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
131. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja de São Francisco da Prainha	22	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
132. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Lapa do Desterro	23	1938	Tombado	mai-38	jul-38	
133. RJ	Rio de Janeiro	Conjunto Arquitetônico	Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo	24	1938	Tombado	abr-38	abr-38	
134. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte	25	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
135. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja de São Francisco de Paula	33	1938	Tombado	abr-38	abr-38	
136. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Convento e Igreja de Santa Teresa	34	1938	Tombado	jun-38	jun-38	
137. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora da Saúde	36	1938	Tombado	ago-38	ago-38	
138. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora da Pena, em Jacarepaguá	38	1938	Tombado	ago-38	ago-38	
139. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja Matriz de São Salvador do Mundo	39	1938	Tombado	nov-38	X	
140. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora da Ajuda	44	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
141. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro	49	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
142. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja da Candelária	51	1938	Tombado	abr-38	abr-38	

143. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Desterro – Igreja da Pedra de Guaratiba	151	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
144. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Palácio Episcopal	155	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
145. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Carmo	311	1942	Tombado	jan-42	jan-42	
146. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa: Praça XV de Novembro, 101 – Academia do Comércio	507 / 689	1954 [?] / 1962	Anexado ³⁷⁷	jul-64		
147. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Capela de Nossa Senhora da Cabeça	632	1961	Tombado	ago-65		
148. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja do Bom Jesus	732	1964	Tombado	jul-64		
149. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Igreja: Positivista do Brasil	949	1976	Tombado	dez-12		
150. RJ	São Pedro da Aldeia	Edificação e acervo	Igreja jesuítica e residência anexa de São Pedro d'Aldeia	179	1938	Tombado	ago-38	ago-38	
151. RN	Acari	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	730	1964	Tombado	jun-64		
152. RN	São Gonçalo do Amarante	Edificação e acervo	Igreja de São Gonçalo	731	1964	Tombado	jun-64		
153. RS	Bagé	Edificação e acervo	Igreja Matriz de São Sebastião	337	1944	Tombado	jan-55		
154. SE	Divina Pastora	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora Divina Pastora	290	1941	Tombado	mar-43	mar-43	
155. SE	Itaporanga d'Ajuda	Conjunto Arquitetônico	Casa de Tejupeba e Capela do Colégio	289	1941	Tombado	jul-62		
156. SE	Laranjeiras	Edificação e acervo	Igreja Matriz do Coração de Jesus	294	1941	Tombado	mar-43	mar-43	

³⁷⁷ Anexado ao Processo nº 689/1962: Casa à Praça Quinze de Novembro, nº 101 – Antigo Convento do Carmo, atual sede da Academia de Comércio.

157. SE	Laranjeiras	Edificação e acervo	Igreja de Comandaroba	299	1941	Tombado	mar-43	mar-43	
158. SE	Nossa Sra. do Socorro	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	296	1941	Tombado	mar-43	mar-43	
159. SE	Santo Amaro das Brotas	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Santo Amaro	295	1941	Tombado	mar-43	mar-43	
160. SE	São Cristóvão	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias	292	1941	Tombado	mar-43	mar-43	
161. SE	São Cristóvão	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	293	1941	Tombado	mar-43	mar-43	
162. SE	São Cristóvão	Edificação e acervo	Convento e Igreja do Carmo	301	1941	Tombado	abr-43	abr-43	
163. SE	São Cristóvão	Edificação e acervo	Igreja e Casa da Misericórdia	302	1941	Tombado	jan-44	jan-44	
164. SE	São Cristóvão	Edificação e acervo	Convento e Igreja de Santa Cruz	303	1941	Tombado	dez-41	dez-41	
165. SE	São Cristóvão	Edificação e acervo	Igreja da Ordem Terceira do Carmo	304	1941	Tombado	abr-43	abr-43	
166. SE	São Cristóvão	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Amparo	675	1962	Tombado	mai-62		
167. SE	Tomar do Geru	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Socorro	291	1941	Tombado	mar-43	mar-43	
168. SP	Carapicuíba	Edificação e acervo	Capela de São João Batista	221	1939	Tombado	jan-41	jan-41	
169. SP	Embu	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa	180	1938	Tombado	out-38	out-38	
170. SP	Guararema	Edificação e acervo	Igreja de Nossa Senhora da Escada e residência	221	1939	Tombado	jan-41	jan-41	
171. SP	Itanhaém	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Santana	215	1939	Tombado	mar-41	mar-41	

172. SP	Itanhaém	Edificação e acervo	Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição	215	1939	Tombado	mar-41	mar-41	
173. SP	Itu	Edificação e acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária	188	1938	Tombado	dez-38	dez-38	
174. SP	Itu	Edificação e acervo	Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo	384	1948	Tombado	jun-67		
175. SP	Mogi das Cruzes	Conjunto Arquitetônico	Convento e Igreja da Ordem Primeira do Carmo e Igreja da Ordem Terceira do Carmo	790	1967	Tombado	set-67		
176. SP	Santana de Parnaíba	Edificação e acervo	Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Voturuna	222	1939 [?]	Tombado	fev-41	fev-41	
177. SP	Santos	Edificação e acervo	Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo	216	1939	Rerratificado	mar-41	mar-41	
178. SP	São Paulo	Edificação e acervo	Igreja de São Miguel Paulista	180	1938	Tombado	out-38	out-38	
179. SP	São Paulo	Edificação e acervo	Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz e respectivo quintal	325	1943	Tombado	ago-43	ago-43	
180. SP	São Paulo	Edificação	Igreja da Ordem Terceira do Carmo	586 / 1176	1958 [?] / 1985	Anexado ³⁷⁸	mai-99	mai-99	
181. SP	São Paulo	Edificação e acervo	Igreja da Ordem Terceira do Carmo	1176	1985	Tombado	mai-99	mai-99	
182. SP	Taubaté	Edificação e acervo	Capela de Nossa Senhora do Pilar	343	1944	Tombado	out-44	out-44	

Fonte: IPHAN. **Patrimônio Cultural:** Patrimônio Material: Bens Tombados: Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2016). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2016.

³⁷⁸ Anexado ao processo nº 1176-T-1985, que foi aberto em 1985, entretanto, tratava-se da mesma edificação, sendo anexado em 1985 o acervo da Igreja. Portanto, consideramos os dois processos como um único bem.

APÊNDICE B: bens que representam o poderio político-econômico das elites

LOCALIZAÇÃO		INFORMAÇÕES SOBRE O BEM		DADOS DO PROCESSO			INSCRITO NOS SEGUINTE LIVROS DO TOMBO		
<i>UF</i>	<i>Município</i>	<i>Classificação</i>	<i>Nome do bem</i>	<i>Nº Proc.</i>	<i>Ano de abertura</i>	<i>Situação</i>	<i>Hist.</i>	<i>Belas Artes</i>	<i>Arq., Etno., Pais.</i>
1. AM	Manaus	Edificação	Teatro Amazonas	693	1963	Tombado	dez-66		
2. BA	Cachoeira	Edificação	Casa à Praça Dr. Aristides Milton, 23-A	200	1939	Tombado	mar-41		
3. BA	Cachoeira	Edificação	Sobrado à Praça da Aclamação, 4	204	1939	Tombado	mar-41		
4. BA	Cachoeira	Edificação	Sobrado à Rua Ana Nery, 2	245	1941	Tombado	mar-43	mar-43	
5. BA	Cachoeira	Edificação	Casa à Rua Ana Nery, 4	246	1941	Tombado	mar-43	mar-43	
6. BA	Cachoeira	Conjunto Rural	Engenho Vitória: sobrado, capela, crucifixo, senzala e banheiro	284	1941	Tombado	mar-43	mar-43	
7. BA	Candeias	Conjunto Rural	Engenho Freguesia: sobrado, fábrica de açúcar e Capela de Nossa Senhora da Piedade	322	1943	Tombado	set-44	set-44	
8. BA	Candeias	Conjunto Rural	Engenho Matoim: sobrado e fábrica de açúcar	323	1943	Tombado	set-43		
9. BA	Maragogipe	Conjunto Rural	Fazenda de São Roque: casa grande e capela	316	1942	Tombado	fev-43	fev-43	
10. BA	Nazaré	Edificação	Sobrado à Travessa da Capela, 2 – Solar Ataíde	623	1961	Tombado	abr-62		
11. BA	Rio de Contas	Edificação	Casa à Rua Barão de Macaúbas, 11	446	1951 [?]	Tombado	set-58		
12. BA	Salvador	Edificação	Casa à Avenida Frederico Pontes	165	1938	Tombado	jun-38	jun-38	
13. BA	Salvador	Edificação	Prédio à Rua J. Castro Rabelo, 5 (Açouguinho)	251	1941	Tombado	set-43		
14. BA	Salvador	Edificação	Sobrado à Praça Anchieta, 20 e Inácio Acioly, 2	253	1941	Tombado	mar-43		
15. BA	Salvador	Edificação	Prédio à Rua Militão Lisboa, 80	254	1941	Tombado	mar-43		

16. BA	Salvador	Edificação	Sobrado à Rua Inácio Acioly, 6	255	1941	Tombado	mar-43		
17. BA	Salvador	Edificação	Sobrado à Praça Quinze de Novembro, 17 e à Praça Anchieta, 2	256	1941	Tombado	set-43		
18. BA	Salvador	Conjunto Arquitetônico	Solar do Unhão e Capela Nossa Senhora da Conceição	279	1941	Tombado	set-43	set-41	
19. BA	Salvador	Edificação	Casa das Sete Mortes	283	1941	Tombado	mar-43		
20. BA	Salvador	Edificação	Sobrado azulejado à Praça Cairú, 19	717	1963	Tombado	jul-69		
21. BA	Salvador	Edificação	Prédio conhecido como "Casa dos Carvalhos", na Avenida Princesa Leopoldina nº 2, inclusive suas áreas externas	984	1978	Tombado	abr-80	abr-80	
22. BA	Salvador	Edificação	Prédio conhecido como "Solar Amado Bahia", na Rua Porto dos Tanheiros, 80	988	1978	Tombado	jan-81	jan-81	
23. BA	Santo Amaro	Edificação	Prédio à Rua da Matriz, 9	286	1941	Tombado	set-43		
24. BA	Santo Amaro	Edificação	Prédio na Rua do Imperador (ex-Jerônimo Gonçalves) n 1, conhecido como "Solar do Conde de Subaé"	972	1978	Tombado	jan-79	jan-79	
25. BA	São Francisco do Conde	Conjunto Rural	Engenho São Miguel e Almas: casa e capela	334	1944	Tombado	jun-44	jun-44	
26. BA	São Sebastião do Passé	Conjunto Rural	Engenho Lagoa: sobrado e capela	313	1942	Tombado	jul-42	jul-42	
27. ES	Vitória	Edificação	Casa à Rua José Marcelino, 203-205	787	1967	Tombado	nov-67		
28. ES	Vitória	Edificação	Casa à rua José Marcelino, 197	787	1967	Tombado	out-67		
29. MG	Antônio Carlos	Conjunto Rural	Fazenda da Borda do Campo, incluindo sua sede, capela e sobradinho anexos	476	1984	Tombado	jun-88	jun-88	
30. MG	Barbacena	Edificação	Imóvel situado na Praça dos Andradas, nºs 7 e 17 - Sobrado dos Andradas	1169	1985	Tombado	jun-88	jun-88	
31. MG	Belo Horizonte	Edificação	Casa da Fazenda do Leitão	429	1950 [?]	Tombado	mar-51		
32. MG	Mariana	Edificação	Casa à Rua Direita, conhecida como casa do Barão de Pontal	500	1954	Tombado	jul-62		

33. MG	Matias Barbosa	Edificação e acervo	Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo: capela	815	1969	Tombado	nov-69		
34. MG	Ouro Preto	Edificação	Casa dos Contos	415	1949 [?]	Tombado	jan-50	jan-50	
35. MG	Ouro Preto	Edificação	Casa rústica, casa setecentista com terreno murado, na rua Padre Pedrosa	472	1952 [?]	Tombado	jul-63		
36. MG	Pitangui	Edificação	Casa do Padre Belchior na Rua Padre belchior n 85	937	1975	Tombado	abr-80		
37. MG	Sabará	Edificação	Edifício do Teatro Municipal, na rua Pedro II, antiga rua Direita	437	1953	Tombado	jan-63		
38. MG	Sabará	Edificação	Casa à Rua Pedro II, nº 215, conhecida como "Casa Azul"	726	1964	Tombado	mar-65		
39. MG	Santa Luzia	Edificação	Casa à Praça da Matriz	419	1949 [?]	Tombado	mai-50		
40. MG	São João Del Rei	Edificação	Sobrado à Rua Marechal Deodoro, 12	361	1946	Tombado	ago-46	ago-46	
41. MG	Serro	Edificação	Casa dos Ottoni	425	1950 [?]	Tombado	abr-50		
42. MG	Sete Lagoas	Edificação	Casa na Praça Santo Antônio, 94, antiga sede da fazenda Sete Lagoas	588	1958	Tombado	ago-68		
43. PA	Belém	Edificação	Solar do Barão de Guajará	327	1943	Tombado	mai-50	mai-50	
44. PA	Belém	Edificação	Teatro da Paz	671	1962	Tombado	jun-63		
45. PA	Belém	Edificação	Palacete Pinho, Imóvel situado à Rua Dr. Assis nº 586	1024	1980	Tombado	ago-86	ago-86	
46. PA	Belém	Edificação	Sobrado azulejado da família Pombo	711	1963	Anexado ¹	ago-12		ago-12
47. PA	Vigia	Ruína	Engenho do Murucutu: ruínas e Capela de Nossa Senhora da Conceição	439	1950	Tombado	out-81		
48. PB	João Pessoa	Edificação	Sobrado à Rua Peregrino de Carvalho, 117	61	1938	Tombado	jun-38		
49. PB	João Pessoa	Edificação	Casa na Praça do Erário	828	1970	Tombado	abr-71		

¹ Anexado ao Processo nº 1071/1982: Conjunto arquitetônico dos bairros da Cidade Velha e Campina.

50. PB	Sousa	Conjunto Rural	Fazenda Acauã: casa, capela e sobrado	391	1939	Tombado	abr-67		
51. PE	Recife	Edificação	Teatro Santa Isabel	401	1949	Tombado	out-49		
52. PE	Surubim	Edificação	Fazenda Cachoeira do Taepe: casa grande	1038	1980	Tombado	fev-81		
53. PI	Campo Maior	Edificação	Cemitério do Batalhão	185	1938	Tombado	nov-38	nov-38	
54. PI	Oeiras	Edificação	Sobrado Nepomuceno	186	1938	Tombado	jan-39	jan-39	
55. RJ	Angra dos Reis	Conjunto Rural	Fazenda, Ilhota Morcego e casa	317	1942	Tombado	jul-42		
56. RJ	Angra dos Reis	Edificação	Sobrado à Praça General Osório, 19	794	1967	Tombado	nov-70		
57. RJ	Angra dos Reis	Edificação	Sobrado à Praça General Osório, 35	794	1967	Tombado	dez-69		
58. RJ	Angra dos Reis	Edificação	Sobrado à Praça General Osório, s/n	794	1967	Tombado	dez-69		
59. RJ	Angra dos Reis	Edificação	Sobrado à Praça General Osório, 3 a 13	794	1967	Tombado	dez-69		
60. RJ	Campos dos Goytacazes	Edificação	Solar de Santo Antônio	176	1938	Tombado	jul-46	jul-46	
61. RJ	Campos dos Goytacazes	Edificação	Solar da Baronesa de Muriaé	890	1973	Tombado	jul-74	jul-74	
62. RJ	Itaboraí	Edificação	Casa à Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 16, antiga casa do Visconde de Itaboraí	681	1962	Tombado	abr-64		
63. RJ	Paraty	Edificação	Fazenda de Nossa Senhora da Conceição: casa	783	1966	Tombado	out-67		
64. RJ	Petrópolis	Edificação	Casa do Padre Correia	196	1939	Tombado	abr-40		
65. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Prédio à Rua dos Inválidos, 193-203	27	1938	Tombado	abr-38	abr-38	
66. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa à Praça Quinze de Novembro, 32, esquina da Travessa do Comércio	55	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
67. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa à Praça Quinze de Novembro, 34	56	1938	Tombado	ago-38	ago-38	

68. RJ	Rio de Janeiro	Conjunto Rural	Fazenda da Taquara: casa e Capela de Nossa Senhora dos Remédios	62	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
69. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Fazenda do Engenho d' Água: casa	85	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
70. RJ	Rio de Janeiro	Conjunto Arquitetônico	Quinta da Boa Vista	99	1938	Tombado	jun-38	jun-38	
71. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa à Rua das Palmeiras, 35	742	1964	Tombado	fev-67		
72. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa à Rua do Russel, 734	825	1970	Tombado	jun-70	jun-70	
73. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa à Rua Mayrink Veiga, 9	853	1972	Tombado	jun-72		
74. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa à Rua da Quitanda, 61	854	1972	Tombado	jun-72		
75. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Prédio localizado na Estrada do Açude, nº 764	898	1974	Tombado	set-74	set-74	set-74
76. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e acervo	Prédio localizado à rua Murtinho Nobre, nº 93, conhecido como "Chácara do Céu"	898	1974	Tombado	set-74	set-74	set-74
77. RJ	Valença	Edificação	Fazenda Santa Mônica: casa	881	1973	Tombado	dez-73		
78. RJ	Vassouras	Edificação e acervo	Casa da Hera	459	1952	Tombado	mai-52		
79. RJ	Vassouras	Conjunto Rural	Fazenda Santa Eufrásia com seus bosques e parque secular	789	1967	Tombado	jan-70		jan-70
80. RN	Canguaretama	Ruína	Engenho do Cunhau: ruínas da capela	666	1962	Tombado	jun-64		
81. RS	Pelotas	Edificação	Teatro Sete de Abril, Praça Coronel Pedro Osório, nº 160	640	1961	Tombado	jul-72	jul-72	
82. RS	Porto Alegre	Edificação	Casa à rua Duque de Caxias, nº 968, que pertenceu aos Viscondes de Pelotas e de São Leopoldo ou Solar dos Câmara	703	1963	Tombado	ago-63		
83. RS	São Gabriel	Edificação	Sobrado na Praça Dr. Fernando Abott, que em 1845 hospedou D. Pedro II	894	1974	Tombado	set-74		
84. SC	Florianópolis	Edificação	Casa rural na Costeira do Ribeirão da Ilha	1136	1985	Tombado	jul-04		

85. SE	Estância	Edificação	Casa à Praça Rio Branco, 35	679	1962	Tombado	jul-62		
86. SE	Laranjeiras	Conjunto Rural	Engenho Retiro: casa e Capela de Santo Antônio	297	1941	Tombado	jan-44	jan-44	
87. SE	Laranjeiras	Edificação e acervo	Engenho Jesus, Maria, José: capela	308	1942	Tombado	mar-43	mar-43	
88. SE	Riachuelo	Edificação e acervo	Engenho Nossa Senhora da Penha: capela	308	1942	Tombado	mar-43	mar-43	
89. SE	Santo Amaro das Brotas	Conjunto Rural	Engenho Caieira: capela de Nossa Senhora da Conceição	300	1941	Tombado	jan-44	jan-44	
90. SE	São Cristóvão	Conjunto Rural	Engenho Poxim: capela de Nossa Senhora da Conceição	298	1941	Tombado	set-43	set-43	
91. SE	São Cristóvão	Edificação	Sobrado à Rua Castro Alves, 2	306	1942	Tombado	set-43	set-43	
92. SE	São Cristóvão	Edificação	Sobrado à Rua da Matriz, com balcão corrido	307	1942	Tombado	set-43	set-43	
93. SE	São Cristóvão	Edificação	Sobrado à Rua das Flores	309	1942	Tombado	set-43	set-43	
94. SP	Bananal	Edificação	Fazenda Resgate: casa	529	1965	Tombado	mai-69		
95. SP	Campinas	Edificação	Edifício à rua Regente Feijó – Palácio dos Azulejos	736	1964	Tombado	dez-67		
96. SP	Cotia	Edificação	Sítio do Padre Inácio: casa	355	1945 [?]	Tombado	out-51	out-51	
97. SP	Cotia	Edificação	Casa do Sítio do Mandú	433	1950	Tombado	jan-61		
98. SP	Ilhabela	Edificação	Fazenda do Engenho d' Água: casa	347	1945	Tombado	out-51	out-51	
99. SP	Itu	Edificação	Casa à Rua Barão de Itaim – Museu Republicano Convenção de Itu	767	1966	Tombado	abr-67		
100. SP	Paraibuna	Edificação	Fazenda da Conceição: casa	910	1974	Tombado	nov-74		
101. SP	Redenção da Serra	Edificação	Fazenda Ponte Alta: casa	909	1974	Tombado	fev-76		
102. SP	Rio Claro	Edificação	Casa à Avenida 2, nº 572, Sobrado do Barão de Dourados	683	1962	Tombado	dez-63		
103. SP	Santana de Parnaíba	Edificação	Casa à Praça da Matriz, 9	557	1957 [?]	Tombado	dez-58		

104. SP	Santos	Ruína	Engenho dos Erasmos: ruínas	678	1962	Tombado	jul-63		
105. SP	Santos	Edificação	Edifício de dois pavimentos com frontaria azulejada na Rua do Comércio, 94/96 e 98	751	1965	Tombado	mai-73		
106. SP	São Carlos	Conjunto Rural	Fazenda do Pinhal: sede da fazenda, senzala, tulha, terreiros de café, cocheiras e pomar murado	1183	1985	Tombado	out-87	out-87	out-87
107. SP	São José do Barreiro	Conjunto Rural	Fazenda do Pau d'Alho: casa	577	1958	Tombado	fev-68		
108. SP	São Paulo	Edificação	Casa do Tatuapé	353	1945 [?]	Tombado	out-51	out-51	
109. SP	São Paulo	Edificação	Edifício da Casa Grande do Sítio dos Morrinhos ou Chácara de São Bento	370	1947 [?]	Tombado	fev-48		
110. SP	São Paulo	Edificação	Casa do Sítio Mirim	755	1965	Tombado	mar-73		

Fonte: IPHAN. **Patrimônio Cultural:** Patrimônio Material: Bens Tombados: Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2016). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2016.

APÊNDICE C: bens que representam a vitória do Estado na construção nacional

LOCALIZAÇÃO		INFORMAÇÕES SOBRE O BEM		DADOS DO PROCESSO			INSCRITO NOS SEGUINTE LIVROS DO TOMBO		
<i>UF</i>	<i>Município</i>	<i>Classificação</i>	<i>Nome do bem</i>	<i>Nº Proc.</i>	<i>Ano de abertura</i>	<i>Situação</i>	<i>Hist.</i>	<i>Belas Artes</i>	<i>Arq., Etno., Pais.</i>
1. AP	Macapá	Edificação	Fortaleza de São José de Macapá	423	1950	Rerratificado	mar-50		X
2. BA	Cachoeira	Edificação	Paço Municipal	199	1939	Tombado	ago-39		
3. BA	Cairu	Edificação	Fortaleza do Morro de São Paulo	155	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
4. BA	Itaparica	Edificação	Forte de São Lourenço	155	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
5. BA	Jaguaripe	Edificação	Paço Municipal	265	1941	Tombado	set-41	set-41	
6. BA	Jaguaripe	Edificação	Casa à Rua da Ajuda, nº 1, denominada Casa do Ouvidor	642	1961	Tombado	jul-62		
7. BA	Maragogipe	Edificação	Forte do Paraguassú	155	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
8. BA	Maragogipe	Edificação	Paço Municipal	266	1941	Tombado	set-41	set-41	
9. BA	Rio de Contas	Edificação	Antiga Casa de Câmara e Cadeia	446	1951 [?]	Tombado	jul-59		
10. BA	Salvador	Edificação	Forte da Gambôa	155	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
11. BA	Salvador	Edificação	Forte de Santa Maria	155	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
12. BA	Salvador	Edificação	Forte de Santo Antônio da Barra	155	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
13. BA	Salvador	Edificação	Forte de São Marcelo	155	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
14. BA	Salvador	Edificação	Edifício à Praça Cairú, onde funciona a Alfândega, atual Mercado	331	1943 [?]	Tombado	out-66		
15. BA	Salvador	Edificação	Fortaleza do Barbalho	551	1956	Tombado	jan-57		
16. BA	Salvador	Edificação	Fortaleza de São Pedro	551	1956	Tombado	jan-57		
17. BA	Salvador	Edificação	Fortaleza do Monte Serrat	551	1956	Tombado	jan-57		

18. BA	Santo Amaro	Edificação	Paço Municipal	285	1941	Tombado	out-41		
19. CE	Aracati	Edificação	Prédio da casa de câmara e cadeia na Rua Liberato Barroso esquina com a Praça da Independência	879	1973	Tombado	abr-80	abr-80	
20. CE	Caucaia	Edificação	Casa de Câmara e Cadeia	595	1959	Tombado	mai-73		
21. CE	Fortaleza	Edificação e acervo	Conjunto Constituído pela Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, com o Material de Artilharia Composto pelos Canhões de n. 01 a 06, e pelo Antigo Quartel da Guarnição do Ceará, atual Quartel da 10ª RM	651	1962	Tombado	jan-12	jan-12	jan-12
22. CE	Fortaleza	Edificação	Antigo edifício da Assembleia Provincial, atual sede da Assembleia Legislativa Estadual	863	1972	Tombado	fev-73	fev-73	
23. CE	Icó	Edificação	Prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia na Praça da Matriz	653	1962	Tombado	nov-75		
24. DF	Brasília	Edificação	Catetinho	594	1959	Tombado	jul-59		
25. GO	Goiás	Edificação	Quartel do Batalhão de Infantaria, 20 - Casa do Antigo Quartel da II Companhia	345	1942	Tombado	jul-50		
26. GO	Goiás	Edificação	Palácio Conde dos Arcos - Palácio dos Governadores, inclusive as armas de Portugal e dois bustos de pedra	345	1942	Tombado	mai-51	mai-51	
27. MG	Ouro Preto	Edificação	Palácio dos Governadores ou Casa à Praça Tiradentes	415	1949 [?]	Tombado	mar-50		
28. MG	Ouro Preto	Edificação	Casa à Praça Tiradentes, antiga Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência	512	1954	Tombado	nov-54	nov-54	
29. MG	Sabará	Edificação	Casa à rua da Intendência, antiga sede da Real Intendência do Ouro e atual Museu do Ouro	429	1950 [?]	Tombado	jun-50		jun-50
30. MS	Corumbá	Conjunto Arquitetônico	Conjunto de Edificações Que Compõem o Forte de Coimbra; Presídio de Nova Coimbra	917	1974	Tombado	out-74		out-74
31. PA	Belém	Edificação	Palacete Azul	315	1942	Tombado	jul-42	jul-42	
32. PA	Belém	Edificação	Palácio Velho	341	1943	Tombado	ago-44	ago-44	
33. PA	Belém	Edificação	Forte do Castelo	644	1961	Tombado	ago-62		
34. PA	Belém	Edificação	Antigo Palácio do Governo, atual Palácio Lauro Sodré, sede do Governo do Estado	709 / 841	1963 /1971	Tombado	ago-74	ago-74	

35. PA	Gurupá	Edificação	Forte de Santo Antônio	484	1952	Tombado	jul-63		
36. PB	Cabedelo	Ruína	Forte Velho: ruínas	48	1938	Tombado	ago-38		
37. PB	Cabedelo	Edificação	Fortaleza de Santa Catarina	155	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
38. PB	João Pessoa	Ruína	Casa da Pólvora: ruínas	272	1941	Tombado	mai-38	mai-38	
39. PB	Pilar	Edificação	Casa de Câmara e Cadeia	271	1941	Tombado	jul-41		jul-41
40. PE	Fernando de Noronha	Edificação	Forte de Nossa Senhora dos Remédios	635	1961	Tombado	ago-61		
41. PE	Ilha de Itamaracá	Edificação	Forte Orange	101	1938	Tombado	mai-38	mai-51	
42. PE	Olinda	Edificação	Edifício do antigo Aljube, na rua 13 de Maio, atual Museu de Arte Sacra	638	1961	Tombado	mar-66		
43. PE	Olinda	Edificação	Forte de São Francisco ou do Queijo	1077	1983	Tombado	mai-84		
44. PE	Paulista	Edificação	Forte do Pau Amarelo	155	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
45. PE	Recife	Edificação	Forte das Cinco Pontas	101	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
46. PE	Recife	Edificação	Forte do Brum	101	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
47. PE	Recife	Ruína	Arraial novo do Bom Jesus	942	1976	Tombado	abr-80		
48. PR	Lapa	Edificação	Casa de Câmara e Cadeia	106	1938	Tombado	mai-40		
49. PR	Paranaguá	Edificação	Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres	155	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
50. RJ	Cabo Frio	Ruína	Forte de São Matheus: remanescentes	447	1951	Tombado	out-56		
51. RJ	Niterói	Edificação	Forte de Gragoatá	155	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
52. RJ	Niterói	Patrimônio Natural	Ilha da Boa Viagem: conjunto arquitetônico e paisagístico	164	1938	Tombado	dez-40	mai-38	mai-38
53. RJ	Niterói	Edificação	Fortaleza de Santa Cruz	207	1939	Rerratificado	out-39	out-39	
54. RJ	Paraty	Edificação	Forte Defensor Perpétuo	532	1955	Tombado	jan-57		
55. RJ	Petrópolis	Conjunto Arquitetônico	Palácio Imperial de Petrópolis, parque e Quartel dos Semanários	166	1938	Tombado	set-54	jun-38	

56. RJ	Petrópolis	Edificação	Palácio da Princesa Isabel - Avenida Koeller, nº 42	194	1939	Tombado	set-39	set-39	
57. RJ	Petrópolis	Edificação	Casa: Dr. Joaquim Moreira (rua), 130; Palácio Grão Pará	504	1954	Tombado	nov-54	nov-54	
58. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Fortim de Caetano Madeira	91	1938	Tombado	abr-38		
59. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Fortaleza de São João: portão	101	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
60. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Edifício da antiga Alfândega e antiga Praça do Comércio, atual sede da Fundação Casa França-Brasil	101	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
61. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Palácio Guanabara	101	1938	Tombado	abr-38	mai-38	
62. RJ	Rio de Janeiro	Conjunto Arquitetônico	Palácio do Catete, parque e Rua do Catete: conjunto arquitetônico	153	1938	Tombado	abr-38	abr-38	
63. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Fortaleza da Conceição	155	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
64. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa da Moeda: prédio	156	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
65. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Palácio Itamaraty	158	1938	Tombado	jul-38	jul-38	
66. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Paço Imperial	159	1938	Tombado	abr-38		
67. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Fortaleza de São José: portão	466	1952	Tombado	fev-55		
68. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Fortaleza de São José: frontispício da Capela de São José	466	1952	Tombado	nov-52		
69. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Prédio na Av. Rio Branco, nº 46	976	1978	Tombado	jul-78	jul-78	
70. RJ	São João da Barra	Edificação	Casa de Câmara e Cadeia	763	1965	Tombado	abr-67		
71. RN	Acari	Edificação	Casa de Câmara e Cadeia	729	1964	Tombado	jun-64		
72. RN	Natal	Edificação	Forte dos Reis Magos	394	1949	Tombado	mai-49		
73. RN	Natal	Edificação	Palácio do Governo, à Praça Sete de Setembro	758	1963	Tombado	jun-65		
74. RN	Vila Flor	Edificação	Casa de Câmara e Cadeia: ruínas	665	1962	Tombado	jun-64		
75. RO	Costa Marques	Edificação	Forte Príncipe da Beira	395	1950	Tombado	ago-50		

76. RS	Piratini	Edificação	Palácio Farroupilha	97	1938	Tombado	fev-41		
77. RS	Piratini	Edificação	Quartel General Farroupilha	450	1951	Tombado	set-52		
78. RS	Porto Alegre	Edificação	Prédio onde funciona os Correios e Telégrafos	1036	1980	Tombado	jan-81	jan-81	
79. RS	Rio Grande	Edificação	Casa à rua Marechal Floriano, onde funciona a Alfândega	765	1965	Tombado	set-67		
80. SC	Florianópolis	Edificação e acervo	Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos e suas defesas anexas	101	1938	Tombado	mai-38	mai-38	mar-16
81. SC	Florianópolis	Edificação	Fortaleza de Santana	155	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
82. SC	Florianópolis	Edificação	Fortaleza de São José da Ponta Grossa	155	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
83. SC	Florianópolis	Edificação	Prédio na Rua Conselheiro Mafra, que foi sede da antiga Alfândega e da Delegacia da Receita Federal	914	1974	Tombado	mar-75	mar-75	
84. SC	Florianópolis	Edificação e acervo	Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba	943	1976	Rerratificado	abr-80		abr-80
85. SC	Florianópolis	Edificação	Forte de Santa Bárbara	1053	1981	Tombado	mai-84		
86. SC	Governador Celso Ramos	Edificação	Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim	155	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
87. SC	Joinville	Edificação	Palácio dos Príncipes de Joinville ou Palácio do Domínio Dona Francisca	161	1938	Tombado	dez-39	dez-39	
88. SC	Laguna	Edificação	Casa à Praça da Bandeira	492	1953	Tombado	mar-54		
89. SP	Atibaia	Edificação	Casa de Câmara e Cadeia	522	1955 [?]	Tombado	ago-55		
90. SP	Bertioga	Edificação	Fortaleza de São Tiago	219	1939	Tombado	fev-40	fev-40	
91. SP	Guarujá	Conjunto Arquitetônico	Forte da Barra Grande, inclusive o Fortim da Praia do Góis, o Portão Espanhol e toda a área que os envolve	441	1950	Tombado	abr-64		
92. SP	Guarujá	Edificação	Forte de São Felipe	752	1964	Tombado	mar-65		
93. SP	Santos	Edificação	Casa do Trem	219	1939	Tombado	fev-40	fev-40	

Fonte: IPHAN. **Patrimônio Cultural: Patrimônio Material: Bens Tombados: Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2016)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

APÊNDICE D: bens que representam o desenvolvimento e progresso material brasileiro

LOCALIZAÇÃO		INFORMAÇÕES SOBRE O BEM		DADOS DO PROCESSO			INSCRITO NOS SEGUINTE LIVROS DO TOMBO		
<i>UF</i>	<i>Município</i>	<i>Classificação</i>	<i>Nome do bem</i>	<i>Nº Proc.</i>	<i>Ano de abertura</i>	<i>Situação</i>	<i>Hist.</i>	<i>Belas Artes</i>	<i>Arq., Etno., Pais.</i>
1. AM	Manaus	Infraestrutura/equipamento urbano	Caixa D'Água denominada Reservatório de Mocó na Praça do Chile	1127	1984	Tombado	abr-85	abr-85	
2. AM	Manaus	Conjunto Arquitetônico	Mercado Adolfo Lisboa ou Mercado Municipal, compreendendo seus pavilhões e jardins, embarcadouro e trecho correspondente da margem do rio	1179	1985	Tombado	jul-87	jul-87	
3. BA	Cairu	Edificação	Fonte Grande do Morro de São Paulo	321	1942	Tombado	ago-43	ago-43	
4. BA	Itaparica	Conjunto Urbano	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, inclusive a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento	973	1978	Tombado	abr-80	abr-80	abr-80
5. BA	Porto Seguro	Conjunto Urbano	Município de Porto Seguro, em especial o Monte Pascoal (Inclui o Conjunto arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Porto Seguro)	800	1968	Tombado	jul-68 mar-74		jul-68 mar-74
6. BA	Salvador	Edificação	Hospício São João de Deus: prédio	288	1941	Tombado	out-41		
7. BA	Salvador	Edificação	Casa da Praça Terreiro de Jesus - Prédio da Antiga Faculdade de Medicina da Bahia	896	1974	Tombado	jun-16	jun-16	
8. BA	Santo Amaro	Edificação	Santa Casa de Misericórdia: prédio central	287	1941	Tombado	ago-62		
9. BA	Salvador	Edificação	Prédio do Asilo D. Pedro II na Av. Luís Tarquínio, nº 18, antigo Palacete Machado	542/ 983	1956/ 1978	Tombado ¹	jul-80	jul-80	

¹ O Processo nº 542 foi aberto no ano de 1956, mas ficou um longo período sem nenhuma apreciação. Em 1978, um novo Processo foi aberto, o nº 983, sendo o processo anterior anexado a esse. Trata-se do mesmo bem, havendo apenas a diferença de numeração, enquanto em 1956 o edifício era número 17, em 1978 era de número 18, possivelmente em função de uma renumeração das edificações do local.

10. CE	Aracati	Conjunto Urbano	Aracati, CE: conjunto arquitetônico e paisagístico	969	1978	Tombado	out-01		out-01
11. CE	Icó	Conjunto Urbano	Icó, CE: conjunto arquitetônico e urbanístico	968	1978	Tombado	dez-98 mai-15		dez-98 mai-15
12. DF	Brasília	Conjunto Arquitetônico	Remanescentes do Conjunto Hospitalar Juscelino Kubitschek de Oliveira	1099	1983	Tombado	nov-15		
13. GO	Goiás	Conjunto Urbano	Goiás, GO: conjunto arquitetônico e urbanístico	345	1942	Tombado	set-78	set-78	set-78
14. GO	Pilar de Goiás	Conjunto Urbano	Pilar de Goiás, GO: conjunto arquitetônico e paisagístico	458	1952	Rerratificad o	mar-54	mar-54	
15. GO	Goiânia	Edificação	Casa: Museu Professor Zoroastro Artiaga	951	1977	Anexado ²	fev-05	fev-05	fev-05
16. GO	Pirenópolis	Conjunto Urbano	Pirenópolis, GO: conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico	1181	1985	Tombado	jan-90	jan-90	
17. MA	Alcântara	Conjunto Urbano	Alcântara, MA: conjunto arquitetônico e urbanístico	390	1948	Tombado	dez-48	out-74	out-74
18. MA	São Luís	Edificação	Casa na Rua Colares Moreira, 84 , Sede da Academia Maranhense	645	1961	Tombado	nov-62		
19. MA	São Luís	Ruína	Sítio de Santo Antônio das Alegrias ou do Físico: ruínas	1017	1980	Tombado	jan-81		jan-81
20. MA	São Luís	Edificação	Prédio da antiga Fábrica Santa Amélia localizado na Rua Cândido Ribeiro, 250	1144	1985	Tombado	jul-87		
21. MG	Belo Horizonte	Edificação	Casa: Antigo Cassino da Pampulha	590	1958	Anexado ³	dez-97	dez-97	dez-97
22. MG	Lagoa Santa	Edificação	Túmulos do Dr. Peter Wilhen Lund e de seus colaboradores Pedro Andreas Brandt, Guilherme Behrens e João Rodolfo Müller, e mais o pequeno cemitério em que se acham situados	603	1959	Tombado	mai-60		
23. MG	Lassance	Edificação	Casa de Saúde Carlos Chagas	1142	1985	Tombado	set-85		

² Anexado ao Processo nº 1500/2002: Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia.

³ Anexado ao Processo nº 1341/1994: Pampulha: conjunto arquitetônico e paisagístico.

24. MG	Lassance	Edificação	Estação Ferroviária	1143	1985	Tombado	set-85		
25. MG	Nova Era	Conjunto Arquitetônico	Praça da Matriz: conjunto arquitetônico e Museu Municipal de Arte e História: prédio	880	1973	Tombado	dez-73	dez-73	
26. MG	Ouro Preto	Ruína	Fábrica de Ferro Patriótica: ruínas	31	1938	Tombado	jun-38		
27. MG	Ouro Preto	Conjunto Urbano	Ouro Preto, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	70	1938	Tombado	set-86	abr-38	set-86
28. MG	Sabará	Conjunto Arquitetônico	Antiga Rua Direita, rua Dom Pedro II, incluindo o conjunto arquitetônico e urbanístico do referido logradouro	485	1953	Tombado	jan-65		jan-65
29. MG	São João Del Rei	Conjunto Arquitetônico	Complexo ferroviário de São João Del Rei a Tiradentes	1185	1985	Tombado	ago-89	ago-89	
30. MS	Corumbá	Conjunto Urbano	Corumbá, MS: conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico	1182	1985	Tombado	set-93	set-93	set-93
31. MT	Cuiabá	Conjunto Urbano	Cuiabá, MT: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	1180	1985	Tombado	mar-93	mar-93	mar-93
32. PA	Belém	Edificação	Edifício do antigo Hospital Militar, na Praça Frei Caetano Brandão, ex-largo da Sé	707	1963	Tombado	dez-64		
33. PA	Belém	Conjunto Arquitetônico	Conjunto arquitetônico e paisagístico "Ver-o-Peso" e áreas adjacentes, Praça Pedro II e Boulevard Castilhos França, inclusive o Mercado de Carne e o Mercado Bolonha de Peixe	812	1969	Tombado	nov-77	nov-77	nov-77
34. PA	Belém	Conjunto Arquitetônico	Conjunto arquitetônico: convento/capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, juntamente com a área de entorno: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Largo de Santo Antônio, onde se destaca o sobrado que aloja a Secretaria de Segurança, sobrados da rua Gaspar Viana, desde o Largo de Santo Antônio até a Avenida Presidente Vargas e o antigo quartel da Polícia Militar, na esquerda da rua Gaspar Viana e Avenida Assis de Vasconcelos, formam o prolongamento natural do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Ver-o-Peso.	1023	1980	Anexado ⁴	ago-12		ago-12

⁴ Anexado ao Processo nº 1071/1982: Conjunto arquitetônico dos bairros da Cidade Velha e Campina.

35. PA	Belém	Conjunto Urbano	Conjunto: Arquitetônico e Paisagístico do Largo das Mercês e Sua área de entorno	1029	1980	Anexado ⁵	ago-12		ago-12
36. PA	Belém	Conjunto Arquitetônico	Conjunto arquitetônico da Rua Siqueira Mendes e Largo do Carmo	1030	1980	Anexado ⁶	ago-12		ago-12
37. PA	Belém	Conjunto Urbano	Conjunto arquitetônico dos bairros da Cidade Velha e Campina	1071	1982	Tombado	ago-12		ago-12
38. PA	Belém	Edificação	Colégio Estadual Paes de Carvalho	1107	1983	Anexado ⁷	ago-12		ago-12
39. PB	Ingá	Sítio arqueológico	Inscrições pré-históricas do Rio Ingá	330	1943	Tombado	mai-44	mai-44	
40. PB	João Pessoa	Edificação	Fonte do Tambiá	127	1938	Tombado	set-41		
41. PE	Recife	Ruína	Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade, Estrada do Arraial 3250 (antiga fortificação)	487	1953	Tombado	jun-74		
42. PE	Recife	Edificação	Sobrado Grande da Madalena, à Praça João Alfredo, atual Museu da Abolição, Rua Benfica 1.150	780	1966	Tombado	nov-66		
43. PE	Recife	Edificação	Prédio onde funciona a Faculdade de Direito do Recife, na Praça Adolfo Cirne s/nº	970	1978	Tombado	ago-80	ago-80	
44. PE	Jaboatão dos Guararapes	Jardim Histórico	Campos das batalhas de Guararapes, atual Parque Histórico Nacional dos Guararapes	523	1953	Tombado	out-61		
45. PE	Olinda	Conjunto Urbano	Acervo arquitetônico e urbanístico da cidade de Olinda	674	1962	Tombado	abr-68	abr-68	abr-68
46. PE	Recife	Edificação	Prédio sito à Avenida Rui Barbosa, nº 1596, Academia Pernambucana de Letras	797	1967	Tombado	mai-68		
47. PE	Recife	Edificação	Mercado de São José	883	1973	Tombado	dez-73	dez-73	

⁵ Anexado ao Processo nº 1071/1982: Conjunto arquitetônico dos bairros da Cidade Velha e Campina.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

48. PI	Campinas do Piauí	Edificação	Casa: Primeira Fábrica de Laticínios do norte do Brasil (Antigas Fazendas Nacionais)	954	1977	Anexado ⁸	mai-15		
49. PI	Oeiras	Infraestrutura/ equipamento urbano	Ponte Grande	186	1938	Tombado	jan-39	jan-39	
50. PR	Paranaguá	Conjunto Urbano	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá	1097	1983	Tombado	nov-11		
51. PR	Campo Largo	Conjunto Rural	Engenho do Mate, atual Museu do Mate, com todo acervo e terreno	1119	1984	Tombado	abr-85	abr-85	
52. RJ	Comendador Levy Gasparian	Edificação	Edifício da antiga Estação Rodoviária de Paraibuna, Estrada União Indústria	719	1963	Tombado	jun-67		
53. RJ	Magé	Infraestrutura/ equipamento urbano	Trecho ferroviário Mauá-Fragoso	506	1954	Rerratificado	mai-54		
54. RJ	Niterói	Edificação	Edifício-sede do Museu Antônio Parreiras, à rua Tiradentes, nº 47, em Niterói, incluindo toda a área arborizada integrante da mesma propriedade	728	1964	Tombado	abr-67		
55. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa de Banhos de D. João VI - Praia do Caju, 115, atual 385	26	1938	Tombado	abr-38	abr-38	
56. RJ	Rio de Janeiro	Infraestrutura/ equipamento urbano	Chafariz das Saracuras	99	1938	Tombado	jun-38	jun-38	
57. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Arco do Teles	99	1938	Tombado	jun-38	jun-38	
58. RJ	Rio de Janeiro	Conjunto Arquitetônico	Jardim e Morro do Valongo: conjunto arquitetônico e paisagístico	99	1938	Tombado	jun-38	jun-38	
59. RJ	Rio de Janeiro	Patrimônio Natural	Morros da cidade do Rio de Janeiro	99	1938	Tombado	jun-38	jun-38	

⁸ Anexado ao Processo nº 1561/2008: Estabelecimento das Fazendas Nacionais do Piauí: Fábrica de Manteiga e Queijo, no Município de Campinas do Piauí.

60. RJ	Rio de Janeiro	Patrimônio Natural	Praias de Paquetá	99	1938	Tombado	jun-38	jun-38	
61. RJ	Rio de Janeiro	Jardim Histórico	Passeio Público: chafariz dos Jacarés, obeliscos e portão do Mestre Valentim	99	1938	Tombado	jun-38	jun-38	
62. RJ	Rio de Janeiro	Edificação e Acervo	Museu Nacional, inclusive a Coleção Arqueológica Balbino de Freitas	101	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
63. RJ	Rio de Janeiro	Infraestrutura/ equipamento urbano	Arcos da Lapa ou Aqueduto da Carioca	100	1938	Tombado	abr-38	abr-38	
64. RJ	Rio de Janeiro	Infraestrutura/ equipamento urbano	Ponte dos Jesuítas sobre o Rio Gandu	100	1938	Tombado	abr-38	abr-38	
65. RJ	Rio de Janeiro	Infraestrutura/ equipamento urbano	Aqueduto da Colônia de Psicopatas	101	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
66. RJ	Rio de Janeiro	Infraestrutura/ equipamento urbano	Bebedouro da Estrada Velha da Tijuca	101	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
67. RJ	Rio de Janeiro	Infraestrutura/ equipamento urbano	Bica da Rainha	154	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
68. RJ	Rio de Janeiro	Infraestrutura/ equipamento urbano	Chafariz à Rua do Riachuelo	154	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
69. RJ	Rio de Janeiro	Infraestrutura/ equipamento urbano	Chafariz da Glória	154	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
70. RJ	Rio de Janeiro	Infraestrutura/ equipamento urbano	Chafariz de Grandjean de Montigny	154	1938	Tombado	mai-38	mai-38	

71. RJ	Rio de Janeiro	Infraestrutura/ equipamento urbano	Chafariz de Paulo Fernandes	154	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
72. RJ	Rio de Janeiro	Infraestrutura/ equipamento urbano	Chafariz do Mestre Valentim	154	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
73. RJ	Rio de Janeiro	Infraestrutura/ equipamento urbano	Chafariz do Lagarto	154	1938	Tombado	mai-38	mai-38	
74. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Edifício na Av. Pasteur, 250 (Antigo Hospital de Alienados)	503	1953	Tombado	jul-72		
75. RJ	Rio de Janeiro	Jardim Histórico	Parque Henrique Lage (Conjunto Paisagístico)	537	1957	Tombado	jun-57		
76. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Edifício Sede da Escola Nacional de Engenharia (Largo de São Francisco)	615	1960	Tombado	abr-62		
77. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Colégio Militar do Rio de Janeiro: pavilhão de comando (Casa: São Francisco Xavier)	641	1961	Tombado	dez-00		
78. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa à Rua das Palmeiras, 55, atual Museu do Índio	688	1962	Tombado	fev-67		
79. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa à Rua Sorocaba, 200 (Sede do Museu Villa-Lobos)	718	1963	Tombado	fev-67		
80. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Escola de Enfermagem Ana Neri: pavilhão de aulas	953	1977	Tombado	ago-86		
81. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Edifício do Hospital São Francisco de Assis, Pavilhões Originais na Av. Presidente Vargas, 2863	978	1978	Tombado	jun-83	jun-83	
82. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Hangar de Zepelins do Aeroporto Bartolomeu de Gusmão, inclusive as pontes rolantes, os elevadores, as escadas de acesso, o motor, o mecanismo de abertura das portas principal e secundária, e a estação de passageiros anexa	994	1978	Tombado	dez-98		
83. RJ	Rio de Janeiro	Conjunto Arquitetônico	Conjunto arquitetônico e paisagístico do Observatório Nacional à Rua General Bruce, 586	1009	1979	Tombado	ago-86		ago-86

84. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Prédio onde funciona o Colégio Pedro II, na Av. Marechal Floriano, n°s 68 a 80	1031	1980	Tombado	mai-83	mai-83	
85. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Palácio de Manguinhos ou Prédio da Fundação Oswaldo Cruz na Av. Brasil, n° 4365	1037	1980	Rerratificado	jan-81	jan-81	
86. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Bloco I integrante do conjunto edificado situado na Av. Marechal Floriano n° 168 (Prédio da Light)	1146	1985	Tombado	jun-88	jun-88	
87. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Copacabana Palace Hotel: prédio	1186	1985	Tombado	ago-86	ago-86	
88. RN	Arês	Infraestrutura/ equipamento urbano	Portão do Cemitério de Arês	669	1962	Tombado	ago-62		
89. RN	Natal	Edificação	Casa à Rua da Conceição, 601, atual Museu Histórico	670	1962	Tombado	jan-63		
90. RO	Ji Paraná	Edificação	Prédios das estações telegráficas construídas pela Comissão Estratégica de Linhas Telegráficas de Cuiabá a Porto Velho – Comissão Rondon	1055	1981	Tombado	jun-16		
91. RO	Vilhena	Edificação	Prédios das estações telegráficas construídas pela Comissão Estratégica de Linhas Telegráficas de Cuiabá a Porto Velho – Comissão Rondon	1055	1981	Tombado	jun-16		
92. RS	Entre-Ijuís	Ruína	Povo de São João: ruínas e remanescentes do Povoado	813	1969	Tombado	jan-70		
93. RS	Ivoti	Infraestrutura/ equipamento urbano	Ponte do Imperador, construída sobre o Rio Feitoria, em pedra de cantaria lavrada, com 88 metros de comprimento, 14 metros de altura e 14 metros de largura	1165	1985	Tombado	jun-88		
94. RS	Rio Pardo	Infraestrutura/ equipamento urbano	Calçamento de Pedra, antigo, da rua da Ladeira, abrangendo o trecho situado entre a esquina da rua Andrade Neves e a praça da Matriz	521	1955	Tombado	mar-55		
95. SC	Biguaçu	Edificação	Sobrado (Museu Etnográfico)	810	1968	Tombado	dez-69		
96. SC	Florianópolis	Infraestrutura/ equipamento urbano	Ponte Hercílio Luz	1137	1985	Tombado	ago-98		
97. SC	Laguna	Conjunto Urbano	Laguna, SC: centro histórico	1122	1984	Tombado	dez-85		abr-85

98. SC	São Francisco do Sul	Conjunto Urbano	São Francisco do Sul, SC: centro histórico e paisagístico	1163	1985	Tombado	out-87		out-87
99. SE	São Cristovão	Conjunto Urbano	São Cristovão, SE: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	785	1967	Tombado	jul-14		jan-67 jul-14
100. SP	São Vicente	Conjunto Arquitetônico	Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas	514	1951	Tombado	jan-55		
101. SP	Iperó	Conjunto Arquitetônico	Área onde se encontram os remanescentes da Real Fábrica de Ferro de Ipanema	727	1964	Tombado	set-64		
102. SP	São Paulo	Edificação	Estação da Luz	944	1976	Tombado	out-96	out-96	
103. TO	Natividade	Conjunto Urbano	Natividade, TO: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	1117	1984	Tombado	out-87	out-87	out-87

Fonte: IPHAN. **Patrimônio Cultural:** Patrimônio Material: Bens Tombados: Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2016). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

APÊNDICE E: bens que representam as “personalidades ilustres” da história nacional

LOCALIZAÇÃO		INFORMAÇÕES SOBRE O BEM		DADOS DO PROCESSO			INSCRITO NOS SEGUINTE LIVROS DO TOMBO	
<i>UF</i>	<i>Município</i>	<i>Classificação</i>	<i>Nome do bem</i>	<i>Nº Proc.</i>	<i>Ano de abertura</i>	<i>Situação</i>	<i>Hist.</i>	<i>Belas Artes</i>
1. AL	Marechal Deodoro	Edificação	Casa natal do Marechal Deodoro da Fonseca	741	1964	Tombado	ago-64	
2. AL	Palmeira dos Índios	Edificação	Casa à avenida General Gabino Bezouro, nº 12, Casa de Graciliano Ramos	713	1963	Tombado	jun-65	
3. BA	Cachoeira	Edificação	Casa natal de Teixeira de Freitas	201	1939	Tombado	mar-41	
4. BA	Cachoeira	Edificação	Casa natal de Ana Nery, Rua Ana Nery, 7	205	1939	Tombado	mar-41	
5. BA	Rio de Contas	Edificação	Casa natal de Abílio César Borges, à Rua Barão de Macaúbas, 19	446	1951 [?]	Tombado	set-58	
6. BA	Salvador	Edificação	Sobrado à Praça Anchieta, 18 – Casa Natal de Gregório de Matos	117 / 250	1938 / 1941 [?]	Tombado ¹	fev-43	abr-38
7. BA	Salvador	Edificação	Casa de Castro Alves	126	1938	Tombado	jul-38	
8. CE	Fortaleza	Edificação	Casa natal de José de Alencar	649	1962	Rerratificado	ago-64	
9. GO	Bela Vista de Goiás	Edificação	Casa do Senador Canedo	1123	1984	Tombado	abr-86	abr-86
10. MG	Diamantina	Edificação	Casa à rua Tiradentes – Casa do Padre Rolim	429	1950 [?]	Tombado	jun-50	
11. MG	Resende Costa	Edificação	Casa à Praça Cônego Cardoso, 84 a 90, Casa do Inconfidente Resende Costa	417	1949	Tombado	mai-50	
12. MG	Ritópolis	Ruína	Fazenda do Pombal: remanescentes	832	1970	Tombado	set-71	
13. MG	Santos Dumont	Edificação	Sítio Cabangu: casa	421	1949 [?]	Tombado	mai-50	

¹ Esse Processo foi aberto com dois números, o nº 117/1938, o nº 250/1941. Portanto, consideramos o bem uma única vez.

14. MG	Tiradentes	Edificação	Casa à rua Padre Toledo, do Inconfidente Padre Toledo, atual Museu da Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade	431	1950 [?]	Tombado	ago-52	ago-52
15. PE	Recife	Edificação	Casa à rua da Imperatriz, nº 147, onde nasceu Joaquim Nabuco	396	1948	Tombado	ago-49	
16. PE	Recife	Edificação	Casa natal de Oliveira Lima, à rua Oliveira Lima, nº 813, antiga Corredor dos Bispos	793	1967	Tombado	jan-68	
17. RJ	Casimiro de Abreu	Edificação	Casa à Praça Marechal Deodoro ou Rua Bernardo Gomes, conhecida como casa de Casimiro de Abreu	613	1960	Tombado	mar-63	
18. RJ	Petrópolis	Edificação e Acervo	Casa de Santos Dumont - Rua Riachuelo, nº 22, com o respectivo acervo de objetos e utilidades pertencentes a Santos Dumont	460	1952	Tombado	jul-52	
19. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa de José Bonifácio - Praia da Guarda, 119	28	1938	Tombado	abr-38	
20. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa natal do Barão do Rio Branco	99	1938	Tombado	jun-38	jun-38
21. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa de Rui Barbosa	101	1938	Tombado	mai-38	mai-38
22. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa do General Osório - Rua Riachuelo, 303	150	1938	Tombado	fev-49	
23. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa à Praça da República, 197, onde residiu o Marechal Deodoro da Fonseca	572	1958	Tombado	jun-58	
24. RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Casa à Rua Monte Alegre, 255 onde faleceu Benjamin Constant e respectiva área desapropriada pela Constituição de 1891, atual Museu Benjamin Constant	578	1958	Tombado	abr-58	
25. RS	Piratini	Edificação	Casa de Garibaldi	97	1938	Tombado	out-41	
26. RS	Santana do Livramento	Edificação	Casa à Rua Vinte e quatro de maio, 1094, Casa de Davi Canabarro	467	1952	Tombado	mai-53	
27. RS	Triunfo	Edificação	Casa natal de Bento Gonçalves	94	1938	Tombado	jun-40	
28. SC	Florianópolis	Edificação	Casa à rua Saldanha Marinho, nº 3, onde nasceu Victor Meirelles	342	1944	Tombado	jan-50	
29. SP	Brodowski	Edificação	Casa de Cândido Portinari	801	1968	Tombado	dez-68	dez-68
30. SP	Guaratinguetá	Edificação	Casa de Rodrigues Alves	738	1964	Tombado	dez-69	
31. SP	Piracicaba	Edificação e Acervo	Casa onde viveu e faleceu o Presidente Prudente de Moraes	714	1963	Tombado	abr-03	

32. SP	São José do Rio Pardo	Edificação	Barraca de Euclides da Cunha	189	1938	Tombado	ago-39	
33. SP	São Luís do Paraitinga	Edificação	Casa natal de Oswaldo Cruz	452	1952	Tombado	set-56	
34. SP	Taubaté	Conjunto Rural	Chácara do Visconde, ou casa de Monteiro Lobato	618	1960	Tombado	jul-62	

Fonte: IPHAN. **Patrimônio Cultural:** Patrimônio Material: Bens Tombados: Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2016). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

APÊNDICE F: bens que representam os modos de fazer

LOCALIZAÇÃO		INFORMAÇÕES SOBRE O BEM		DADOS DO PROCESSO			INSCRITO NOS SEQUENTES LIVROS DO TOMBO
<i>UF</i>	<i>Município</i>	<i>Classificação</i>	<i>Nome do bem</i>	<i>Nº Proc.</i>	<i>Ano de abertura</i>	<i>Situação</i>	<i>Histórico</i>
1. PB	João Pessoa	Edificação	Fábrica de Vinho Tito Silva	1054	1982	Tombado	ago-84

Fonte: IPHAN. **Patrimônio Cultural:** Patrimônio Material: Bens Tombados: Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2016). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.

APÊNDICE G: bens que representam a cultura e a religiosidade dos negros

LOCALIZAÇÃO		INFORMAÇÕES SOBRE O BEM		DADOS DO PROCESSO			INSCRITO NOS SEGUINTE LIVROS DO TOMBO	
<i>UF</i>	<i>Município</i>	<i>Classificação</i>	<i>Nome do bem</i>	<i>Nº Proc.</i>	<i>Ano de abertura</i>	<i>Situação</i>	<i>Hist.</i>	<i>Arq., Etno., Pais.</i>
1. AL	União dos Palmares	Patrimônio Natural	Serra da Barriga	1069	1982	Tombado	fev-86	fev-86
2. BA	Salvador	Terreiro	Terreiro da Casa Branca	1067	1982	Tombado	ago-86	ago-86

Fonte: IPHAN. **Patrimônio Cultural:** Patrimônio Material: Bens Tombados: Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2016). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.

APÊNDICE H: bens que representam os imigrantes

LOCALIZAÇÃO		INFORMAÇÕES SOBRE O BEM		DADOS DO PROCESSO			INSCRITO NOS SEGUINTE LIVROS DO TOMBO		
<i>UF</i>	<i>Município</i>	<i>Classificação</i>	<i>Nome do bem</i>	<i>Nº Proc.</i>	<i>Ano de abertura</i>	<i>Situação</i>	<i>Hist.</i>	<i>Belas Artes</i>	<i>Arq., Etno., Pais.</i>
1. SC	Joinville	Conjunto arquitetônico	Cemitério Protestante	659	1962	Tombado	nov-62		nov-62
2. RS	Novo Hamburgo	Edificação	Casa Presser	1113	1984	Tombado	set-86	set-85	set-86
3. SC	Rio dos Cedros	Conjunto Arquitetônico	Escola Rural e Casa do Professor	1141	1985	Tombado	set-86	set-85	set-86
4. SP	Mogi das Cruzes	Edificação	Casarão do Chá	1124	1984	Tombado	ago-86	set-85	ago-86

Fonte: IPHAN. **Patrimônio Cultural:** Patrimônio Material: Bens Tombados: Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2016). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.